UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

TIAGO VALÊNCIO DE MELO

RESPONDENDO ÀS AMEAÇAS:

A CRISE DA ANEXAÇÃO DA BÓSNIA E HERZEGOVINA (1908-1909) ENTRE A ÁUSTRIA-HUNGRIA E A RÚSSIA NA PENÍNSULA BALCÂNICA

GOIÂNIA

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

[X] Dissertação [ ] Tese

2. Nome completo do autor

TIAGO VALENCIO DE MELO

3. Título do trabalho

"Respondendo às ameaças: a crise da anexação da Bósnia e Herzegovina (1908-1909) entre a Áustria-Hungria e a Rússia na península balcânica.

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento [x] SIM [ ] NÃO[1]

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:
a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.
Casos de embargo:
- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.

Documento assinado eletronicamente por **TIAGO VALENCIO DE MELO**, **Discente**, em 31/10/2020, às 19:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Carlo Patti**, **Professor do Magistério Superior**, em 01/12/2020, às 19:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1647587** e o código CRC **1C1D2924**.

Referência: Processo nº 23070.049194/2020-75 SEI nº 1647587

TIAGO VALÊNCIO DE MELO

RESPONDENDO ÀS AMEAÇAS:

A CRISE DA ANEXAÇÃO DA BÓSNIA E HERZEGOVINA (1908-1909) ENTRE A ÁUSTRIA-HUNGRIA E A RÚSSIA NA PENÍNSULA BALCÂNICA

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal de Goiás.

Orientador: Prof. Dr. Carlo Patti

Goiânia

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Valêncio de Melo, Tiago
Respondendo às ameaças: [manuscrito] : a crise da anexação da Bósnia e Herzegovina (1908-1909) entre a Áustria-Hungria e a Rússia na península balcânica / Tiago Valêncio de Melo. - 2020.
CCXVIII, 218 f.

Orientador: Prof. Carlo Patti.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Goiânia, 2020.

1. Império Russo. 2. Império Austro-Húngaro. 3. Bósnia. 4. Herzegovina. 5. Crise de Anexação. I. Patti, Carlo, orient. II. Título.

CDU 327

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **010** da sessão de Defesa de Dissertação de **Mestrado em Ciência Política do aluno** Tiago Valencio de Melo, que confere o título de Mestre em **Ciência Política.**

Ao/s seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, a partir das 14 horas, por Vídeo Conferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação de Mestrado, intitulada **"**"Respondendo às ameaças: a crise da anexação da Bósnia e Herzegovina (1908-1909) entre a Áustria-Hungria e a Rússia na península balcânica,**"**. Os trabalhos foram instalados pelo orientador, Professor Doutor Carlo Patti, (PPGCP/FCS/UFG**)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor João Henrique Ribeiro Roriz (PPGCP/UFG), membro titular interno; Professor Doutor Gianfranco Caterina (CPDOC/FGV), membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **[não/fizeram]** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **[aprovado(a)/reprovado(a)]** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor Doutor Carlo Patti**,** Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos seis dias do mês de novembro de 2020.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Documento assinado eletronicamente por **Gianfranco Caterina**, **Usuário Externo**, em 06/11/2020, às 15:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Carlo Patti**, **Professor do Magistério Superior**, em 01/12/2020, às 19:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **João Henrique Ribeiro Roriz**, **Professor do Magistério Superior**, em 02/12/2020, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1647081** e o código CRC **2A4FF6C8**.

Referência: Processo nº 23070.049194/2020-75 SEI nº 1647081

TIAGO VALÊNCIO DE MELO

RESPONDENDO ÀS AMEAÇAS:

A CRISE DA ANEXAÇÃO DA BÓSNIA E HERZEGOVINA (1908-1909) ENTRE A ÁUSTRIA-HUNGRIA E A RÚSSIA NA PENÍNSULA BALCÂNICA

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal de Goiás.

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada em:___/___/_____.
Banca examinadora

_____

Prof. Dr. Carlo Patti
Orientador
(Universidade Federal de Goiás)

_____

Prof. Dr. João Henrique Ribeiro Roriz
(Universidade Federal de Goiás)

_____

Prof. Dr. Gianfranco Caterina
(Fundação Getúlio Vargas)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a minha família por todo apoio prestado e compreensão durante estes anos em que os estudos e as oportunidades acabaram, momentaneamente, conduzindo meu caminho para lugares distantes.

Ao professor Carlo Patti, pela orientação e auxílio durante a condução da pesquisa e todo o processo que viabilizou a execução deste trabalho. Sem sombra de dúvidas, encerrarei esta etapa da vida acadêmica com uma compreensão mais madura acerca dos processos e abordagens metodológicas que se relacionam com o estudo da História das Relações Internacionais.

À professora Laís Thomaz, pela orientação durante a realização do estágio docência e as posteriores oportunidades, que apenas foram possíveis em função da enriquecedora experiência de um semestre de aprendizado durante o andamento da disciplina.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, por todo o conhecimento e experiência transmitidos durante estes dois anos de convívio – seja através das aulas, palestras ou demais momentos de interação.

Agradeço, também, a Diego Ramalho e Leandro Monteiro, por terem aberto as portas para uma incrível experiência de crescimento pessoal e profissional. Da mesma forma, agradeço aos colegas de trabalho da Controladoria Geral do Estado que, no último ano, proporcionaram um ambiente extremamente amigável e acolhedor.

Agradeço a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) por ter, através da concessão de uma bolsa de formação, garantido as condições necessárias para que, durante 18 meses, eu fosse capaz de me dedicar exclusivamente à pesquisa e demais atribuições ligadas ao ambiente acadêmico. Da mesma forma, agradeço a Universidade Federal de Goiás pela oportunidade de, por 2 anos, utilizar seus espaços e oportunidades.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, durante esta caminhada, contribuíram de alguma forma. Agradeço aos amigos de Santana do Livramento que, mesmo com a distância e espalhados em diversos cantos, ainda se fazem presentes como nos anos de convívio na fronteira. Registro, também, minha gratidão aos novos amigos que Goiânia e a UFG proporcionaram e se fizeram tão presentes durante estes anos.

"I have conquered an empire but I have not been able to conquer myself"

(Peter I, the Great)

RESUMO

O presente trabalho apresenta como objeto as relações austro-russas na Península Balcânica e seu impacto na resolução da Crise de Anexação da Bósnia e Herzegovina, entre 1908 e 1909. A pesquisa apresenta como objetivo analisar a linha de ação adotada por São Petersburgo e a postura de política externa de Viena através de uma perspectiva histórica. Desta forma, foi construída uma narrativa através do encadeamento de episódios vistos como chave para a compreensão do relacionamento entre estes atores e de que forma estas experiências passadas influem em sua tomada de decisão durante a crise diplomática. Assim sendo, a hipótese deste trabalho parte do princípio que a estratégia adotada pelo Império Russo – ao considerar o ato de anexação um rompimento com o status quo na região, mesmo outrora tendo sido conivente em relação a possibilidade do ato – é fruto de um acumulado histórico que inseriu no cálculo estratégico de São Petersburgo uma constante preocupação com o isolamento no Oriente Próximo e se ver frente uma coalizão de poderes em um conflito na península.

Palavras-chave: Império Russo; Império Austro-Húngaro; Bósnia; Herzegovina; Crise de Anexação.

ABSTRACT

The present work has as his object the Austro-Russian relations in the Balkan Peninsula and its impact on the resolution of the Bosnian and Herzegovina Annexation Crisis, between 1908 and 1908. The research aims to analyze the line of action adopted by St. Petersburg and Vienna's foreign policy from a historical perspective. In this way, a narrative was built through the linking of episodes considered as key momenta to understand the relationship between these actors and how those past experiences influenced their decision-making during the crisis. Therefore, the hypothesis of this work assumes that the strategy adopted by the Russian Empire - considering the act of annexation as a rupture with the *status quo* in the region, even though it had been in the past conniving in relation to the possibility of the act - is the result of an accumulated experiences that inserted, in St. Petersburg's decision-making process a constant concern with the isolation in the Near East and the probability of Russia facing a coalition of powers in the peninsula.

Keywords: Russian Empire; Austria-Hungary; Bosnia; Herzegovina; Annexation Crisis.

Sumário

Introdução **10**

Capítulo 1 – Da queda de Constantinopla ao Tratado de Unkiar-Skelessi: os interesses estratégicos e o avanço russo nos Bálcãs e Mar Negro **18**

As Consequências da Queda de Constantinopla 18

De Kuchak-Kanardji a Unkiar-Skelessi: O Apogeu Russo nos Bálcãs e no Mar Negro 25

O Tratado de Kuchak-Kanardji e o direito de protetorado ao Cristianismo Ortodoxo 26

As conseqüências da Insurreição Grega: os tratados de Adrianópolis e Unkiar-Skelessi 33

Capítulo 2 – Os interesses de Viena nos Bálcãs e o distanciamento Austro-Russo (1833-1871 47

A natureza dos interesses de Viena e sua oposição ao avanço Russo no Mar Negro 47

As relações Austro-Russas no contexto do estabelecimento de zonas de segurança do Império Habsburgo. 49

O problema das nacionalidades e os interesses econômicos Austríacos nos Bálcãs. 55

Da Convenção dos Estreitos ao Tratado de Paris: a neutralização do Mar Negro 58

A Convenção dos Estreitos de 1841 e seu impacto no posicionamento de São Petersburgo no Mar Negro 59

Os efeitos da Guerra da Criméia e do Tratado de Paris para as relações Austro-Russas (1853-1856) 61

O declínio de Viena na Europa Central e as consequências da ruptura Austro-Russa (1859-1871) 70

Capítulo 3 – A Grande Crise do Oriente e a Aliança dos Três Imperadores (1871-1903) **77**

A Formação da Primeira Liga dos Três Imperadores (1870-1875) 77

O Protocolo de Londres e a Reaproximação Austro-Germânica (1870-1871) 77

O Surgimento do *Dreikaiserbund* (1872-1875) 83

A Grande Crise do Oriente e a Questão Bósnia (1875-1878) 85

A importância estratégica da Bósnia e Herzegovina em relação aos interesses Habsburgos 86

Os problemas na Bósnia e Herzegovina e o início da Grande Crise do Oriente (1875-1876) 93

Do Acordo de Reichstadt ao Protocolo de Londres (1876-1877) 100

Os Desdobramentos da Guerra Russo-Otomana e a Ocupação da Bósnia e Herzegovina 116

Os Desdobramentos Pós-Congresso de Berlim e o renascimento do Dreikaiserbund 126

Os Ressentimentos de São Petersburgo e a Formação da Aliança Austro-Germânica (1878- 1879) 127

A Projeção de Poder dos Habsburgos nos Bálcãs e os Acordos de Manutenção do *Status Quo* (1881-1903) 132

Capítulo 4 – As Turbulências no Status Quo e a Crise de Anexação da Bósnia e Herzegovina (1903-1909) **139**

A transição de poder em Belgrado e os desdobramentos balcânicos pré-anexação 140

A Ascensão dos Karageorgevich e os Enfrentamentos Austro-Sérvios 140

O distanciamento de São Petersburgo e a questão da ferrovia de Novi Pazar 149

A Administração dos Habsburgos e o Processo de Anexação da Bósnia e Herzegovina 156

A Política Austro-Húngara de Ocupação e Administração da Bósnia e Herzegovina 156

4 2.2 Os Antecedentes Imediatos e a Proclamação de Anexação da Bósnia e Herzegovina (1908) 160

4.2.3 A reação Russo-Eslava e o fracasso da conferência de Izvolsky (1908-1909) 170

Conclusões **202**

Referências Bibliográficas **211**

Introdução

Em outubro de 1908, a Áustria-Hungria anunciava a anexação das províncias da Bósnia e Herzegovina. De forma quase simultânea, poucos dias antes, a Bulgária havia declarado sua independência em relação ao Império Otomano. Em poucos dias, o sistema estabelecido 30 anos antes – no Tratado de Berlim – foi dilapidado pelas ações de Viena e Sofia.

O ato de anexação das províncias eslavas, especialmente, desencadeou uma onda de indignação em outro Estado balcânico: a Sérvia. Belgrado viu, na ação da monarquia dual, uma ameaça contra sua própria existência. Em defesa dos interesses eslavos e da luta por compensações ao pequeno reino, o Império Russo emergiu como principal ator dedicado a reverter ou, ao menos, obter reparações satisfatórias para seus aliados e para si.

Contudo, em diversas oportunidades anteriores, a chancelaria de São Petersburgo havia consentido com a possibilidade de anexação das províncias, por parte da Áustria-Hungria – como, por exemplo, nos acordos assinados em 1897 e 1903, que reafirmavam o *status quo* de 1878, definido pelo Tratado de Berlim. De fato, em tempos mais remotos, o Império Czarista havia até mesmo oferecido a posse das províncias em definitivo à coroa dual – como, por exemplo, nas vésperas da Guerra da Criméia e nas negociações preliminares ao congresso de 1878.

Não obstante, segundo Aerenthal, chanceler austríaco durante o ato de anexação, o ministro das relações exteriores russo teria, até mesmo, consentido novamente com a anexação em 1908, durante reuniões realizadas em Buchlau – onde, supostamente, Izvolsky teria aceito os planos habsburgos em troca de apoio à sua missão de revisão dos termos relativos ao acesso aos estreitos otomanos. Ainda assim, o chanceler czarista demonstrou profunda indignação e bradou planos para realização de uma conferência destinada à revisão dos termos do Tratado de Berlim e o estabelecimento de compensações para o Império Otomano e as demais unidades políticas balcânicas – referentes à ruptura causada pelo ato austro-húngaro e a independência de Sofia.

Como será exposto ao longo da pesquisa, a realização de conferências para revisão de termos firmados em documentos internacionais estava longe de ser uma novidade nos Bálcãs. A grande diferença dos acontecimentos de 1908, para os demais episódios que constituem a narrativa responsável por definir as linhas de ação adotadas por estes atores,

diz respeito ao posicionamento russo em tal questão. Em 1841, a Convenção dos Estreitos foi realizada para suprimir termos que garantiam a hegemonia do Império Russo nos estreitos otomanos. Em 1871, os desejos russos de rompimento com cláusulas do Tratado de Paris, levaram a realização da Conferência de Londres para revisão dos termos. Finalmente, em 1878, o Congresso de Berlim foi realizado para revisão dos termos do Tratado Preliminar de Santo Estevão – visto como demasiado favorável ao poderio russo nos Bálcãs.

Em comum, tais episódios apresentam a seguinte característica: todos foram efetivados como forma de se controlar um suposto avanço russo em direção aos estreitos ou, por sua vez, evitar que São Petersburgo rompesse unilateralmente e sem agraciar com compensações os signatários de tratados que apresentavam termos onerosos ao império czarista. Em 1908, o império eslavo se viu do outro lado. Desta vez, era a Rússia que solicitava às potências a realização de uma conferência para revisão do tratado, por consequência de atos unilaterais e expansionistas de seu vizinho dual.

A partir de então, o que se sucedeu foi um imbróglio diplomático que, por vezes, colocou a península em vistas de um novo conflito armado – que, em tal ocasião, em função dos arranjos diplomáticos e as alianças que caracterizam o Sistema Internacional pré-I Guerra Mundial, poderiam ter desencadeado um conflito de grandes proporções. Com o Império Russo fragilizado pelo fracasso de sua aventura no extremo oriente – sendo derrotado em conflito armado com o Japão – e as consequências das sedições internas de 1905, São Petersburgo teve poucas forças para resistir ao ato de Viena.

A monarquia dual, em contrapartida, aproveitou-se da oportunidade e foi capaz de operacionalizar de forma eficaz o seu estreito relacionamento com a Alemanha. Conforme será exposto durante o trabalho, a dedicação de Berlim no suporte à política de seu aliado foi um elemento decisivo para o sucesso da ousada política de Aerenthal – enquanto Izvolsky, por outro lado, foi consumido pelo sentimento que seus parceiros de Paris e Londres não demonstravam o compromisso suficiente para que uma ação russa fosse capaz de se opor ao incisivo avanço diplomático preconizado pelas potências centrais.

Neste sentido, a presente pesquisa apresenta como seu Norte os seguintes questionamentos: Por que o Império Russo, mesmo anteriormente tendo demonstrado em diversas oportunidades o consentimento com a incorporação das províncias à Áustria-

Hungria, agora proclamava a idéia de uma conferência para estabelecimento de compensações? Por que foi escolhida a linha de ação de buscar reunir os signatários de 1878 para revisão do tratado em uma Conferência? E, por fim, o que levou a submissão de Izvolsky e o fracasso de seus planos?

A hipótese apresentada é de que a estratégia adotada por Izvolsky remonta a bases históricas definidas após o apogeu russo nos Bálcãs, com a assinatura do Tratado de Unkiar-Skelessi, em 1833. Como veremos, este documento marca o momento onde as potências européias definitivamente acendem o "alerta vermelho" em relação ao que era visto como um implacável expansionismo russo no oriente próximo e que caminhava para o domínio do Bósforo e Dardanelos. A partir de tal ocasião, São Petersburgo passa a inserir em seu cálculo estratégico uma importante condição para suas ações: evitar o isolamento diplomático em questões referentes aos estreitos e a península balcânica. O primeiro exemplo evidente de tal posicionamento é a abdicação do direito ao protetorado exclusivo das terras otomanas, em 1841.

Não obstante, o advento da Guerra da Crimeia, em 1856, reforça a percepção de que o isolacionismo na Questão do Oriente deveria ser evitado ao máximo – na ocasião, São Petersburgo se viu cercada frente uma coalizão européia e teve seu poder relativo na região drasticamente reduzido. Outra evidência a ser apresentada é a realização da Conferência de Londres, em 1871, onde mesmo com o apoio do emergente Império Alemão – que recentemente havia subjugado a França, em Sedã – a Rússia, após proclamar a ruptura com termos onerosos do Tratado de Paris, concorda com a realização de uma conferência para ratificação de seus atos e estabelecimento de compensações aos signatários. Estes exemplos reforçam, portanto, uma tendência da política externa czarista para os Bálcãs e os Estreitos, no pós-1833 e, de forma mais contundente, pós-1856: a busca pela ratificação de seus atos por parte das chancelarias da Europa, de forma a evitar que São Petersburgo se encontrasse em uma posição de isolamento que pudesse ser usada para solapar seu poderio nas regiões de proximidade do Império.

Desta forma, a presente pesquisa apresenta como objetivo geral a perspectiva de se apresentar uma narrativa histórica que desemboca na compreensão dos elementos que definem a linha de atuação destes dois atores: a Rússia e a Áustria-Hungria. Através de uma análise das relações austro-russas e os diversos episódios que podem ser inseridos na narrativa que estabelece os padrões de interação entre os atores, é possível identificar os

momentos e elementos que foram incorporados a grande estratégia destes Impérios – culminando em suas ações empreendidas durante o recorte especifico de 1908 e 1909.

Para além, o trabalho apresenta os seguintes objetivos específicos: analisar de que forma o Império Russo estabelece sua posição nos Bálcãs e nos Estreitos; identificar de que forma São Petersburgo altera sua estratégia, pós-Unkiar Skelessi, de forma a se criar mecanismos para evitar um isolamento diplomático; analisar de que forma Viena estabelece seus interesses na península e como estes se acentuam após a queda do poder relativo dos Habsburgos na Europa Central, especialmente após 1866; compreender os motivos estratégicos e de segurança, que levam as províncias eslavas a se tornarem objeto das ambições da monarquia dual e, por fim, identificar os condicionantes que levaram ao fracasso de Izvolsky em sua estratégia durante a crise de anexação.

No que se refere à metodologia adotada para os procedimentos de pesquisa, ressalta-se que foi adotada uma abordagem qualitativa e assentada no uso do método histórico-descritivo como instrumento de análise e condução do processo. Como materiais e insumos utilizados para sustentação da argumentação e narrativa histórica construída para investigação da hipótese apresentada foram utilizados, em grande parte, documentos primários. Estes se encontram, por exemplo, em algumas coletâneas de documentos, tais quais: volumes da coleção *British Documents on the Origins of War, 1898-1914,* organizada por Gooch e Temperley; volumes da coleção *German Diplomatic Documents, 1871-1914,* organizada por E. T. S. Dugdale; a obra *Entente Diplomacy and the World: Matrix of the History of Europe, 1909-1914,* organizada por George Schreiner; a obra *The Secret Treaties of Austria-Hungary, 1879-1914*, organizada por Alfred Pribram; volumes da coleção *The Map of Europe by Treaty: Political and Territorial Changes Since the General Peace of 1814*, organizada por Edward Hertslet. Para além, também foram utilizados documentos encontrados em outras fontes bibliográficas, estando suas referências devidamente apontadas em notas de rodapé, ao longo da exposição da pesquisa.

Em conjunto com as fontes documentais, também foram utilizadas autobiografias e obras referentes às memórias de atores que tomaram parte das diversas etapas descritas na pesquisa. Entre estes, pode-se destacar: as memórias de Bernard von Bulow, chanceler do Império Alemão de 1900 a 1909; e a de Lord Augustus Loftus, embaixador britânico em São Petersburgo de 1871 a 1879.

Para além, o trabalho também faz uso amplo de fontes secundárias e trabalhos acadêmicos de referência no que se refere a análise do objeto do presente trabalho ou os temas correlatos apresentados ao longo da narrativa aqui construída. Algumas obras de destaque que foram essenciais para a construção e delimitação da narrativa histórica aqui apresentada são as seguintes: *The Origins of the War of 1914*, de Luigi Albertini; *From Sadowa to Sarajevo: The Foreign Policy of Austria-Hungary*, de F. R. Bridge; *History of the Question of the Straits*, de Emilly Collins; *The Origins of the World War*, de Sidney Fay; *Russian Policy in the Orthodox East: The Patriarchate of Constantinople, 1878-1914*, de Lora Gerd; *Russia's Balkan Entanglements, 1806-1914*, de Barbara Jelavich; *European Alliances and Alignments, 1871-1890,* de Willian Langer; e, por fim, *The Eastern Question: An Historical Study in European Diplomacy*, de John Marriott.

No que se refere à estrutura da pesquisa, esta se apresenta subdivida em 4 capítulos. Os dois primeiros apresentam como objetivo expor os episódios históricos que se configuram como momentos de ruptura e fornecem elementos que nos ajudam a compreender de que forma o acumulado histórico das relações austro-russas influenciou diretamente o processo de tomada das decisões na crise de 1908.

De forma mais delimitada, o primeiro capítulo se refere à investigação do primeiro objetivo específico da pesquisa: a análise do processo de consolidação da posição russa nos Bálcãs. Desta forma, o escopo dessa etapa inicial abrange, de forma breve, a chegada do poderio turco na península, em 1453 e o processo histórico que leva ao apogeu russo no Oriente Próximo em Unkiar-Skelessi, no ano de 1833.

O segundo capítulo analisa dois dos objetivos específicos delimitados: identificar as mudanças estratégicas da política externa czarista após-1833 – especialmente no que se refere ao temor pelo isolamento – e identificar de que forma a Áustria se apresenta como a segunda parte deste relacionamento, analisando seus interesses expansionistas na península, especialmente após o declínio Habsburgo na Europa Central em 1866. Alguns episódios chave, inseridos nesta etapa da narrativa, são os desdobramentos referentes à Guerra da Criméia e os embates austro-prussianos pela hegemonia nos Estados germânicos.

Com a apresentação deste arcabouço de eventos históricos, que formam as bases da narrativa responsável por identificar os elementos centrais que tais episódios fornecem para o relacionamento austro-russo, o escopo da pesquisa, nos dois últimos capítulos se afunila

diretamente para o objeto de pesquisa. A terceira e quarta etapa tem a responsabilidade de aplicar os elementos apresentados nos momentos anteriores, de forma a se analisar o processo iniciado em 1878, no Tratado de Berlim, e que culmina no ato de anexação das províncias da Bósnia e Herzegovina à estrutura formal do Império Austro-Húngaro, em 1908.

Desta forma, o terceiro capítulo se refere diretamente ao objetivo específico que busca compreender a razão da Bósnia e Herzegovina terem adquirido tamanha centralidade na política estratégica e de segurança do Império Habsburgo. Nesta etapa, são retomados elementos apresentados no segundo capítulo – como, por exemplo, a importância da questão das nacionalidades para a monarquia dual – que se tornam essenciais para compreensão dos fatores que levam para a adoção da política que culminaria na ocupação das províncias e no estabelecimento de um relacionamento de controle da Áustria-Hungria em relação à Sérvia, após 1881. Alguns episódios que compõe a narrativa dessa fase são: as negociações da Convenção dos Estreitos de 1871 e a reaproximação das coroas de Berlim, Viena e São Petersburgo – com a formação da Liga dos Três Imperadores; e a Grande Crise do Oriente, entre 1875 e 1878.

Já o último capítulo é aquele que versa diretamente sobre a crise diplomática de 1908 e 1909. Bem como, é a etapa da pesquisa que busca utilizar todos os insumos apresentados nas anteriores para resposta da pergunta-problema anteriormente apresentada. Nesta etapa derradeira, será exposto o processo de negociações diplomáticas anterior e posterior ao ato de anexação das províncias. Desta forma, busca-se analisar como ambições russas, que datam do período apresentado no primeiro capítulo da pesquisa, são as mesmas que influenciam Izvolsky a precipitar um acordo com Aerenthal. Não obstante, veremos como, em diversos momentos da crise, expedientes diplomáticos ou estratégias similares às adotadas em episódios que compõe a narrativa deste trabalho são retomadas e utilizadas como mecanismos por ambos atores, durante a crise.

A relevância da temática se justifica, primeiramente, mediante a centralidade dos acontecimentos de 1908 nos desdobramentos posteriores no Sistema Internacional, que culminam na deflagração da Primeira Grande Guerra. Foi em Sarajevo, principal cidade da Bósnia, que o disparo da arma de um jovem sérvio acabaria por romper com as estruturas de poder existentes e ocasionar um grande choque para a civilização européia.

Portanto, se torna fulcral compreender de que forma se desenvolvem os interesses estratégicos russos e austríacos na península, bem como a latente disputa por influência travada pelos dois impérios no oriente próximo. A análise da crise de anexação da Bósnia e Herzegovina fornece pistas e indícios que ajudam a compreender o porquê de, menos de seis anos depois, os conflitos entre austríacos e interesses pan-eslavos conduziram a Europa em direção às ruínas da guerra.

Não obstante, a abordagem e problemática escolhida – ao abordar a percepção e recurso a multilateralidade por parte de São Petersburgo – busca contribuir com a discussão da Questão do Oriente ao identificar os interesses estratégicos russos em relação às dinâmicas do Sistema Internacional e das disputas de poder contemporâneas.

Desta forma, a abordagem histórica aqui proposta busca elucidar como o acumulado histórico das relações austro-russas e os diversos episódios que marcam o relacionamento entre estas duas potências nos Bálcãs apresentam uma influência direta no condicionamento de suas ações em 1908. Assim sendo, busca-se evidenciar que a postura agressiva de Aerenthal ou as fracassadas tentativas de Izvolsky em se organizar uma conferência europeia não foram movimentos de desespero ou estratégias improvisadas frente à reação das demais partes, mas são componentes de uma linha de ação histórica que estabelecem uma identidade de ação construída e transformada mediante os momentos de ruptura apresentados nesta narrativa.

Outro ponto, que justifica a execução da pesquisa, se refere à necessidade de difusão e consolidação do campo da História das Relações Internacionais no Brasil. Nota-se uma escassez de produções científicas que busquem compreender as dinâmicas de poder do Sistema Internacional a partir de uma perspectiva histórica – especialmente no que se refere ao período anterior a Primeira Guerra. O trabalho, portanto, se situa num esforço duplo. Primeiro o de buscar uma abordagem que relacione a disputa austro-russa a uma perspectiva histórica, investigando a partir de uma revisão historiográfica de que forma se constrói e como ambos os Estados projetam seus interesses durante a crise de anexação. Segundamente, o de auxiliar nos esforços de difusão e consolidação do campo da História das Relações Internacionais no contexto da produção científica brasileira.

O período anterior a Primeira Grande Guerra e os complexos desfechos diplomáticos que emergiram no continente europeu pós-1871 ainda são uma área pouco

explorada na produção científica nacional. Da mesma forma, é essencial buscar uma compreensão histórica destes processos para que, então, seja possível identificar quais foram os elementos determinantes para a construção do devastador cenário que se apresentaria em 1914. Episódios que, em um primeiro momento, parecem de pouca relevância quando comparados à magnitude do conflito que assolou a Europa podem se configurar como essenciais para identificar elementos e padrões de interação entre os atores que foram reproduzidos de forma posterior.

Assim sendo, a principal proposta desta pesquisa é fomentar este debate e processo de reconstrução histórica de um período histórico marcado por instabilidades e complexos sistemas de alianças – seja no período bismarckiano ou posteriormente, com os arranjos que deram origem à tríplice aliança e entente – que entrincheiraram e atrelaram os interesses dos principais atores do continente. Menos de um século após suas tropas adentrarem Paris, a Rússia se viu em guerra ao lado dos franceses e dos Britânicos, tradicionais rivais do poderio czarista, contra os Estados Germânicos – outrora, seus principais aliados. Uma constatação que revela as reviravoltas causadas pelas instabilidades do Sistema Internacional no período e a necessidade de uma ampla análise e contemplação de tais processos.

Capítulo 1 – Da queda de Constantinopla ao Tratado de Unkiar-Skelessi: os interesses estratégicos e o avanço russo nos Bálcãs e Mar Negro

O capítulo inicial da pesquisa se propõe a apresentar a natureza dos interesses russos na área européia do Império Otomano e no Oriente Próximo – ou seja, a Península Balcânica e os Estreitos. A idéia apresentada consiste na perspectiva de que a formulação estratégica da política externa do Império Russo para a região, neste momento inicial de expansão, se assenta em dois princípios: o primeiro é a obtenção de acesso, ou controle dos estreitos turcos e da costa do Mar Negro, de forma a permitir o envio das embarcações militares e comerciais russas ao Mediterrâneo.

Já o segundo eixo argumentativo se refere à relação especial estabelecida entre o Império Russo e os cristãos ortodoxos do Oriente Próximo, após a queda de Constantinopla, em 1453. Embora o avanço russo em direção à região tenha recebido seu primeiro impulso concreto apenas no reinado de Pedro I, na transição entre o século XVII e XVIII, percebe-se que a temática da ortodoxia e da preponderância russa em tal questão se fez presente durante todo o processo de disputa por influência nos estreitos e na própria constituição da identidade de atuação externa apresentada por São Petersburgo.

Como veremos, esse relacionamento e identidade religiosa compartilhada por São Petersburgo e os povos vivendo sob julgo otomano acabaram se tornando o princípio legitimador do avanço czarista em direção aos estreitos. Em última instância, o império desenvolveu uma relação quase paternalista com os súditos ortodoxos do sultão.

Esta retomada histórica é necessária, uma vez que esta identidade de atuação, embora tenha sofrido mudanças resultantes dos diversos episódios históricos relatados neste trabalho, lança as bases dos interesses estratégicos e de solidariedade pan-ortodoxa e eslava que justificam as futuras atuações da política externa czarista.

Desta forma, este capítulo se relaciona diretamente ao primeiro objetivo específico da pesquisa: identificar o processo de consolidação do poderio russo na região.

As Consequências da Queda de Constantinopla

Para se compreender a natureza dos interesses russos, em relação aos estreitos e a Península Balcânica, deve-se primeiro expor a centralidade de Constantinopla e da ortodoxia para a própria existência do Império e a construção de sua identidade cultural.

Como aponta Collins (1932), a capital do Império Bizantino tornou-se um centro irradiador de cultura e influência durante a idade média, especialmente em função de sua privilegiada posição estratégica. Localizada nos estreitos que dão acesso ao Mar Negro, a cidade tornou-se um ponto focal do comércio na região.

Em 1453, Constantinopla foi dominada e, posteriormente, transformada em capital e centro político do que se tornaria o Império Otomano. Tal qual expõe Klimenko e Yurtaev (2018), a queda da capital bizantina trouxe uma grande ruptura para as estruturas do sistema internacional e, também, para o Grão-Ducado de Moscou[1]. Os autores apontam que, anteriormente, as relações entre o Império Bizantino e os demais atores que se identificavam com a religião ortodoxa eram fundamentadas em uma espécie de ecumenismo – ou seja, a idéia de união política e cultural entre os povos que professavam a ortodoxia como religião comum. Neste sentido, Constantinopla era o centro responsável por influenciar as demais unidades políticas de menor amplitude, entre elas, aquela que se tornaria o Império Russo.

Com a queda de sua referência religiosa, política e cultural, se fez necessário um esforço de autodeterminação (KLIMENKO e YURTAEV, 2018). Foi neste momento que, pela primeira vez, Constantinopla surgiu no contexto das ambições russas de forma mais latente. A queda do Império Bizantino daria origem à visão da Rússia como a "Terceira Roma", ou seja, a herdeira cultural e religiosa de Constantinopla e, agora, guardiã da ortodoxia.

> O conceito de Terceira Roma foi desenvolvido pelo monge Philothei do monastério de Pskov Eleazar, no século XVI. Ele afirmava que após a queda da Segunda Roma, Constantinopla, a Rússia se tornou o único reino ortodoxo remanescente no mundo. Em um primeiro momento sua ideologia era desprovida de conotações políticas, mas tornou-se um fértil solo para o desenvolvimento de objetivos políticos e militares. Para a Rússia, era a restauração do Império Bizantino que havia dominado todo o mundo ortodoxo. Agora, a Rússia desejava que seu império e capital se tornassem o centro do mundo. (GERD, 2014, p. 20, tradução nossa).[2]

[1] O Grão-Ducado de Moscou foi uma das unidades políticas antecessoras do Império Russo, perdurando de 1283 a 1547. Posteriormente, foi estabelecido o Czarado de Moscou, entre 1547 e 1721 – ano em que Pedro I proclama o Império Russo.

[2] "The concept of the Third Rome was developed by the monk Philothei of the Pskov Eleazar Monastery in the 16th century. He stated that after the fall of the Second Rome, Constantinople, Russia remained the only Orthodox kingdom in the world. At first this ideology had no political connotations, but it became a fertile soil for the development of political and military goals. For Russia it was the restoration of the Byzantine Empire, which had dominated over the entire Orthodox world. Now Russia wanted its empire and capital to be the centre of this world."

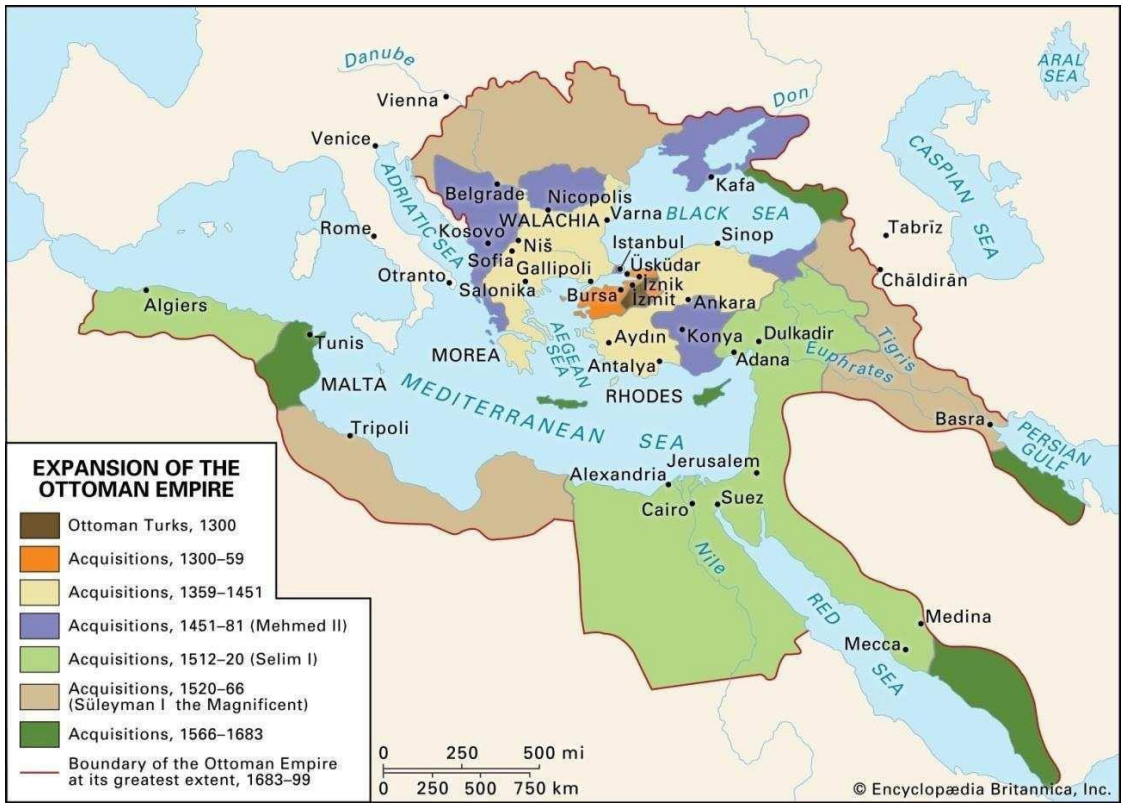
Como apontado no excerto, à concepção de Terceira Roma surgiu desprovida de aspectos políticos. Contudo, Gerd (2014) aponta que a idéia teria se enraizado nas concepções de política externa do Império. Na perspectiva de Klimenko e Yurtaev (2018, p. 237, tradução nossa): "[...] o conceito de Terceira Roma pode ser visto como a doutrina informal da geopolítica russa". Mas de que forma se desenvolveu essa relação simbiótica entre uma concepção de cunho religioso e as formulações estratégicas do império?

Para compreender tal desfecho, deve-se primeiro retomar a situação geopolítica do Mar Negro, após a queda de Constantinopla. Em 1475, duas décadas após a conquista do centro ortodoxo, o Império Otomano consolidou seu domínio na região com a aquisição do porto de Azov e da península Criméia. Como resultado, o Mar Negro se tornou um lago otomano. Não obstante, com seu domínio consolidado, a Sublime Porta[3] iniciou uma política estratégica que se consolidaria como um dos elementos basilares de sua política externa: o fechamento do Bósforo e Dardanelos para navios de guerra de todas as nacionalidades, bem como a imposição de restrições para embarcações mercantis (COLLINS, 1932).

O domínio otomano nos estreitos criou uma situação "incômoda" para os interesses estratégicos russos. Não apenas a cidade que, por séculos, exerceu a função de centro político e religioso da ortodoxia estava sob controle muçulmano, mas também, a política de fechamento dos estreitos trazia preocupações para um império que buscava consolidar sua posição como novo centro político-religioso para a ortodoxia e os povos eslavos. Como expõe Collins (1932, p. 10, tradução nossa): "Possuindo extensos territórios continentais e acesso inadequado para o mar, [a Rússia] percebeu a necessidade de forçar seu caminho para a costa e adquirir saídas marítimas permanentes. Este se tornou o objetivo definitivo da política nacional russa [...]."

Figura 1 – Expansão Territorial do Império Otomano na Península Balcânica

[3] Sublime Porta é o pronome de tratamento usualmente adotado pelas representações diplomáticas em referência ao poder central otomano.

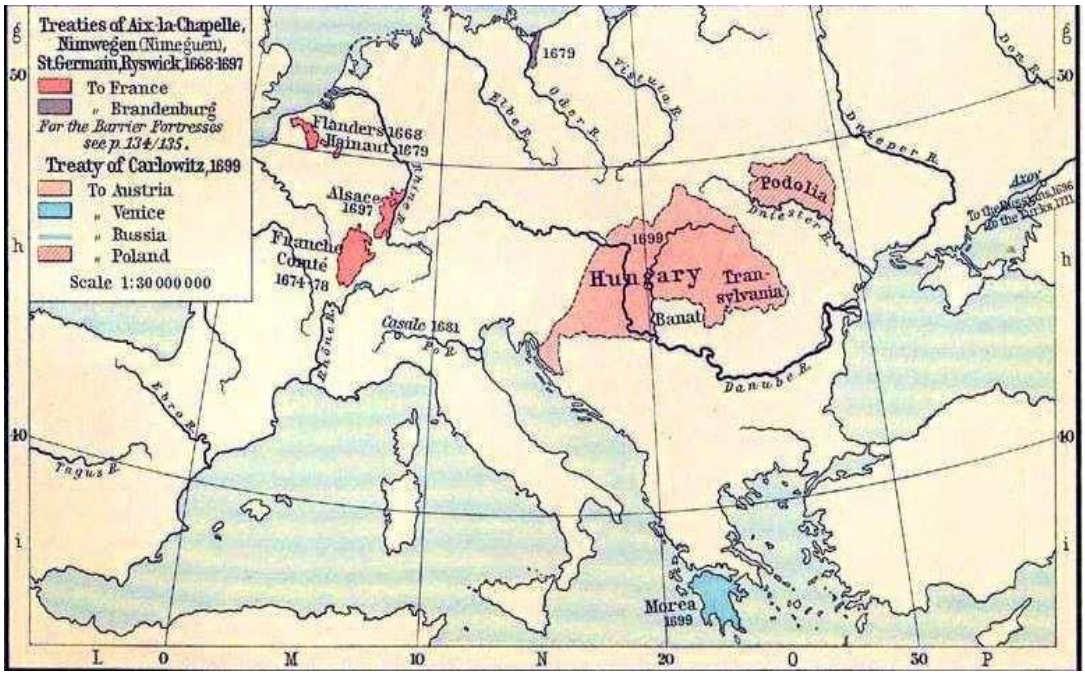


Fonte: Brittanica[4]

Não obstante, a ascensão dos interesses russos se combinou com a percepção de que o poderio otomano não mais era a força avassaladora que invadiu e dominou os Bálcãs e o mundo ortodoxo – ver figura 1, para expansão territorial do império – especialmente após 1683 (COLLINS, 1932). Como exposto por Papavlassopoulos (1997), é em tal data que o avanço otomano é definitivamente contido, com o fracasso do cerco à Viena e a posterior assinatura do Tratado de Carlowitz, em 1699. O tratado transferia, para soberania dos Habsburgos, as importantes regiões da Hungria e Podólia, criando uma zona de segurança entre o núcleo do estado austríaco e seu rival otomano, conforme demonstrado na Figura 2.

Figura 2 – Aquisições territoriais Austríacas após Carlowitz (1699)

[4] Disponível em: <https://cdn.britannica.com/89/4789-050-B6176F52/Expansion-Ottoman-Empire.jpg> acesso: 08 mar. 2020.



Fonte: Emerson Kent[5]

Na perspectiva do autor, o fracasso em Viena e a assinatura do tratado causaram grande impacto na posição otomana no sistema internacional. Além do fim do avanço territorial, a assinatura de Carlowitz ocasionou, para a Sublime Porta, a subtração de 346 mil km² de territórios outrora sob sua soberania. Após a assinatura do tratado, o Império Otomano passou a ser visto pelas potências européias não como um poder de status semelhante ou ameaçador, mas como uma estrutura política em decadência e sujeita às maquinações e intrigas dos atores ocidentais (PAPAVLASSOPOULOS, 1997; COLLINS, 1932).

Se o fim do século XVII marcou o início do declínio otomano, a mesma coisa não poderia ser dita em relação ao Império Russo. Paralelamente às dificuldades turcas, que culminaram no tratado de 1699, três anos antes os russos haviam chegado ao Mar Negro com a conquista do porto de Azov. A campanha, liderada por Pedro I[6], marca um novo período de competição direta entre eslavos e turcos pelo domínio estratégico dos Bálcãs e do Mar Negro. Não obstante, o monarca russo tinha pretensões ainda maiores. Conforme pode ser visto em excerto apresentado por Ragsdale (1988, p. 93, tradução nossa), onde o

[5] Disponível em: <http://www.emersonkent.com/images/treaties_1668.jpg> Acesso: 12 jan. 2020

[6] Pedro I Alekseevich (1672-1725), o Grande, foi o monarca russo entre 1682 e 1725. Além da conquista de Azov, Pedro se notabilizou pela vitória na Grande Guerra do Norte, a fundação de São Petersburgo e a proclamação do Império Russo em 1721.

mesmo apresenta o relato de Minnich[7], um conselheiro próximo a Pedro I: "[…] até o momento de sua morte, seu grande plano... sempre foi conquistar Constantinopla, expulsar os infiéis turcos e tártaros da Europa e, posteriormente, restabelecer a monarquia grega".

A tomada de Azov consolidou os interesses russos na região e proveu força aos elementos que tornaram a defesa dos eslavos ortodoxos e a necessidade de acesso ao Mar Negro forças motrizes da política externa e grande estratégia russa. A "ideologia" por trás de tal movimento passou a ter dois grandes eixos: o primeiro relacionado ao "dever" de reconquista do centro cultural da ortodoxia em Constantinopla – e, conseqüentemente, uma posição privilegiada para o acesso estratégico ao Mar Negro – e o segundo se referindo ao desenvolvimento de uma relação patronal com os povos eslavos e ortodoxos vivendo sob o julgo otomano.

> O primeiro é um senso de destino, quase tão velho quanto o estado russo, em conexão com Constantinopla e os estreitos. Suas raízes eram duas: primeiro, Constantinopla havia sido a capital e centro religioso, a Roma do Império Bizantino. [...] Essa afinidade quase mística era equiparada a uma estratégica: o enorme estado russo não detinha saídas para o mar aberto, sendo cercado a Norte e Leste, e pelas massas da Eurásia a Oeste e Sul. Os únicos portos de água quente russos estavam no Mar Negro, conduzindo ao Mediterrâneo através dos Estreitos, sob domínio turco. [...] A segunda aspiração era o pan-eslavismo. [...] Algo muito mais recente, um senso de comunhão com os povos eslavos do Leste Europeu. Os russos possuíam o único estado eslavo livre e independente, além de serem a maior população eslava. Alguns deles (entre os místicos e classes altas, ao menos) sentiam um impulso de intensidade quase religiosa em liderar seus pares para a liberdade, assim como sentiam um impulso religioso para recristianizar Constantinopla (LAFORE, 1971, p. 89, tradução nossa)[8]

Assim, o impulso ao Oriente, encontrado na tomada de Azov, resgatou para a política externa russa aspectos quase místicos de sua história e de seu relacionamento com as unidades políticas de menor amplitude que o circundam. Alguns desses aspectos, apresentados na tese de Segrillo (2016), retomam preceitos presentes, por exemplo, no

---

[7] Burkhard Christoph von Münnich (1683-1767, foi um military de origem alemã que serviu no exército imperial entre 1721 e 1741, sendo convidado por Pedro I para trabalhar na modernização dos territórios conquistados pelo recém-proclamado império.

[8] "The first was a sense of destiny, almost as old as the Russian state, in connection with Constantinople and the Straits. Its sources were twofold: first, Constantinople had been the capital and religious center-the Rome of the Byzantine Empire. […] This rather mystical affinity was matched by a strategic one: the huge Russian state had no outlet to the open sea, being shut in by ice on the north and the east, and the land masses of Asia and Europe on the west and the south. The only warm-water Russian ports were on the Black Sea, which led to the Mediterranean only through the Straits, astride which lay Turkey and it. […]. The second aspiration was pan-Slavism. […] It was much more recent, this sense of communion with the Slavic peoples of Eastern Europe. The Russians possessed the only free and independent Slavic: state, and they were vastly the largest of the Slavic peoples. Some of them (among mystical and upper-class Russians, as least) felt an impulse of almost religious intensity to lead their kinsmen to freedom, just as they felt a religious impulse to re-Christianize Constantinople"

"mito da incorporação amistosa". Conforme o autor, a identificação com tal mito advém da perspectiva de que o Império Russo teria raízes pacíficas, distintas da imagem de uma unidade política implacavelmente expansionista – que, como veremos, será imputada à São Petersburgo no decorrer de sua projeção de influência nos Bálcãs. Os povos eslavos teriam requisitado proteção à Rurik, fundador do *Rus* de Kiev[9]. Desta forma, paralelamente, os cristãos ortodoxos otomanos estariam requisitando o "resgate" ao núcleo eslavo e a fé ortodoxa por Moscou, a Terceira Roma. De certa forma, o Império Czarista encontrava na proteção aos eslavos ortodoxos sua própria versão do Destino Manifesto.

Outra relevante análise dos princípios da política externa da Era Petrina é feita por Fitzgibbon (1974). O autor classifica o reinado de Pedro I como um período de "expansão territorial dinâmica" com objetivo de securitizar suas fronteiras, reduzir o número de pilhagens dos povos tártaros e obter maior presença comercial no Mar Negro. Não obstante tais interesses estratégicos, o autor aponta que as políticas adotadas por Pedro I estabelecem três novos princípios para a política externa russa: "[...] Pedro estabeleceu novas direções e objetivos na política externa russa. Isso incluiu suas tentativas de garantir o acesso ao Mar Negro, o estabelecimento de relações regulares com os cristãos dos Balcãs e um forte interesse russo nos Principados. " (FITZGIBBON, 1974, p. 6, tradução nossa)[10]

Como veremos posteriormente, a perspectiva de que o Império Russo intencionava a conquista de Constantinopla acabou por ser cristalizada, especialmente no que se referia à leitura de outros atores em relação às ambições czaristas. Collins (1932), por exemplo, afirma que os interesses russos não se restringiam apenas ao domínio de Constantinopla e os estreitos, mas também em relação aos cinco rios navegáveis que cortam a região: o Dniestre, o Dniepre, o Bug, o Don e Kuban.

Após o marco inicial da conquista de Azov, no reinado de Pedro I, um novo impulso às pretensões de São Petersburgo nos Bálcãs– e, consequentemente, nos Estreitos – se deu no reinado de Catarina II[11], a Grande, a partir de 1762. Assim como Pedro I, a monarca nutria grandes ambições para o avanço russo ao Mar Negro. Ragsdale (1988)

[9] A Rússia de Kiev foi uma unidade política existente entre os anos de 879 e 1240. Foi uma unidade política ancestral ao Império Russo, tendo ruído com as invasões mongóis no século XII.

[10] "[…] Peter did initiate new directions and new goals in Russian foreign policy. These included his attempts to secure access to the Black Sea, the establishment of regular relations with the Balkan Christians and a strong Russian interest in the Principalities. "

[11] Catarina II, a Grande (1729-1796), foi a imperatriz da Rússia de 1762 a 1796.

expõe em sua pesquisa a natureza do que seriam os planos de Catarina para o Oriente Próximo, formulados por Alexander Bezborodko[12].

Conforme o autor, os planos da monarca e do chanceler concebiam três distintas possibilidades e desfechos: a primeira delas envolvia o domínio direto russo sobre a costa do Mar Negro. Neste sentido, caberia a São Petersburgo o controle sobre as terras entre o rio Bug e Dniester, bem como a anexação da Criméia e algumas ilhas do arquipélago grego. Neste caso, o império austríaco seria compensado com o controle da Sérvia e da Bósnia; a segunda possibilidade consistia no estabelecimento de um estado romeno independente, compreendendo o território dos principados do Danúbio – Moldávia e Valáquia – e que seria batizado de Dácia; por fim, a última possibilidade consistiria na eliminação total do poderio turco e o restabelecimento de um império grego, sob a égide do neto da imperatriz russa (RAGSDALE, 1988; GERD, 2014).

Contudo, o próprio Ragsdale – a partir da análise de fontes historiográficas russas – admite que o chamado "Projeto Grego" de Catarina II nunca foi, de fato, um objetivo concreto e central da política externa russa. Na verdade, as supostas ambições de Catarina e Bezborodko foram utilizadas como um discurso que legitimou movimentos de contenção à expansão do Império Russo em direção ao Mar Negro, como veremos posteriormente.

Neste sentido, portanto, se compreende de que forma surgem os interesses russos em relação à importância dos estreitos e, consequentemente, da Península Balcânica e sua população cristã ortodoxa. A natureza destes interesses refletiu uma simbiose entre a necessidade estratégica de domínio do Mar Negro e sua identificação étnico-religiosa com os eslavos que viviam sob julgo otomano. As conquistas de Pedro I e a suposta existência do "Projeto Grego" de Catarina são traços marcantes de tal período, que é caracterizado pela existência de ambiciosos planos para obtenção do controle direto da rota marítima para o Mediterrâneo.

De Kuchak-Kanardji a Unkiar-Skelessi: O Apogeu Russo nos Bálcãs e no Mar Negro

A presente seção objetiva expor os desdobramentos ocorridos entre os anos de 1774 e 1833, quando o Império Russo consolidou sua posição como potência dominante nos

[12]Alexander Bezborodko (1747-1799), exerceu o cargo de Chanceler do Império Russo durante o reinado de Catarina II, substituindo a Nikita Panin e sendo considerado o principal arquiteto da formulação de política externa e estratégica do Império Russo, durante o período.

Bálcãs e expandiu sua influência em direção ao Mar Negro. Neste sentido, tal etapa do capítulo se desdobra em duas frentes: primeiramente, busca-se expor de que forma o tratado de Kuchak-Kanardji, assinado em 1774, torna-se um instrumento de legitimação das intervenções russas na região, mediante a existência de uma cláusula que, supostamente, conferia ao czar o direito de proteção aos súditos otomanos de fé ortodoxa – fortalecendo a relação orgânica já existente entre o Império e seus correligionários nos Bálcãs; posteriormente, analisam-se as consequências da insurreição grega iniciada em 1821, preconizando uma ativa participação não apenas de São Petersburgo, mas também das outras potências continentais.

O Tratado de Kuchak-Kanardji e o direito de protetorado ao Cristianismo Ortodoxo

Se o primeiro momento analisado se referiu à percepção de declínio otomano – após o fracasso em Viena e a assinatura de Carlowitz – o período que compreende 1774 e 1833 reflete a consolidação e o apogeu dos interesses russos na região, especialmente no que tange ao acesso aos estreitos e seus benefícios econômicos.

O primeiro passo para a consolidação deste cenário se deu a partir de 1768, ainda durante o reinado de Catarina. Na ocasião, o Império Russo defrontou a Sublime Porta e, após seis anos de conflito armado, emergiu vitorioso e com condições de satisfazer suas ambições no Oriente Próximo. Não obstante, a derrota de Constantinopla acentuou ainda mais a percepção do declínio de poder relativo otomano.

O fim da guerra – e assinatura do tratado de Kuchak-Kanardji – inicia uma nova fase da "Questão do Oriente", uma vez que suas provisões anularam todos os tratados anteriormente estabelecidos entre os dois impérios (COLLINS, 1932). Como exposto por Yildiz (2009), a demonstração de superioridade marítima, atestada pela esquadra russa durante o conflito, transformou as bases das relações entre São Petersburgo e Constantinopla.

Embora a assinatura do tratado não tenha conferido à monarquia czarista grandes conquistas territoriais, sua ratificação se configurou como um marco no estabelecimento de um novo padrão de relacionamento entre as partes. A partir de 1774, o Império Russo enfim consolidou sua posição como principal ator com exercício de influência sobre a Sublime Porta. Neste sentido, destacam-se três pontos relevantes inseridos no documento: a

questão dos estreitos; a situação dos principados do Danúbio e da Criméia; e o direito de protetorado conferido à São Petersburgo, em relação aos cristãos habitando as terras de soberania otomana.

No que tange à questão dos estreitos, vimos anteriormente como a obtenção de um acesso ao Mediterrâneo através do Dardanelos se configurava como um ponto fulcral da grande estratégia russa. Neste sentido, o tratado demonstrou-se uma vitória ímpar, pois colocou fim – ao menos temporariamente – a exclusividade de trânsito para navios de guerra e, também, obteve privilégios para embarcações mercantes de bandeira czarista.

> Os russos não estavam buscando apenas ganhos territoriais através da guerra. Seu principal objetivo era obter acesso ao Mar Negro, uma área mantida sobre completo controle turco por séculos. O fim desta guerra (1768-1774) também trouxe o fim do monopólio turco na região e concedeu a todos os navios portando a bandeira russa o direito a livre acesso ao Dardanelos. Portanto, não foi apenas a estrutura política da região que foi transformada, mas também o cenário econômico do Levante (PAPAVLASSOPOULOS, 1997, p. 233, tradução nossa)[13]

Neste sentido, o tratado foi essencial, pois concretizou um dos principais interesses estratégicos russos: a liberdade de suas embarcações acessarem os mares quentes através dos estreitos e se beneficiarem economicamente de suas favoráveis rotas comerciais. O tratado encerrou o monopólio turco, estabelecido em 1475, que havia se tornado um dos principais elementos das relações otomanas com as potências ocidentais. Como aponta Collins (1932), a Rússia passou a gozar do privilégio da cláusula de nação mais favorecida em suas relações com a Sublime Porta, equiparando-se aos termos já existentes para súditos franceses e britânicos. Após 300 anos, o tratado rompeu definitivamente com um dos principais pilares que possibilitaram o domínio quase incontestável da Sublime Porta nos Bálcãs, premeditando uma reviravolta no equilíbrio de poder na península e da região do Mar Negro.

O segundo elemento diz respeito à situação dos principados da Moldávia, Valáquia e a situação da península da Criméia. Como expõe Papavlassopoulos (1997), as cláusulas do tratado colocaram os principados diretamente na esfera de influência de São Petersburgo. Desta forma, o regime czarista passou a ter influência direta em uma região

[13] "The Russians were not only seeking some territorial gains throughout the war. Their main objective was to get access to the Black Sea, an area which was kept under complete Turkish control for centuries. The end of this war (1768-1774) brought also the end of the Turkish monopoly in the region and also gavet he right to all commercial ships that carried the Russian flag to pass free from the Dardanelles. Thus, it was not just the political structure of the area that changed, but also the economic scene of the Levant."

estrategicamente vital para sua caminhada em direção ao Mar Negro e projeção de influência na Península Balcânica. Como aponta Jelavich (1991, p. 3, tradução nossa): "[...] no período de 1711 a 1812, a Rússia e o Império Otomano travaram cinco guerras, com a maior parte das batalhas sendo conduzida nos principados".

Além dos principados, Papavlassopoulos (1997) destaca também a relevância da Criméia em tal contexto. Outrora um Estado vassalo à Sublime Porta, a unidade política tártara recebeu o status de independente, tornando-se sensível a influência czarista – que eventualmente acabaria por anexá-la à sua estrutura formal. A existência de uma Criméia independente foi vista pelos otomanos como uma humilhação e criava um novo elemento para possíveis interferências russas no Império. No que tange outras concessões territoriais, recaíram sobre soberania direta do Império Russo as terras localizadas entre os rios Bug e Dniester (JELAVICH, 1991).

Por fim, o terceiro elemento – e de extrema importância – a ser destacado no tratado foi a concessão do direito de proteção aos povos cristãos que habitavam as terras turcas. Neste sentido, torna-se essencial apresentar o texto completo do Artigo VII do tratado[14]:

> A Sublime Porta promete a proteção constante da religião cristã e suas igrejas, também permitia aos Ministros da Corte Imperial Russa fazerem, em todas as ocasiões, representações a favor da nova igreja em Constantinopla, cuja menção será feita no artigo XIV. Em nome de seus ministros oficiais, se comprometem em levar tais representações em consideração, uma vez que sejam feitas de forma confidencial por funcionários de uma potência vizinha e amistosa. (Tradução Nossa).[15]

O sétimo artigo do documento se tornou a pedra basilar e justificativa para as demais intervenções russas no Império Otomano. Através da formalização do direito à "proteção" dos cristãos ortodoxos no Oriente Próximo, São Petersburgo consolidou sua relação "especial" com seus correligionários. O estabelecimento de tal laço marca uma singularidade da relação russa com os súditos ortodoxos e eslavos da Sublime Porta. Uma relação que não poderia ser equiparada pelas demais potências européias e que se tornou a força motriz da estratégia e mecanismos de influência russos na região.

---

[14] Disponível em: <http://www.fas.nus.edu.sg/hist/eia/documents_archive/kucuk-kaynarca.php> Acesso: 26 de set. de 2019.

[15] "The Sublime Porte promises to protect constantly the Christian religion and its churches, and it also allows the Ministers of the Imperial Court of Russia to make, upon all occasions, representations, as well in favor of the new church at Constantinople, of which mention will be made in Article XIV, as on behalf of its officiating ministers, promising to take such representations into due consideration, as being made by a confidential functionary of a neighbouring and sincerely friendly Power."

Não obstante, torna-se claro que o acordo firmado entre os dois atores resguardava grande proximidade com os preceitos estabelecidos por Catarina e Bezborodko. A independência e posterior anexação da Criméia, bem como a posse do território entre o Bug e o Dniester já estavam presentes na primeira das três hipóteses apresentadas pelo chanceler. Kuchak-Kanardji, portanto, marca o início de um período de domínio czarista nas relações com o sultão que se estenderia até 1841.

Ressalta-se, também, que a assinatura do tratado em 1774 também estabeleceu um novo padrão de interação entre o Império Russo e as demais potências européias, no que se refere à Questão do Oriente – termo adotado para se referir a problemática de declínio e esfacelamento do Império Otomano. Como aponta Fitzgibbon (1974, p. 35, tradução nossa), o tratado de Kuchak-Kanardji transformou a Questão do Oriente e o expansionismo russo em um tema recorrente e de grande preocupação nas chancelarias da Europa ocidental:

> Depois de 1774, os estadistas europeus passaram a considerar cada vez mais o destino do Império Otomano como um problema europeu. A partir desse momento, todos os subsequentes movimentos russos contra os turcos tiveram que levar em conta a provável reação das outras potências européias.

Este novo cenário também premeditou mudanças na orientação da formulação estratégica em São Petersburgo. Se nos reinados de Pedro I e Catarina II, a dissolução do Império Otomano e a divisão de seus espólios era um plano de ação seriamente considerado, com a ascensão de Paulo I[16] e a influência do ministro Victor Koutchoubey[17], uma nova estratégia foi formulada para tornar-se a base do relacionamento entre São Petersburgo e Constantinopla. Collins (1932) expõe que, para o chanceler russo, existiam apenas duas possibilidades de resolução para a questão otomana e dos estreitos: acelerar a dissolução turca e repartir seus espólios com a França e Áustria; ou proteger o sultão de possíveis ameaças à integridade de seu império, mantendo um vizinho estruturalmente fraco e susceptível a influência czarista que controlaria indiretamente os estreitos, sem mudanças bruscas no *status quo*.

Os anos seguintes, de transição entre o século XVIII e XIX, são marcados por esforços russos para consolidação de sua recém-adquirida influência no Mar Negro. As ações de São Petersburgo foram delimitadas no sentido de resguardar a exclusividade Russa

[16] Paulo I (1754-1801), foi o imperador da Rússia de 1796 a 1801.
[17] Viktor Pavlovich Koutchoubey (1768-1834), foi Chanceler do Império Russo de 1801 a 1802 – sucedendo Bezborodko.

e Otomana na região, estabelecendo o Mar Negro como um "lago" de uso exclusivo destes atores. Neste sentido, o memorando emitido em 1803, por Alexander Vorontsov[18], se revela uma evidência concreta dos planos russos de consolidar no Oriente Próximo uma hegemonia naval a exemplo da obtida nas regiões do Cáspio e Báltico.

> Em agosto de 1803, o ministro das Relações Exteriores, Alexander Vorontsov, escreveu a seus embaixadores em Constantinopla e Paris que o Mar Negro era "uma espécie de lago ou mar fechado", onde nenhuma bandeira naval era aceitável, exceto a das duas potências ribeirinhas, a Rússia e Turquia. Concluiu-se que, se a Rússia obtivesse superioridade decisiva sobre a marinha otomana, gozaria de hegemonia naquele mar, como já acontecia no Cáspio e procurava alcançar no mar Báltico contra a marinha sueca. (LEDONNE, 2006, p. 29, tradução nossa) [19]

Não obstante, Jelavich (1991) relaciona o cenário das relações russo-otomanas com o contexto das guerras napoleônicas, que ameaçavam uma transformação da balança de poder no continente europeu. A autora aponta que os esforços da Santa Aliança – composta por São Petersburgo, Viena e Berlim – também se aplicavam aos Bálcãs e a região do Mar Negro, servindo como um obstáculo à expansão unilateral da influência czarista na região e levando o Império Russo à adoção de novas estratégias para projeção de poder.

Neste sentido, uma perspectiva similar é apresentada por Schroeder (2004) e Swietochowski (1967), que consideram o Concerto Europeu pós-1814 e o estabelecimento da aliança com Áustria e Prússia como a pedra angular da política externa russa no período que se desdobra até a intervenção na insurreição helênica. A ordem européia assentada no equilíbrio de poder redefiniu as linhas de ação czaristas que, agora, precisava balancear seus desejos de consolidação de influência no Mar Negro com possíveis reações hostis das demais chancelarias da Europa. Para o autor, nos anos seguintes, as ações russas seriam definidas pela manutenção da aliança conservadora com os estados germânicos.

> Na estrutura de relacionamento, a Rússia enfrentou um dilema em relação à preservação do *status quo* no Sistema de Estados Europeus de 1815, resultante dos acordos de 1815. A Rússia desejava preservar o status quo na Europa, mas estava interessada em discutir a divisão do Império Otomano; um ato que a Grã-Bretanha, a Áustria e a França consideravam perturbar o equilíbrio de poder e o *status quo*. [...] Por esse motivo, a Rússia mudou sua política de engrandecimento e anexação das guerras pré-napoleônicas em direção ao Império Otomano, para

[18] Alexander Romanovich Vorontsov (1741-1805), foi Chanceler do Império Russo de 1802 a 1804, sucedendo Koutchoubey.

[19] "In August 1803, the foreign minister, Alexander Vorontsov, wrote to his ambassadors in Constantinople and Paris that the Black Sea was 'a kind of lake or closed sea', where no naval flag was acceptable, save that of the two riparian powers, Russia and Turkey. It followed that if Russia was to gain decisive superiority over the Ottoman navy, it would enjoy hegemony in that sea, as it already did in the Caspian and was seeking to achieve in the Baltic Sea against the Swedish navy"

> poder realizar seus objetivos no Oriente Próximo. Ela adotou uma política flexível de duas vias: (1) a anexação e / ou divisão dos territórios otomanos entre o rio Danúbio e Istambul e o mar Egeu com as outras grandes potências, especificamente de acordo com a Inglaterra e a Áustria; ou (2) o estabelecimento de estados eslavos e /ou ortodoxos satélites nesses territórios, na crença de que seriam dependentes da Rússia. Essas duas políticas eram alternativas uma da outra, mas ambas eram complementares aos objetivos estratégicos da Rússia no Oriente Próximo. (ASLANTAS, 2012, p. 104-106)[20]

Tal redirecionamento da estratégia russa para o Oriente Próximo pode ser rastreado antes mesmo da consolidação do Concerto Europeu, no período pós-napoleônico. Como vimos anteriormente, perspectivas estratégicas que advogavam por uma redução do engajamento militar direto do Império Russo nos Bálcãs se faziam presentes na chancelaria imperial desde o reinado de Paulo I, quando Koutchoubey já defendia a tese de enfraquecimento estrutural do Império Otomano. Tais idéias se consolidaram de maneira mais efetiva com a ascensão de Adam Czartoryski[21] ao posto de Ministro das Relações Exteriores, em 1804. O novo chanceler assumiu com uma visão estratégica acerca da importância comercial do Mar Negro, tomando uma postura de defesa e consolidação dos privilégios obtidos em 1774. Não obstante, Czartoryski passou a defender o estabelecimento de uma relação mais séria com os cristãos ortodoxos e eslavos que viviam no Império Otomano.

Neste sentido, é possível notar uma continuidade entre a linha anteriormente traçada por seus dois antecessores. Das formulações estratégicas de Vorontsov, a política externa de Czartoryski trouxe a defesa da hegemonia exclusiva russo-otomana no Mar Negro. A política do novo chanceler também resgatou preceitos apresentados por Koutchoubey, que já em 1801 defendia uma linha de manutenção do Império Otomano como um vizinho estruturalmente enfraquecido e a mercê da influência diplomática russa. Contudo, a percepção de declínio da Sublime Porta também o levou a traçar estratégias para o caso de seu esfacelamento.

---

[20] "In the relationship structure, Russia faced a dilemma regarding the preservation of the status quo in the 1815 European States System that had resulted from the 1815 Settlements. Russia desired to preserve the status quo in Europe, but was keen to discuss the partitioning of the Ottoman Empire; an act that Britain, Austria and France all considered would disrupt the balance of power and upset the status quo. […] For this reason, Russia changed her policy of aggrandisement and annexation of the pre-Napoleonic Wars towards the Ottoman Empire so as to be able to realise her objectives in the Near East. She adopted a flexible policy of two tracks:5 (1) The annexation and/or partition of the Ottoman territories between the Danube River and Istanbul and the Aegean Sea with the other great powers, specifically in agreement with England and Austria; or (2) the establishment of satellite Slavic and/or Orthodox states in those territories in the belief that they would be dependent upon Russia. These two policies were alternatives to each other, but both were complementary to Russia's strategic goals in the Near East."

[21] Adam Jerzy Czartoryski (1770-1861) foi o Ministro das Relações Exteriores do Império Russo de 1804 a 1806.

> Czartoryski recomendou alguns princípios gerais para orientar a política russa no caso de desmembramento da Turquia européia. Para proteger o comércio do Mar Negro na Rússia, os dois lados dos Dardanelos não devem ser propriedade de um mesmo estado. Além disso, as outras potências, em sua maioria, não devem conquistar territórios na Turquia européia. Mais importante ainda, a França não deve adquirir a Turquia. Os franceses tampouco deveriam ganhar influência sobre os súditos europeus do sultão, aparentando ser seus libertadores. Esse era o papel que a Rússia deveria desempenhar. Czartoryski acreditava que os gregos poderiam formar um estado fora da Turquia européia. Ele achava que esse estado seria forte o suficiente para manter sua independência. Ele recomendou que a Rússia assegurasse sua influência sobre os gregos, prometendo-lhes liberdade e um bom governo. Czartoryski admitiu que sabia pouco sobre os eslavos do Império Otomano. Ele declarou que era absolutamente essencial para a Rússia obter informações precisas sobre os vários povos e províncias da Turquia européia (FITZGIBBON, 1974, p. 100, tradução nossa).[22]

Dentre os preceitos estabelecidos pelo chanceler, dois se destacam como elementos que ganharam preponderância na estratégia russa. O primeiro se referia a percepção de que, em caso de esfacelamento do Império Otomano, nenhuma outra potência européia deveria se apoderar dos territórios turcos na Península Balcânica e no Oriente Próximo. Tal posicionamento se relaciona diretamente aos preceitos anteriormente apresentados e já defendidos por Voronstov – acerca da necessidade de hegemonia russa no Oriente Próximo e que o Mar Negro se tornasse um "lago" russo. Como é possível ver no excerto de Fitzgibbon (1974), a defesa dos interesses comerciais russos na região tornou-se um elemento basilar da política externa czarista e a concorrência de uma potência européia que se apoderasse dos espólios turcos na região poderia se configurar como uma ameaça à primazia russa. Nas palavras do autor, para o chanceler a preponderância comercial czarista no Mar Negro se configurava como "um objeto de primeira importância".

O segundo elemento apresentado por Czatoryski remete aos povos cristãos e eslavos que habitavam as terras da Sublime Porta. Como apresentado anteriormente, após a queda de Constantinopla o Império Russo embarcou em uma jornada de autodeterminação que se sustentava na noção da primazia de São Petersburgo como principal centro político, religioso e cultural da Ortodoxia pós-1453. Neste sentido, o Império Czarista apresentava o potencial de desenvolver uma relação com os povos cristãos otomanos que não poderia ser

[22] "Czartoryski recommended a few general principles to guide Russian policy in the event of the dismemberment of European Turkey. In order to protect Russia's Black Sea trade both sides of the Dardanelles should not be the property of one state. Furthermore, the other European powers for the most part should not gain territories in European Turkey. Most importantly, France should not acquire Turkey. Nor should the French gain influence over the sultan's European subjects by appearing to be their liberators. This was the role that Russia should play. Czartoryski believed that the Greeks could form a state out of European Turkey. He felt that such a state would be strong enough to maintain its independence. He recommended that Russia assure its influence over the Greeks by promising them liberty and a good government. Czartoryski admitted that he knew little about the Slavs of the Ottoman Empire. He declared that it was absolutely essential for Russia to acquire precise information on the various peoples and provinces of European Turkey"

igualada pelas demais potências – que em sua maioria professavam o catolicismo ou suas vertentes protestantes.

A partir de Czatoryski, o Império Russo passou a considerar o estabelecimento de Estados Independentes que ocupariam o vácuo de poder eventualmente criado pelo fim do Império Otomano. Tal linha de ação traria vantagens impares para São Petersburgo, que poderia explorar seus laços étnicos e religiosos para estabelecer relações de dominação com estes novos atores. Contudo, como pode ser visto no próprio excerto apresentado, as relações czaristas com tais povos ainda apresentavam poucos canais consolidados de comunicação. De fato, faltavam até mesmo informações precisas sobre estes, um fator que inviabilizava a instrumentalização de tais populações como um mecanismo de consolidação do poder russo no Oriente Próximo.

Como já apresentado, as estratégias formuladas pelo chanceler foram consolidadas com o estabelecimento da Santa Aliança, após 1815. Como veremos posteriormente, o segundo elemento de tal estratégia – o incentivo a criação de Estados independentes que orbitariam em torno do centro gravitacional da influência russa – se tornaria um obstáculo para seu relacionamento com Viena, que considerava a possibilidade de surgimento de tais unidades políticas como ameaçadoras ao *status quo* e sua própria existência. Não obstante, a deflagração da "Questão Grega" a partir de 1821 resultaria em um cenário oportuno para que São Petersburgo buscasse a adoção de tal caminho estratégico e se tornaria um marco do rompimento da relação de proximidade entre o Império Czarista e a Monarquia de Habsburgo.

As conseqüências da Insurreição Grega: os tratados de Adrianópolis e Unkiar-Skelessi

Após o tratado de Kuchak-Kanardji, o segundo momento de expansão da influência russa em Constantinopla se dá no contexto da Guerra Russo-Turca travada entre 1828 e 1829. Em tal ocasião, o Império Russo demonstrou claramente de que forma o seu direito a proteção dos povos cristãos se tornou um mecanismo de coerção em seu relacionamento com a Sublime Porta, bem como buscou colocar em prática a política estratégica de estabelecimento de Estados independentes na península. Na ocasião, a insurreição que se arrastava no território da Grécia foi utilizada como pretexto para a intervenção que culminou na independência do Estado Helênico (COWLES, 1990).

Neste sentido, é importante considerar a direta correlação entre a insurreição grega – que se inicia em 1821 – e os preceitos estratégicos delimitados por Czatoryski e consolidados no pós-1815. Como expõe Ledonne (2006), São Petersburgo gradualmente passou a adotar uma linha de ação orientada para estreitar laços e fornecer apoio à insurreição grega – que havia se originado nos Principados do Danúbio, sobre proteção direta do Czar desde o tratado de 1774 – e ameaçava a soberania da Sublime Porta.

A "Questão Grega" trazia contornos particulares, no que tange a relação dos agentes helênicos com São Petersburgo. Após a consolidação dos interesses russos em Kuchak-Kainardj e obtenção do direito ao fluxo de suas embarcações comerciais no Mar Negro, a maior parte do comércio marítimo russo na região passou a ser executado pelos gregos (ASLANTAS, 2012). Com o acirramento da revolta e tentativas fracassadas de supressão por parte da Sublime Porta, iniciou-se um processo de maior fiscalização e bloqueio a passagem das embarcações com marinheiros gregos navegando sob proteção da bandeira czarista – utilizando, como pretexto, a alegação de que tais embarcações estariam sendo utilizadas como meio de transporte para munições e suprimentos direcionados as forças rebeldes. Tal linha de ação acabou por trazer grandes prejuízos ao fluxo comercial russo no Mar Negro, incitando conflitos entre São Petersburgo e Constantinopla que se acirraram à medida que o poder central turco se deparava com a incapacidade de conter seus súditos revoltosos.

Para além de tal elemento, outra questão a ser ressaltada, e que elucida o posicionamento russo no período, diz respeito à influência de agentes gregos que compunham os quadros do serviço estatal de São Petersburgo. Com a proximidade estabelecida entre o Império e os povos helênicos – derivada de tal relacionamento comercial – a Rússia tornou-se um pólo de atração e destino para a ortodoxia grega. Gradualmente, a administração russa passou a recrutar agentes deste grupo para seus quadros. Em tal contexto especifico, duas figuras se destacam: Ioannis Capodistrias[23] e Alexander Ypsilantis[24]. Como ressalta Aslantas (2012), ambos desempenharam papéis importantes no desenvolvimento da Crise Grega – Capodistrias através de seu cargo na chancelaria imperial, advogando uma política intervencionista por parte de São

[23] Ioannis Antonios Kapodistrias (1776-1831) , foi ministro das Relações Exteriores do Império Russo, de 1816 a 1822 – exercendo o cargp conjuntamente com Nesselrode.

[24]Alexander Ypsilantis (1792-1828), foi major-General do Império Russo e figura importante no exército czarista durante as Guerras Napoleônicas. Ypsilantis é considerado um dos heróis da independência grega.

Petersburgo, e Ypsilantis responsável pela deflagração da revolta ao comandar um regimento rebelde nos principados em 1821.

Como apontado anteriormente, a defesa dos privilégios comerciais no Oriente Próximo se tornou uma pedra angular da política externa russa. Portanto, as ações do Império Otomano orientadas para contenção das embarcações gregas, navegando sob bandeira russa, foram vistas como uma ameaça aos interesses vitais de São Petersburgo. Neste sentido, o primeiro ato de contestação do Império, em relação às políticas adotadas pela Sublime Porta, deu-se ainda em 1821 com uma nota enviada pela chancelaria russa – sob comando de Capodistrias – exigindo medidas de apaziguamento por parte do Império Otomano.

> No meio do verão de 1821, no entanto, a paciência de Alexandre I com o comportamento dos turcos foi severamente enfraquecida e o partido de guerra parecia ganhar predominância. A atitude hostil de Capodistrias em relação à Porta pode, portanto, ser expressa em uma nota apresentada por Stroganov em 18 de julho, na qual a Rússia exigia a retirada do exército turco dos Principados, a garantia da vida dos cristãos no Império Otomano, a restauração de igrejas destruídas durante os distúrbios e pela distinção a ser feita entre gregos inocentes e rebeldes. Se a Sublime Porta não consentisse dentro de oito dias, Stroganov tinha o direito de deixar Constantinopla (SEDIVY, 2013, p. 70)[25]

A negativa por parte de Constantinopla, em ceder às exigências russas, resultou na retirada de Stroganov[26], embaixador russo no Império Otomano, e a suspensão das relações diplomáticas formais entre os atores. Como apresentado por Aslantas (2012), após o rompimento diplomático o primeiro recurso buscado por São Petersburgo foi recorrer às estruturas da Santa Aliança. Neste sentido, a estratégia adotada foi a de buscar junto ao Concerto Europeu uma autorização para a intervenção sob a justificativa de "restaurar a paz e o equilíbrio europeu", justificando sua proposta a partir do pretexto das intervenções austríacas na Europa Ocidental. Contudo, uma possível intervenção russa unilateral na Grécia ameaçava os interesses austríacos, que temiam o estabelecimento de um Estado independente passível de ser influenciado por São Petersburgo, levando a chancelaria de Viena a bloquear tal ação.

---

[25] "In the midsummer of 1821, however, Alexander I's patience with the behaviour of the Turks was severely weakened and the war party seemed to gain predominance. Capodistrias' hostile attitude towards the Porte could thus be expressed in a note presented by Stroganov on 18 July in which Russia demanded the withdrawal of the Turkish army from the Principalities, the guarantee for the lives of the Christians in the Ottoman Empire, the restoration of churches destroyed during the riots and for the distinction to be made between innocent Greeks and the rebels. If the Porte did not consent within eight days, Stroganov was entitled to leave Constantinople"

[26] Grigoriy Alexandrovich Stroganov, embaixador russo em Constantinopla de 1816 a 1821.

A oposição austríaca à proposta de intervenção russa premeditou os primeiros embates diplomáticos entre as monarquias conservadoras. À espera de reciprocidade – em função de ter apoiado a intervenção de Viena em Nápoles e Piemonte – São Petersburgo passou a alegar que seu aliado apresentava inconsistências na condução de sua política externa (SEDIVY, 2013).

O rompimento das relações com o Império Otomano acabou por premeditar planos mais agressivos, por parte da chancelaria russa, em relação ao desenvolvimento da insurreição grega. Conforme expõe Sedivy (2013), coube à Nesselrode[27] delimitar o primeiro plano estratégico russo orientado para resolução da crise. Neste sentido, em janeiro de 1824 o agente russo formulou uma proposta de pacificação e intervenção que estabeleceria a criação de três principados autônomos: o Peloponeso; a Rumélia Oriental; e Rumélia Ocidental.

Como o autor assinala – em perspectiva compartilhada por Aslantas (2012) – o estabelecimento de tais unidades políticas autônomas foi uma estratégia definida com finalidade de se estabelecer novas áreas de projeção da influência czarista no Império Otomano. Os principados gregos, propostos por Nesselrode, estariam ligados à Sublime Porta através da existência de regimentos turcos em seu território e o pagamento anual de tributos, a exemplo da Valáquia e Moldávia.

A adoção de tal política apresentava total aderência às perspectivas estratégicas adotadas pelo Império Russo desde a chancelaria de Czartoryski e consolidadas com o Concerto Europeu. Neste sentido, a criação dos principados gregos permitiria a continuidade da existência do Império Otomano, enquanto o enfraqueceria estruturalmente permitindo aos agentes russos expandirem sua capacidade de projeção de influência na soberania turca, tal qual ocorria nas unidades do Danúbio.

Contudo, com a negativa das chancelarias européias para a proposta de intervenção unilateral para pacificação da Grécia e o incremento da atuação de Viena, no sentido de reduzir as tensões entre São Petersburgo e Constantinopla, acabaram por inviabilizar tal linha de ação. Posteriormente, as desavenças entre Rússia e Império Otomano foram inicialmente resolvidas com a Convenção Akkerman em 1826. Tal documento consolidou

[27] Karl Robert Reichsgraf von Nesselrode-Ehreshoven (1780-1862), Ministro das Relações Exteriores do Império Russo de 1814 a 1856 – atuando de forma conjunta com Capodistrias entre 1816 e 1822, sucedendo Rumyantsev e precedendo Gorchakov.

em seus termos os direitos russos de praticar o comércio marítimo no Mar Negro (LEDONNE, 2006). Neste sentido, ressaltam-se os artigos II e III da convenção[28]:

> 2. A Sublime Porta se compromete rigorosamente a observar todas as condições do referido Tratado de Comércio, a retirar todas as proibições contrárias ao teor expresso de suas estipulações, a não impor impedimentos à livre navegação de navios mercantes sob cores russas, em todos os mares e águas do Império Otomano, sem exceção; em resumo, que todos os comerciantes, capitães e súditos russos em geral gozem das vantagens e privilégios, bem como de toda a liberdade de comércio formalmente estipulada pelos tratados existentes entre os dois impérios.
> 3. Em conformidade com o Artigo I do Tratado de Constantinopla, que estipula em favor de todos os súditos russos em geral a liberdade de Navegação e Comércio em todos os Estados da Sublime Porta, bem como por terra e por mar, e onde quer que os súditos possam desejar, e em virtude das cláusulas dos artigos XXI e XXXV do referido tratado, que garantem passagem livre pelo Canal de Constantinopla a todos os navios mercantes russos carregados de provisões ou outras mercadorias e produções russas, ou de outros Estados que não estejam sob o domínio do Império Otomano, bem como a livre disposição dessas provisões, mercadorias e produções, a Sublime Porta promete não colocar obstáculos ou impedimentos no caminho de navios russos carregados de milho e outras provisões à chegada no Canal de Constantinopla, quando necessário, transportando sua carga a bordo de outros navios, russos ou estrangeiros, a serem transportados para fora dos Estados da Sublime Porta. (Tradução Nossa)[29]

Como se torna evidente, a questão da insurreição grega não foi objeto do acordo. Tal fato é resultado da política adotada pela chancelaria de Viena – e exposta mais detalhadamente no próximo capítulo – de se dividir a crise entre São Petersburgo e Constantinopla em duas frentes: a primeira referente à violação dos tratados e interesses econômicos russos nos Estreitos e nos Bálcãs; e, a segunda referente à "Crise Grega". Tal estratégia, como expõe Sedivy (2013), objetivava impedir o estabelecimento de uma Grécia autônoma – uma possibilidade vista com temor por parte dos Habsburgos – e criar

---

[28] **Convention between Russia and Turkey, explanatory of the Treaty of Bucharest**. Signed at Akkerman. In: HERTSLET, Edward. **The Map of Europe by Treaty**: Political and Territorial Changes Since the General Peace of 1814, Vol. I. Londres: Butterworths. 1875. P. 752-753

[29] "2. The Sublime Porte engages rigorously to observe all the conditions of the said Treaty of Commerce, to raise all the prohibitions which are contrary to the express tenor of its stipulations, to place no impediments to the free navigation of merchant vessels under Russian colours, in all the seas and waters of the Ottoman Empire without any exception; in short, that all Russian merchants, captains, and subjects in general, shall enjoy the advantages and privileges, as well entire liberty of commerce, formally stipulated by the treaties existing between the two empires. 3. In conformity with Article I of the Treaty of Constantinople, which stipulates in favour of all Russian subjects in general, for liberty of Navigation and Commerce in all the States of the Sublime Porte, as well by land as by sea, and wherever Russian subjects may wish, and by virtue of the clauses of Article XXI and XXXV of the said treaty, which ensure a free passage through the Canal of Constantinople to all Russians merchant vessels laden with provisions or other Russian merchandise and productions, or of the others States not under the dominion of the Ottoman Empire, as well as the free disposal of those provisions, merchandise, and productions, the Sublime Porte promises to put no obstacle or impediment in the way of Russian vessels laden with corn and other provisions, on their arrival in the Canal of Constantinople, the case of necessity arising, transshipping their cargo on board other vessels, whether Russian or foreign, to be conveyed out of the States of the Sublime Porte"

condições favoráveis para que a Sublime Porta pudesse conter a insurreição dentro de seu território, sufocando os rebeldes helênicos.

Embora as desavenças comerciais entre São Petersburgo e Constantinopla houvessem sido temporariamente solucionadas com a Convenção, a insurreição grega prosseguiu com a incapacidade da Sublime Porta em adotar mecanismos eficientes para apaziguamento. Não obstante, para além de interesses austríacos, russos e otomanos, outra potência despontava como parte interessada nos desdobramentos: a Grã-Bretanha.

Chan (2011) expõe que os interesses britânicos na região eram resultantes do poderio e da posição estrutural ocupada pelo Reino Unido no período posterior às guerras napoleônicas. A autora aponta, como marco da influência britânica na região, o Tratado de Paris, assinado em 1815. Conforme os termos de tal acordo, coube à monarquia inglesa o direito a posse das Ilhas Jônicas – de importante localização estratégica e comercial, no entorno da Península Balcânica. A partir de tal momento, as ilhas tornaram-se um importante entreposto comercial britânico no Mediterrâneo, que assistia os benefícios de sua posição estratégica solapados pela instabilidade promovida pela insurreição grega e a alta incidência de pirataria resultante de tal questão. Neste sentido, a preocupação britânica se justificava mediante a importância do restabelecimento da estabilidade regional para seu fluxo marítimo.

A política tradicionalmente adotada por Londres, a exemplo de Viena, defendia a manutenção do Império Otomano em condições estruturais de se opor ao avanço russo nos Bálcãs e no Mar Negro. Contudo, com a ascensão de George Canning[30] – que nutria simpatia pela causa helênica – à chancelaria britânica em 1822, a política de Londres se movimentou em direção ao intervencionismo em prol do movimento revolucionário (CHAN, 2011; SEDIVY, 2013). Não obstante, Aslantas (2012) expõe em sua análise outros ganhos estratégicos que poderiam ser alcançados por Londres, mediante atuação mais ativa na insurreição: os desentendimentos entre São Petersburgo e Viena, oriundos da questão, poderiam ser explorados pela chancelaria britânica para enfraquecer os elos da Santa Aliança, assim fortalecendo a posição estrutural da Grã-Bretanha dentro do Sistema Internacional pós-1815. Não obstante, Londres via com temor a expansão do poderio russo em direção à região e a possibilidade de uma Grécia independente sob influência russa, que

[30] George Canning (1770-1827) foi Secretário de Relações Exteriores do Reino Unido de 1807 a 1809 e 1822 a 1827. Posteriormente, ocupou em 1827 o cargo de Primeiro-Ministro.

poderia se tornar um obstáculo para o comércio inglês no mediterrâneo, em razão de sua posição geográfica. De tal forma, uma aproximação com o Império Russo para a resolução da questão satisfaria ambas as agendas, especialmente no sentido de se "controlar" a crescente projeção de poder czarista.

A participação da Grã-Bretanha, nas discussões acerca da resolução grega, foi um dos motivos para que a proposta de intervenção russa objetivasse o estabelecimento de unidades autônomas, e não independentes. Ainda conforme Aslantas, o fato de a localização geográfica de um futuro Estado Grego estar além das fronteiras imediatas do império inviabilizava o exercício de um poder de influência similar aquele executado nos principados, uma vez que a Rússia carecia das capacidades navais para tal, criando a possibilidade de que a Grécia recaísse sobre domínio britânico e sua poderosa marinha.

Contudo, a proposta russa de autonomia não seria suficiente para satisfazer os interesses gregos – que ansiavam por sua independência total em relação à Constantinopla. O vazamento da estratégia russa, antes mesmo de sua apresentação às outras chancelarias em 1824, premeditou um movimento de aproximação helênica em relação à Grã-Bretanha.

> Em 21 de julho de 1823, a Assembléia Nacional Grega apresentou uma declaração solicitando proteção britânica. "Em virtude do presente ato, a nação grega coloca o sagrado depósito de sua liberdade, independência e existência política sob a proteção absoluta da Grã-Bretanha. " Com esse apelo, a Assembléia Nacional Grega confiou seu futuro à dependência de ajuda de Grã-Bretanha. No início da Guerra da Independência da Grécia, em 1821, a Grã-Bretanha apoiou a política incentivada por Metternich e pelas Grandes Potências. Sob a liderança do secretário de Relações Exteriores Robert Stewart Castlereagh, a Grã-Bretanha reivindicou uma estrita neutralidade. [...] George Canning assumiu o cargo de Secretário de Relações Exteriores da Inglaterra em 1822. Canning era um firme defensor da "Tradição Pitt", uma política que mantinha a integridade do Império Otomano, apesar das atrocidades e barbáries do povo turco. Ao mesmo tempo, Canning simpatizava com os gregos e sua luta pela independência. Consequentemente, Canning se envolveu em uma política de apaziguamento e intervenção. (CHAN, 2011, p. 90-92, tradução nossa)[31]

[31] "On July 21, 1823 the Greek National Assembly presented a declaration requesting British protection. "In virtue of the present act, the Greek nation places the sacred deposit of its liberty, independence, and political existence under the absolute protection of Great Britain." Through this appeal, the Greek National Assembly entrusted its future on the dependence of aid from Britain. At the beginning of the Greek War for Independence in 1821, Britain supported the policy encouraged by Metternich and the Great Powers. Under the leadership of Foreign Secretary Robert Stewart Castlereagh, Britain claimed strict neutrality.[...] George Canning succeeded as British Foreign Secretary in 1822. Canning was a firm supporter of the "Pitt tradition," a policy which maintained the integrity of the Ottoman Empire despite the reported atrocities and barbarism of the Turkish people.160 At the same time, Canning sympathized for the Greeks and their struggle for independence. Consequently Canning engaged in a policy of appeasement and intervention. (CHAN, 2011, p. 90-92)"

Posteriormente, Londres passou a utilizar canais diplomáticos e financeiros como vetor para expansão e consolidação de sua hegemonia em relação aos helênicos. Em 1824, um ano após a solicitação de proteção por parte da assembléia grega, o Reino Unido viabilizou empréstimo para o governo grego e, em março do mesmo ano, reconheceu o bloqueio naval imposto por suas embarcações em relação ao Império Otomano – um fato que significava, na prática, o reconhecimento dos direitos legítimos da insurreição. Tal ato sinalizava o início do distanciamento diplomático entre Londres e Viena, no que tange sua postura em relação à crise grega. A estratégia adotada pela diplomacia do Império Habsburgo advogava o princípio de que a insurreição seria uma questão interna otomana sendo, portanto, inconcebível reconhecer um bloqueio naval imposto por forças revoltosas contra seu governante legítimo (SEDIVY, 2013). Neste sentido, o reconhecimento dos beligerantes helênicos colocou Londres cada vez mais em aproximação com São Petersburgo.

A situação voltou a se acirrar nos anos subsequentes. Embora a Convenção Akkerman houvesse sido assinada em 1826, as políticas otomanas de contenção a rebelião pouco evoluíram e o Império Russo ainda sentia os prejuízos do fluxo instável de comércio no Mar Negro, resultante de tais atos. O fracasso da Sublime Porta em conter seus súditos acabou resultando em um retorno as hostilidades abertas.

No ano posterior a assinatura da convenção, os acontecimentos da Batalha de Navarino resultaram em uma nova rodada de hostilidades ente os atores. Na ocasião, uma frota composta por navios Russos, Britânicos e Franceses – presentes na região sob pretexto de proteção de seus súditos – atacou e destruiu a frota otomana. A crise diplomática premeditou a retirada das embarcações de Londres e Paris, bem como recuo de ambas na busca por uma resolução para a insurreição e, portanto, abriu caminho para uma futura ação unilateral russa.

Em dezembro de 1827, o Sultão Mahmud II emitiu uma proclamação acusando o Império Russo de ser o responsável por instigar a insurreição e declarou a Rússia inimiga moral do Islã – um ato de profundo valor simbólico. Como resultado, a convenção foi declarada nula pelo poder central turco, reacendendo os desejos intervencionistas russos.

Como resultado de tal rescisão unilateral do acordo firmado em 1826, as tensões entre Constantinopla e São Petersburgo tornaram-se ainda mais agudas. Com a falha da

Sublime Porta em restabelecer o fluxo comercial russo nos estreitos e as subsequentes atrocidades cometidas contra os gregos – resultantes do fracasso em conter a insurreição – as hostilidades caminharam para a deflagração de mais uma Guerra Russo-Turca. Na declaração de guerra czarista[32], foram apontadas como razões para o conflito:

> Dezesseis anos se passaram desde a Paz de Bucareste e, durante o mesmo período, vimos a Sublime Porta agir de maneira contrária às estipulações daquele Tratado, fugir de suas promessas ou atrasar indefinidamente seu cumprimento. [...] Em mais de uma ocasião, particularmente em 1821, a Sublime Porta assumiu, em relação à Rússia, um caráter de provocação aberta e hostilidade. Nos últimos três meses, novamente assumiu esse caráter, por atos e medidas formais notórios em toda a Europa. [...] O sultão mal havia falado com os vassalos de sua coroa, quando os privilégios da bandeira russa foram violados, os navios cobertos por ela foram detidos, suas cargas sequestradas, seus comandantes obrigados a descartá-las a preços arbitrariamente fixados, o valor de um pagamento incompleto reduzido para metade; enquanto isso, o Bósforo é fechado, o comércio do Mar Negro é limitado, as cidades russas, cuja existência depende desse comércio, estão em perigo iminente de ruína, e as províncias do sul dos domínios do imperador perdem o único canal para as exportações de seus produtos e a única comunicação marítima que, promovendo a troca de suas mercadorias, poderia tornar seu trabalho produtivo e promover a indústria e a prosperidade. (Tradução nossa)[33]

Como visto, as justificativas russas para o ato de beligerância residiam nos prejuízos comerciais e assentadas em um argumento de violação dos tratados anteriores, ao citar o Tratado de Bucareste[34] – que reafirmava os direitos russos de navegação comercial no Danúbio. Posteriormente, em manifesto emitido pelo czar[35] logo após a declaração de guerra, este também declarava que "[...] A Sublime Porta não hesita em declarar que

---

[32]**Declaration of War by Russia against Turkey**. In: HERTSLET, Edward. **The Map of Europe by Treaty:** Political and Territorial Changes Since the General Peace of 1814, Vol. I. Londres: Butterworths. 1875. p. 777-784

[33] Sixteen years have elapsed since the Peace of Bucharest, and for the same period we have seen the Porte act contrary to the stipulations of that Treaty, evade its promises, or indefinitely delay the fullfiment of them. [...] On more than one occasion, particularly in 1821, the Porte assumed with respect to Russia, a character of open provocation and hostility. For these three months past, it has again assumed this character, by formal acts and measures which are notorious to all Europe. [...] Scarcely had the Sultan thus spoken to the vassals of his crown, when the privileges of the Russian flag were violated, the ships covered by it were detained, their cargoes sequestrated, their Commanders obliged to dispose of them at prices arbitrarily fixed, the amount of an incomplete and tardy payment reduced to one-half; [...] Meanwhile the Bosphorus is closed, the trade of the Black Sea fettered, the Russian Towns, whose existence depends upon that trade, are in imminent danger of ruin, and the southern provinces of the Emperor's dominions lose the only channel for the exportations of their produce, and the only maritime communication which, by promoting the exchange of their commodities, could render their labour productive, and promote industry and prosperity.

[34] O Tratado de Bucareste foi assinado em 1812, colocando fim a Guerra Russo-Turca iniciada em 1806. Após uma campanha militar desastrosa, a Sublime Porta foi "salva" pela emergência da invasão de Napoleão ao Império Russo. Mesmo com o ato francês, São Petersburgo foi capaz de obter, no tratado, a posse da Bessarábia e direitos comerciais no Danúbio.

[35]**Manifesto of the Emperor of Russia**. War against Turkey. In: HERTSLET, Edward. **The Map of Europe by Treaty:** Political and Territorial Changes Since the General Peace of 1814, Vol. I. Londres: Butterworths. 1875. p. 785-786

consentiu nas condições dessa convenção apenas como uma máscara para ocultar suas intenções e seus preparativos para uma nova guerra" [36]. São Petersburgo, portanto, buscou desvencilhar a "Questão Grega" de seu conflito com o Império Otomano – uma vez o que Império Russo havia se comprometido a buscar uma resolução da crise em conjunto com as demais potências – e anunciou a violação de seus direitos comerciais como razão para a guerra, embora fosse claro que o destino do conflito seria responsável por definir o futuro helênico.

A campanha militar czarista, que colocou as tropas russas em posição de atacar Constantinopla, reafirmou na perspectiva das demais potências europeias que os Otomanos não eram mais capazes de se defender e estavam à mercê de São Petersburgo, que caminhava para controlar indiscutivelmente os estreitos. Na ocasião, prevaleceu à estratégia formulada a partir do reinado de Paulo I, evitando a ocupação da capital otomana, uma vez que tal atitude possivelmente premeditaria o fim da Sublime Porta. Mais uma vez, o Império Russo seguiu com sua estratégia preferencial de manutenção de um vizinho frágil e susceptível a sua influência (YILDIZ, 2019; KERNER, 1937).

Com a vitória russa, foi assinado em 1829 o Tratado de Adrianópolis, o qual reafirmou os seus direitos de navegação nos estreitos e a proteção à população ortodoxa. Não obstante, privilégios de súditos russos foram estendidos e tornaram-se mais benéficos que aqueles conferidos a franceses e ingleses nas capitulações de 1740 (COLLINS, 1932). A independência grega também foi confirmada no documento, embora os termos referentes a tal questão tivessem sido delimitados no Protocolo de Londres – firmado por França, Grã-Bretanha e Rússia – e, posteriormente, apenas reconhecidos pelo Império Otomano e anexados ao tratado. Utilizando-se de tal estratégia, o Império Russo manteve-se fiel ao discurso de resolução da insurreição em conjunto com as demais chancelarias e foi capaz de expandir sua influência nos Bálcãs e no Mar Negro – embora não pudesse contar com a Grécia como um estado satélite, em função dos acontecimentos de 1823 e 1824.

Como expõe Dally (1991), o Tratado de Adrianópolis e a independência da Grécia reforçaram a preponderância russa no comércio do Mar Negro. Embora o fluxo comercial na região tenha sido naturalmente reduzido durante a guerra, em função das instabilidades oriundas do conflito, a partir de 1829 e a assinatura do Tratado percebe-se uma pujante

[36] "[...] ,the Porte does not hesitate to declare, that it consented to the conditions of that convention only as a mask to conceal its intentions, and its preparations for a new war"

ascensão do volume comercial de São Petersburgo na região, como pode ser visto no excerto seguinte:

> Apesar das divergências sobre a passagem de navios de guerra estrangeiros pelo Estreito, o comércio marítimo imediatamente se beneficiou da paz. Em 1827, as exportações russas através do Mar Negro totalizaram 1201119 libras; a guerra os havia reduzido para 95535 libras em 1828. Nos últimos três meses de 1829, as receitas reviveram para 337327 libras e aumentaram seis vezes no ano seguinte para 2258277,46 libras esterlinas. A guerra havia prejudicado gravemente a remessa de Odessa; enquanto 666 comerciantes estrangeiros haviam visitado o porto em 1827, no ano seguinte o número diminuiu para oitenta, dos quais cinquenta e oito navios eram austríacos. Apesar do atraso da temporada em 1829, após o Tratado de Adrianópolis, duzentos navios fizeram a passagem, enquanto no ano seguinte setecentos comerciantes visitavam o porto [...] o comércio marítimo do sul da Rússia com a Europa não era sua única área de crescimento comercial regional do sul; o comércio com a Turquia, Pérsia e os canatos da Ásia Central também estava aumentando. Durante o período 1827-9, apesar de duas guerras regionais, o comércio russo com seus vizinhos do sul aumentou quase 25%, de 15963000 para 21 156000 rublos. Esse renascimento e expansão do comércio influenciaria cada vez mais as considerações da política externa russa em relação a seus vizinhos do sul (DALLY, 1991, p. 40-42, tradução nossa)[37]

O Tratado de Adrianópolis não foi o único a ser firmado entre russos e otomanos, no contexto da "Questão Grega". Durante a revolta, o Sultão havia convocado o auxílio militar de seu vassalo, Mehmet Ali[38], do Egito. O ambicioso líder local, contudo, buscava a expansão de seu reino e, posteriormente, iniciou uma rebelião contra o poder central otomano. Neste sentido, as tropas egípcias invadiram o território otomano da Síria, em 1831, sob o comando de Ibrahim Pasha[39] – filho de Mehmet Ali (RENDALL, 2002). Com o prospecto de ver seu Império ruir por uma rebelião interna, o Sultão convocou a ajuda do Império Russo que enviou tropas e conteve os rebeldes. O preço pela ajuda seria cobrado na assinatura do Tratado de Unkiar-Skelessi, em 1833.

---

[37] Despite the disagreements about the passage of foreign warships through the Straits, maritime trade immediately profited from the peace. In 1827, Russian exports through the Black Sea had totalled £1201 119; the war had reduced them to £95535 in 1828. In the last three months of 1829 revenues revived to £337327, and increased sixfold the following year to £2258277.46 The war had severely crippled Odessa's shipping; while 666 foreign merchantmen had visited the port in 1827, the following year the number shrank to eighty, of which fifty-eight ships were Austrian. Despite the lateness of the season in 1829 following the Adrianople Treaty, two hundred ships made the passage, while the following year seven hundred merchantmen visited the port […] Russia's southern maritime commerce with Europe was not its only area of southern regional commercial growth; trade with Turkey, Persia, and the Central Asian khanates was also increasing. During the period 1827-9, despite two regional wars, Russian trade with its southern neighbours increased by nearly twenty-five per cent from 15963000 to 21 156000 rubles. This revival and expansion of trade would increasingly influence Russian foreign policy considerations towards its southern neighbours "

[38] Mehmet Ali Pasha al-Mas'ud ibn Agha (1769-1849), foi o governante do Egito de 1805 a 1848.

[39] Ibrahim Pasha (1789-1848), filho de Mehmet Ali, foi o governante do Egito de março a novembro de 1848, sendo anteriormente general no governo de seu pai.

O responsável russo pelas negociações foi o emissário Alexey Orlov[40] e estas resultaram na assinatura de um acordo de defesa mútua, válido por oito anos. Contudo, o acordo continha uma cláusula secreta e ambígua, onde o Sultão se comprometia a fechar os estreitos para navios de guerra estrangeiros, em caso de necessidade do Império Russo. Neste sentido, assim versam os termos do tratado e sua cláusula secreta[41]:

> Art. III Em conseqüência do princípio de conservação e defesa mútua, que é a base do presente Tratado de Aliança, e em razão de um desejo sincero de garantir a permanência, manutenção e toda a independência da Sublime Porta, Sua Majestade o Imperador da Todas as Rochas, no caso de ocorrerem circunstâncias que determinem novamente que a Sublime Portapeça ajuda naval e militar da Rússia, embora, caso seja a vontade de Deus, não é provável que esse caso aconteça, se compromete a fornecer por terra e por mar, quantas tropas e forças as duas Altas Partes Contratantes julgarem necessárias. Concorda-se, portanto, que, neste caso, as forças terrestres e marítimas, cuja ajuda a Sublime Porta possa solicitar, serão mantidas à sua disposição. Art Secreto. [...] No entanto, Sua Majestade, o Imperador de todas as Rússia, desejando poupar a Sublime Porta Otomanadas despesas e inconvenientes que lhe possam ser proporcionados mediante a prestação de ajuda substancial, não solicitarão esse auxílio se as circunstâncias colocarem a Sublime Porta sob a obrigação de fornecê-lo, a Sublime Porta, em lugar dos auxílios que deve prestar em caso de necessidade, segundo o princípio da reciprocidade do Tratado, limitará sua ação a favor da Corte Imperial Russaem fechar o Estreito de Dardanelos, ou seja, não permitir que navios de guerra estrangeiros entrem nele sob qualquer pretexto.[42]

Como expõe Jelavich (1991), não demorou para que os termos secretos chegassem aos ouvidos das demais chancelarias. O principal temor das potências européias se referia a possibilidade da cláusula não se aplicar aos navios russos, que poderiam circular livremente em tempos de guerra. Collins (1932) conclui que Unkiar-Skelessi se configurou como o apogeu do poderio russo nos estreitos. Yildiz (2019) e Rendall (2002), a exemplo de

---

[40] Alexey Fyodorovich Orlov (1787-1862) foi plenipotenciário russo no Tratado de Adrianópolis e, posteriormente, nomeado embaixador em Constantinopla em 1833. De 1844 a 1856 comandou a polícia secreta imperial, até se envolver nas fracassadas negociações que buscaram o apoio austríaco na Guerra da Criméia e atuar como um dos plenipotenciários russos no Tratado de Paris.

[41] **Treaty of Defensive Alliance between Russia and Turkey**. Signed at Constantinople, 8thJuly, 1833. In: HERTSLET, Edward. **The Map of Europe by Treaty:** Political and Territorial Changes Since the General Peace of 1814, Vol. I. Londres: Butterworths. 1875. p. 925-928

[42] "Art. III. In consequence of the principle of conservation and mutual defence, which is the basis of the present Treaty of Alliance, and by reason of a most sincere desire of securing the permanence, maintenance, and entire Independence of the Sublime Porte, His Majesty the Emperor of All the Russias, in the event of circunstancesocurring which should again determine the Sublime Porte to call for the naval and military assistance of Russia, although, if it please God, that case is by no means likely to happen, engages to furnish by land and by sea, as many troops and forces as the two High Contracting Parties may deem necessary. It is accordingly agreed, that in this case the Land and Sea Forces, whose aid the Sublime Porte may call for, shall be held at its disposal. Separate Article. […] Nevertheless, His Majesty the Emperor of All the Russias, wishing to spare the Sublime Ottoman Porte the expense and inconvenience which might be occasioned to it by affording substantial aid, will not ask for that aid if circunstances should place the Sublime Porte under the obligation of furnishing it, the Sublime Ottoman Porte, in place of the aid which it is bound to furnish in case of need, according to the principle of reciprocity of the Patent Treaty, shall confine its action in favor of the Imperial Court of Russia to closing the Strait of the Dardanelles, that is to say, to not allowing any Foreign Vessels of War to enter therein under any pretext whatsoever."

Jelavich, também ressaltam o temor causado na Europa, em função do tratado e a perspectiva do Império Otomano se tornar um mero protetorado russo. Rutherford (1910, p. 2, tradução nossa) vai ainda mais além e aponta que Constantinopla se tornou um vassalo de São Petersburgo.

Contudo, uma interessante perspectiva é apresentada na análise de Demirbas (2016). Para o autor turco, a assinatura de Unkiar-Skelessi não representava uma mera submissão do Império Otomano aos interesses de São Petersburgo, como defendido pela porção majoritária dos historiadores. Segundo Demirbas, a estratégia adotada pelo Sultão tinha como objetivo despertar a preocupação de Londres com a situação, permitindo arbitrariamente um avanço da hegemonia russa como instrumento de atração diplomática para obtenção do apoio britânico em suas divergências com São Petersburgo.

O fato é que a assinatura do tratado despertou, nas demais chancelarias da Europa, um sentimento de temor em relação ao avanço russo e a crescente fragilidade apresentada pelo poder central otomano. Para Viena, em específico, a assinatura do tratado significava uma redução em larga escala de sua influência em Constantinopla. Contudo, como anteriormente apresentado, a chancelaria e os formuladores de política externa em São Petersburgo estavam cientes da necessidade de se evitar uma leitura de ação unilateral por parte de seu império. Um exemplo de tal visão estratégica pode ser exemplificado nos citados Protocolo de Londres e Tratado de Adrianópolis, onde os termos referentes ao novo Estado Helênico foram primeiramente delimitados em conjunto com as demais potências e posteriormente anexados ao tratado bilateral com a Sublime Porta.

Não obstante, em tal período a perspectiva de manutenção do Império Otomano como um vizinho estruturalmente frágil já havia se consolidado nos círculos diplomáticos de São Petersburgo – embora as demais potências seguissem relacionando os movimentos estratégicos czaristas com supostos planos de domínio direto dos Estreitos, remetendo ao suposto "Projeto Grego" no reinado de Catarina. Imediatamente após a assinatura de Unkiar-Skelessi, o Império Russo buscou a estabilização de seus laços com a Áustria e Prússia – componentes da Santa Aliança e peças-chave no tabuleiro estratégico russo, de forma a se evitar o isolamento e criar estruturas que possibilitassem a manutenção deste novo *status quo*.

O resultado de tal movimento foi o Acordo de Munchengratz, firmado em 1834. O documento estabelecia um compromisso entre Russos, Habsburgos e Prussianos, no que

tange aos possíveis desdobramentos ameaçadores ao Império Otomano, como exposto por Aslantas (2012, p. 197, tradução nossa):

> O Acordo de Munchengratz era um tipo de roteiro a ser seguido pelas monarquias orientais da Rússia, Áustria e Prússia em relação à questão do Império Otomano. Os três poderes prometeram cooperar na proteção do regime existente no Império Otomano contra qualquer ameaça. Além disso, em um artigo secreto, eles concordaram em impedir qualquer expansão adicional da autoridade de Mehmed Ali nos territórios otomanos nos Bálcãs e em cooperar caso a dinastia otomana fosse derrubada. Com esse acordo, a Áustria e a Prússia forçaram um compromisso da Rússia com relação ao Império Otomano no caso de seu colapso - que a Rússia não agisse sozinha em tal situação, enquanto a Áustria e a Prússia, em troca, permaneceriam dentro da Santa Aliança e não formariam um bloco junto à França e à Grã-Bretanha contra a Rússia.[43]

O acordo de Munchengratz materializou dois dos princípios básicos da política externa russa no período: a necessidade de se evitar o isolamento, distanciando-se de ações unilaterais e promovendo estreitamento dos laços com os aliados da Santa Aliança – que havia sido totalmente dilapidada com as consequências da insurreição helênica; e a manutenção do Império Otomano como um vizinho estruturalmente fraco e sujeito à sua influência. Assim sendo, evitando a formação de uma coalizão hostil e mantendo a dependência do sultão, São Petersburgo teria condições de sustentar um *status quo* benéfico aos seus interesses.

Não obstante, a assinatura do acordo serviu como instrumento de apaziguamento das relações austro-russas, uma vez que Viena havia sido isolada das definições acerca da "Questão Helênica", em função de seu posicionamento diplomático favorável a Sublime Porta. Com o acordo de Munchengratz, tanto o Império Habsburgo quanto a Prússia se viam em condições de evitar um avanço unilateral russo nos Bálcãs e no Mar Negro, por meio de uma ação conjunta e que buscaria recursos para manutenção do equilíbrio de poder na região em caso de esfacelamento da Sublime Porta.

---

[43] "The Munchengratz Agreement was a type of road map to be followed by the Eastern monarchies of Russia, Austria and Prussia regarding the issue of the Ottoman Empire. The three powers pledged to cooperate in protecting the existing regime in the Ottoman Empire against any threat. Also, in a secret article, they agreed to prevent any further expansion of Mehmed Ali's authority in the Ottoman territories in the Balkans, and to cooperate should the Ottoman dynasty be overthrown. With that agreement Austria and Prussia forced a compromise from Russia regarding the Ottoman Empire in the event of its collapse – that Russia would not act alone in such a situation, while Austria and Prussia, in return, would remain within the Holy Alliance and not form a block together with France and Britain against Russia."

Capítulo 2 – Os interesses de Viena nos Bálcãs e o distanciamento Austro-Russo (1833-1871)

O presente capítulo tem como objetivo expor de que forma se materializaram os interesses austríacos na península balcânica e como estes se relacionam ao distanciamento – e posterior rivalidade – que passa a permear as relações Austro-Russas após a resolução da questão grega e o Tratado de Unkiar-Skelessi.

Neste sentido, esta etapa se divide em três: primeiramente, é realizada uma exposição acerca dos interesses estratégicos austríacos na Península Balcânica e de que forma estes se relacionam com as mudanças na natureza da aliança com São Petersburgo após 1833, buscando evidenciar de que forma os interesses da monarquia contrastavam com aqueles defendidos pelo Império Russo e levaram ao distanciamento no relacionamento entre tais atores.

Posteriormente, são analisadas a Convenção dos Estreitos de 1841 e os desdobramentos referentes à Guerra da Criméia. Tal seção objetiva expor de que forma o conflito na península do Mar Negro transformou definitivamente a natureza do relacionamento entre Viena e São Petersburgo. Na ocasião, os Habsburgos posicionaram-se de maneira contrária a política usualmente adotada de controle do avanço russo nos Bálcãs através de uma relação de proximidade e busca por compensações similares, ao se alinharem às potências marítimas no conflito travado até 1856.

Por fim, são apresentadas as consequências de tal reorientação para a estratégia austríaca de 1859 a 1871. Com o distanciamento do Império Russo e o fim da aliança que fornecia para Viena a estabilidade necessária na Europa Central, os Habsburgos acabaram por ter sua posição hegemônica na Itália e nos Estados Germânicos solapada, premeditando uma reorientação de suas prioridades em direção ao Oriente.

A natureza dos interesses de Viena e sua oposição ao avanço Russo nos Bálcãs e no Mar Negro

Para se compreender de que forma se desenvolveram os interesses austríacos na região, levando primeiramente a uma aliança com o Império Russo e, posteriormente, um posicionamento de contraposição ao seu avanço, o primeiro elemento a ser analisado diz respeito à posição geográfica do Império.

Como exposto por Mitchell (2018), o núcleo territorial austríaco era cercado por potenciais inimigos e atores concorrentes. Ao Sul, Viena se deparava com a existência do Império Otomano, que até ao cerco da capital dos Habsburgos em 1683 e a assinatura de Carlowitz, em 1699, se configurava como a principal ameaça a existência do império. À Leste encontrava-se o pujante Império Russo – que, como vimos, estava em constante movimento de expansão de seu poder e influência em direção a península Balcânica e o Mar Negro. Ao Norte, a Prússia emergia como um perigoso concorrente pela hegemonia dos estados germânicos, ameaçando a posição de Viena. Por fim, a Oeste os Estados Italianos e a França preocupavam os formuladores da estratégia austríaca.

Tais aspectos se configuram como alguns dos principais elementos que permeavam a estratégia de política externa adotada por Viena – em conjunto com a problemática das nacionalidades, como veremos posteriormente. Neste sentido, ainda conforme Mitchell, são definidos três pilares da estratégia dos Habsburgos:

> [...] Traço três temas centrais da estratégia de Habsburgo: [...] 1) A manutenção de zonas de segurança em torno de cada uma das fronteiras da monarquia. Organismos intermediários na Alemanha, Itália, Polônia e Bálcãs compensam a vulnerabilidade militar da Áustria, interpondo espaços defensáveis entre seu núcleo e seus rivais, proporcionando um meio - estados clientes semi-independentes - para estender a influência de Habsburgo sem os custos concomitantes do império formal. 2) A preservação de um exército em existência, apoiado por redes de fortes fronteiriços. Na falta de características ofensivas de outras grandes potências terrestres, a Áustria desenvolveu o exército como uma ferramenta dinástica, leal ao imperador e predominantemente católica, cujo papel principal era permanecer vivo e, assim, sustentar a existência do monarca. 3) Coalizões aliadas. A condição *sinequa non* dos Habsburgos era uma diplomacia proativa e flexível, destinada a envolver tanto aliados quanto possíveis candidatos a aliviar a pressão sobre a posição vulnerável da Áustria. (MITCHELL, 2018, p. 13, tradução nossa)[44]

Dos três elementos destacados pelo autor, dois se apresentam como relevantes para compreensão dos interesses Habsburgos na Península Balcânica e a natureza de sua relação com o Império Russo a partir do século XVIII: a necessidade de estabelecimento de zonas

[44] "[…] I trace three central themes of Habsburg strategy [...]: 1) The maintenance of secure buffers around each of the monarchy's frontiers. Intermediary bodies in Germany, Italy, Poland, and the Balkans offset Austria's military vulnerability by interposing defensible spaces between its heartland and rivals while providing a medium— semi-independent client states—by which to extend Habsburg influence without the concomitant costs of formal empire. [...] 2) The preservation of an army-in-being, supported by networks of frontier forts. Lacking in the offensive traits of other large land powers, Austria instead developed the army as a dynastic tool, loyal to the emperor and predominantly Catholic, whose main role was to stay alive and thus underwrite the existence of the monarch [...] 3) Allied coalitions. The sine qua non of Habsburg statecraft was a proactive and flexible diplomacy aimed at enmeshing both allies and would-be rivals into relieving the pressure on Austria's vulnerable position."

de segurança, ao redor de seu núcleo territorial; e a necessidade de se desenvolverem alianças para alívio da fragilidade de sua posição geográfica.

As relações Austro-Russas no contexto do estabelecimento de zonas de segurança do Império Habsburgo.

No que tange o primeiro aspecto, o estabelecimento de zonas de segurança se deu mediante a execução de duas linhas de ação: a imposição de um controle territorial direto ou o estabelecimento de relações patronais com unidades políticas de menor escala.

A primeira destas estratégias pode ser relacionada ao já apresentado Tratado de Carlowitz. A assinatura do documento, em 1699, garantiu para Viena a posse de novos territórios – praticamente dobrando sua extensão territorial – capazes de delimitar um maior distanciamento entre o núcleo do Império e as fronteiras Otomanas (ver Figura 1, p. 14). Posteriormente à Carlowitz, se agravou para os Habsburgos a problemática do avanço de São Petersburgo em direção ao Mar Negro, durante o reinado de Pedro I. O contexto de crescimento da influência russa na região levou a chancelaria de Viena a considerar três abordagens para as relações com o Império Czarista: empreender um avanço unilateral austríaco, concorrente ao movimento russo; cooperação com São Petersburgo para partilha do Império Otomano; ou, a manutenção da Sublime Porta como um elemento de contraposição ao avanço russo (MITCHELL, 2018).

A expansão da influência czarista colocou em xeque a estratégia austríaca de estabelecimento de zonas intermediárias de segurança. Como destacado por Bronza (2010), o Império Habsburgo, após a Guerra dos Sete Anos, enfrentou problemas econômicos e administrativos que inviabilizaram a alternativa de avanço unilateral nos Bálcãs e na região do Mar Negro, em razão da fragilidade e declínio de seu poder relativo. Neste sentido, restou a Viena a condução de duas linhas de ação: aproximação com São Petersburgo para controle do avanço russo ou receber compensações equivalentes em caso de expansão czarista; e manter o Império Otomano como instrumento de consolidação do *status quo* na região.

Dyck (1980) subdivide o desenvolvimento das relações austro-russas no século XVIII em três fases: nos anos 1740 e 1750, a chancelaria do Império Habsburgo considerava São Petersburgo como um aliado natural – mediante compartilhamento de

interesses, tais qual a contenção a Prússia, Império Otomano e manutenção de uma Polônia subserviente; posteriormente, de 1761 a 1764, o autor indica que houve a cristalização de um período de duas décadas onde ambos Estados não estiveram constrangidos por compromissos de aliança; por fim, nos anos finais da década de 1780 a Áustria novamente se aproxima do Império Russo em sua aliança durante os conflitos com a Turquia entre 1787 e 1792. Conforme o autor, tais períodos correspondem à adaptação da chancelaria de Viena as mudanças percebidas relativas ao crescente poderio russo na região.

O primeiro momento, de cooperação entre os impérios pode ser traçado antes mesmo do século XVIII e da periodização proposta por Dyck. Florovosky, Keep e Collins (1969) assinalam que a cooperação Austro-Russa nos Bálcãs e no Mar Negro tem início ainda durante a etapa final do século XVII, após a resistência de Viena ao cerco otomano em 1683 e a posterior assinatura de Carlowitz. Como apontam os autores, os primeiros momentos de inflexão no relacionamento entre Viena e São Petersburgo surgiram ainda neste período de avanço mútuo entre as potências, que se estende até 1750. Conforme tal perspectiva, a marcha russa em direção aos estreitos e o crescimento de sua influência apresentava ganhos desiguais em relação aqueles obtidos pelos Habsburgos, premeditando sinais de preocupação em torno de uma transformação na balança de poder da região – onde o poderio otomano viria a ser substituído por uma Rússia ainda mais poderosa e potencialmente ameaçadora ao núcleo territorial de Viena, vendo suas zonas de segurança tornarem-se territórios Russos ou satélites do poder czarista.

Posteriormente, é importante ressaltar o impacto que o Tratado de Kuchak-Kanardji – discutido mais amplamente no capítulo anterior – ofereceu às relações Austro-Russas. Dyck assinala que as conquistas russas e o acesso obtido por São Petersburgo ao Mar Negro transformaram definitivamente a natureza das relações entre os Estados. Anteriormente, em caso de conflito com a Sublime Porta, o Império Russo via como necessidade o estabelecimento de boas relações com Viena, uma vez que a rota menos problemática até o núcleo turco seria pelos Bálcãs – onde os dois Impérios compartilhavam preocupações estratégicas. Com o avanço obtido após a Guerra Russo-Turca iniciada em 1768, São Petersburgo obteve a capacidade de projetar seu poder em direção a Constantinopla por vias marítimas, evitando a necessidade de se cruzar o montanhoso terreno balcânico.

Tal situação, como expõe Bronza (2010), levou o Império Habsburgo a considerar uma política mais agressiva, orientada para se obter ganhos compensatórios ao avanço russo e, desta forma, manter o equilíbrio de poder na península. A partir de tal perspectiva, o então herdeiro do trono Joseph II[45] propôs uma possível invasão do território da Sérvia como instrumento de expansão da influência de Viena, plano descartado por Maria Teresa[46] que optou por tentar conter diplomaticamente o avanço russo em regiões otomanas vistas pela Áustria como zonas naturais de sua influência. Neste sentido, o autor expõe que os planos de Joseph já envolviam pretensões acerca do território que corresponde à Bósnia e Herzegovina, em 1782. A partir de tal momento e da assinatura do tratado de 1774, o Império Russo deixou de ser um braço direito de Viena na busca pela construção de um cenário estável na península e se tornou uma emergente ameaça estratégica à existência da monarquia de Habsburgo (DYCK, 1980).

O resultado de tal percepção foi, inicialmente, uma mudança na política externa da Monarquia para o objetivo estratégico de manutenção do Império Otomano. Parvev (2010) corrobora a perspectiva de que tal transformação foi efeito da percepção do crescente poder russo, premeditando a estratégia de utilizar a Sublime Porta como um instrumento de contenção à São Petersburgo. Contudo, como afirmado pelo autor, tal mudança acaba por não se consolidar em um primeiro momento e acaba por sofrer transformações ainda durante a etapa final do século XVIII.

A intenção de se aproximar de Constantinopla, como um contrapeso à São Petersburgo, acaba abalada e subjugada a outra preocupação estratégica de Viena – o avanço do poder prussiano e sua contestação à hegemonia austríaca nos Estados Germânicos. Mitchell (2018) afirma que a primeira partilha da Polônia, em 1772, e os ganhos relativos da Prússia em relação ao Império Habsburgo premeditaram a adoção da terceira linha de ação assinalada por Dyck (1980): a aproximação com São Petersburgo, no sentido de se obter ganhos equivalentes, expandindo o poder relativo Habsburgo e utilizando a aliança czarista como instrumento de constrangimento ao avanço prussiano.

> Quando a década de 1770 chegou ao fim, Kaunitz determinou que a melhor e única esperança real de sucesso da Áustria era forjar uma parceria estratégica estreita e duradoura com a Rússia, e que este deveria ser um componente fundamental da grande estratégia do Império Habsburgo. A peça central seria um

[45] Joseph II (1741-1790), foi o Imperador Habsburgo de 1765 a 1790.

[46] Maria Theresa Walburga Amalia Christina (1717-1780), foi a imperatriz austríaca de 1745 a 1765.

> novo tratado - o Tratado Austro-Russo de 1781 - construído em torno de três objetivos principais. Para inicio, Kaunitz queria obter um meio de monitorar e, se possível, restringir e canalizar os movimentos russos nos Bálcãs. Segundo, [...] Kaunitz queria usar a aliança para garantir que naqueles casos em que a Rússia não pudesse. ser restringida, a Áustria teria, no mínimo, a capacidade de acompanhar seus ganhos territoriais [...] Um terceiro objetivo vital da nova aliança era garantir o apoio da Rússia à Áustria em sua disputa com a Prússia [„„] a partir de agora, a estratégia dos Habsburgos colocaria o objetivo da aliança com esta grande potência oriental no centro de toda a política de segurança (MITCHELL, 2018, p. 151-152, tradução nossa)[47]

A estratégia de Viena, portanto, se referiu ao atrelamento de seus interesses à aliança Austro-Russa e uso de tal relacionamento como vetor para estabelecer um equilíbrio de poder frente a São Petersburgo nos Bálcãs, bem como reafirmar sua hegemonia em relação aos Estados Germânicos. Tal movimento se torna evidente, conforme as instruções enviadas pelo imperador Joseph II ao embaixador Phillip Cobenzl[48] – que ocupava, no período, o posto de vice-chanceler do Império[49]: "A situação atual é tal que, juntos, a Áustria e a Rússia podem fazer tudo, mas um sem o outro - nada" (tradução nossa).

O atrelamento dos interesses Habsburgos com São Petersburgo resultou na Guerra Austro-Turca de 1788 a 1791, em paralelo com o conflito Russo-Otomano travado entre 1787 e 1792, demonstrando a harmonia estratégica entre os impérios. Contudo, a deflagração da Revolução Francesa – ameaçadora aos interesses monárquicos e conservadores de Viena – acabou premeditando uma paz antecipada entre austríacos e turcos. Sedivy (2013) expõe que o início das instabilidades em Paris e a queda da dinastia francesa geraram um recuo Habsburgo nos Bálcãs, uma vez que os esforços vitais do império deveriam ser orientados para o Ocidente em contenção ao movimento revolucionário e, posteriormente, as forças napoleônicas. Neste sentido, a Paz de Sistova,

---

[47] "As the 1770s drew to a close, Kaunitz determined that Austria's best, and indeed only, hope for success was to forge a close and enduring strategic partnership with Russia, and that this should henceforth be a foundational component of Habsburg grand strategy broadly struck. The centerpiece would be a new treaty—the Austro-Russian Treaty of 1781—built around three principle aims. For starters, Kaunitz wanted to obtain a means by which to monitor, and if possible, restrain and channel, Russian moves in the Balkans [...] Second, Kaunitz wanted to use the alliance to ensure that in those instances when Russia could not be constrained, Austria would at a minimum have the ability to keep pace with its territorial gains [...] A third, vital aim of the new alliance was to ensure Russian support for Austria in its contest with Prussia [...] Habsburg strategy from this point forward would place the goal of alliance with its large eastern power at the heart of its entire security policy"

[48] Johann Philipp, Graf von Cobenzl (1741-1810), foi vice-chanceler do Império Habsburgo de 1779 a 1792, sendo posteriormente, chanceler de 1792 a 1793.

[49] **Criste. Kriegeunter Kaiser Josef II**, p. 137. In: BRONZA, Boro. The Habsburg Monarchy and the projects for division of the Ottoman Balkans, 1771-1788. In: MITEV, Plamen*et al* (eds.). **Empires and Peninsulas:** Southeastern Europe between Karlowitz and the Peace of Adrianople, 1699–1829. Munster: LIT Verlag. 2010. p. 54

que colocou fim ao último conflito armado entre Viena e Constantinopla resultou em ganhos mínimos para o Império Austríaco, enquanto a ameaça francesa fortalecia a percepção de declínio relativo Habsburgo.

Tal período também é marcado pela ascensão de Metternich[50] ao posto de chanceler em Viena. Reconhecido por sua participação na construção do equilíbrio europeu pós-1815, o diplomata austríaco tinha como principal objetivo de sua política externa a construção de uma balança de poder favorável aos interesses austríacos na manutenção do *status quo*, manutenção da hegemonia nos Estados Germânicos e manutenção do Império Otomano como instrumento de contenção ao avanço russo na Europa Oriental.

O primeiro sinal de preocupação para adoção de tal linha de ação, não obstante as complicações anteriormente apresentadas relativas à Revolução Francesa e o avanço russo nos Bálcãs, se referiu à atuação russa na Insurreição Sérvia de 1815[51]. A atuação do Império Russo em Belgrado causou, em Viena, a percepção de que o poderio de São Petersburgo era uma ameaça às regiões de interesse vital para a monarquia na Península Balcânica. Conforme expõe Sedivy (2013, p. 36, tradução nossa): "[...] qualquer progresso territorial russo no coração dos Bálcãs teria consequências desastrosas para a Monarquia do Danúbio, que poderia ser cercado pelo império czarista ao norte, leste e até sul" [52].

A estratégia de Viena, de apoio a Constantinopla, enfrentou seu primeiro grande teste com a deflagração da já comentada Insurreição Grega, em 1821. A linha de ação adotada pelos Habsburgos tomou como base a defesa do princípio de que a revolta era uma questão interna da Sublime Porta, não estando sujeita a intervenção por parte das demais potências, especialmente o Império Russo. Neste sentido, a esperança de Metternich era de que os otomanos fossem capazes de conter o avanço da rebelião sem adotar medidas que incitassem um descontentamento por parte de São Petersburgo. Contudo, as atrocidades cometidas contra os ortodoxos otomanos – como, por exemplo, a execução do patriarca Gregório V e a ocupação que levou à imposição de novos impostos nos principados do

[50] Klemens Wenzel Nepomuk Lothar, Prince of Metternich-Winneburg zu Beilstein (1773-1859), foi o Ministro das Relações Exteriores do Império Habsburgo de 1809 a 1848.

[51] De 1804 a 1813, uma revolta possibilitou a existência de um Estado Sérvio independente da Sublime Porta. Contudo, em 1815 após o reestabelecimento do *status quo* pré-napoleônico e a reincorporação do território a soberania otomana, um novo conflito se iniciou. A intervenção russa garantiu um acordo que lançou as bases para a existência da Sérvia como um principado autônomo e vassalo à Constantinopla.

[52] "[...] any Russian territorial progress into the heart of the Balkans would have had disastrous consequences for the Danube Monarchy, which could become hemmed in by the tsar's empire from the north, east and even south."

Danúbio – além das já discutidas medidas prejudiciais ao comércio marítimo russo no Mar Negro incitaram desentendimentos entre o Czar e o Sultão que transpunham meras questões geopolíticas.

Sedivy (2013) assinala que a estratégia adotada pelo chanceler austríaco, em face da incapacidade otomana de se restaurar a estabilidade interna, tinha como núcleo principal a tentativa de se desvencilhar as controvérsias comerciais e legais entre São Petersburgo e Constantinopla dos desdobramentos causados pela revolta helênica. O cerne de tal linha de ação diplomática reside no fato de que Viena entendia que o Império Russo apenas tinha garantido o direito a proteção dos cristãos vivendo nos principados da Valáquia e Moldávia – portanto, sem bases legítimas de intervenção na revolta que se deflagrava no Peloponeso. A esperança de Metternich era de que ao se resolverem as questões relativas aos tensionamentos Russo-Otomano - referente aos principados e direitos comerciais - São Petersburgo estaria privada de possíveis justificativas que permitissem uma intervenção em prol da insurreição helênica.

> Mas, juntamente com a condenação ritualística da revolução e seus defensores ateístas, Metternich apresentou uma proposta para a resolução do dilema distinguindo as questões levantadas pelas infrações comerciais turcas aos tratados existentes com a Rússia, cujo cumprimento esta tinha o direito de insistir unilateralmente, e as provocadas pela insurreição grega, que eram uma preocupação geral da Europa e o tópico adequado de um congresso europeu. Metternich prometeu provar a amizade da Áustria apoiando as queixas puramente "russas", que ele agrupou em quatro títulos: (a) a restauração das igrejas gregas, (b) a proteção da religião grega, (c) o reconhecimento de uma distinção entre gregos culpados e inocentes, (d) a evacuação dos principados do Danúbio. (KISSINGER, 1957, p. 301, tradução nossa)[53]

Neste sentido, Metternich buscou resguardar os interesses comerciais e diplomáticos russos referentes à sua relação com a Sublime Porta mantendo, no entanto, a insurreição como um assunto interno do Império Otomano – devido ao temor do chanceler austríaco de que o estabelecimento de um Estado Grego independente, ou autônomo, levaria ao gradual esfacelamento otomano. A natureza da postura de Viena pode ser rastreada ainda antes de Metternich assumir o posto de chanceler. Como expõe Kissinger (1957), ainda em 1808 –

[53] But together with the ritualistic condemnation of the revolution and its atheistic advocates, Metternich advanced a proposal for the resolution of the dilemma by distinguishing between the issues raised by Turkish infractions of existing treaties with Russia, on whose fulfilment Russia had a right to insist unilaterally, and those brought on by the Greek insurrection, which were a general European concern and the proper topic of a European congress. Metternich promised to prove Austria's friendship by supporting the purely "Russian" grievances, which he grouped under four headings: (a) the restoration of the Greek churches, (b) the protection of the Greek religion, (c) the recognition of a distinction between guilty and innocent Greeks, (d) the evacuation of the Danube Principalities

quando ocupava o cargo de encarregado de assuntos exteriores – o príncipe austríaco defendia a manutenção da Sublime Porta como um instrumento de equilíbrio para as fronteiras ao sul do Império. Como afirma Marriott (1917, p. 190, tradução nossa): "Metternich, na verdade, nunca vacilou por um instante da atitude que assumira desde o início: os gregos eram rebeldes contra a autoridade legítima e deviam ser deixados à sua sorte." [54]

Não obstante, a ameaça da revolta grega para a existência do Império Otomano transcendeu a mera possibilidade de uma subtração territorial e redução populacional sujeitas à soberania do Sultão. As atividades desempenhadas pelos súditos helênicos, no contexto da administração interna da Sublime Porta, representavam uma parcela importante da estrutura de governança do Império. Os gregos eram maioria na marinha otomana, no serviço diplomático e, tradicionalmente, recebiam a responsabilidade de exercer o papel de autoridade nos Principados do Danúbio. Neste sentido, como expõe Kissinger (1957, p. 290, tradução nossa): "A rebelião grega foi, portanto, um ataque mortal à própria estrutura do Império Otomano." [55]

Considerando tais constatações, torna-se evidente a natureza do posicionamento austríaco referente à insurreição grega, bem como a transformação na natureza de suas relações com o Império Russo. Após a insurreição grega e a acentuada percepção de declínio otomano que emerge de tal episódio, Metternich passa a temer cada vez mais a hipótese de um domínio russo nos Bálcãs, em um contexto de esfacelamento do Império Otomano – em função dos interesses econômicos e o dilema causado pelas nacionalidades, como veremos na subseção subseqüente.

O problema das nacionalidades e os interesses econômicos Austríacos nos Bálcãs.

Para além dos determinantes geopolíticos e constrangimentos oriundos da estrutura do Sistema Internacional, outro elemento crucial para compreensão da mudança do posicionamento austríaco, no pós-insurreição grega, remete aos interesses econômicos e a questão das nacionalidades como potencial elemento desestabilizador da estrutura de governança do Império Habsburgo.

---

[54] "Metternich, indeed, never wavered for an instant from the attitude which he had from the first assumed: the Greeks were rebels against legitimate authority, and must be left to their fate."

[55] "The Greek rebellion was therefore a mortal attack on the very structure of the Ottoman Empire."

Como exposto por Mitchell (2018), a natureza do império de Viena apresentava um caráter inerentemente multiétnico. Neste sentido o autor expõe a concepção de que um dos princípios legitimadores da existência da monarquia e da manutenção da integridade de seu núcleo territorial dizia respeito a sua capacidade de "abrigar" povos de unidades políticas inferiores e desempenhar um papel de proteção relativo ao avanço hostil de outras populações – em tal contexto, especialmente, o avanço otomano na península que foi interrompido após o cerco de Viena, em 1683.

A execução de tal papel, na estrutura de equilíbrio de poder da península, é exatamente um dos elementos ameaçados com o agudo avanço de São Petersburgo na região, a partir do século XVIII. Como apresenta Sedivy (2013), a estratégia adotada pelo Império Russo – que consistia no estabelecimento de unidades autônomas ou independentes, sujeitas à influência russa – tornou-se uma das principais preocupações recorrentes na chancelaria austríaca, uma vez que tais unidades poderiam ser constituídas por povos também presentes na monarquia de Habsburgo e, portanto, seriam capazes de desempenhar um papel de centro irradiador de ideais nacionais ameaçadores à manutenção de sua estrutura multiétnica.

> A formação dos Estados-Nação dos Bálcãs seria definitivamente uma desvantagem para o Império Austríaco multinacional, especialmente quando alguns de seus cidadãos tinham a mesma nacionalidade daqueles além da fronteira sudeste, como os sérvios ou os romenos. [...] Sua cooperação com o czar ortodoxo poderia levar a um aumento considerável da influência Russa no sudeste da Europa e, na pior das hipóteses, poderia ter um efeito devastador na própria existência não apenas dos otomanos, mas também do Império Austríaco. Conseqüentemente, junto com a geopolítica, o fator nacional desempenhou um papel crucial na crença de Metternich de que o Império Otomano deveria continuar existindo o maior tempo possível e atraiu seu interesse após sua adesão ao ministério. (SEDIVY, 2013, p. 37-38, tradução nossa)[56]

Compreendendo tal problemática, torna-se evidente os motivos que levaram a um posicionamento desfavorável na chancelaria austríaca, em relação aos desdobramentos da insurreição grega e sua ameaça a estabilidade da Sublime Porta. Como vimos, Metternich considerava a revolta um assunto interno otomano e advogava contra a intervenção por

[56] "The formation of Balkan nation states would definitely be rather disadvantageous for the multinational Austrian Empire, in particular when some of its citizens were of the same nationality as those beyond its south-eastern frontier, like the Serbs or the Rumanians. [...] Their cooperation with the Orthodox tsar could lead to a considerable increase of Russia's influence over south-eastern Europe and, in the worst case, it could have a devastating effect on the very existence of not only the Ottoman but also the Austrian Empires. Consequently, together with geopolitics, the national factor played a crucial role in Metternich's belief that the Ottoman Empire had to continue to exist for as long as possible and attracted his interest following his accession to the ministry."

parte das demais potências. Tal concepção é oriunda exatamente do temor austríaco de que novas unidades autônomas na península se converteriam em satélites russos a serem utilizados como elemento de desestabilização do Império Otomano – e, possivelmente, também do Império Austríaco que, a exemplo da Sublime Porta, sustentava um frágil equilíbrio interno entre os diversos grupos étnicos que habitavam seu território. Como expõe Sedivy (2013, p. 178, tradução nossa):

> [...] a composição multinacional do Império Austríaco se assemelhava muito à situação no Império Otomano, Francisco I e seu chanceler eram naturalmente muito sensíveis a esse perigo. O que estava prestes a acontecer com o sultão em relação a seus súditos rebeldes poderia acontecer no futuro a Francisco I em seu império multinacional[57].

Outro elemento importante para o contexto diz respeito ao estabelecimento de relações econômicas entre o Império Habsburgo e as unidades políticas balcânicas que este considerava estarem localizadas em sua área natural de influência e projeção de poder. Mitchell (2018) e Sedivy (2013) expõem dois eixos da natureza da relação patronal desempenhada por Viena em relação às províncias européias da Sublime Porta: a oferta de uma relação de proteção a tais unidades políticas, em relação à agressão otomana – bem como a utilização do núcleo territorial de tais províncias como uma zona de segurança fronteiriça, reduzindo fricções que ocasionariam conflitos bélicos; e a possibilidade de que tal região desempenhasse para a monarquia um papel semelhante aquele executado pelas colônias possuídas por outros impérios, ou seja, oferta de matéria-prima para o processo de industrialização da Áustria e mercado consumidor para seus bens manufaturados.

> Em termos de convenções comerciais concluídas com a Sublime Porta, a Áustria gozava de uma posição nos Principados "semelhante às de uma potência colonial". Os comerciantes austríacos desfrutavam de vastos privilégios e seus navios comerciais podiam navegar livremente pelo Danúbio. Consequentemente, a participação austríaca no comércio exterior dos Principados durante o período foi muito mais significativa do que o comércio de todos os outros países europeus, e o número de pessoas com passaporte austríaco excedeu em muito outros residentes estrangeiros na Moldávia e na Valáquia. Metternich esforçou-se para manter o *status quo* nos Principados, não apenas por causa de seu conservadorismo, mas principalmente devido às razões geopolíticas e econômicas acima mencionadas, que naturalmente influenciaram suas considerações. Ele fez isso de duas maneiras na década de 1820. Primeiro, ele esperava garantir a influência política austríaca nos Principados [...] Segundo, Metternich tentou impedir o início da guerra entre a Rússia e o Império Otomano, porque sabia muito bem que uma posição significativa nos Principados poderia ser rapidamente perdida e sua supremacia econômica seriamente prejudicada se eles

[57] "Since the multinational composition of the Austrian Empire greatly resembled the situation in the Ottoman Empire, Francis I and his chancellor were naturally very sensitive to such a danger. What was about to happen to the sultan with regard to his rebellious subjects could happen in the future to Francis I in his multinational empire"

> fossem ocupados ou mesmo anexados pela Rússia [...] (SEDIVY, 2013, p. 587-588)[58]

Da Convenção dos Estreitos ao Tratado de Paris: a neutralização do Mar Negro

A presente seção se refere aos desdobramentos ocorridos entre 1841 e 1856, englobando a assinatura da Convenção dos Estreitos e do Tratado de Paris – que coloca fim a Guerra da Criméia.

O objetivo desta etapa é evidenciar de que forma os interesses austríacos, anteriormente apresentados, premeditam uma mudança no posicionamento de Viena em relação às ações russas na Península Balcânica. Se, anteriormente, os Habsburgos poderiam ser considerados "cúmplices" dos Romanov nas políticas de enfraquecimento da Sublime Porta, a Guerra da Criméia consolida uma reorientação e distanciamento da natureza de tal relação – que já havia sido iniciada durante a insurreição grega.

Neste sentido, a seção se desdobra em dois momentos: inicialmente, a Convenção dos Estreitos de 1841 é apresentada como um instrumento diplomático fomentado pelas chancelarias européias para conter o avanço da influência russa pós-1833, uma vez que o Tratado de Unkiar-Skelessi acendeu o alerta vermelho dos demais Estados continentais no que tange a relação russo-otomana.

Posteriormente, analisam-se os desdobramentos causados pela Guerra da Criméia e de que forma a atuação de Viena em tal contexto premedita seu distanciamento de São Petersburgo. A Áustria se posicionou ao lado das potências marítimas em um movimento de contenção do poder russo, aproveitando a ocasião para buscar a expansão de sua influência na região e nos Principados do Danúbio.

---

[58] "In terms of trade conventions concluded with the Sublime Porte and the sultan's firmans, Austria enjoyed a position in the Principalities "akin to those of a colonial power."1 Austrian merchants enjoyed vast privileges and their commercial vessels could sail freely up and down the Danube, even as far as the sea. Consequently, the Austrian share in the foreign trade of the Principalities during the period under research was far more significant than all other European countries' trade, and the number of people with Austrian passports by far exceeded other foreign residents in Moldavia and Wallachia.2 Metternich strove to maintain the status quo in the Principalities not merely because of his conservatism but particularly due to the above-mentioned geopolitical and economic reasons, which naturally influenced his considerations. He did so in two ways in the 1820s. First, he hoped to assure Austrian political influence in the Principalities, and he was successful, at least in Wallachia [...] Second, Metternich tried to prevent the outbreak of war between Russia and the Ottoman Empire because he was well aware that Austria's significant position in the Principalities could quickly be lost and its economic supremacy seriously harmed if they were to be occupied or even annexed by Russia, whose Near Eastern policy was clearly focused on gaining supremacy over this part of the Balkan Peninsula"

A Convenção dos Estreitos de 1841 e seu impacto no posicionamento de São Petersburgo no Mar Negro

Como exposto anteriormente, o período de avanço e consolidação dos interesses russos no Oriente Próximo, entre 1774 e 1833, despertou um senso de emergência entre as demais potências européias – especialmente Britânicos e Franceses. A percepção de que o Império Otomano se encontrava em situação cada vez mais delicada, aliada ao temor do que era visto como um avassalador expansionismo russo, levaram as chancelarias da Europa a buscar uma revisão dos termos em relação ao acesso aos estreitos.

Segundo Rutherford (1910) e Yildiz (2009), a percepção britânica em relação ao avanço russo era ainda mais sensível, em função das controvérsias existentes entre Londres e São Petersburgo na Ásia Central. Cada vez mais, cristalizou-se a percepção de que o domínio indireto estabelecido pelo czar no Oriente Próximo era apenas um passo para o suposto objetivo final: a tomada de fato de Constantinopla.

Segundo Rendall (2002), a hostilidade das potências ocidentais não passou despercebida pela administração russa. Conforme expõe o autor, o czar foi alertado por Nesselrode, acerca da possibilidade de o Império Russo enfrentar uma coalizão composta por Franceses, Britânicos e Austríacos. Agravando a situação, em 1839 a Sublime Porta iniciou uma campanha militar contra Mehmet Ali, buscando eliminar o poder de seu vassalo que havia levado o império à beira do colapso. Contudo, mais uma vez as forças otomanas fracassaram. Pela segunda vez em menos de uma década, o Sultão se via em posição frágil e ameaçado por uma unidade política “inferior”.

De forma a evitar o isolamento e um incremento na hostilidade dos demais atores do concerto europeu, São Petersburgo decidiu pela abdicação do direito ao protetorado sobre o Império Otomano. A estratégia adotada pelos russos foi a de transferir tal direito exclusivo para uma garantia coletiva de todas as potências. Dessa forma, o Império Russo resguardava sua parcela de influência, mesmo que compartilhada com seus pares europeus – em contraste com o pior cenário prospectado por Nesselrode, onde uma coalizão européia exerceria sua influência no sentido de eliminar a atuação russa no Oriente Próximo (RENDALL, 2002).

Na perspectiva da chancelaria czarista, o exacerbado antagonismo das demais potências do continente – em relação ao temor de que São Petersburgo supostamente havia

convertido o Império Otomano a um vassalo – tornou necessário o movimento de transferência da responsabilidade de protetorado em relação à Sublime Porta. Para Nesselrode, o movimento diplomático russo apaziguaria os ânimos das demais potências e seria suficiente para evitar o possível surgimento de uma coalizão europeia orientada contra a Rússia. Neste sentido, embora o poder relativo do império nos estreitos fosse reduzido com a entrada de novos atores no protetorado, o princípio do fechamento destes para navios de guerra estaria assegurado.

A pressão por parte das chancelarias ocidentais e o recuo no posicionamento russo, em relação aos estreitos, culminaram na Convenção dos Estreitos assinada em 1841. Em última instância, a convenção retirou do Império Russo seus privilégios exclusivos de acesso aos estreitos para navios de guerra (YILDIZ, 2009). Como exposto por Collins (1932), o principal marco da convenção de 1841 se referiu à internacionalização do já exposto princípio da política externa turca: o fechamento dos estreitos para navios de guerra estrangeiros. Como exposto nos artigos I e II do documento:

> Artigo I. Sua alteza o Sultão, em uma parte, declara sua firme intenção em manter no futuro o principio que invariavelmente foi estabelecido como uma regra anciã do Império, e na virtude de proibir a todos os momentos que navios de guerra de potências estrangeiras adentrem os estreitos do Bósforo e Dardanelos. E, enquanto a Sublime Porta esteja em tempos de paz, sua alteza não admitirá a entrada de qualquer navio de guerra nos estreitos. [...]
> Artigo II. Fica entendido que, retomando a inviolabilidade da regra anciã do Império Otomano, mencionada no artigo anterior, o sultão reserva para si, como em tempos passados, a promulgação de decretos de passagem para navios leves portando bandeiras guerra, utilizados usualmente a serviço de missões levadas a cabo por potências estrangeiras. (SHOTWELL, 1922, p. 50-51, tradução nossa)[59]

Contudo, embora o Império Russo agora não detivesse mais direitos exclusivos, a assinatura do documento não foi vista como uma derrota diplomática por parte da chancelaria czarista. Em São Petersburgo, prevaleceu o posicionamento de que a convenção dos estreitos ainda atendia aos desejos de evitar que forças hostis ameaçassem suas possessões no Mar Negro, uma vez que os estreitos permaneceriam fechados para embarcações de guerra estrangeiras – embora, também estivessem fechados para a marinha

[59] "Article I. His Highness the Sultan, on the one part, declares that he is firmly resolved to maintain for the future the principle invariably established as the ancient rule of the Empire, and in virtue of which it has at all times been prohibited for the Ships of War of Foreign Powers to enter the Straits of the Dardanelles and the Bosphorus; and that so long as the Porte is at peace, His Highness will admit no Foreign Ship of War into the said Straits. […]
Article II. It is understood that in recording the inviolability of the ancient rule of the Ottoman Empire mentioned in the preceding Article, the Sultan reserves to himself, as in past times, to deliver Firmans of passage for light Vessels under Flag of War, which shall be employed as is usual in the service of the Missions of Foreign Powers."

russa. Além disso, como pode ser visto em posicionamento de Nesselrode, apresentado por Rendall (2002), São Petersburgo acreditava que a convenção seria útil no sentido de arrefecer a hostilidade das demais potências.

> A Convenção [de 1841] não destruiu o tratado de UnkiarSkelessi, mas perpetuou seus objetivos de uma forma distinta. De fato, tal ato não tinha outra finalidade para nós, alem do fechamento dos estreitos para quaisquer navios de guerra com exceção dos nossos próprios e suas garantias de segurança – a qual recebemos por apenas oito anos, sem sequer ter sido reconhecida pelos demais gabites – nós acabamos de ter tais direitos reconhecidos legal e universalmente, com uma garantia permanente. (NESSELRODE apud RENDALL, 2002, p. 54, tradução nossa)[60]

Embora a convenção não tenha sido vista como uma derrota ou um prejuízo a seus interesses, em breve o Império Russo se viria frente a desdobramentos que solapariam seus direitos e privilégios anteriormente obtidos.

Os efeitos da Guerra da Criméia e do Tratado de Paris para as relações Austro-Russas (1853-1856)

Como apresentado, as controvérsias oriundas da insurreição grega e, posteriormente, da assinatura de Unkiar-Skelessi foram parcialmente sanadas entre São Petersburgo e Viena com o acordo de Munchengratz e a subsequente neutralização do Mar Negro, em 1841. Os desdobramentos de ambos os acordos asseguraram a chancelaria austríaca que seu vizinho russo abdicou de suas intenções de aniquilamento e partilha do Império Otomano.

Contudo, em 1853, uma nova controvérsia reacendeu as disputas por influência no Oriente Próximo. O Império Francês, de Napoleão III[61], expandiu sua influência em direção à Sublime Porta e obteve junto à administração central otomana privilégios para os cristãos católicos que habitavam a Turquia. Na perspectiva do czar, a concessão destes favorecimentos foi vista como prejudicial aos interesses dos povos ortodoxos – e, não obstante, aos interesses russos no Oriente Próximo que não se beneficiavam com uma expansão da influência francesa em Constantinopla. O Império Otomano recusou as

[60] "the Convention [of 1841] has not so much destroyed the treaty of UnkiarSkelessi, as perpetuated its aim in a different form. Indeed, that act had no other aim for us than that of closing the Black Sea to all flags of war but our own, and this guarantee of security - which we had been given for only eight years, without its even being recognized by all the other cabinets - we have just had recognized legally and universally as a permanent guarantee"

[61] Charles-Louis Napoléon Bonaparte (1808-1873), foi o primeiro presidente da França, de 1848 a 1852. Posteriormente, tornou-se imperador de 1852 a 1870;

demandas do czar e, posteriormente, rejeitou o *status quo* em sua relação com o Império russo que respondeu com a ocupação dos principados do Danúbio (TRAGER, 2012).

O passo subsequente adotado por São Petersburgo, no sentido de conter o avanço diplomático francês e fortalecer sua posição de domínio no Império Otomano foi recorrer à chancelaria de Londres, como elemento de contrapeso às intenções de Napoleão III. O encontro entre o czar e o embaixador britânico G. H. Seymour[62] tornaram-se conhecidas como as "Seymour Conversations" e acabaram tendo efeito contrário as intenções russas. O movimento do czar, em apresentar um plano de partilha com o possível esfacelamento otomano, levou a chancelaria britânica a considerar que os russos ainda nutriam desejos de dominar diretamente os Bálcãs e o Mar Negro, incitando uma política hostil por parte da Grã-Bretanha.

> A iniciativa do czar de buscar cooperação com a Grã-Bretanha no Oriente Próximo resultou em reuniões entre o czar e o embaixador britânico Hamilton Seymour, em São Petersburgo no início de 1853. As conversas falharam em alcançar seus objetivos, servindo para elevar as suspeitas da Grã-Bretanha sobre as intenções do czar para o Império Otomano, e se tornaria um marco nas relações anglo-russas em relação ao Oriente Próximo, abrindo o caminho para a Aliança Anglo-Francesa no Oriente Próximo. [...] Quando Seymour levantou a posição da Áustria durante a reunião, o czar disse: 'Quando falo da Rússia, falo também da Áustria; nossos interesses em relação à Turquia são perfeitamente idênticos. Seymour considerou essas palavras como um entendimento entre a Áustria e a Rússia sobre o Império Otomano. Então, Nicholas elaborou alguns detalhes de sua proposta para a definição da ordem pós-otomana: 'Os principados e a Sérvia permaneceriam sob proteção russa, como têm sido desde o início do século XIX; A Bulgária pode ser um estado independente; A Grã-Bretanha deveria ocupar o Egito ", e acrescentou que, se a Grã-Bretanha quiser, ele também não se oporia a Candia (Creta). [...] As reuniões entre Nicholas I e Seymour determinariam a posição britânica em relação à Rússia pelas próximas duas décadas. Em vez de ganhar um aliado, o czar fez o governo britânico suspeitar de suas intenções no Oriente Próximo. (ASLANTAS, 2012, p. 237-239).[63]

[62] George Hamilton Seymour (1797-1880), foi o ministro plenipotenciário britânico em São Petersburgo, de 1851 a 1854, e, em Viena de 1855 a 1858.

[63] "The Tsar's initiative to look for cooperation with Britain in the Near East resulted in meetings between the Tsar and British Ambassador Hamilton Seymour in St. Petersburg at the beginning of 1853. The 'Seymour Conversations' failed to reach their objectives, serving rather to raise the suspicions of Britain over the Tsar's intentions for the Ottoman Empire, and would become a milestone in Anglo-Russian relations regarding the Near East and pave the way for Anglo-French Alliance in Near East. [...] When Seymour raised the position of Austria during the meeting, the Tsar said, 'When I speak of Russia, I speak of Austria as well, what suits the one suits other; our interests as regards Turkey are perfectly identical' Seymour regarded these words as the understanding having been struck between Austria and Russia regarding the Ottoman Empire. Then Nicholas elaborated some details of his proposal for the setting of the post-Ottoman order: 'The Principalities and Serbia would remain under Russian protection, as they have since the beginning of the 19th century; Bulgaria can be an independent state; Britain should occupy Egypt,' and added that if Britain wants that he would not object to Candia (Crete) as well. [...] The meetings between Nicholas I and Seymour would determine the British position with regard to Russia for the next two decades. Rather than gaining an ally, the Tsar made the British government suspicious of his intentions in the Near East."

A reação russa e o ato de ocupação da Moldávia e da Válaquia revelaram-se um grande erro estratégico para São Petersburgo. A marcha em direção aos principados do Danúbio não apenas reforçou a perspectiva das demais potências – de que o Império Russo desejava o controle direto dos estreitos e o esfacelamento do Império Otomano – mas também iniciou um processo de alienação de seus principais aliados: as monarquias conservadoras em Viena e Berlim.

São Petersburgo contava com um posicionamento favorável por parte de Viena, em função de sua intervenção na Revolução Húngara de 1848. Na ocasião, uma frustrada tentativa de centralização de poder, por parte dos Habsburgos, acabou sendo o estopim para um movimento de insurreição nas terras da Hungria. Até a chegada das forças czaristas, Viena contemplava a possibilidade de esfacelamento do núcleo territorial de seu império, quando os revolucionários húngaros declararam sua independência e estabeleceram um governo próprio. As forças rebeldes empilharam vitórias contra um exército Habsburgo incapaz de conter o emergente nacionalismo húngaro, que em 1848 já havia expulsado as tropas austríacas da região. A situação apenas foi contornada com a solicitação, por parte do poder central Habsburgo, de intervenção do Império Russo no contexto da Santa Aliança. Viena havia convencido a chancelaria czarista de que o sucesso da revolução húngara poderia resultar em um transbordamento para as regiões polonesas que estavam sob julgo de São Petersburgo. Assim sendo, o Império Habsburgo acabou "salvo" pelo impulso conservador e de contenção às ameaças revolucionárias que poderiam por em xeque também a estabilidade russa (ROBERTS, 1991).

Como resposta à ocupação dos principados, a diplomacia austríaca buscou executar um papel de mediação no conflito e produziu a chamada "Nota de Viena", um documento que basicamente reconheceu os direitos russos de proteção aos súditos ortodoxos do sultanato. A estratégia adotada foi similar a aquela conduzida durante a crise grega, quando Viena buscou obter concessões do Império Otomano como meio para se evitar a deflagração da Guerra Russo-Turca – culminando na Convenção de Akerman, que postergou o conflito por três anos. O documento foi aceito por São Petersburgo como base para negociações, com a condição de que seus termos não seriam alterados. Contudo, a Sublime Porta recusou efusivamente os termos propostos pela diplomacia dos Habsburgos, argumentando que a nota apenas poderia ser aceita com alterações em seu conteúdo, uma vez que para a Sublime Porta o tratado de Kuchak-Kanardji não conferia a São Petersburgo

o direito a proteção de seus súditos ortodoxos – um elemento vital para a chancelaria russa e principal causa da controvérsia (SCHMITT, 1919; ASLANTAS, 2012).

A controvérsia, somada ao temor existente em relação ao expansionismo russo, acabou colocando São Petersburgo em uma posição de isolamento. As feridas deixadas na Europa, pela assinatura de Unkiar-Skelessi, ainda estavam abertas. Logo, o Império Russo se viu em posição diplomaticamente desfavorável, com seus aliados da Santa Aliança cada vez mais distantes e sem oferecer o apoio necessário para fortalecimento da posição e demandas russas. Em setembro de 1853, São Petersburgo buscou um apoio diplomático mais incisivo, por parte de Viena, para suas reivindicações. No entanto, o resultado do encontro realizado em Olmutz – reunindo os imperadores russo, austríaco e seus respectivos chanceleres – foi desfavorável ao império czarista. Na ocasião, o imperador austríaco declarou impossibilidade de se fornecer apoio a um possível conflito russo contra a coalizão anglo-francesa, argumentando como motivo o risco que tal ação traria para possíveis desfechos revolucionários nos Bálcãs e, consequentemente, seu transbordamento e instabilidades na estrutura de Viena.

Aslantas (2012) assinala que o distanciamento diplomático dos Habsburgos e da Prússia foi um elemento crucial para os desdobramentos da posterior campanha militar russa. Conforme argumenta o autor, a posição estratégica dos aliados da Santa Aliança permitiria, em caso de consenso entre as partes, que o Império Russo deslocasse seu poderio militar através dos Bálcãs sem a preocupação de uma possível retaliação por parte de tais atores. Com a indisposição de seus aliados em fornecer o apoio diplomático e logístico necessário, a sombra de uma possível intervenção dos atores germânicos premeditou uma maior cautela nas ações militares do Império e seria elemento chave na derrota imposta pela coalizão europeia ao Império de São Petersburgo.

Em contrapartida, o Império Otomano gozava da simpatia de Franceses e Britânicos, o que na perspectiva de Jelavich (1991), criou uma oportunidade tentadora para recuperar os prejuízos à sua soberania oriundos do período de 1774 a 1833. Utilizando como pretexto a ocupação Russa dos principados do Danúbio, em 8 de outubro de 1853, a Sublime Porta declarou guerra. Posteriormente, em março de 1854, França e Inglaterra se uniram à Constantinopla para conter São Petersburgo.

A coalizão anglo-francesa, estabelecida para contenção da influência russa em Constantinopla, apresentou à São Petersburgo suas exigências, sendo estas: a substituição do protetorado russo nos principados para uma garantia de todas as potências; o direito à livre navegação do Danúbio; a revisão da Convenção dos Estreitos de 1841; e o fim da reivindicação russa do direito de proteção aos súditos ortodoxos da Turquia Europeia. A reivindicação do fim dos direitos, os quais na leitura russa haviam sido estabelecidos em 1774 na ocasião da assinatura de Kuchak-Kanardji consistia em um dos principais pontos do ultimato anglo-francês, uma vez que retiraria de São Petersburgo o principal elemento que justificava sua ingerência nos assuntos internos otomanos desde a segunda metade do século XVIII. Nesse sentido, assim versam os pontos I e IV do memorando[64] apresentado por Paris e Londres em dezembro de 1854, já durante o conflito armado:

> 1. Seus governos [Inglaterra e França] concordam na opinião de que é necessário abolir o protetorado exclusivo exercido pela Rússia sobre a Moldávia, a Valáquia e a Servia, e de agora em diante colocar sob a garantia coletiva das cinco potências os privilégios concedidos pelos sultões aos principados e dependências de seu Império, consideraram e consideram que nenhuma das estipulações dos antigos Tratados da Rússia com a Sublime Porta, em relação às referidas Províncias, deveria ser revivida na Paz e que os acordos a serem concluídos sobre o assunto, em última análise, devem ser combinados de modo a dar pleno efeito aos direitos do poder soberano, aos dos três principados e aos interesses gerais da Europa. [...] 4. A Rússia, renunciando à pretensão de assumir um protetorado oficial dos súditos cristãos do sultão que seguem o rito oriental, renuncia igualmente, como conseqüência natural, ao renascimento de qualquer um dos artigos de seus antigos tratados, e especialmente do tratado de Kouchouk-Kainardji, cuja interpretação incorreta tem sido a principal causa da guerra atual. (Tradução nossa)[65]

Esta "interpretação incorreta", julgada pelas demais chancelarias e apresentada como justificativa para a intervenção, diz respeito à controvérsia que emanava do artigo de Kuchak-Kanardji. Conforme esta interpretação, o direito russo se estendia apenas aos principados autônomos – sem, portanto, o direito a intervir em temas soberanos da Sublime

---

[64] **Memorandum presented by Great Britain, Austria and France to Russia**, containing the bases of Conferences on the Eastern Question. 28th December 1854. In: HERTSLET, Edward. **The Map of Europe by Treaty:** Political and Territorial Changes Since the General Peace of 1814, Vol. I. Londres: Butterworths. 1875. p. 1225-1226.

[65] "1. That their governments, concurring in the opinion that it was necessary to abolish the exclusive Protectorate exercised by Russia over Moldavia, Wallachia and Servia, and henceforward to place under the collective guarantee of the 5 Powers the privileges accorded by the Sultans to the Principalities dependencies of their Empire, have considered and do consider that none of the stipulations of the ancient Treaties of Russia with the Porte, relative to the said Provinces, should be revived at the Peace, and that the arrangements to be concluded on the subject of them should be ultimately combined so as to give full and entire effect to the rights of the suzerain power, to those of the 3 principalities and to the general interests of Europe. [...] 4. Russia, in renouncing the pretension to take under an official Protectorate of the Christian Subjects of the Sultan of the Oriental ritual, equally renounces, as a natural consequence, the revival of any of he Articles of her former Treaties, and especially of the treaty of Kouchouk-Kainardji, the erroneous interpretation of which has been the principal cause of the present war."

Porta. Os Russos, por sua vez, defendiam a interpretação de que o artigo se estendia aos demais ortodoxos eslavos das províncias otomanas europeias e via com desprazer as concessões estabelecidas para os cristãos católicos obtidas pela França de Napoleão III.

Travada entre 1853 e 1856, a Guerra da Criméia foi um desastre para os interesses russos na região. Após um início favorável – com a destruição da frota otomana, na batalha de Sinop, em novembro de 1853 – as potências europeias voltaram a temer um novo sucesso russo e a capitulação de Constantinopla. (JELAVICH, 1991). O Império Russo, portanto, se via exatamente na situação que tentou evitar a todos os custos: um isolamento diplomático, enfrentando uma coalizão de potências europeias ameaçando diretamente seus interesses no Mar Negro e sem poder contar com a assistência de Áustria e Prússia – seus aliados da Santa Aliança.

Não obstante, o caso de Viena era ainda mais delicado e incômodo para a diplomacia czarista. Tradicionalmente, o Império Habsburgo esteve alinhado aos interesses russos no Oriente Próximo, uma vez que via com bons olhos o enfraquecimento da influência otomana nos Bálcãs. Como vimos anteriormente, em outras oportunidades a diplomacia russa já havia oferecido aos austríacos uma influência direta na Península, mais especificamente na Sérvia, Bósnia e Herzegovina – que também esteve presente nos planos do monarca Habsburgo Joseph II, no século XVIII. Para além da cooperação diplomática, durante as revoluções de 1848 foram as tropas russas que, como citado anteriormente, "salvaram" a integridade territorial e, em última instância, a própria existência do Império Austríaco após intervenção na insurreição húngara. Naturalmente, São Petersburgo esperava do imperador Francisco José um posicionamento mínimo de neutralidade favorável, permitindo o trânsito de suas tropas pelos territórios da monarquia germânica.

> O quão pouco Nicholas I podia confiar no Império Habsburgo logo seria demonstrado, e a atitude de Viena era crucial. [...] Além disso, ele esperava gratidão dos Habsburgos. Ele não apenas enviou suas tropas contra a Revolução Húngara em 1849, mas também apoiou a posição austríaca na recente controvérsia sobre Montenegro. […] Apesar das dificuldades da situação, Nicholas I e seus conselheiros deram grande ênfase à garantia de um entendimento claro com o Império Habsburgo, particularmente após o rompimento das relações com a Sublime Porta e o aumento da tensão com as potências marítimas. Em troca, eles ofereceram uma parte da influência na península balcânica. Em uma carta de 30 de maio de 1853, Nicholas I escreveu a Franz Joseph, informando-o de que pretendia ocupar os principados e sugerindo

> que a Áustria pudesse agir de maneira semelhante na Sérvia e Herzegovina. (JELAVICH, 1991, p. 127-128)[66]

Desta forma, o Czar tinha como ambição romper completamente com quaisquer chances de Viena postar-se a favor de uma coalizão europeia contra a Rússia. Ao oferecer a região da Sérvia e Herzegovina como barganha para um posicionamento favorável habsburgo no conflito, o Império Russo deixa clara a perspectiva de uma divisão da península em esferas de influência atreladas a São Petersburgo e Viena.

Contudo, as expectativas do czar nunca se materializaram. Com interesses distintos, Viena adotou uma postura de neutralidade hostil a São Petersburgo. Para Viena, o prospecto de esfacelamento do Império Otomano na Europa era extremamente perigoso. Sem o contraponto otomano, mesmo com a cessão da esfera de influência sérvia, o Império Russo poderia projetar seu poder de forma incontestável em direção a Constantinopla e os Estreitos, sufocando a monarquia Agora, além do isolamento em relação às chancelarias europeias, a Rússia se deparava com a "traição" de um de seus principais aliados que, anos antes, teve sua existência e integridade salvas por tropas eslavas na contenção da rebelião húngara. O posicionamento austríaco de hostilidade revelava uma postura mais ativa dos Habsburgos em relação à crise nos Bálcãs e Mar Negro.

Diferentemente de três décadas antes, quando Metternich optou pelos canais diplomáticos para evitar um conflito russo-otomano, neste novo cenário se apresentava a possibilidade de que o Império Austríaco reduzisse a influência de São Petersburgo na região, ao atuar em conjunto com as potências marítimas. Aslantas (2012) destaca que o momento crucial para a intervenção ativa de Viena veio com a garantia, por parte da França, de manutenção do *status quo* na Itália – uma das principais preocupações estratégicas da chancelaria de Habsburgo. O posicionamento austríaco é evidente em mensagem enviada pelo então chanceler Buol a um de seus agentes diplomáticos[67]:

---

[66] "How little Nicholas I could rely on the Habsburg Empire was soon to be demonstrated, and the attitude of Vienna was crucial. […] Moreover, he expected Habsburg gratitude. He had not only sent his troops against the Hungarian Revolution in 1849, but he had supported the Austrian position in the recent controversy over Montenegro. […] Despite the difficulties in the situation, Nicholas I and his advisers placed great emphasis on securing a clear understanding with the Habsburg Empire, particularly after the breakdown of relations with the Porte and increasing tension with the sea powers. In return, they offered a share in influence in the Balkan Peninsula. In a letter of May 30, 1853, Nicholas I wrote to Franz Joseph, informing him that he intended to occupy the principalities and suggesting that Austria could act similarly in Serbia and Herzegovina"

[67] **Buol to Bruck,Oct. 16, 1854**, private cart. 52. In: SCHROEDER, Paul. Bruck versus Buol: The Dispute over Austrian Eastern Policy, 1853-1855**. The Journal of Modern History**, v. 40, n. 2, Jun/1968, p. 193-217.

> Queremos obter uma boa paz da Rússia e, se necessário, conquistá-la à força. Enquanto ela não aceitar os quatro pontos como base de negociação, somos oponentes da Rússia. Só podemos alcançar essa paz de acordo com as potências marítimas. Portanto, a primeira preocupação é que nada perturbe esse acordo (apud SCHROEDER, 1968, p. 212, tradução nossa)[68]

O ultimato de Viena ocasionou o recuo das tropas czaristas nos principados, sendo estes posteriormente ocupados pelos Habsburgos. Sendo assim, o desfecho do posicionamento de confronto adotado pela chancelaria austríaca ocasionou um reforço de sua influência nas unidades autônomas do Danúbio, em detrimento do poderio russo. Como aponta Schroeder (1968), o resultado foi interpretado por Buol como uma grande vitória diplomática de Viena que reduzia os percalços causados pelo crescimento da influência de São Petersburgo desde 1774.

Após três anos de conflito, a Rússia conhecia uma dolorosa derrota. A queda de Sevastopol e o fracasso militar, no entanto, se configuravam apenas como o primeiro passo para subtração da influência russa no Oriente Próximo. No tratado de Paris, assinado em 1856, as potências europeias deixaram evidente o desejo de contenção à marcha czarista para os estreitos e domínio do Mar Negro. O Tratado de Paris apresentava três principais eixos estratégicos: a questão dos estreitos; a neutralização do mar negro; e a questão da navegação no Danúbio.

> […] Além das definições territoriais, o tratado lidou principalmente com três elementos: a questão dos estreitos; a neutralização do Mar Negro; e a navegação do Danúbio. Em relação aos estreitos, uma convenção a parte entre as seis potências (incluindo a Sardenha) e o Sultão, foi assinada paralelamente ao tratado e anexada a este (no artigo X) e reafirmava textualmente as cláusulas da Convenção dos Estreitos. Uma outra clausula foi posteriormente adicionada, em vista as propostas do próprio do tratado para controle da navegação do Danúbio, pelo qual cada potência será permitida a enviar duas embarcações leves de guerra para a foz do Danúbio. [...] O ato mais significante da conferência de Paris, contudo, foi a declaração de neutralização do Mar Negro, uma tentativa de evitar futuras complicações no Oriente Próximo através da proibição as preparações russas. A Rússia seria proibido não apenas a manutenção de uma frota em sua costa sul, mas até mesmo arsenais (SHOTWELL, 1922, p. 53-54, tradução nossa)[69]

---

[68] "We want to obtain a good peace from Russia, and, if necessary, gain it by force. As long as she has not accepted the four points as a basis for negotiation, we are Russia's opponents. We can achieve this peace only in accord with the sea powers. Therefore the first concern is that nothing disturb this accord"

[69] "[...] Apart from the territorial settlements, the Treaty dealt mainly with three points: the question of the Straits; the neutralization of the Black Sea; and the navigation of the Danube. With reference to the Straits, a separate Convention between the six Powers (including Sardinia) and the Sultan, signed the same time as the Treaty and attached to it (by Article X of the Treaty) reaffirmed textually the clauses of the Convention of the Straits.- A further clause was added, in view of the proposals in the Treaty itself for the control of the navigation of the Danube, by which each of the Powers was permitted to send through the Straits two light vessels of war for service off the mouth of the Danube. [...] The most significant act of the Conference at

Como pode ser visto no excerto, as conquistas estratégicas russas foram solapadas pelo acordo de Paris. As determinações feitas na convenção de 1841 foram mantidas, reforçando o princípio do fechamento dos estreitos para embarcações beligerantes. Contudo, as questões da neutralização do Mar Negro e do acesso ao Danúbio representaram duros golpes na estratégia czarista. No que tange o princípio da neutralização, destaca-se a proibição não apenas da manutenção de embarcações de guerra na região, mas também a proibição de se manterem arsenais e fortes. Na perspectiva de São Petersburgo, tais determinações eram uma afronta direta a sua soberania. Afinal de contas, como um Estado soberano poderia ser proibido de manter fortificações defensivas dentro de seus próprios territórios? Não bastasse tal fato, a abertura do Danúbio também marcava um retrocesso para a política russa, uma vez que tal rota fluvial recaia sobre a esfera de influência czarista desde 1774, quando os principados romenos se encontravam em sua órbita.

Além das questões estratégicas, outra cláusula presente no tratado de 1856 afetava diretamente os interesses russos. Como vimos anteriormente, o artigo VII do Tratado de Kuchak-Kanardji foi tradicionalmente utilizado como principal instrumento de legitimação das intervenções russas no Oriente Próximo, uma vez que – mesmo de forma ambígua – concedeu a São Petersburgo o direito de proteção e realizar reivindicações em favor de tais povos. A partir do Tratado de Paris, tal pretexto chegava ao fim – ao menos formalmente. O direito foi, agora, transferido para as potências do concerto europeu, que deveriam agir em comunhão no caso de controvérsias relativas a tais termos. Portanto, o Tratado de Paris privava os russos de seus interesses estratégicos e, também, da justificativa utilizada para atingir tais objetivos.

Os impactos do tratado foram enormes, não apenas no que tange a subtração dos privilégios de São Petersburgo em Constantinopla. Como exposto anteriormente, o posicionamento hostil de Viena foi visto como uma traição e abalou profundamente o relacionamento entre os dois Impérios. Como expõe Trager (2012), a partir de 1856 o Império Russo adotou uma linha de ação muito mais hostil em relação a seu vizinho germânico. Os russos cessaram seu apoio ao poder central na contenção da revolta húngara e passaram a agir no sentido de minar a posição austríaca em suas disputas por influência e controle com Prússia e Sardenha – respectivamente nos estados germânicos e na Itália.

Paris, however, was the declaration of the neutralization of the Black Sea, an attempt to forestall future complications in the Near East by imposing a sufficiently sweeping prohibition on Russian preparedness. Russia was to be denied not merely a fleet on its southern coastal waters but even arsenals along its shores."

O declínio de Viena na Europa Central e as consequências da ruptura Austro- Russa (1859-1871)

Embora, como visto, os desdobramentos imediatamente posteriores ao conflito de 1853 trouxeram, a princípio, ganhos expressivos para o posicionamento de Viena nos Bálcãs. Contudo, problemáticas advindas da reação russa em relação à postura de enfrentamento adotada pela chancelaria de Habsburgo resultariam em um grave enfraquecimento do posicionamento da monarquia na Europa Central, no que se refere à ascensão do nacionalismo Italiano e o avanço da hegemonia de Berlim frente os estados germânicos.

Paralelo as preocupações em sua frente oriental, o avanço de tais elementos eram outro fator de intensa preocupação para a diplomacia austríaca, uma vez que grande parte de seu poder estrutural advinha do domínio exercido em relação às terras italianas e reinos germânicos. Como exposto por Wawro (1996) e Enderink (2010), o Congresso de Viena – realizado em 1815 – conferiu ao Império Austríaco responsabilidades e benefícios relativos à promoção da estabilidade europeia em tais localidades. No que tange a questão italiana, coube à Viena a responsabilidade de administração da Lombardia e Veneza – além da Dalmácia, nos Bálcãs. Não obstante, em substituição ao Sacro Império Romano-Germânico, foi estabelecida uma confederação dos Estados alemães, com hegemonia austríaca – tendo, como objetivo principal, o estabelecimento de uma zona de segurança entre o Império Francês e Russo.

Contudo, com o decorrer do século XIX novos desafios se apresentaram para a hegemonia de Viena em tais regiões. O advento dos ideais nacionalistas e o fortalecimento do poder relativo da Prússia – em contraste com o declínio Habsburgo – desafiava a capacidade austríaca de sustentar sua posição na Europa Central. Como expõe Mitchell (2018), um dos principais contrapesos estratégicos utilizados pela diplomacia de Viena, especialmente na era de Metternich, consistia na instrumentalização de sua aliança com São Petersburgo para contenção dos movimentos na Europa Central – que apresentavam potenciais ameaças a estabilidade da monarquia. A postura adotada pelo Império Czarista, ao atuar como mantenedor do *status quo* no contexto do concerto europeu, facilitava a supressão de tais movimentos e a consolidação do domínio Habsburgo.

Neste sentido, o rompimento com São Petersburgo, resultante da postura austríaca na crise da Criméia, trazia grandes problemáticas para a estratégia da monarquia em sua frente ocidental, enfraquecendo sua posição relativa uma vez que o apoio russo na contenção do nacionalismo italiano e prussiano não mais poderia ser utilizado como elemento de reforço do poder austríaco. Trager (2012) assinala que o período pós-Criméia pode ser caracterizado como de hostilidade aberta e enfrentamento entre São Petersburgo e Viena.

Para além das questões italiana e germânica, os ganhos obtidos nos Bálcãs – principal fator para a reorientação da política austríaca, como apresentado – mostraram-se efêmeros. Não obstante o fim do apoio russo as questões ocidentais, os ganhos relativos à ocupação dos principados logo se tornaram uma problemática ao Império Habsburgo. Posteriormente a Guerra da Criméia, os principados da Moldávia e Valáquia fundiram-se em uma única unidade política: a Romênia. Como vimos, o estabelecimento de unidades autônomas e fundamentadas em identificações nacionais era um dos principais temores da chancelaria de Viena – tendo sido, por exemplo, um dos motivos do posicionamento contrário austríaco durante a Crise Grega. Não obstante, o novo Estado romeno poderia se tornar um pólo difusor de instabilidades dentro da monarquia, uma vez que o território austríaco continha uma grande parcela de romenos na região da Transilvânia.

> Quaisquer que sejam os méritos de suas decisões na época, algo que está fora de disputa é que os resultados da Guerra da Criméia teriam conseqüências desastrosas para a Monarquia de Habsburgo. Inicialmente, os resultados pareciam positivos: sob o Tratado de Paris, a Rússia foi forçada a se afastar de seus esforços para acabar com a Turquia, aceitar a neutralização do Mar Negro e abandonar seu protetorado nos Principados do Danúbio. No entanto, rapidamente se tornou claro que quaisquer benefícios que a Áustria obteve seriam efêmeros. A ocupação dos principados não se mostrou mais sustentável do que na época de Eugenio de Savoia, abrindo caminho para sua unificação em um novo ator unificado - a Romênia - que, com o apoio da Rússia, da França, da Prússia e da Sardenha, representaria para a Áustria um fardo muito maior do que a presença da Moldávia e da Valáquia. A longo prazo, a guerra gerou um grande problema estratégico para a Áustria: o surgimento da Rússia como uma potência militar declaradamente anti-Áustria. Onde a Rússia da época de Metternich e, de fato, tão recentemente quanto o início da década de 1850 tinha sido "o principal defensor da ordem estabelecida na Europa", a partir de agora seria um poder revisionista determinado e motivado por um ânimo particularmente agudo em relação aos interesses da monarquia dos Habsburgo como estandarte da ordem estabelecida e arquitetada, aos olhos da Rússia, em sua humilhação na Criméia (MITCHELL, 2018, p. 273, tradução nossa)[70]

[70] "Whatever the merits of his decisions at the time, one thing that is beyond dispute is that the outcomes of the Crimean War would have disastrous consequences for the Habsburg Monarchy. Initially the results seemed positive: under the concluding Treaty of Paris, Russia was forced away from its efforts at breaking up

As consequências do isolamento austríaco e do afastamento do poderio russo logo trouxeram sérias consequências à posição estrutural de Viena no continente Europeu. Enderink (2010) assinala três determinantes que se configuravam como ameaças a estratégia de Viena e seu posicionamento no Sistema Internacional pós-Criméia, sendo estes: a determinação de Napoleão III e do Império Francês em romper com as estruturas de equilíbrio de poder do Congresso de Viena, através do fomento ao emergente nacionalismo na península italiana; a busca da Prússia por uma linha de ação independente, escapando da influência austríaca e contestando sua hegemonia entre os Estados Germânicos; e, por fim, os desejos expansionistas e agora revisionistas do Império Russo em relação à ordem estabelecida no Tratado de Paris, em 1856.

O primeiro destes elementos a confrontar o frágil posicionamento de Viena foi o nacionalismo italiano e o crescente desejo de unificação política da península – especialmente com a influência de Napoleão III. Na ocasião, o Imperador Francês e os representantes italianos buscaram, com Viena, o estabelecimento de uma negociação que resultaria na cessão de Veneza ao novo Estado Italiano, enquanto, em contrapartida, caberia aos Habsburgos compensações nos Bálcãs e Oriente Próximo – tendo sido proposto, por exemplo, que a monarquia assumisse a soberania e controle dos Principados do Danúbio que, como vimos, consistia em um dos principais fatores da estratégia de Viena para os Bálcãs e o Mar Negro.

Contudo, Elrod (1971) expõe que, na perspectiva da chancelaria austríaca, seria inviável conceder Veneza aos italianos. Para o autor, a incorporação deste território ao novo Estado Italiano envolveria "[...] o sacrifício e negação dos princípios conservadores da Áustria; inspiraria e encorajaria as forças da revolução na Europa; removeria o último bastião para a proteção do papa em Roma e, sobretudo, consagraria e fortaleceria o

---

Turkey to instead accept the neutralization of the Black Sea and relinquish its protectorate over the Danubian Principalities. Yet it quickly became apparent that whatever benefits Austria had gained would be ephemeral. Habsburg occupation of the principalities proved no more sustainable than it had in the time of Eugene, paving the way for their unification into a new, unified polity—Romania—that with Russian, French, Prussian, and Sardinian backing, would pose a far greater burden under Austria's blanket than had the presence of Moldavia and Wallachia. Longer term, the war spawned a far-larger grand strategic problem for Austria: the emergence of Russia as an avowedly anti-Austria military power. Where Russia of the Metternich era and indeed as recently as the early 1850s had been "the chief supporter of the established order in Europe," henceforth it would be a determined revisionist power, and one that was motivated by a particularly acute animus toward the interests of the Habsburg Monarchy as both standard-bearer of the established order and architect, in Russia's eyes, of its humiliation in Crimea"

princípio do nacionalismo e dos movimentos populares nacionais". (ELROD, 1971, p. 151, tradução nossa) [71]

Portanto, a partir de tal linha argumentativa, é possível concluir que embora a obtenção de soberania e maior influência na Moldávia e Valáquia – que, como exposto, agora consistiam um único Estado, denominado Romênia – fosse sedutora, esta não compensaria o perigo iminente que se estabeleceria com o surgimento de um Estado-Nação Italiano, vizinho aos territórios Habsburgos e que subtrairia parte das terras mais ricas e rentáveis da monarquia. Elrod argumenta que tal leitura resultou em uma profunda relutância austríaca em ceder ao movimento emergente e as ambições francesas de expandir sua influência no continente Europeu.

O imbróglio causado pela Questão Italiana, como este expõe, resultou também em um recuo da influência de Viena nos Estados Germânicos, uma vez que Berlim havia aproveitado a oportunidade para consolidar a expansão de seu poderio – Mitchell (2018) ressalta, ainda, que a unificação dos Principados do Danúbio contou com profunda influência prussiana, outro elemento que indicava o declínio da influência de Viena.

Por fim, os tensionamentos relativos a tais questões resultariam em dois conflitos envolvendo Viena e os nacionalistas italianos, travados em 1859 e 1866. Em 1859, a derrota austríaca resultou na subtração da Lombardia, incorporada ao Reino da Sardenha que, posteriormente, se tornaria o Reino da Itália. O segundo conflito representa um marco no declínio do Império Austríaco. Na ocasião, Viena se viu cercada por uma aliança entre a Itália, Alemanha e Estados Germânicos de menor porte. Como tentativa de se romper com o isolamento e evitar uma ainda mais trágica intervenção francesa em prol dos aliados nacionalistas, o Império Habsburgo concedeu a soberania de Veneza para o Império Francês – posteriormente, a província seria repassada para a soberania Italiana. Contudo, manter os franceses distantes do conflito não foi o suficiente e a derrota na Batalha de Koniggratz representa um marco na queda da influência de Viena e ascensão da Prússia como principal elemento influenciador nos Estados Germânicos.

[71] "[…]it would necessarily involve the sacrifice and denial of Austria's conservative principles; it would inspire and embolden the forces of revolution in Europe; it would remove the last bastion for the protection of the pope in Rome; and, above all, it would consecrate and strengthen the principle of nationalism and popular national movements"

Os resultados dos conflitos travados entre 1859 e 1866 evidenciam o trágico desfecho da política adotada por Viena durante a Guerra da Criméia. Sem poder contar com a força de São Petersburgo, como aliado conservador na contenção do nacionalismo na Europa Ocidental, a Áustria se viu isolada. O Império Francês posicionou-se a favor do revisionismo, Prússia e Itália aproveitaram a oportunidade para consolidar suas ambições nacionalistas e o novo Estado Romeno trazia o temor de instabilidades na Transilvânia. Em síntese, a posição de Viena na Europa Central acabou aniquilada.

O período posterior a tais conflitos se configura como uma tentativa de reconstrução do posicionamento de Viena. Privada de suas províncias italianas e com diminuta influência nos assuntos da confederação germânica, restou à monarquia lidar com seus problemas internos. Neste sentido, em 1867 foi nomeado ao posto de chanceler Friedrich Von Beust[72] – antigo ministro das relações exteriores da Saxônia, um dos Estados Germânicos que se posicionaram no lado Habsburgo durante o conflito com a Prússia de Bismarck. Beust assumiu as rédeas da política externa de Viena com duas missões: solucionar as problemáticas internas referentes aos Húngaros e estabelecer uma nova estratégia de segurança.

No que tange o primeiro aspecto, a Questão Húngara é outro ponto que se refere diretamente as consequências do afastamento do Império Russo pós-1856. Em 1848, o nacionalismo húngaro apenas foi contido com o auxílio de São Petersburgo, que enviou tropas para a contenção de um elemento que ameaçava as estruturas do Império Austríaco. Após 1866, fragilizada com a derrota na guerra e sem poder contar com o apoio czarista, não restou outra opção além de buscar uma solução apaziguadora (KRAEHE, 1967; TAYLOR, 1976).

As negociações, conduzidas de um lado por Beust e, do outro, Julius Andrassy[73] – posteriormente, chanceler do Império Austro-Húngaro – resultaram em um compromisso firmado ainda em 1867, denominado *Augsleich*. Em síntese, as estruturas do antigo Império Austríaco passaram a ser compartilhadas entre suas etnias dominantes – os germânicos e húngaros – uma vez que o Reino da Hungria foi elevado ao mesmo status da Áustria,

[72] Friedrich Ferdinand von Beust (1809-1886), foi o último ocupante da chancelaria do Império Austríaco, em 1866, e o primeiro ocupante do posto de Ministro das Relações Exteriores da Áustria-Hungria, entre 1867 e 1871.

[73] Gyula Andrássy de Csíkszentkirály et Krasznahorka (1823-1890), ocupou o cargo de Primeiro-Ministro da Húngria, de 1867 a 1871 e, posteriormente, Ministro das Relações Exteriores da Áustria-Hungria, de 1871 a 1879.

dentro da estrutura de governança. A nova monarquia dual traria estruturas de governo independentes para as duas partes do império – com exceção dos gabinetes de Relações Exteriores, Marinha e Exército, que teriam um único representante para ambos os reinos, em função de seu caráter estratégico.

O compromisso de 1867 trouxe consequências diretas para a futura delimitação estratégica da política externa da Áustria-Hungria. Sondhaus (1993) e Taylor (1976) argumentam que o *Augsleich* e o posicionamento da parcela germânica da monarquia dual inviabilizavam um confronto direto ou posicionamento hostil contra a Prússia, embora Beust reconhecesse a existência de um ardente desejo por parte de alemães e húngaros em um confronto contra São Petersburgo. Neste sentido, a nova leitura da estratégia de Viena e Budapeste partiria da perspectiva de contenção do Império Russo e suas ambições nos Bálcãs, através uma aproximação com o Império Francês. Tal posicionamento se torna evidente em trecho de relatório submetido por Beust ao Imperador Francisco José[74]:

> O perigo mais iminente para a Áustria é a ameaça Russa, e o acordo sobre a questão dos Balcãs (*orientalische*) ou melhor, sobre toda a questão oriental, que é mais importante do que qualquer outra coisa. A França deve resistir firmemente à política da Rússia em relação à Turquia e à Áustria, ou deve nos oferecer, por meio de um acordo comum com a Rússia, algumas garantias contra a expansão russa. Se não pudermos fazer com que a França mude radicalmente de atitude na Questão Cretense e ajudar a destruir o prestígio russo entre os povos cristãos da Turquia; e decididamente opor-se à ocupação russa dos principados do Danúbio, além de apoiar uma eventual intervenção austríaca, teremos que pensar em buscar uma aproximação com a Prússia. (Tradução nossa)[75]

Portanto, torna-se evidente de que forma os interesses estratégicos austríacos se transformam com as derrotas na Europa Central. Para além do declínio de seu poder relativo no Sistema Internacional, as conseqüências da derrota em Koniggratz trouxeram mudanças estruturais para a própria natureza da monarquia, que a partir de 1867 colocaria fim ao Império Austríaco e dava origem a Áustria-Hungria. Privada de seus interesses ocidentais e com a impossibilidade de se opor ao novo Império Alemão – em função do posicionamento da opinião pública de sua população germânica e o claro desnivelamento

---

[74]**Beust, report to Franz Joseph, 1867**. In: BRIDGE, F. R. **From Sadowa to Sarajevo:** The Foreign Policy of Austria-Hungary. London: Routledge & Kegan Paul. 1972. p. 391

[75] "The most imminent danger to Austria threatens from Russia, and agreement about the Balkans (orientalische) question or rather, about the whole Eastern Question is more important than anything else. France must either stand up firmly against Russia's policy towards Turkey and Austria, or must offer us, by means of a common agreement with Russia, some guarantees against russia expansion. If we cannot bring France radically to change her attitude in the Cretan Question and to help in destroying Russia's prestige among the Christian peoples of Turkey; and decidedly to oppose a Russian occupation of the Danubian principalities and support an eventual Austrian intervention, then we shall have to think about seeking a raprochement with Prussia"

de poder entre os Estados – Viena se viu obrigada a reorientar sua estratégia para a contenção de São Petersburgo nos Bálcãs e expansão de seu poderio na Europa Oriental como compensação as perdas na Itália e Alemanha. Como veremos no próximo capítulo, o posicionamento estabelecido por Beust e, posteriormente reforçado com a ascensão do húngaro Andrassy à chancelaria dual, implicaria em novos tensionamentos e a obtenção do direito a administração da Bósnia e Herzegovina, após o Tratado de Berlim em 1878.

Capítulo 3 – A Grande Crise do Oriente e a Aliança dos Três Imperadores (1871-1903)

O presente capítulo tem por objetivo expor os desdobramentos ocorridos no contexto das disputas austro-russas nos Bálcãs, abordando desde o nascimento do primeiro *dreikaiserbund* – a Liga dos Três Imperadores – até aqueles posteriores a Grande Crise do Oriente e o início de um processo de reaproximação entre Viena e São Petersburgo.

Desta forma, este é dividido em três etapas: primeiramente, uma análise do período intermediário entre a ascensão do Império Germânico, que envolve a reaproximação entre as coroas – bem como o processo de rompimento com as cláusulas do Tratado de Paris, levado a cabo pelo Império Russo. Posteriormente, passa-se ás problemáticas causadas pela Grande Crise do Oriente e suas implicações relativas à Questão Bósnia – objeto da pesquisa. Por fim, identifica-se um período de breve reaproximação entre Áustria-Hungria e Rússia, buscando a manutenção do *status quo* na região – culminando no reestabelecimento da aliança monárquica envolvendo, também, Berlim.

A Formação da Primeira Liga dos Três Imperadores (1870-1875)

A presente seção se divide em três momentos:

Primeiramente, busca-se identificar o impacto do processo de rompimento, por parte de São Petersburgo, com as cláusulas do Tratado de Paris relativas à neutralização do Mar Negro e, também, os impactos que a ascensão do Império Germânico traz para as relações austro-russas – procurando evidenciar um período de reaproximação entre as três coroas que se estende até o início das turbulências na Bósnia e Herzegovina.

O Protocolo de Londres e a Reaproximação Austro-Germânica (1870-1871)

São Petersburgo foi o primeiro ator a tirar proveito das mudanças no equilíbrio de poder resultantes da vitória prussiana em Sedã. Como apresentado no capítulo anterior, a postura hostil adotada por Viena no desfecho da Guerra da Criméia – e, posteriormente, nas negociações do Tratado de Paris – levaram o Império Russo a adotar um distanciamento de seu anterior aliado.

Em contrapartida, a influência de São Petersburgo passou a gravitar ao redor da Prússia – que consolidava sua ascensão na Europa Central. Com a vitória de Berlim na

Guerra Franco-Prussiana, a chancelaria czarista – agora encabeçada por Gorchakov[76] – identificou uma oportunidade de romper com as controversas cláusulas de neutralização do Mar Negro, vistas como prejudiciais e de extremo risco para a estabilidade do Império em caso de um potencial conflito armado contra as potências marítimas.

Como afirma Bederman (1988), as mudanças no equilíbrio de poder do continente, após a unificação alemã, criaram a oportunidade perfeita para uma ação diplomática orientada para o rompimento com as cláusulas – especialmente em função do relacionamento estreito entre São Petersburgo e Berlim, que emergia como força dominante na Europa Central.

Mosse (1961) expõe que o primeiro passo, no sentido de uma barganha para obtenção do apoio germânico para rompimento com o Tratado de Paris, partiu da própria chancelaria alemã. Durante o conflito Franco-Prussiano, São Petersburgo – embora tenha se posicionado de forma favorável a Berlim – ainda tinha restrições em relação a um possível desmembramento territorial do Império Francês. Neste sentido, o apoio russo era um importante elemento para assegurar o sucesso da anexação da Alsácia e Lorena. Assim, foi proposta uma barganha onde o Império Czarista não faria oposição ao controverso movimento germânico, em troca de apoio caso São Petersburgo decidisse romper unilateralmente com os termos de Paris.

Contudo, Mosse indaga que a oferta de Bismarck não foi prontamente aceita pelos russos. Conforme o autor, ainda existia uma tendência a acreditar em uma possível sobrevida francesa no conflito. A decisão de proceder com a barganha e se posicionar de forma neutra em relação às anexações territoriais de Berlim apenas ocorreu após os desfechos da Batalha de Sedã.

Tendo-se decidido por avançar com a ideia de denúncia dos termos do tratado, após o compromisso com Bismarck, o Império Russo procedeu formalmente com uma nota emitida no dia 31 de Outubro de 1870, denunciando violações do Tratado de Paris, por

[76] Alexander Mikhailovich Gorchakov (1798-1883), ocupou o posto de Ministro das Relações Interiores de 1856 a 1882 – sucedendo Nesselrose e precedendo Giers.

parte de seus signatários, e declarando que a chancelaria de São Petersburgo não mais se sentia obrigada a cumprir os termos referentes à neutralização do Mar Negro[77].

> As sucessivas alterações, pelas quais as transações consideradas como a base do equilíbrio de poder europeu, estiveram sujeitas durante os últimos anos tornaram necessário que o Gabinete Imperial indagasse até que ponto seus resultados afetam a posição política da Rússia. [...] Ao delimitar este princípio [a neutralização do Mar Negro], as potências signatárias pretendiam eliminar qualquer possibilidade de conflito entre as potências que fazem fronteira com o Mar Negro, ou entre elas e as potências marítimas. [..] Uma experiência de 15 anos provou que esse princípio, do qual depende exclusivamente a segurança de toda a extensão das fronteiras russas nessa direção, não passa de uma teoria. [...] Nosso Mestre Ilustre não pode admitir, *de jure*, que os Tratados, violados em várias de suas cláusulas essenciais e gerais, devem permanecer vinculativos em outras cláusulas que afetam diretamente os interesses de seu Império. Sua Majestade Imperial não pode admitir, *de facto*, que a segurança da Rússia dependa de uma ficção que não tenha resistido ao teste do tempo, e deve ser ameaçada pelo respeito dela por compromissos que não foram observados em sua integridade. (Tradução Nossa)[78]

O ato de denúncia das cláusulas de neutralização do Mar Negro, como esperado, teve efeito e gerou reações nas demais chancelarias da Europa signatárias do Tratado de Paris. Dentre as partes interessadas, a Alemanha posicionou-se de forma positiva aos interesses russos – criando uma situação favorável, em função de sua posição no novo equilíbrio de poder. A Itália, por sua vez, reagiu de forma moderada. Restava para São Petersburgo alinhar seus interesses com as três potências mais interessadas e que passaram a exigir compensações pelo rompimento: Reino Unido, Império Otomano e Império Austro-Húngaro.

Para os britânicos, o principal interesse compensatório se referia a obter uma garantia relativa à pertinência e inviolabilidade dos tratados internacionais. O principal temor de Londres – para além do fim do princípio de neutralização – se referia a um

---

[77] **Russian Note, denouncing the Stipulations of the General Treaty of 30th March, 1856, and the Separate Convention with Turkey of the same date, relative to the Limitation of their Naval Forces in the Black Sea**. 31st October, 1870. In: HERTSLET, Edward. **The Map of Europe by Treaty:** Political and Territorial Changes Since the General Peace of 1814, Vol. III. Londres: Butterworths. 1875. p. 1892-1895.

[78] "The successive alterations which the transactions considered as the foundation of the European Balance of Power have undergone during late years, have rendered it necessary for the Imperial Cabinet to inquire how far their results affect the political position of Russia [...] By laying down this principle the signatory Powers intended to remove any possibility of a conflict between the powers bordering on the Black Sea, or between them and the Maritime Powers. [..] A 15 years' experience has proved that this principle, on which the safety of the whole extent of the Russian frontiers in this direction exclusively depends, is no more than a theory. [...] Our Illustrious Master cannot admit, de jure, that Treaties, violated in several of their essential and general clauses, should remain binding in other clauses directly affecting the interests of his Empire. His Imperial Majesty cannot admit, de facto, that the security of Russia should depend on a fiction which has not stood the test of time, and should be imperilled by her respect for engagements which have not been observed in their integrity."

possível precedente criado pelo rompimento russo. Portanto, aos olhos britânicos era essencial obter uma garantia que assegurasse o cumprimento dos demais tratados.

Já em relação aos Otomanos, o principal temor se referia a natural mudança na balança de poder do Mar Negro – em consequência da reentrada das forças marítimas russas na região. Neste sentido, era essencial para Constantinopla obter algum dispositivo compensatório que assegurasse vantagens comparativas em relação à São Petersburgo. Em tal empreitada, a Sublime Porta contava com a simpatia britânica – que também buscava evitar uma possível hegemonia russa na bacia (MOSSE, 1961).

Se as compensações requeridas por Londres e Constantinopla incidiram mais diretamente sobre os termos da circular russa – relativo à vigência dos tratados e a neutralização – Viena, por sua vez, apresentou interesses mais específicos que, de certa forma, tinham a finalidade de compensar as perdas oriundas de seu declínio relativo na Europa Central e nos Estados Germânicos. Jelavich (1973, p. 44) elenca as demandas dos Habsburgos:

> Enquanto isso, o governo dos Habsburgo havia decidido sobre suas demandas por compensação. Agora, desejava (1) que a Sublime Porta tivesse o direito de abrir os Estreitos a um certo número de navios de guerra estrangeiros; (2) que um porto turco seja designado como estação naval internacional; o número de navios que poderiam ser estacionados neste porto deveria ser proporcional às forças marítimas da Rússia no mar Negro; (3) que seja aumentado o número de navios que as potências poderiam ter na foz do Danúbio; (4) que seja delegado à Áustria o papel de líder e diretor no aprimoramento da navegação do Danúbio, em particular nos portões de ferro. (Tradução Nossa)[79]

Analisando-se as demandas de Viena, torna-se clara a preocupação da Áustria-Hungria em evitar uma preponderância russa no Mar Negro – especialmente através de canais como o fortalecimento do poder central Otomano, a criação de condições para intervenção das demais potências e expansão da influência dos Habsburgos ao longo da estratégica região do Danúbio. Conforme as conclusões apresentadas por Jelavich, a busca por um maior controle do fluxo de navegação do Danúbio era um importante elemento da estratégia de Viena, especialmente após a derrocada de sua posição no continente europeu.

[79] "Meanwhile, the Habsburg government had decided on its demands for compensation. It now desired (1) that the Porte be given the right to open the Straits to a certain number of foreign warships; (2) that a Turkish port be designated as an international naval station; the number of ships which could be stationed here were to be in proportion to the maritime forces of Russia in the Black Sea; (3) that the number of ships which the powers could have at the mouth of the Danube be raised; (4) that Austria be delegated the leading and directing role in undertaking the improvement of the navigation of the Danube, in particular at the Iron Gates."

Anteriormente, o Império Czarista adotava uma estratégia deliberada de prejudicar as condições de navegação na foz do rio – favorecendo o intercâmbio comercial através do porto russo de Odessa, em detrimento daqueles situados na esfera austro-húngara.

Considerando-se os fatores contextuais, pode-se inferir que este movimento de reafirmação de sua preponderância, na região da bacia do Danúbio, é o primeiro levado a cabo pela chancelaria de Viena com o intuito de se obter compensações nos Bálcãs e no Oriente Próximo – para, desta forma, sustentar sua posição como um ator relevante nas questões diplomáticas europeias.

As negociações para a readequação dos termos e contemplação da denúncia russa levaram a execução de uma conferência em Londres, em 1871. A conferência, por consequência, deu origem ao Protocolo de Londres que reorganizava as diretrizes relativas à neutralização do Mar Negro.

O Tratado de Londres teve como principal marco a revogação das cláusulas relativas à neutralização do Mar Negro. Para além, permitiu a Sublime Porta a abertura dos Estreitos para nações aliadas em tempos de paz, caso o poder central otomano julgasse necessário para execução dos demais termos do Tratado de Paris – permitindo, portanto, a manutenção de uma ligeira preponderância otomana no Mar Negro, que poderia abrir o Dardanelos para a passagem de esquadras hostis à São Petersburgo. Em relação ao Danúbio, confirmou os desejos de Viena ocupar o posto de líder nos aprimoramentos para navegação, além de estabelecer uma nova regulamentação referente ao número de navios de guerra em sua foz. Por fim, um protocolo em anexo reafirmou o princípio de que tratados internacionais apenas poderiam ser modificados em um contexto de atuação conjunta e consenso entre seus signatários – assegurando Londres de seus temores referentes a possíveis precedentes oriundos da ação russa (OAKES, 1921).

Assim, a revitalização das forças russas no Mar Negro se tornou a primeira consequência direta – para além das unificações alemã e italiana – das mudanças no equilíbrio de poder europeu. Não obstante, outro importante desdobramento da ascensão de Berlim, que impacta diretamente o objeto desta pesquisa, se refere à mudança da postura de Viena após a consolidação da hegemonia prussiana nos Estados Germânicos.

Após a vitória de Berlim, no confronto Austro-Prussiano de 1866, o primeiro instinto de Viena foi adotar um tom revanchista – e, posteriormente, com expectativas que

Paris pudesse conter o avanço de Berlim e gestar um cenário onde seria possível a retomada do poder relativo após a derrota de Koniggratz. Para tal, Frederich Von Beust foi nomeado chanceler. Beust era oriundo da Saxônia – um dos Estados Germânicos que se posicionou favorável a Áustria na disputa de poder com Berlim – e sua nomeação trouxe o tom do posicionamento revanchista dos Habsburgos.

Contudo, a vitória das forças alemãs em Sedã acabou por reverter a situação. Agora, era claro que Berlim havia consolidado sua posição de hegemonia na Europa Central. Como exposto por Carlson (1959), a vitória do Império Alemão impactou diretamente a estratégia de Viena. Beust foi removido do cargo e deu lugar a Julius Andrassy – um húngaro com importante participação no processo que culminou no *Augsleich* e com fortes tendências de oposição ao expansionismo russo nos Bálcãs. Nas palavras do autor: "Andrassy desejava a aliança para adquirir relações mais estreitas com a Alemanha e realizar reformas nos Bálcãs que garantissem a existência do Império Otomano ou, caso isso falhasse, formar Estados cristãos independentes do czar." (CARLSON, 1959, p. 17, tradução nossa)[80]

A principal força motriz para a reorientação proposta por Andrassy era o temor causado pela notória proximidade entre as chancelarias de Berlim e São Petersburgo. Para o novo chanceler, era latente a possibilidade de que a aliança entre seus vizinhos pudesse ser orientada para uma divisão final dos espólios Habsburgos e o fim da existência da Áustria-Hungria como uma potência europeia (LANGER, 1956).

Posteriormente, Viena procedeu com esforços para aproximação entre as cortes. Langer (1956) aponta o envio do General von Gablenz[81] como o primeiro passo formal para a reaproximação. Na ocasião, conforme relatado pelo autor, Bismarck assegurou o general austríaco de que o Império Alemão não desejava nenhuma conquista territorial à custa de Viena. Ainda mais importante, o chanceler alemão afirmou que qualquer acordo realizado entre os Estados não poderia ser formulado de forma a apresentar elementos hostis à São Petersburgo – confirmando a proximidade entre os dois atores e a necessidade enxergada por Andrassy de se balancear a influência exercida pelos russos no Império Alemão.

---

[80] "Andrassy desired the alliance in order to acquire closer relations with Germany, He desired to carry out reforms In the Balkans which would insure the existence of the Cttoman Empire or if this failed, to form Christian states independent of the Czar."

[81] Ludwig von Gablenz (1814-1874), nesta altura, general do 5º comando de cavalaria do Império Austro-Húngaro.

O posicionamento de Bismarck – ao reafirmar sua aliança com São Petersburgo – pavimenta o caminho para a formação da primeira Liga dos Três Imperadores. Como veremos na seção subsequente, este arranjo diplomático acabou marcado por fragilidades e distanciamento entre as partes envolvidas.

O Surgimento do *Dreikaiserbund* (1872-1875)

Como pode ser visto, portanto, o posicionamento intermediário de Berlim – entre os Russos e Habsburgos – tornou-se o fio condutor que permitiu uma reaproximação entre as três coroas. O compromisso assumido por Bismarck, com São Petersburgo, inviabilizou o plano inicial de Andrassy – que consistia em buscar uma aliança com o Império Alemão e afastar este novo ator da influência czarista.

Desta forma, não restou alternativa ao chanceler de Viena, a não ser buscar uma forma de compromisso que alinhasse o interesse dos três imperadores e pudesse conter o avanço unilateral russo – algo muito próximo a natureza dos entendimentos austro-russos anteriores, como visto ao longo da exposição. O principal obstáculo para tal desfecho advinha dos interesses conflitantes entre Viena e São Petersburgo nos Bálcãs.

Langer (1956) apresenta o relato de um encontro entre Andrassy e Gorchakov, que pode ser considerado como chave para o apaziguamento momentâneo das divergências balcânicas e viabilização da aliança tríplice com Berlim. No encontro, o chanceler húngaro deixa claro que a estabilidade da Sérvia como sua esfera de influência era um elemento essencial da estratégia de Viena – em contrapartida, assegurou seu par russo de que não existiam ambições dos Habsburgos na Bósnia e Herzegovina.

> Gorchakov, estando perturbado pelas supostas intrigas austríacas na Bósnia e Herzegovina, foi assegurado por Andrassy que a política dos Habsburgos era necessariamente defensiva. A Áustria desejava nada mais do que estar em bons termos com a Sérvia, mas "a extensão de suas fronteiras, sonhada pelos adeptos da chamada idéia da 'Grande Sérvia', e que abrangeria a Bósnia e Herzegovina e outros distritos. , não poderia ser conciliada com o ponto de vista da Áustria-Hungria […] A Áustria desejava a preservação da Turquia como esta é, e os rumores de ambições na Bósnia e Herzegovina não tinham qualquer fundamento. Gorchakov respondeu afirmando enfaticamente que a Rússia não tinha ligação com a agitação na Sérvia e que também estava satisfeita com o status quo no Oriente Próximo. Os dois concordaram que seus governos deveriam observar uma política de não intervenção nos Bálcãs e trabalhar pela manutenção da situação existente (LANGER, 1956, p. 21-22, tradução nossa)[82]

[82] "Gorchakov being disturbed by the supposed intrigues of the Austrians in Bosnia and Herzegovina, Andrassy assured him that the Habsburg policy was of necessity a defensive one. Austria wished nothing more than to be on good terms with Serbia, but "the extension of her frontiers which was dreamt of by the

Desta forma, percebe-se que Andrassy segue a mesma linha de formulação de política externa adotada por seus antecessores. Assim sendo, a estratégia do novo chanceler carregava traços que vinham desde a era de Metternich – como, por exemplo, a manutenção do Império Otomano como uma barreira ao expansionismo russo e a necessidade de se evitar a formação de um grande Estado eslavo ao sul de suas fronteiras. Ao obter as garantias russas de que esforços seriam feitos para neutralizar a situação e manter o *status quo*, rompeu-se um obstáculo para que a Liga dos Três Imperadores pudesse iniciar seu desenvolvimento.

Naturalmente, em função da proximidade adquirida a partir dos desfechos de 1856, o primeiro passo para a aliança partiu da relação russo-germânica. Em 1873, São Petersburgo recebeu a visita de uma comitiva composta pelo Kaiser Guilherme[83], Bismarck e Moltke[84]. Deste encontro, nasceu uma convenção secreta onde ambas as potências se comprometeram a assistência em caso de ataque por parte de uma terceira potência europeia. Posteriormente, em outubro do mesmo ano, os três imperadores se encontraram em território austro-húngaro e os desdobramentos dos compromissos firmados entre as cortes dariam origem a Convenção de Schonbrunn (FAY, 1930).

Contudo, Andrassy não nutria o desejo de atrelar-se tão profundamente à São Petersburgo – de forma contrária a Bismarck, que depositava grande confiança em seu relacionamento com a potência eslava. A Convenção de Schonbrunn foi firmada, inicialmente, por Áustria-Hungria e Rússia – posteriormente, o Kaiser confirmaria a adesão do Império Alemão aos arranjos – e, ao contrário do acordo russo-germânico, a convenção austro-russa versava apenas sobre o princípio de consulta mutua em caso de conflito de interesses – sem qualquer outro ato vinculativo, como a convenção militar entre Berlim e São Petersburgo (MACKENZIE, 1967).

De fato, os compromissos firmados entre os três imperadores sequer mencionavam de forma específica a situação nos Bálcãs e no Oriente Próximo – uma problemática grave,

---

adherents of the so-called 'Greater Serbia' idea, and which would embrace Bosnia and Herzegovina as well as other districts, could not be reconciled with the standpoint of Austria-Hungary […] Austria desired the preservation of Turkey as was, and the rumours of her ambitions in Bosnia and Herzegovina were without a shadow of foundation. To which Gorchakov replied by stating emphatically that Russia had no connexion with the agitation in Serbia, and that Russia too was satisfied with the status quo in the Near East. The two men then agreed that their governments should observe a policy of non-intervention in the Balkans and should work for the maintenance of the existing situation"

[83] Guilherme I (1797-1888) foi o Rei da Prússia e Imperador da Alemanha, entre 1861e 1888.

[84] Helmuth von Moltke (1800-1891), chefe de gabinete do Exército Alemão entre 1871 e 1888.

considerando que a região se configurava como o principal espaço de projeção de poder para São Petersburgo e, também, para Viena após 1871. Em síntese, o arranjo diplomático consistia em promessas vagas de fortalecimento dos princípios conservadores compartilhados pelas monarquias – algo que, de certa forma, foi uma tentativa de restaurar os laços de solidariedade dinástica que eram um dos pilares da Santa Aliança do período de Metternich. Conforme relata Loftus[85], então embaixador britânico em São Petersburgo, os termos da aliança poderiam ser sintetizados da seguinte forma:

> Mas, se me for permitido supor, houve três questões de interesse e importância geral que, sem dúvida, constituíram o objeto de suas deliberações. A primeira foi a questão da sociedade secreta, denominada "Internacional", que era o leito onde os planos e desenhos revolucionários dos partidos socialistas na Europa foram traçados. [...] O segundo assunto pode ter sido a questão religiosa e a atitude dos três impérios em relação à Sé de Roma. [...] O terceiro assunto que, segundo boatos, poderia ser objeto de deliberação, era o de uma garantia mútua das posses territoriais dos três impérios, como forma de garantir e consolidar a paz da Europa. [...] O principal resultado da reunião imperial parece ter sido um bom entendimento geral entre os três Soberanos para promover a manutenção da paz e da ordem na Europa. (LOFTUS, 1894, p. 35-36, tradução nossa)[86]

Conforme o apresentado, é possível concluir que a Liga dos Três Imperadores foi, neste momento inicial de aproximação, apenas um vago arranjo diplomático e de pouco poder vinculativo entre as três partes envolvidas. Os receios mútuos entre Viena e São Petersburgo impossibilitaram um compromisso mais especifico – conforme o desejado por Berlim, que via o *dreikaiserbund* como o instrumento ideal para conter um possível revanchismo francês. Como será exposto a seguir, a falha em se delimitar de forma mais especifica os interesses envolvidos – especialmente nos Bálcãs – foi o principal motivo para o fracasso deste sistema após as turbulências ocorridas na Bósnia e Herzegovina em 1875.

A Grande Crise do Oriente e a Questão Bósnia (1875-1878)

As províncias da Bósnia e Herzegovina, então pertencentes à estrutura formal do Império Otomano, situavam-se geograficamente nas fronteiras entre o Império Austro-

[85] Lord Augustus Loftus (1817-1904), foi embaixador em São Petersburgo de 1871 a 1879.

[86] "But if my surmise may be permitted, there were three questions of general interest and importance which no doubt formed the subject of their deliberations. The first was the question of the secret society, termed the " International," which was the hot-bed in which the revolutionary plans and designs of the Socialist party in Europe were hatched. [...] The second subject may have been the religious question, and the attitude of the three Empires towards the See of Rome. [...] The third subject which rumour said might come under deliberation, was that of a mutual guarantee of the territorial possessions of the three Empires, as a means of securing and consolidating the peace of Europe. [...] The principal result of the Imperial meeting appears to have been a general good understanding between the three Sovereigns to further the maintenance of peace and order in Europe"

Húngaro e sua contraparte otomana. A partir de 1875, uma série de turbulências internas iniciadas em tais localidades desencadeou um cenário de instabilidade na Península Balcânica.

A falha, mais uma vez, da Sublime Porta em conter suas sedições internas, abririam o caminho para mais uma rodada de interferências por parte das potências estrangeiras. O apogeu das instabilidades se daria com a Guerra Russo-Turca (1877-1878) e a tentativa de São Petersburgo implementar um tratado bilateral entre as partes – que, como veremos, acabou anulado pelos desdobramentos que culminariam no Congresso de Berlim de 1878.

A importância estratégica da Bósnia e Herzegovina em relação aos interesses Habsburgos

Durante o período de dominação otomana, os territórios da Bósnia e Herzegovina poderiam ser considerados os mais instáveis e etnicamente divididos entre as províncias europeias da Sublime Porta.

Como afirma Temperley (1919), a população das províncias era dividida entre muçulmanos e cristãos – tanto católicos, como ortodoxos. Os muçulmanos, por sua vez, eram em grande parte eslavos etnicamente sérvios que se converteram à religião do império para ascensão social. Logo, criou-se uma complexa situação onde os cristãos camponeses eram sumariamente explorados por suas contrapartes eslavas muçulmanas – com auxílio da estrutura administrativa da Sublime Porta. As províncias foram palco de revoltas em 1831, 1853, 1857 e 1861 – um elemento que reforça a perspectiva de um elevado grau de instabilidade e tensionamentos social entre os grupos étnico-religiosos.

A ocorrência de tais instabilidades, nos limites da extensão territorial do império, também despertava a preocupação e interesse de outros atores que se situavam na região limítrofe das províncias. Temperley destaca, primeiramente, a influência que tais turbulências desempenhavam no Principado de Montenegro – aquecendo os ânimos do pequeno Estado eslavo que assistia, frequentemente, enormes fluxos de refugiados adentrarem seu território oriundos da fuga da repressão otomana. Contudo, ainda mais importante são os desdobramentos causados pela instabilidade na Bósnia e Herzegovina no que se refere a formulação estratégica da política externa de Viena no pós-1871.

Em 1815, na ocasião do fim das Guerras Napoleônicas e formação da estrutura do concerto europeu, o então Império Austríaco recebeu o direito à posse do território

equivalente a província da Dalmácia. A aquisição destas terras trouxe desafios estratégicos, como exposto por Detrez (2015, p. 22, tradução nossa):

> O Tratado de Viena, de 1815, designou a antiga Dalmácia veneziana para Viena. A Bósnia-Herzegovina estava agora cercada pelo território dos Habsburgo, exceto no Leste, onde as duas províncias estavam ligadas ao resto do Império Otomano através do Sandjak de Novi Pazar - um longo e estreito corredor entre a Sérvia e Montenegro. Para os otomanos, a Bósnia-Herzegovina havia se tornado extremamente vulnerável a um possível ataque dos Habsburgos. Para os austríacos, a Dalmácia, uma longa e estreita faixa de terra entre a Bósnia-Herzegovina e o Adriático, tornara-se ainda mais difícil de defender contra uma agressão otomana.[87]

Neste sentido, portanto, as primeiras ambições de Viena relativas às províncias podem ser traçadas desde antes da derrocada austríaca na Europa Central. Sugar (1985), por exemplo, expõe que movimentos internos favoráveis à anexação das províncias já poderiam ser identificados em todo o período de 1856 a 1875 – tendo, como alguns de seus partidários, figuras como: Joseph Radetzky[88], Wilhelm Tegethoff[89] e Friedrich Beck[90]. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Szasz (1985) destaca a crescente importância que a região balcânica passou a adquirir no contexto da política externa de Viena, após 1850.

Conforme o autor, a partir da segunda metade do século XIX, iniciaram-se movimentos que reverberavam o slogan de que os Bálcãs seriam o equivalente austríaco da Índia para os britânicos. Não obstante, como vimos, Viena ocupou militarmente os Principados do Danúbio durante a Guerra da Criméia – exatamente no momento em que tais forças passaram a ganhar protagonismo em seu cenário interno. Posteriormente, o declínio de seu poder na Confederação Germânica transformou definitivamente o foco da política externa dos Habsburgos – um movimento que se acentua após 1873, quando uma crise econômica no Império reforçou a perspectiva de que os Bálcãs deveriam ser

---

[87] "The 1815 Treaty of Vienna assigned formerly Venetian Dalmatia to Vienna. Bosnia-Herzegovina was now enclosed by Habsburg territory, except in the east where both provinces were linked to the rest of the Ottoman Empire through the Sandjak of Novi Pazar – a long, narrow corridor between Serbia and Montenegro. For the Ottomans, Bosnia-Herzegovina had become extremely vulnerable to a possible Habsburg assault. To the Austrians, Dalmatia, a long and narrow strip of land between Bosnia-Herzegovina an the Adriatic, had become even more difficult to defend against an Ottoman aggression."

[88] Joseph Radetzky von Radetz (1766-1858), chefe de gabinete do Exército Habsburgo durante as Guerras Napoleônicas e responsável pela execução das reformas militares subsequentes ao conflito.

[89] Wilhelm von Tegetthoff (1827-1871), almirante comandante da Frota dos Habsburgos durante a Guerra dos Ducados do Elba (1864) e a Guerra Austro-Prussiana (1866)

[90] Friedrich von Beck-Rzikowsky (1830-1920), chefe de gabinete do Exército Habsburgo entre 1881 e 1906. Também desempenhou o papel de comandante das forças de ocupação da Bósnia e Herzegovina em 1878, após o Congresso de Berlim.

resguardados como uma área de influência e projeção de poder político-econômico (SZASZ, 1985).

Não obstante, como destaca Albertini (1953), a aquisição das províncias não apenas seria benéfica para os dois elementos já apresentados – a maximização das capacidades defensivas da Dalmácia e o aumento de sua projeção econômica na península. Ao anexa-las, Viena seria capaz de barrar definitivamente a possibilidade de que a Sérvia adquirisse uma saída marítima e/ou constituísse uma fronteira comum com as terras Croácia, de forma que fosse possível fomentar sedições e instabilidades nos territórios Habsburgos.

Langer (1956) destaca que os principais entusiastas desta jornada de expansão balcânica – especialmente no que se refere a anexação das supracitadas províncias – advinham da casta militar do Império Austro-Húngaro, um fator compreensível considerando-se que a principal linha argumentativa para justificar tal empreitada seria uma melhora nas condições geopolíticas de defesa do território e o fim dos "intoleráveis problemas" causados dentro do território Habsburgo, oriundos das citadas revoltas que ocorriam sazonalmente nas províncias otomanas. Para além, outro argumento que justifica esse interesse mais intensivo, especialmente após 1871, se refere à necessidade de resgatar o prestígio e sustentar a agora delicada posição de Viena como uma potência continental.

Como exposto por Bulow (1932), em suas memórias, o próprio Imperador Francisco José era partidário dos planos expansionistas alçados por sua casta militar. Na visão do monarca, compensar as derrotas na Europa Central com um avanço balcânico poderia auxiliar no resgate do prestígio abalado pelas seguidas derrotas sofridas por Viena – desde os conflitos com a Itália e Alemanha, até a necessidade de se reformar as estruturas do império e abdicar do poder centralizado, com o compromisso de 1867. A mesma perspectiva – relacionada à necessidade de resgate do prestígio através da expansão em direção a única região com tal possibilidade – é corroborada por Jelavich (1973) e Islamov (1985).

Para além dos fatores estratégicos e de prestígio, como já citado brevemente, após 1867 os Bálcãs ganharam cada vez mais relevância para a agenda austro-húngara também por sua importância econômica. Após a derrota para o emergente o Estado Italiano, Viena foi privada das províncias mais ricas de seu império – que passaram a constituir o novo Estado-nação da Itália. Como exposto por Detrez, o poder econômico Habsburgo já

penetrava as províncias otomanas desde 1862, quando um acordo comercial foi firmado entre as partes. Com o fim das receitas de suas províncias italianas, a integração econômica com os Bálcãs tornou-se ainda mais importante e a penetração na Bósnia e Herzegovina consistia o primeiro passo para uma maior projeção de influência em tal esfera.

> Além dessas considerações estratégicas, havia também razões econômicas para a aquisição da Bósnia-Herzegovina. De fato, a integração da Bósnia-Herzegovina na esfera de influência econômica da Monarquia Dual alcançou tal nível que a integração política se tornou um corolário. A Bósnia-Herzegovina havia se transformado em um satélite econômico Habsburgo. Após o acordo comercial de 22 de maio de 1862 com o Império Otomano, a Monarquia Dual reduziu as tarifas alfandegárias para mercadorias originárias da Bósnia e Herzegovina, o que resultou em 70-80% das exportações da Bósnia sendo destinadas a Monarquia Dual (madeira, cereais, gado, ameixas e šljivovica) e as exportações dos Habsburgo para a região (têxtil, couro e outros produtos industriais) viajando por Viena e Trieste. Estimava-se que as exportações da Bósnia poderiam triplicar, se a província fosse administrada adequadamente. Por sua vez, os portos dálmatas dependiam muito do comércio com a Bósnia-Herzegovina. Especialmente após a depressão de 1873, os círculos comerciais de Viena insistiram em medidas para estimular o comércio com o Oriente. (DETREZ, 2015, p. 25, tradução nossa)[91]

Portanto, pode-se concluir que haviam três grupos internos interessados em um movimento de anexação das províncias: os militares, preocupados com a fragilidade geopolítica dos estratégicos portos da Dalmácia; os setores econômicos, que viam nos Bálcãs a possibilidade de repor perdas de receitas oriundas da destituição da posse das províncias italianas; e, por fim, a própria figura e personalidade de Francisco José que buscava a recuperação do prestígio de sua monarquia no continente europeu.

Como já exposto, em tal período Viena contava com Andrassy na posição de chanceler. No que se refere a questão das províncias, o húngaro detinha posicionamentos distintos daqueles levantados pelos círculos expansionistas de Viena. Oriundo da porção magiar do império, Andrassy tinha claras preocupações com a possibilidade de um incremento quantitativo do elemento eslavo na monarquia dual – uma consequência natural da anexação das províncias.

---

[91] "In addition to these strategic considerations, there were also economic reasons for taking over Bosnia-Herzegovina. In fact, the integration of Bosnia-Herzegovina in the Dual Monarchy's economic sphere of influence had reached such a level that political integration had become a corollary. Bosnia-Herzegovina had developed into a Habsburg economic hinterland. After the 22 May 1862 commercial agreement with the Ottoman Empire, the Dual Monarchy reduced the custom-tariffs for goods originating from Bosnia Herzegovina, which resulted in 70-80% of both the Bosnian exports to the Dual Monarchy (wood, cereals, cattle, plums and šljivovica) and the Habsburg exports to the region (textile, leather, and other industrial products) travelling through Vienna and Trieste. It was estimated that the Bosnian export could triple if the province was administered properly. In turn the Dalmatian harbours were greatly depending on the trade with Bosnia-Herzegovina. Especially after the 1873 depression, commercial circles in Vienna insisted upon measures to stimulate the trade with the East."

Uma clara evidência da indisposição do diplomata, em proceder com planos mais incisivos de incorporação dos territórios à estrutura da monarquia dual, pode ser percebida nas negociações conduzidas por Andrassy com o Principado da Sérvia entre 1867 e 1871, ocasião onde o futuro chanceler ocupava o posto de Primeiro-Ministro da coroa húngara – não estando, portanto, incumbido das responsabilidades relativas à chancelaria e política externa, que ainda contavam com Beust como principal ator.

Conforme Armour (2009), o intervalo de quatro anos que separaram o *Augsleich* da ascensão de Andrassy à chancelaria dual – período onde ocupou o posto de principal representante político da estrutura magiar – foram marcados por esforços relativamente independentes desempenhados pelo então ministro, com o intuito de expandir a influência de Budapeste na tomada de decisões do império.

Uma das passagens mais marcantes deste período, e que incidem diretamente sobre a questão das províncias, diz respeito às tentativas executadas por Andrassy de expansão da influência Magiar em Belgrado – com o objetivo de atrelar a Sérvia à área de influência austro-húngara, enfraquecendo a posição de São Petersburgo e permitindo a Viena obter um cliente com mercado consumidor de tamanho satisfatório para penetração econômica dos Habsburgos na península (ARMOUR, 2009).

Agindo de forma independente da chancelaria, Andrassy passou a utilizar a questão da Bósnia como uma moeda de barganha para atração de Belgrado à sua esfera de poder. Em troca, o principado eslavo deveria cessar suas atividades de fomento a instabilidade e grupos étnicos rebeldes que estavam sob soberania da Sublime Porta – e, mais importante, cortar o apoio a grupos de tal natureza que se encontravam dentro da parcela húngara da monarquia dual, especialmente na Croácia.

> Os sérvios poderiam tomar a Bósnia, disse ele, e a Hungria não iria intervir; tentaria até ajudar nos bastidores. Mas Oreskovic recebeu uma oferta adicional: Andrássy estava "pronto para concluir um tratado com a Sérvia, pelo qual a Sérvia anexaria a Bósnia e a Herzegovina, enquanto a Coroa de Santo Estevão, ou seja, a Croácia anexaria a Croácia Turca. Em compensação pela renúncia a essa parte da Bósnia, a Sérvia também anexaria o *pashalik* de Nis. O tratado seria estritamente secreto entre a Sérvia e a Hungria, mas a implementação com a aprovação da França, que Andrássy havia se empenhado em obter, seria desejável. A principal obrigação da Sérvia, em caso de aquisição dos territórios

> em questão, era concluir um novo tratado com a Hungria, baseado no princípio da defesa mútua. (ARMOUR, 2009, p. 652, tradução nossa)[92]

De acordo com Armour, a estratégia adotada por Andrassy – de se oferecer o direito de posse territorial das províncias, em troca da aliança com o principado – se deu através da leitura de que apenas através da colaboração, para que fosse possível satisfazer alguns dos desejos irredentistas que emanavam de Belgrado, seria possível apaziguar as relações entre os dois atores e remover definitivamente a hostilidade dos eslavos em relação à coroa magiar. Não obstante, o plano posterior de se alinhar Budapeste e Belgrado em um pacto de mútua defesa reforça a tentativa de se criarem novas formas de reforçar a influência e projeção de poder da monarquia em direção aos Bálcãs.

Os esforços de Andrassy, nestes quatro anos, acabaram por não surtir efeito. Sem o apoio de Beust e do Imperador – muito mais suscetíveis aos argumentos apresentados pela casta militar e os setores econômicos – realizar tamanha concessão à Sérvia tornou-se inviável. A partir de 1871, como vimos, Andrassy assumiu o posto de chanceler ainda com reservas em relação a uma possível anexação das províncias – o que transformaria a balança étnica dos Habsburgos em detrimento dos magiares e a favor dos eslavos.

Contudo, gradualmente a pressão exercida pelos círculos expansionistas – e, como já apontado, pelo próprio imperador – surtiu efeito no posicionamento do chanceler, o qual alterou a forma pela qual a política externa dos Habsburgos tratava a questão das províncias. Uma clara evidência de tal mudança pode ser percebida nas tratativas com Ignatiev, que precedem a formação da Liga dos Três Imperadores. Na ocasião, como expõe Langer (1956), o chanceler dual deixou claro que uma possível expansão da influência austro-húngara em direção a Salonica não poderia encontrar uma Grande Sérvia como obstáculo – excluindo, portanto, a possibilidade de que as províncias da Bósnia e Herzegovina fossem incorporadas territorialmente à Belgrado.

Islamov (1985) discorre, ainda, acerca de uma reunião ministerial ocorrida em Viena, em fevereiro de 1872. Na ocasião, Andrassy expôs um posicionamento hostil à São

[92] "Os sérvios poderiam tomar a Bósnia, disse ele, e a Hungria não iria intervir; tentaria até ajudar nos bastidores. Mas Oreskovic agora fez uma oferta adicional: Andrássy estava 'pronto para concluir um tratado com a Sérvia, pelo qual a Sérvia anexaria a Bósnia e a Hercegovina, enquanto a Coroa de Santo Estêvão, ou seja, A Croácia anexaria a Croácia turca. Em compensação pela renúncia a essa parte da Bósnia, a Sérvia também anexaria o paçalik de Nis. O tratado seria estritamente secreto entre a Sérvia e a Hungria, mas para implementá-lo com a aprovação da França, que Andrássy empenhado em obter, seria desejável. A principal obrigação da Sérvia, em caso de aquisição dos territórios em questão, era concluir um novo tratado com a Hungria, baseado no princípio da defesa mútua."

Petersburgo e favorável à anexação das províncias – desde que executada de forma a impedir um possível conflito desfavorável aos interesses Habsburgos.

> Sua concepção se resumia a criar condições internas e externas favoráveis para uma guerra contra a Rússia antes que os russos tentassem usar o "princípio das nacionalidades no Oriente" a seu favor. Andrassy calculou que um conflito armado austro-russo poderia surgir dentro de dois anos. Enquanto isso argumentou ser necessário garantir a neutralidade benigna do Império Alemão e levar os russos a uma armadilha, oferecendo-os a ocupação dos Principados do Danúbio, levando-os assim a uma guerra com o Império Otomano. A própria Áustria-Hungria deveria entrar no conflito contra a Rússia somente depois que o império czarista lançasse sua operação militar contra a Turquia. Ao abordar o problema da Bósnia e Herzegovina, Andrassy declarou-se a favor da anexação em princípio, mas enfatizou que "a maneira pela qual pretendemos adquiri-los até agora está incorreta". Ele considerou a invasão direta das províncias susceptível à precipitar uma campanha conjunta contra a monarquia pela Sérvia, Montenegro, Turquia e Rússia. Ele sugeriu que, se a Sérvia entrasse na guerra ao lado da Rússia, ela deveria ser imediatamente ocupada em conjunto com o exército turco. (ISLAMOV, 1985, p. 28)[93]

O posicionamento de Andrassy na reunião ministerial deixa claro que, a partir de 1872, a incorporação das províncias à monarquia dual era um dos temas centrais da política externa austro-húngara. É possível perceber uma clara guinada no posicionamento do chanceler – especialmente ao comparar a opinião emitida por este em tal momento e as ações anteriormente conduzidas na tentativa de se estabelecer uma aproximação com a Sérvia anos antes. Não obstante, ao declarar para sua contraparte russa os interesses de Viena em estender sua influência até o estratégico porto de Salônica, Andrassy deixa claro que os Bálcãs se tornaram definitivamente a área preferencial de projeção de poder político e econômico da monarquia dual.

Este novo posicionamento traria, obviamente, desdobramentos para as relações austro-russas nos Bálcãs e colocariam em xeque a funcionalidade do *dreikaiserbund*. Como será exposto, os desdobramentos nas províncias a partir de 1875 trouxeram novas reviravoltas e colocaram à prova o arranjo diplomático orquestrado por Bismarck.

---

[93] "His conception boiled down to creating favorable internal and external conditions for a war against Russia before the Russians tried to use the "principle of nationalities in the East" to their advantage. Andrassy calculated that an Austro-Russian armed conflict might flare up within two years. In the meantime, he argued, it was necessary to ensure the benign neutrality of the German Empire and to lead the Russians into a trap by offering to let them occupy the Danubian Principalities, thus drawing them into a war with the Ottoman Empire. Austria-Hungary itself was to enter the conflict against Russia only after the tsarist empire had launched its military operation against Turkey. Touching on the problem of Bosnia and Herzegovina, Andrassy declared himself in favor of their annexation in principle but emphasized that the "way in which we have aimed to acquire them up to now is incorrect". He considered direct invasion of the provinces likely to precipitate a joint campaign against the monarchy by Serbia, Montenegro, Turkey and Russia. He suggested that if Serbia were to enter the war on Russia's side it should immediately be occupied jointly with the Turkish army."

Os problemas na Bósnia e Herzegovina e o início da Grande Crise do Oriente (1875-1876)

Em 1875, mais uma insurreição camponesa foi deflagrada nos Bálcãs. Mais uma vez, delicadas condições internas levaram as províncias da Bósnia e Herzegovina ao ponto de ebulição. Embora, como já vimos, as condições políticas e sociais das províncias fossem profundamente sensíveis e convivessem periodicamente com revoltas oriundas das relações econômicas desiguais, Langer (1956) assinala que as condições internas dos territórios não foram os únicos elementos que incidiram sobre o estopim da insurreição. Conforme aponta o autor, no verão de 1875, Francisco José foi persuadido pela casta militar a conduzir uma longa viagem pelo território da Dalmácia – que, como visto, se posiciona adjacente aos territórios da Bósnia e Herzegovina.

> Por mais de um mês, a comitiva imperial viajou pela fronteira turca, recebendo delegações de vários tipos, mas principalmente líderes católicos das duas províncias que procuravam a salvação por Francisco José. O efeito de uma demonstração como essa era perfeitamente claro para qualquer pessoa familiarizada com as complicadas condições nos Bálcãs. Os próprios historiadores austríacos admitem que, com toda a probabilidade, a visita do imperador à Dalmácia provocou a faísca que levou à conflagração na Herzegovina em julho de 1875. (LANGER, 1956, p. 71, tradução nossa)[94]

Como também apresentado, além do Império Austro-Húngaro outras unidades políticas eram costumeiramente afetadas pelos desdobramentos instáveis dentro do território otomano. Assim como em tais ocasiões, a revolta de 1875 trouxe sérias complicações para Montenegro e Sérvia – que, de certa forma, também enxergaram na Insurreição Bósnia uma oportunidade de preencher seus desejos irredentistas à custa do fragilizado Império Otomano. Como aponta May (1968), o envolvimento de tais atores com as províncias se tornou tão profundo que, durante a insurreição, os rebeldes bósnios proclamaram o príncipe sérvio como seu líder – enquanto os Herzegovinos optaram por jurar lealdade ao príncipe Nicholas, de Montenegro.

A crescente complexidade da situação – em aliança com o fracasso da Sublime Porta em uma vez mais, conter uma insurreição iniciada em territórios sujeitos à sua soberania – como não poderia de ser, logo passou a estar no radar de São Petersburgo.

[94] "For more than a month the imperial party travelled along the Turkish frontier, receiving delegations of various kinds, but especially Catholic leaders from the two provinces who looked to Francis Joseph for salvation. The effect of such a demonstration was perfectly clear to anyone acquainted with the complicated conditions in the Balkans. Austrian historians themselves admit that in all likelihood the Emperor's visit to Dalmatia set the spark that led to the conflagration in Herzegovina in july 1875."

Internamente, a política russa passava por transformações oriundas do fracasso ocorrido na Guerra da Criméia e as devastadoras consequências de sua derrota – como, por exemplo, as cláusulas de neutralização do Mar Negro que apenas foram sobrepostas em 1871 e, a revogação da interpretação do direito de protetorado dos povos afiliados ao cristianismo ortodoxo, que havia sido obtido em Kuchak-Kanardji.

Além de esforços para modernização das forças armadas e linhas de abastecimento – através de ferrovias e melhorias ligadas ao aparato logístico – um interessante desdobramento da derrota russa no oriente foi a ascensão dos círculos pan-eslavos e sociedades benevolentes a um posto de protagonismo no processo de influência da nobreza em relação à corte imperial e o processo de tomada de decisões da autocracia czarista.

O pan-eslavismo foi uma corrente política que se desenvolveu a partir da noção de eslavofilismo[95]. Os adeptos de tal movimento defendiam a primazia da agência russa no que se refere a uma "libertação" dos demais povos eslavos – tanto aqueles sob julgo otomano, como aqueles que estavam incorporados a estrutura formal da monarquia dual de Viena e Budapeste. Nas palavras de Segrillo (2016, p. 61):

> O pan-eslavismo russo tinha fortes conotações não apenas de criar uma união entre os eslavos mas também de criar uma união entre os eslavos, sob a égide da principal e mais numerosa etnia eslava, que era a russa. Este último ponto causava controvérsias, pois, na prática, podia resvalar facilmente para o chauvinismo grão-russo.

Assim sendo, este quase chauvinismo pan-eslavista passou a ser uma nova força de influência gravitando ao redor do czar e do centro de tomada de decisões em São Petersburgo. Como veremos adiante, as sociedades benevolentes à causa eslava desempenharam um papel fundamental para o engajamento russo no futuro conflito com Constantinopla.

A questão das províncias eslavas, portanto, se encontrava no epicentro de um conflito de interesses entre as potências. De um lado, o pan-eslavismo preconizava a posição do Império Russo como patrono dos demais povos eslavos. Do outro, o desejo Habsburgo de expandir sua influência nos Bálcãs e conter possíveis ameaças oriundas das

[95] O eslavofilismo foi uma corrente de pensamento que se fortaleceu no século XIX. Defendia a valorização das tradições comunais eslavas, em detrimento do processo de ocidentalização levado a cabo por diversos regimes czaristas.

instabilidades geradas pelas revoltas em território otomano – além de conter uma possível expansão territorial de Belgrado.

No caso de Viena, contudo, desdobramentos causados pela atuação dos rebeldes eslavos ocasionaram mudanças na postura adotada visando a incorporação das províncias. Como já exposto, os revoltosos juraram lealdade aos principados da Sérvia e Montenegro. Este posicionamento, como aponta Albertini (1953), levou Andrassy a agir com mais cautela no que se referia a uma possível anexação. Nas palavras do autor, o chanceler passou a considerar a necessidade de se estabelecer arranjos diplomáticos que viabilizassem um acordo com São Petersburgo – especialmente no contexto de maior proximidade iniciado com o estabelecimento do *dreikaiserbund*. Damianov (1985, p. 49, tradução nossa) aponta que a estratégia de Andrassy consistia na aproximação com São Petersburgo para delimitação de dois princípios relativos ao posicionamento das potências em relação a revolta: " (1) que os rebeldes fossem informados categoricamente de que não receberiam ajuda externa e (2) que a Sérvia e Montenegro fossem advertidos contra o apoio à rebelião. "[96]

Outro interessante ponto, levantado por Damianov, diz respeito ao posicionamento russo. Tal qual exposto, o fortalecimento dos movimentos pan-eslavistas após a Guerra da Criméia trouxe para a monarquia czarista uma grande pressão popular para atuar de forma mais incisiva no Oriente Próximo. Contudo, este não era o sentimento dominante na chancelaria de São Petersburgo. Conforme assinalado pelo autor, Gorchakov compreendia que qualquer linha de ação adotada pelo Império Russo nos Bálcãs deveria ser estabelecida no contexto do Concerto Europeu e da Liga dos Três Imperadores – preferencialmente com a participação dos signatários do Tratado de Paris, que se comprometeram a garantir a integridade territorial da Sublime Porta. Desta forma, Gorchakov tinha como expectativa utilizar tais arranjos diplomáticos como forma de pressionar a Sublime Porta e expandir seu prestígio em relação aos povos eslavos, sem necessariamente entrar em conflito direto com os otomanos ou lançar mão de uma ação unilateral – que poderia trazer resultados catastróficos, como em 1856 (DAMIANOV, 1985).

O primeiro resultado desta frágil busca por consenso entre as partes se deu com a efetivação da ação conjunta das potências através dos princípios estabelecidos na chamada

[96] "(1) that the rebels be told categorically that they would not receive any outside help and (2) that Serbia and Montenegro be cautioned against supporting the rebellion."

"Nota Andrassy". A nota foi um documento enviado pelo chanceler à Beust – ocupando o cargo de embaixador Habsburgo em Londres – e consistia dos seguintes pontos:

> Reformas necessárias: liberdade religiosa, plena e completa; Abolição dos tributos agrícolas; Uma lei para garantir que o produto da tributação direta da Bósnia e Herzegovina seja empregado para os interesses imediatos das províncias, sob o controle de órgãos constituídos no sentido do *Firman* de 12 de dezembro; A instituição de uma Comissão Especial, composta por igual número de muçulmanos e cristãos, para supervisionar a execução das reformas propostas pelas Potências, bem como as proclamadas no *Iradé* de 2 de outubro e no *Firman* de 12 de dezembro; Por fim, a melhoria da condição das populações rurais.[97] (Tradução nossa)[98]

Os princípios da nota foram imediatamente aceitos pelos demais signatários de Paris e apresentados ao poder central Otomano que, por sua vez, concordou e se comprometeu com os termos. Contudo, o que parecia caminhar para uma vitória diplomática de Andrassy – uma vez que os princípios propostos permitiriam à Sublime Porta lidar com suas instabilidades internas sem a ingerência das demais partes interessadas, especialmente a Rússia – acabou por sofrer uma reviravolta, quando os próprios rebeldes rejeitaram os termos propostos. Conforme Langer (1956), a reação dos movimentos revoltosos pode ser compreendida em função do descrédito da Sublime Porta perante sua população ortodoxa. Promessas de reformas administrativas, especialmente em relação à liberdade religiosa e redução dos tributos agrícolas, foram promulgadas em diversos decretos passados emitidos pelo poder central otomano. No entanto, nenhuma delas havia se materializado. Os rebeldes assumiram a posição de que apenas colocariam suas armas de lado caso garantias concretas fossem apresentadas de que as reformas seriam implementadas. Para estes, estas garantias se dariam com a presença e supervisão das demais potências – algo que para Constantinopla se configurava como inaceitável e uma afronta à sua própria soberania.

Assim sendo, a rebelião eslava prosseguiu. Conforme o tempo decorreu, sem qualquer solução ou ação efetiva conduzida pela Sublime Porta, a situação tornou-se ainda mais delicada em função dos dois fatores anteriormente apresentados: os interesses de

---

[97] **Despatch from Count Andrassy to Count Beust**, respecting the insurrection in Bosnia and Herzegovina, and proposed reforms. Budapest, 30th December of 1875. In: HERTSLET, Edward. **The Map of Europe by Treaty:** Political and Territorial Changes Since the General Peace of 1814, Vol. IV. Londres: Butterworths. 1875. p. 2418.

[98] "Reforms Required: Religious liberty, full and entire; Abolition of the farming of Taxes; A law to guarantee that the product of the Direct Taxation of Bosnia and Herzegovina shall be employed for the immediate interests of the Province, under the control of bodies constituted in the sense of the Firman of December 12; The institution of a Special Comission, composed of an equal number of Mussulmans and Christians, to superintend the execution of the reforms proposed by the Powers, as well as of those proclaimed in the Iradé of October 2 and Firman of December 12; Lastly, the amelioration of the condition of the rural populations."

agentes externos, especialmente os principados autônomos da Sérvia e Montenegro; e a crescente animosidade popular que acirrava o relacionamento entre muçulmanos e ortodoxos em todo o Império.

Em maio de 1876, a revolta já havia se espalhado para as terras búlgaras. Para piorar a situação, no dia 6 deste mesmo mês as terras otomanas foram palco do chamado "Incidente de Salônica". Na ocasião, uma jovem ortodoxa búlgara havia se convertido ao islã para consumar casamento com um cônjuge de nacionalidade otomana e devoto à religião imperial – um ato que desafiava os desejos da família da jovem. Para formalizar a conversão e a união, a garota deveria ser levada para Salônica e testemunhar sua adesão à fé islâmica na presença do governador. Contudo, ao chegarem à cidade, a jovem e seus acompanhantes foram atacados por um grupo de cristãos. Em meio ao conflito entre populares, a garota foi abduzida pelo também búlgaro Hajji Lazzaro[99], que exercia o papel de cônsul norte-americano na cidade.

A abdução de Stephana causou grande clamor popular em Salônica. No dia seguinte, enfurecidos com o ato, uma multidão ocupou os arredores da residência de Mehmet Pasha[100], governador local, exigindo a devolução da garota e sua conversão. Após horas de impasse, Jules Moulin[101] e Henry Abbott[102] – respectivamente, cônsules da França e Alemanha – dirigiram-se ao local para buscar uma solução através de negociatas com o administrador otomano. Contudo, se viram cercados pelos locais e abrigados em uma mesquita. Após algumas horas, a multidão invadiu o templo religioso e assassinou os dois agentes diplomáticos, mutilando seus corpos.

Ao fim do dia, Stephana foi devolvida e a vida de Hajji Lazzaro poupada após intervenção de Mehmet Pasha. Contudo, o dano já havia sido feito. A exemplo do acontecido em 1821 – quando, como visto, a execução do patriarca ortodoxo Gregório IV foi o estopim para uma intervenção mais incisiva das potências após a Sublime Porta não ser capaz de conter a insurreição helênica – o assassinato de dois agentes diplomáticos, protegidos por convenções e tratados internacionais, pelas mãos de uma multidão

[99] Pericles Hajji Lazzaro, nobre búlgaro que exerceu o cargo de Cônsul dos Estados Unidos da América em Salônica entre 1870 e 1906.
[100] Mehmet Refet Pasha, governador de Salônica.
[101] Jules Moulin, Cônsul francês em Salônica, casado com uma das irmãs de Hajji Lazzaro.
[102] Henry Abbott, inglês que exercia o cargo de Cônsul do Império Alemão em Salônica, também casado com uma irmã de Hajji Lazzaro.

enfurecida escancarava a incapacidade de Constantinopla lidar com a insurreição e os desdobramentos causados pelo movimento eslavo em seu império.

O incidente basicamente colocava por terra o planejamento traçado por Andrassy. Como vimos, a exemplo do que Metternich tentara no início do século, durante a revolta grega, o húngaro buscou criar condições para minimizar a possibilidade de intervenção externa e possibilitar que Constantinopla pudesse conter a sedição antes da situação se agravar. A exemplo de Metternich, Andrassy também falhou ao tropeçar em fatores como a falta de coordenação e sensibilidade da Sublime Porta no trato com suas províncias e populações eslavas.

Naturalmente, em função de sua importância e identidade de bastião da ortodoxia – exacerbadas pela crescente influência das sociedades benevolentes e do núcleo pan-eslavo – foi São Petersburgo quem buscou a iniciativa para uma linha de ação mais contundente das potências em relação à resolução da rebelião eslava (DAMIANOV, 1985). De forma condizente com seu posicionamento, Gorchakov buscou primeiramente desenvolver uma linha de ação que estivesse dentro da lógica do *dreikaiserbund*. Assim, no dia 14 de maio, surge o "Memorando de Berlim" [103]:

> Parece-lhes [A Liga dos Três Imperadores] que o estado atual das coisas na Turquia exige uma série dupla de medidas. Parece-lhes de importância primordial que a Europa considere os meios gerais necessários para evitar a recorrência de eventos semelhantes aos que ocorreram recentemente em Salônica. [...] Para efetivar isso, as Grandes Potências deveriam, em sua opinião, atingir um entendimento sobre as medidas a serem tomadas para garantir a segurança de seus próprios súditos e dos habitantes cristãos do Império Otomano, em todos os pontos em que estes possam se encontrar em perigo. Parece possível atingir esse objetivo mediante um acordo geral relativo ao envio de navios de guerra aos pontos ameaçados [...] Contudo, esse objetivo seria atingido de maneira imperfeita se a principal causa desses distúrbios não fosse removida pela pronta pacificação da Bósnia e Herzegovina. As grandes potências já se uniram nessa visão com a iniciativa tomada em 30 de dezembro passado [Nota Andrassy]. No entanto, esse programa de pacificação, embora tenha sido adotado em princípio por ambas as partes, encontrou um duplo obstáculo. Os insurgentes declararam que a experiência passada os proíbe de confiar nas promessas da Sublime Porta, sem uma garantia material e positiva europeia. [...] É essencial, portanto, estabelecer certas garantias de natureza para estabelecer, sem dúvidas, a aplicação leal e plena das medidas acordadas entre os Poderes e a Porta. [...] Como primeiro passo nessa direção, as Três Cortes Imperiais propõem insistir junto a Sublime

[103] **Memorandum of the views of Austria-Hungary, Germany, and Russia, on the affairs of Turkey, and on the proposed basis for the pacification of Bosnia and Herzegovina**. Berlin, 13th may, 1876. In: HERTSLET, Edward. **The Map of Europe by Treaty:** Political and Territorial Changes Since the General Peace of 1814, Vol. IV. Londres: Butterworths. 1875. p. 2459.

> Porta, com toda a energia que a voz unida dos Três Poderes possui, a suspensão das hostilidades pelo prazo de dois meses. (Tradução nossa)[104]

Assim sendo, considerando-se o tom do Memorando de Berlim, percebe-se uma postura abertamente mais intervencionista por parte das monarquias – explicita, por exemplo, na sugestão de envio de embarcações de guerra para proteção de seus nacionais e a afirmação do princípio de estabelecimento de uma "garantia europeia material e positiva" para aplicação das reformas estabelecidas na nota Andrassy. Desta forma, o primeiro passo para tal processo seria o estabelecimento de um armistício imediato de dois meses. Como exposto por Langer (1956), outros elementos do memorando que se referiam à aplicação das reformas administrativas no Império Otomano são as seguintes: a Sublime Porta seria responsável por estabelecer os meios para que os refugiados retornassem as suas localidades de origem; a distribuição de recursos para o repatriamento dos refugiados seria conduzida por uma comissão mista, presidida por um cristão herzegóvino; a presença de tropas otomanas seria restrita a localidades específicas, durante o armistício; os rebeldes cristãos teriam a permissão de manter seus armamentos durante a suspensão de hostilidades; e, por fim, todo o processo de repatriação e aplicação das reformas seria supervisionado pelos cônsules e agentes diplomáticos das potências europeias.

Como signatários do Tratado de Paris, França e Itália imediatamente proclamaram sua adesão aos princípios do documento. Contudo, Londres acabou por se posicionar de forma contrária, por julgar que as medidas propostas causariam dano ao prestígio do Sultão e a estabilidade do poder central de Constantinopla. Como aponta Carlson (1959), a passividade britânica levou a Sublime Porta a considerar que os ingleses haviam entrincheirado seus interesses e aderido incondicionalmente ao princípio de evitar qualquer

[104] "It appears to them [The Three Emperors League] that the existing state of affairs in Turkey demands a double series of measures. It seems to them of primary importance that Europe should consider the general means necessary to guard against the recurrence of events similar to those which have recently taken place at Salonica [...] To effect this the Great Powers should, in their opinion, come to an understanding as to the measures to be taken to insure the safety of their own subjects and of the Christian inhabitants of the Ottoman Empire, at all points where it may be found to be endangered. It would appear possible to attain this end by a general agreement concerning the dispatch of vessels of war to the menaced points [...] Nevertheless this end would be but imperfectly attained if the primary cause of those disturbances were not removed by the prompt pacification of Bosnia and Herzegovina. The Great Powers have already united in this view upon the initiative taken in the despatch of the 30th of December last [Andrassy Note]. Nevertheless, this programme of pacification, though it has been adopted in principle by both parties, has encountered a twofold obstacle. The insurgents have declared that past experience forbids them to trust the promises of the Porte, without a positive material European guarantee. [...] It is most essential, therefore, to establish certain guarantees of a nature to insure beyond doubt the loyal and full application of the measures agreed upon between the Powers and the Porte. [...] As the first step in this direction the Three Imperial Courts propose to insist with the Porte, with all the energy that the united voice of the Three Powers should possess, on a suspension of arms being effected for the term of two months."

interferência externa em terras otomanas. Como resultado do ímpeto oriundo de tal interpretação, o Sultão recusou as demandas por reformas apresentadas.

Portanto, mais uma tentativa de resolução da crise, através do incentivo as reformas administrativas no Império otomano, havia fracassado. Inflamados pelos constantes pedidos de intervenção dos rebeldes, o apoio indireto das sociedades benevolentes e agentes pan-eslavos e pela ausência de avanços nas negociações, nos dois primeiros dias de julho a Sérvia e Montenegro declararam guerra ao Império Otomano. O ato dos principados seria responsável por deflagrar uma nova fase da Grande Crise do Oriente.

Do Acordo de Reichstadt ao Protocolo de Londres (1876-1877)

Como exposto na seção anterior, Viena e São Petersburgo adotaram estratégias relativamente semelhantes no trato com a insurreição eslava – através do recurso de utilização dos arranjos diplomáticos estabelecidos em 1856 e o frágil acordo do *dreikaiserbund*. Viena objetivava criar as condições necessárias para que o Império Otomano contivesse a insurreição e evitasse a emergência de um movimento eslavo com potencial desestabilizador para a península. Já o Império Russo buscava pressionar a Sublime Porta através de seus arranjos diplomáticos, uma estratégia definida a partir do princípio de fortalecer seu prestígio e influência com os cristãos ortodoxos que habitavam os Bálcãs Otomanos. Após a recusa de Constantinopla em relação ao Memorando de Berlim, ambas as estratégias haviam falhado. Sérvia e Montenegro abriram hostilidades com a Sublime Porta e, agora, Viena e São Petersburgo se viam obrigados a lidar não apenas com mais uma revolta cristã nos Bálcãs, mas sim um conflito armado entre o Império Otomano e seus vassalos ortodoxos.

Como exposto por Phillips (2012), o ato de beligerância de Belgrado trazia particularidades para São Petersburgo. Financiado por remessas oriundas das sociedades pan-eslavas, o comando das tropas do principado foi cedido a Mikhail Cherniaev[105], conhecido general pan-eslavista do exército russo. Em sua companhia, milhares de voluntários se incorporaram as fileiras das forças militares sérvias em defesa da causa eslava.

[105] Mikhail Gregorevich Cherniaev (1828-1898), componente da tríade de generais que comandou a expansão russa em direção à Ásia Central – ao lado de Mikhail Skobelev e Konstantin Kaufman – foi comandante das tropas de Belgrado na Guerra Sérvio-Otomana de 1876. Cherniaev havia visto sua influência reduzir drasticamente no Império Russo após descumprir ordens e proceder com a tomada de Tashkent, em 1865.

Constrangido pela presença de um de seus oficiais, milhares de nacionais e pelo financiamento ao exército sérvio oferecido pelos círculos pan-eslavos, o Império Russo passou a considerar cada vez a adoção de uma linha de ação mais ativa na Questão do Oriente. Carlson (1959) relata que após o fracasso do Memorando, o próprio czar Alexandre II entrou em contato com sua contraparte germânica. Conforme aponta o autor em sua pesquisa, o inquérito de Alexandre teria dois pontos principais: solicitar que Berlim garantisse a neutralidade de Viena, em um possível cenário de conflito armado entre Russos e Otomanos; e, por fim, questionar qual seria o posicionamento do Império Alemão em caso de um conflito armado entre São Petersburgo e Viena. Embora a segunda hipótese tenha sido descartada pela firme postura do Kaiser e de Bismarck – que viam o relacionamento e a estrutura da Liga dos Três Imperadores como o pilar máximo de sua estratégia – o contato entre os imperadores, relatado por Carlson, deixa evidente que a recusa da Sublime Porta ao Memorando de Berlim se configura como o ponto crítico onde São Petersburgo passa a considerar de maneira mais séria a possibilidade de uma intervenção direta e, até mesmo, unilateral.

Os novos desdobramentos, portanto, exigiam a definição de uma nova abordagem estratégica por parte dos dois impérios. Mais uma vez, Andrassy e Gorchakov buscaram atuar de forma a harmonizar os interesses de Viena e São Petersburgo – embora, na perspectiva russa, esta possibilidade havia ganho mais força apenas após a recusa de Berlim em se posicionar favoravelmente ao império czarista, em um possível conflito austro-russo – com o intuito de manter a situação sob controle e evitar rupturas bruscas no *status quo* que fugissem aos interesses estratégicos das potências. Os esforços para aproximação e construção de uma linha de ação conjunta culminaram no chamado Acordo de Reichstadt.

O acordo austro-russo fazia prospecções para dois diferentes cenários: uma derrota dos principados eslavos no conflito com seu suserano ou a vitória da Sérvia e Montenegro em seu embate com a Sublime Porta. No primeiro caso, não seria permitido ao Império Otomano obter qualquer vantagem oriunda do conflito. O *status quo ante bellum* deveria ser restabelecido e as reformas delimitadas na Nota Andrassy e no Memorando de Berlim, aplicadas (RUPP, 1925).

Contudo, as delimitações para o caso de uma vitória eslava traziam contornos mais específicos, que preconizavam a possibilidade de repartir os Bálcãs em áreas de influência para ambos os impérios. Montenegro e Sérvia seriam agraciadas com a permissão de

alargamento territorial à custa do Império Otomano e de suas províncias eslavas, as monarquias corroboraram o princípio de não formação de um grande Estado eslavo, e ao Império Russo seria permitido buscar o reestabelecimento de suas fronteiras naturais – especialmente, o resgate da Bessárabia que havia sido incorporada aos Principados do Danúbio em 1856 – e a Viena, o direito de anexação de terras na Bósnia e Herzegovina (RUPP, 1925).

Como assinalaram Rupp (1925) e Langer (1956), este último ponto – referente à expansão territorial da monarquia dual – se tornaria o principal foco de controvérsia do acordo. Conforme ambos os autores, a versão austro-húngara do documento delimitou claramente o direito a expansão territorial na Bósnia e na Herzegovina. Contudo, o documento russo omitiu a segunda província, conduzindo a interpretação que esta seria repartida entre a Sérvia e Montenegro, sem que Viena detivesse direitos de alargamento em tal território.

Uma interessante perspectiva do Acordo de Reichstadt pode ser vista no relato apresentado por Otto Zu Stolberg[106], então embaixador alemão em Viena, que relata a Bismarck sua interlocução com Andrassy após a realização do acordo austro-russo[107]:

> O Conde Andrassy me visitou hoje... Ele me disse que um ponto do Acordo de Reichstadt ainda não havia sido comunicado ao governo imperial. Este ponto diz respeito à extrema possibilidade de uma solução para a Questão do Oriente, contemplando a vitória dos cristãos e o completo colapso da Turquia. Com base nisso, o conde Andrassy propôs oralmente ao gabinete russo, sem confirmação por escrito, que quando a posição da Turquia não fosse mais sustentável, a Bulgária, a Tessália etc. deveriam ser convertidas em estados autônomos, dependentes de nenhuma grande potência, que à Grécia deveria ser atribuído um território preponderantemente grego ao lado de suas fronteiras, para que um Estado livre fosse formado em uma faixa de território adequada ao lado de Constantinopla, para que a Rússia se tornasse possuidora de suas 'fronteiras naturais' e a Áustria da Bósnia, como compensação. Embora o Conde Andrassy ache a última provisão muito indesejável para seu próprio país, ele a considerou essencial, no caso de uma divisão da Turquia europeia, porque a Áustria-Hungria não podia, como requisito de segurança para si mesma, suportar ter um Estado eslavo autônomo diretamente ao lado de suas antigas fronteiras ou com acesso interior para o seu estreito território dálmata. (Tradução nossa)[108]

---

[106] Otto Graf zu Stolberg-Wernigerode (1837-1896), foi embaixador do Império Alemão em Viena, entre 1876 e 1878. Entre 1878 e 1881 ocupou o cargo de vice-chanceler, trabalhando diretamente com Bismarck.

[107] **Count Zu Stolberg, Ambassador in Vienna, to Prince Bismarck, September 13th, 1876**. In: DUGDALE, E. T. S. **German Diplomatic Documents, 1871-1914:** Bismarck's Relations with England. Volume I. Londres: Methuen & Co. 1928. p. 27.

[108] "Count Andrassy visited me today... He said to me that one point in the Reichstadt Agreement had not yet been communicated to the Imperial Government. This point concerns the extreme possibility of a solution of the Eastern Question, contemplating victory for the Christians and the complete collapse of Turkey. On this

O relato do embaixador germânico revela pontos interessantes. Primeiramente, a exemplo da versão russa do acordo, Andrassy relatou ao representante alemão que a compensação destinada a Viena se daria com a expansão territorial em território bósnio – sem menção as terras Herzegovinas. Outro elemento interessante diz respeito a importância que o chanceler dá ao fortalecimento do Estado Grego. Esta defesa por um alargamento helênico pode, de certa forma, ser compreendida como mais um instrumento idealizado pelo húngaro para conter uma possível expansão da influência czarista nos Bálcãs. Como vimos anteriormente, embora tenha desempenhado um papel ativo no processo que culminou na formação do Estado Helênico, durante a década de 1820, o Império Russo jamais conseguiu projetar sua influência neste novo ator – que acabou se aproximando de Londres, em detrimento do estreitamento de relações com o Império Ortodoxo. Assim, a existência de uma Grécia preponderante na península garantiria um cenário onde o principal ator regional dos Bálcãs não estivesse sujeito à influência russa e não fosse uma ameaça em função da identidade eslava compartilhada pelos outros principados.

Por fim, um último elemento a ser destacado, em tal passagem, se refere à postura adotada por Andrassy no momento em que este apresentou as demandas de Viena. A todo momento, o chanceler adotava a linha estratégica de enquadrar a incorporação da Bósnia como, até mesmo, indesejável. O húngaro buscava transplantar a imagem de que as províncias, na verdade, seriam um fardo para monarquia dual e sua aquisição se daria meramente pelo desejo de reassegurar suas fronteiras e colaborar na construção de um equilíbrio de poder estável na península, em caso de esfacelamento do Império Otomano. Assim, Andrassy buscou apresentar a Áustria-Hungria como uma potência sem desejos imperialistas – em contraste com a imagem do Império Russo, tradicionalmente visto como uma força expansionista e insaciável.

Outra interessante passagem, que ajuda a iluminar a questão relativa a controvérsia dos termos do Reichstadt referentes a ocupação da Herzegovina, se encontra em um

---

basis Count Andrassy had proposed orally to the Russian Cabinet, without written confirmation, that when Turkey's position was ascertained to be no longer tenable, Bulgaria, Thessaly, etc., should be converted into autonomous states, dependent on no Great Power, that to Greece should be allotted such preponderatingly Greek territory as adjoins her frontiers, that a free state should be formed out a suitable strip of territory next to Constantinople, that Russia should become possessed of her 'natural frontiers' and Austria of Bosnia by way of compensation. Although Count Andrassy thinks the last provision very undesirable for his own country, he considers it essential, in the event of a partitioning of European Turkey, because Austria-Hungary could not with safety to herself endure to have an autonomous Slav state directly adjoining her old distuberd borders or as hinterland to her narrow Dalmatian territory."

despacho diplomático enviado por Lord Derby[109], chanceler britânico, à Augustus Loftus, embaixador em São Petersburgo[110]:

> Em 26 de setembro, o conde Schouvaloff me comunicou propostas do governo russo de que, no caso de os termos de paz serem recusados pela Porta, a Bósnia deveria ser ocupada por uma força Austríaca e a Bulgária por uma força russa, e as frotas unidas das Potências deveriam entrar no Bósforo. O governo russo declarou-se, no entanto, disposto a abandonar a proposta de ocupação se a demonstração naval fosse considerada suficiente pelo governo de Sua Majestade. (Tradução nossa)[111]

A exemplo da versão russa e do relato de Stolberg, a comunicação enviada por Lord Derby – versando acerca de seu contato com Pyotr Shuvalov[112], embaixador russo em Londres – corrobora a versão de que a oferta czarista em Reichstadt dedicava apenas o território Bósnio ao avanço de Viena.

Controvérsias a parte, não foi necessário muito tempo para que o Império Russo utilizasse a maior margem de ação obtida com o acordo. Durante o conflito entre os principados e o Império Otomano, Montenegro se destacou na contenção às forças da Sublime Porta e obteve conquistas territoriais na Herzegovina. Contudo, o mesmo não podia ser dito acerca do desempenho de Belgrado. Conforme apresentado por Damianov, em 29 de outubro as forças sérvias sofreram uma imponente derrota na Batalha de Krusevac – o que abriu as portas para uma possível ocupação otomana e o iminente colapso da estrutura autônoma do principado. No dia 31, São Petersburgo intercedeu com um ultimato destinado à Sublime Porta exigindo o fim das operações militares. Este ultimato, por sua vez, foi antecedido por um "[...] notável discurso perante a nobreza de Moscou que, no caso de se tornar impossível um acordo geral para conceder autonomia aos povos dos Bálcãs por meios pacíficos, a Rússia estava firmemente decidida "a agir por sua própria iniciativa" (DAMIANOV, 1985, p. 53, tradução nossa).

---

[109] Edward Henry Stanley (1826-1893), 15º Lord de Derby. Ocupou o cargo de Ministro das Relações Exteriores do Império Britânico em duas ocasiões: de 1866 a 1868 e de 1874 a 1878, durante a Grande Crise do Oriente.

[110] **Despatch from the Earl of Derby to Lord A. Loftus, recording the efforts made by the British government to preserve peace in Eastern Europe. Proposals respecting armistice and meeting of a Conference**. London, 30th October, 1876. In: HERTSLET, Edward. **The Map of Europe by Treaty:** Political and Territorial Changes Since the General Peace of 1814, Vol. IV. Londres: Butterworths. 1875. p. 2459

[111] "On the 26th September, Count Schouvaloff communicated to me proposals from the Russian Government that, in the event of the terms of peace being refused by the Porte, Bosnia should be occupied by an Austrian and Bulgaria by a Russian force, and the united fleets of the Powers should enter the Bosphorus. The Russian Government stated themselves, however, to be willing to abandon the proposal of occupation if the naval demonstration was considered sufficient by Her Majesty's Government."

[112] Pyotr Andreyevich Shuvalov (1827-1889), foi embaixador do Império Russo em Londres de 1874 a 1879.

Outro indicativo de que o Reichstadt preconizou uma postura mais ativa da chancelaria czarista é apresentado nas memórias do embaixador inglês, Augustus Loftus.

> Ao falar do status dos cristãos no Império Otomano, o Imperador observou que, pelo Tratado de Kuchak-Kanardji, a Rússia gozava do direito exclusivo de proteger seus interesses. Pelo tratado de Paris, esse direito exclusivo foi abolido e o protetorado dos cristãos foi comprometido "genericamente com a Europa". Sua Majestade declarou que, desde 1856, a Europa não cumpriu sua missão, e foi em consequência do fracasso em fazê-lo que as complicações atuais surgiram. (LOFTUS, 1894, p. 187-188)

O posicionamento adotado pelo czar, em seu contato com o agente britânico, deixa claro que a perspectiva de São Petersburgo girava em torno da noção de resgatar sua influência e protetorado em relação aos povos balcânicos – enxergando um papel ativo da Rússia como único meio possível para estabelecer um equilíbrio favorável aos seus interesses vitais na península.

Contudo, esta postura mais ativa e intervencionista não foi a única mudança na estratégia de São Petersburgo oriunda do Reichstadt e dos desdobramentos que culminaram no fracasso do levante sérvio. Mesmo sem apoio oficial do governo czarista, as tropas de Belgrado foram ao campo de batalha lideradas por um general russo, abastecidas por voluntários russos e financiadas por sociedades benevolentes pan-eslavas situadas no núcleo do império czarista. Assim sendo, a insistência de Belgrado em se lançar ao conflito – mesmo em meio a pedidos de apaziguamento, por parte de Viena e São Petersburgo – que quase resultou em seu colapso foi um grande golpe para as intenções sérvias e seu relacionamento com o império eslavo.

Mackenzie (1967) revela que já em outubro, mês da derrota sérvia em Krusevac, tanto o poder central russo quanto os comitês benevolentes começaram a mudar o foco de suas políticas para a Bulgária, em detrimento de Belgrado. Para tal, existiam fatores relevantes. A Sérvia havia sido derrotada e existiam dúvidas acerca de sua capacidade de reconstrução em tempo suficiente para um possível conflito Russo-Turco. Não obstante, a "desobediência" do principado em se lançar ao conflito havia criado feridas no relacionamento de Belgrado com o Czar. Por fim, em 1876 ocorreram as chamadas "atrocidades búlgaras", quando tropas irregulares do Império Otomano – os *Bashibazouks* – foram responsabilizadas por centenas de mortes e execuções de cristãos para conter a revolta que chegava a tais terras.

A repercussão das atrocidades supostamente cometidas nos vilarejos eslavos criou uma grande onda de opinião pública favorável aos Búlgaros – e que poderia ser explorada por São Petersburgo, em seu plano de obtenção de maior controle dos Bálcãs e do acesso aos estreitos do Mar Negro. Assim sendo, já em 1876 estava claro para o Império Czarista que o foco das ações russas em um possível conflito recairia sobre a Bulgária (MACKENZIE, 1967).

No entanto, embora um cenário de conflito armado entre São Petersburgo e Constantinopla se apresentasse como o desenrolar mais provável, ainda existia um último recurso a ser lançado com fins de se evitar a guerra. Mesmo com a não adesão do Império Britânico ao Memorando de Berlim – o que acabou por desencadear a recusa da Sublime Porta e a guerra com os principados – as chancelarias europeias seguiam suas deliberações com fins de cessar as instabilidades nos Bálcãs e nas províncias. A principal pauta residia na organização de uma conferência e, o principal obstáculo, delimitar os termos a serem discutidos referentes a crise, de forma que respeitassem a soberania Otomana – principal exigência do Império Britânico para adesão as discussões.

Após o ultimato russo, em 31 de outubro, a necessidade da realização de um encontro diplomático acentuou-se – uma vez que passou a ser percebida como o único mecanismo para evitar o conflito entre São Petersburgo e Constantinopla. Assim, no dia 4 de Novembro, Londres emitiu uma circular delimitando as condições que viriam a ser base para a Conferência de Constantinopla[113]:

> O governo de Sua Majestade apresenta como base para as deliberações da Conferência: 1. A independência e integridade territorial do Império Otomano; 2. Uma declaração de que as Potências não pretendem buscar e nem buscarão vantagens territoriais, influência exclusiva ou concessão quanto ao comércio de seus súditos que qualquer outra nação não possa obter em igualdade. [...] 3. As bases da pacificação propostas em 21 de setembro: (a) O *status quo*, falando a grosso modo, tanto em relação a Servia quanto a Montenegro. (b) Que a Sublime Porta comprometa-se simultaneamente, em um Protocolo a ser assinado em Constantinopla com os Representantes dos Poderes Mediadores, para conceder à Bósnia e Herzegovina um sistema de autonomia local ou administrativa, pelo qual deve ser entendido um sistema de instituições que dê à população algum controle sobre seus próprios assuntos locais e garantias contra o exercício da

[113]**Circular Note, Foreign Office, November 4th 1976**. In: DUGDALE, E. T. S. **German Diplomatic Documents, 1871-1914:** Bismarck's Relations with England. Volume I. Londres: Methuen & Co. 1928. p. 38.

> autoridade arbitrária. Não há possibilidade de criação de um estado tributário. (Tradução nossa)[114]

Desta maneira, o principal objetivo da chancelaria britânica consistia na manutenção da estrutura do Império Otomano como força de contenção à expansão czarista nos Bálcãs e no Mar Negro. Neste sentido, a estratégia adotada assentava-se em delimitar os assuntos da Conferência de Constantinopla de forma restrita as reformas administrativas que deveriam ser adotadas pelo sultão para pacificação das províncias eslavas. Assim sendo, Londres buscava resguardar as diretrizes do Concerto de 1856 que ainda não haviam sido dilapidadas.

Enquanto isso, em São Petersburgo, o Império Russo continuava a se manifestar de forma decisiva em prol de uma intervenção ativa nos Bálcãs. Em discurso concedido pelo Czar, no dia 10 de novembro, após as potências terem acordado a realização da Conferência, Alexandre II deixou claro este posicionamento assertivo[115]:

> Nesta luta desigual, os montenegrinos mostraram-se, como em todas as ocasiões anteriores, verdadeiros heróis. Infelizmente, o mesmo não pode ser dito dos sérvios, apesar da presença de nossos voluntários em suas fileiras, muitos dos quais derramaram seu sangue pela causa eslava. [...] Dentro de alguns dias, em Constantinopla, conferências começarão entre os representantes das seis grandes potências para estabelecer as condições de paz. Meu desejo mais ardente é que possamos chegar a um acordo geral, mas, caso isso não seja alcançado, e seja claro que não podemos obter garantias reais para realizar o que temos o direito de exigir da Porta, estou firmemente determinado a agir sozinho e estou convencido de que, neste caso, toda a Rússia responderá ao meu apelo, caso eu considere necessário e caso a honra do país exija. (Tradução nossa)[116]

---

[114] "Her Majesty's Government further submit as the basis for the deliberations of the Conference: 1. The independence and territorial integrity of the Ottoman Empire; 2. A declaration that the Powers do not intend to seek for, and will not seek for, any territorial advantages, any exclusive influence, or any concession with regard to the commerce of their subjects which those of every other nation may not equally obtain. [...] 3. The bases of pacification proposed to the Porte on the 21st of September: (a) The status quo, speaking roughly, both as regards Servia and Montenegro. (b) That the Porte should simultaneously undertake, in a Protocol to be signed at Constantinople with the Representatives of the Mediating Powers, to grant to Bosnia and Herzegovina a system of local or administrative autonomy, by which is to be understood a system of local institutions which shall give the population some control over their own local affairs and guarantees against the exercise of arbitraty authority. There is no question of the creation of tributary state."

[115] **Speech of the Emperor of Russia to the Representatives of the Nobles and Communal Council of Moscow on the State of Affairs in Turkey**. Moscow, 10th November, 1876. In: HERTSLET, Edward. **The Map of Europe by Treaty:** Political and Territorial Changes Since the General Peace of 1814, Vol. IV. Londres: Butterworths. 1875. p. 2518.

[116] "In this unequal struggle, the Montenegrins have, as on all previous occasions, shown themselves to be real heroes. Unfortunately the same cannot be said of the Servians, notwithstanding the presence of our volunteers in their ranks, many of whom have shed their blood for the Slavonian cause. [...] In a few days, conferences will commence in Constantinople between the representatives of the six Great Powers to settle the conditions of peace. My most ardent wish is that we may arrive at a general agreement, but should this not be achieved, and should I see that we cannot obatin real guarantees for caryying out what we have a right to demand of the Porte, I am firmly determined to act alone, and I am convinced that in this case the whole of

O discurso proferido pelo monarca corrobora o relato apresentado por Loftus em sua biografia, onde o Czar já havia deixado clara a sua propensão a agir unilateralmente, caso o Império Otomano falhasse em apresentar garantias concretas de execução das reformas previstas na Nota Andrassy e no Memorando de Berlim. Não obstante, outro importante elemento presente na interlocução do czar com representantes da nobreza e comunas russas dizia respeito a situação dos principados eslavos. Na fala de Alexandre, se torna claro o descontentamento com o fracasso de Belgrado em obter qualquer resultado na intervenção orquestrada nas províncias eslavas otomanas. Tamanho descrédito também reforça a perspectiva de que, já em 1876, existiu uma mudança no eixo de gravidade estratégica de São Petersburgo nos Bálcãs, que passou a se direcionar cada vez mais em direção as terras búlgaras.

No que tange a participação russa na Conferência de Constantinopla, o primeiro ponto a ser apresentado se refere ao representante de São Petersburgo: Nikolai Ignatiev[117], embaixador em Constantinopla. As principais características deste agente diplomático russo podem ser definidas de duas formas: seu desejo revisionista em relação aos termos do Tratado de Paris e sua aderência a ideologia pan-eslava. Como expõe Sumner (1933), Ignatiev tem seu primeiro posto de destaque na diplomacia russa como Diretor do Departamento Asiático, entre 1861 e 1864 – o departamento era o responsável, dentro da estrutura de política externa russa, por lidar com as questões referentes ao Oriente Próximo, estando incluso os Bálcãs e o Mar Negro. Um interessante ponto a se notar, neste sentido, diz respeito à observação apresentada por Seton-Watson (1952). Ao analisar o desenvolvimento das organizações pan-eslavas, o autor aponta que a primeira estrutura de importância em tal movimento foi o Comitê Beneficente Eslavônico de Moscou, fundado em 1858. Conforme o autor, nos anos seguintes o comitê desenvolveu uma estreita ligação com o Departamento Asiático da chancelaria, liderado em tal período por Ignatiev.

Sumner (1933) prossegue, ainda, ao afirmar que a política externa vista como ideal por Ignatiev apresentava três pilares: a revisão do Tratado de Paris – através da retomada da Bessárabia, o fim das cláusulas de neutralização e o fim da garantia coletiva das potências em relação à integridade otomana; o controle de Constantinopla e os estreitos; e o

---

Russia will respond to my appeal should I consider it necessary and should the honour of the country require it."

[117] Nikolai Pavlovich Ignatiev (1832-1908), embaixador de São Petersburgo em Constantinopla de 1864 a 1877. Posteriormente, ocupou o cargo de Ministro do Interior entre 1881 e 1882.

estabelecimento de uma forma de ação conjunta entre os demais povos eslavos, coordenados por São Petersburgo. Onou (1931) também afirma que o embaixador via em Viena, e não em Londres, o principal rival diplomático para as ambições russas. Tal posicionamento levava Ignatiev a agir com descrédito em relação as formulações do *dreikaiserbund*, priorizando uma linha de ação unilateral russa em relação aos eslavos otomanos. Para o embaixador, a única solução possível seria através de uma aproximação e acordo direto com a própria Sublime Porta.

Assim, capitaneada por Ignatiev, a delegação russa se dirigiu a Conferência de Constantinopla, aberta formalmente em 23 de dezembro com o intuito de deliberar acerca de que forma seriam realizadas as reformas administrativas previstas na Nota Andrassy e como se materializariam garantias concretas para sua execução. Contudo, como expõe em suas memórias Lord Loftus, os plenipotenciários presentes na cerimônia acabaram surpreendidos:

> A abertura formal da Conferência, sob a Presidência de Savfet Pacha, Ministro das Relações Exteriores, ocorreu no dia 23 de dezembro. Logo após a reunião, os plenipotenciários foram subitamente surpreendidos por pesados salvos de artilharia; e, considerando os trágicos eventos ocorridos recentemente na capital turca, ficaram um tanto alarmados. Foi-lhes explicado que esses salvos eram uma homenagem à nova Constituição turca, que acabara de ser proclamada e recebida com toda expressão de satisfação pelas populações muçulmanas e cristãs. [...] O projeto emanou com Midhat Pacha e era inteiramente sua prole. Foi baseado nos princípios do governo representativo constitucional. Foi lançado repentinamente e apressadamente, com o objetivo de deslumbrar e paralisar a Europa [...] (LOFTUS, 1894, p. 200-201, tradução nossa)[118]

A nova constituição otomana apresentava elementos que colocavam em xeque a situação de alguns dos principados autônomos e a viabilidade de execução das reformas previstas nos documentos diplomáticos anteriores, vistas como necessárias para a pacificação. O Artigo I, por exemplo, versava da seguinte forma: "O Império Otomano compreende seu território, posses atuais e províncias semi-dependentes. Forma um todo

[118] "The formal opening of the Conference, under the Presidency of Savfet Pacha, Minister for Foreign Affairs, took place on the 23rd of December. Shortly after the meeting the Plenipotentiaries were suddenly startled by heavy salvos of artillery; and, considering the tragic events which had lately taken place in the Turkish capital, they were somewhat alarmed. It was explained to them that these salvos were in honor of the new Turkish Constitution, which had just been proclaimed, and had been received with every expression of satisfaction by the Mussulman and Christian populations. [...] The project emanated with Midhat Pacha, and was entirely his offspring. It was based on the principles of constitutional representative government. It was suddenly and hurriedly launched, for the purpose of dazzling and checkmating Europe […]"

indivisível, do qual nenhuma parte pode ser destacada sob qualquer pretexto" [119]. Tal formulação não levantava apenas questionamentos referentes ao status dos principados autônomos, como a Romênia, Sérvia e Montenegro. Mas afetava os próprios interesses de Viena e São Petersburgo – no caso de Viena, em função do desejo de anexação das províncias eslavas e, no caso russo, pela retomada da Bessarábia.

O Artigo VIII também trouxe consequências diretas para a conferência. Este se apresentava da seguinte maneira: "Todos os súditos dos impérios são chamados otomanos, sem distinção, independentemente da fé que professam; o status de otomano é adquirido e perdido, de acordo com as condições especificadas por lei.". Em consonância com o Artigo VIII, estava também o Artigo XVII: "Todos os otomanos são iguais aos olhos da lei. Eles têm os mesmos direitos e devem os mesmos deveres para com seu país, sem prejuízo da religião". Em conjunto, a existência destes artigos inviabilizava uma série de medidas propostas pela Nota Andrassy e o Memorando de Berlim. Em síntese, estes colocavam fim a tradicional estrutura administrativa do *Millet* – que separava a administração otomana conforme a religião professada pelas províncias. Desta forma, implementar medidas exclusivas as populações cristãs, como planejado pelas potências, seria um elemento inconstitucional pois todos os otomanos teriam se tornado iguais perante a lei, independentemente de sua fé.

Pelo lado das potências europeias, as demandas apresentadas para reformas haviam sido delimitadas, majoritariamente, pelo Império Russo. O "mínimo irredutível" apresentado pelos plenipotenciários consistia das seguintes medidas: em relação aos principados, a paz seria estabelecida sem prejuízos territoriais para Belgrado e com Montenegro se reservando ao direito de aquisição de novas terras; a Bulgária seria administrativamente dividida em duas províncias; Bósnia e Herzegovina seriam unificadas em uma única; uma força policial de supervisão mista entre muçulmanos e cristãos seria formada, respeitando a proporcionalidade em cada localidade; 70% da receita das províncias seria destinada para sua própria administração interna; e, por fim, todas as reformas seriam supervisionadas por uma comissão europeia (LANGER, 1956).

[119]**Constitution of the Ottoman Empire**, December 1876. In: HERTSLET, Edward. **The Map of Europe by Treaty:** Political and Territorial Changes Since the General Peace of 1814, Vol. IV. Londres: Butterworths. 1875. p. 2531.

Contudo, como visto, o recurso de promulgação da constituição demonstrou que o Império Otomano não estava disposto a fornecer as garantias exigidas pelas potências e pelos rebeldes, para o fim do conflito. A conferência, conforme aponta Schevill (1991), se estendeu até 20 de janeiro, quando acabou dissolvida sem qualquer prognóstico de acordo entre as partes. A recusa otomana aos termos propostos foi oficialmente apresentada no dia 18.

Conforme expõe Onou (1932), com o fracasso da conferência, Ignatiev retornou a São Petersburgo, deixando Constantinopla sem sua representação oficial diplomática russa, como forma de protesto. Contudo, enquanto as negociações ainda transcorriam em Constantinopla, Viena e São Petersburgo já alinhavam outro acordo diplomático. Onou explicita que a postura de Ignatiev – alicerçada nos interesses pan-eslavos – se configurava como um obstáculo para a obtenção de um acordo austro-russo. Mediante o decorrer da conferência, enquanto se tornava claro que Constantinopla não realizaria as concessões demandadas pelas potências, a chancelaria de São Petersburgo passou a trabalhar em prol da construção de mecanismos que possibilitassem sua ação unilateral contra o Império Otomano – consistindo, principalmente, da obtenção de neutralidade por parte de Viena e Londres.

Desta forma, o primeiro instrumento forjado pela chancelaria russa foi a chamada Convenção de Budapeste, firmada em conjunto com Viena na data de 15 de janeiro – 3 dias antes da recusa oficial otomana e 5 dias antes do encerramento formal da conferência. Os termos de maior impacto da convenção podem ser vistos em seus artigos I, II e VII[120]:

> ARTIGO I. As altas partes contratantes, acreditando que as populações cristã e muçulmana da Bósnia e Herzegovina estão muito confusas para esperar uma melhoria real de seu destino apenas a partir de sua estrutura autônoma, concordaram entre si em exigir apenas uma governança autônoma para essas províncias que não seria muito além dos limites estabelecidos pelo despacho de 30 de dezembro de 1875 e pela garantia do Memorando de Berlim. Tendo em vista que a Bulgária está em um ambiente mais favorável ao trabalho de instituições autônomas, elas se comprometem a exigir na conferência para esta província uma autonomia mais ampla, com sérias garantias.
> ARTIGO II. No caso de as negociações não levarem ao resultado desejado e a uma interrupção seguida por uma guerra subsequente entre a Rússia e a Turquia, os governos imperial e real prometem formalmente respeitar a neutralidade benevolente em relação à Rússia agindo isoladamente e paralisá-la na medida do

[120] **Secret Convention between Russia and Austria-Hungary**. Budapest, 3/15 January 1877. In**: Collection of treaties of Russia with other states (1856-1917)** State publishing house of political literature, 1952 p. 149-155. Disponível em: <http://istmat.info/node/27176> Acesso em: 04 mai. 2020.

> necessário através de tentativas de influência diplomática de intervenção ou mediação coletiva que outros poderes possam tentar fazer.
> ARTIGO VII. O imperador da Áustria e, assim por diante, o rei apostólico da Hungria reservam-se o direito de escolher o momento e o método de ocupação da Bósnia e Herzegovina por suas tropas. Concorda-se que esta medida, que não é um ato de solidariedade com a ocupação da Bulgária pelas tropas russas. Sua Majestade, ao executá-lo, não deve ser hostil à Rússia. Do mesmo modo, a intervenção do exército russo na Turquia não deve, em sua interpretação pelo governo imperial russo, nem em sua execução ser hostil à Áustria-Hungria. (Tradução nossa)[121]

Os principais pontos a serem destacados na Convenção de Budapeste dizem respeito a três elementos: a concretização da mudança do eixo estratégico russo, de Belgrado para Bulgária; a obtenção da neutralidade de Viena; e, por fim, a disposição sobre a ocupação da Bósnia e Herzegovina.

No que se refere ao primeiro ponto, os termos do artigo I da convenção preconizam a perspectiva russa de que um possível estado búlgaro seria o vetor mais adequado para desempenhar o papel de depositário e espaço de projeção do poder russo em direção aos Bálcãs e ao Mar Negro. Neste sentido, o princípio de se garantir uma autonomia com "sérias garantias" possibilita a interpretação de que os planos seriam, minimamente, a obtenção de um status autônomo semelhante ao existente nas demais unidades dos Bálcãs, como a Sérvia, Montenegro e Romênia. Não obstante, o trecho inicial do artigo, de certa forma, admite a impossibilidade de um caminho semelhante para a Bósnia e Herzegovina. Desta forma, Viena assegurava o não surgimento de uma unidade política eslava em suas fronteiras – mesmo que tributária à Sublime Porta – que viesse a surgir da unificação das províncias.

---

[121] "ARTICLE I. The high contracting parties, believing that the Christian and Muslim populations of Bosnia and Herzegovina are too mixed to expect a real improvement in their fate only from their autonomous structure, agreed among themselves to demand only such autonomous governance for these provinces that is not would go far beyond the limits established by the dispatch of December 30, 1875 and the guarantee of the Berlin Memorandum. In view of the fact that Bulgaria is in a more favorable environment for the work of autonomous institutions, they commit themselves to demand at the conference for this province a wider autonomy, furnished with serious guarantees.
ARTICLE II. In the event that negotiations did not lead to the desired result and a break followed by a subsequent war between Russia and Turkey, the imperial and royal government formally pledges to respect benevolent neutrality towards Russia acting in isolation and to paralyze it as much as it depends on it through diplomatic influence attempts at intervention or collective mediation that other powers might try to make.
ARTICLE VII. The century emperor of austria and so on. and the apostolic king of Hungary reserves the right to choose the moment and method of occupying Bosnia and Herzegovina by his troops. It is agreed that this measure, which is not an act of solidarity with the occupation of Bulgaria by the Russian troops, is not in the interpretation of its empires by the government. and the king. Majesty, when carrying it out, should not be hostile to Russia. In the same way, the intervention of the Russian army in Turkey should not, in its interpretation by the imperial Russian government, nor in its execution be hostile to Austria-Hungary."

Em relação a obtenção de neutralidade, como já exposto em outros momentos, esta se configurava como essencial no contexto de uma possível Guerra Russo-Turca. A benevolência Austro-húngara permitiria uma maior flexibilidade no trânsito e disposição das tropas ao redor da montanhosa cadeia balcânica – além de, obviamente, assegurar que Viena não seria um fator decisivo para a derrota russa, como em 1856.

Por fim, o Artigo VII versava direta e explicitamente sobre o direito de ocupação, por parte de Viena, das províncias da Bósnia e Herzegovina. Neste sentido, a Convenção de Budapeste deixa claro que a chancelaria czarista cede à monarquia dual as províncias em troca do direito de ação unilateral nos Bálcãs. Não obstante, reserva à Áustria-Hungria o direito de escolher o método e o momento da anexação, desde que ocorra de forma não prejudicial a São Petersburgo. Os outros termos do acordo, bem como de sua convenção adicional anexa ao documento, ratificam os princípios delimitados no Acordo de Reichstadt.

Onou (1932, p. 627, tradução nossa) ressalta que a Convenção foi negociada sem qualquer informação ser repassada a Ignatiev. Ao ser informado, o embaixador teria considerado o acordo "[...] uma facada nas costas de um aliado da Rússia, a saber, o povo sérvio, cuja libertação do jugo turco era um dos principais objetivos da política russa". De fato, como também expõe Mackenzie (1967), os termos de Budapeste impactavam diretamente as possibilidades de ganhos para os principados eslavos. A cessão das províncias para a monarquia dual se configurava não apenas como um duro golpe para as pretensões irredentistas destas unidades políticas, mas, também, os privava de ganhos nos territórios que foram, de fato, o motivo primário para que Belgrado e Cetinje rompessem relações e atacassem seu suserano. Nas palavras de Langer (1956, p. 114, tradução nossa), os termos obtidos por Andrassy em Budapeste foram tão severos à Rússia que "[...] lutar nessas condições seria lutar pela Áustria e não por si mesma".

Posteriormente, outro obstáculo seria uma possível intervenção britânica no conflito – afinal, até o momento, as reservas inglesas quanto o possível expansionismo russo se configuravam como o principal motivo para não adesão ao Memorando de Berlim, possibilitando uma postura mais desafiadora por parte de Constantinopla. Nas negociações com Londres, o Império Russo se comprometeu a não realizar operações ofensivas com o intuito de controle de Constantinopla e dos Estreitos, além do não estabelecimento de um

Estado tributário na região – um preceito que já se fazia presente nas diretrizes inglesas para a Conferência de Constantinopla.

Desta forma, no dia 31 de março foi emitido o Protocolo de Londres, um documento ratificado pelas potências participantes da Conferência – incluindo a adesão britânica e austríaca – onde estes atores se comprometiam a manter o princípio do estabelecimento de reformas administrativas no Império Otomano[122]:

> Os Poderes que empreenderam conjuntamente a pacificação do Oriente e, com essa visão, tomaram parte na Conferência de Constantinopla, reconhecem que o meio mais seguro de alcançar o objetivo que propuseram a si mesmos, é antes de tudo, manter tais acordos felizmente estabelecidos entre eles e em conjunto afirmar novamente o interesse comum que eles têm pela melhoria da condição das populações cristãs da Turquia e pelas reformas a serem introduzidas na Bósnia, Herzegovina e Bulgária, que a Sublime Porta aceitou em condição de realizar por si só. [...] Se, suas esperanças mais uma vez foram decepcionadas, e se a condição dos súditos cristãos do sultão não for melhorada de maneira a impedir o retorno das complicações que periodicamente perturbam a paz do Oriente, eles consideram deter o direito de declarar que tal estado de coisas seria incompatível com seus interesses e os da Europa em geral. Nesse caso, eles se reservam a considerar em comum os meios que considerem mais adequados para garantir o bem-estar das populações cristãs e os interesses da paz geral. (Tradução nossa)[123]

Desta forma, o Protocolo de Londres abria caminho para uma possível ofensiva russa, mediante a justificativa de que a precária situação da soberania otomana em suas províncias eslavas seria uma ameaça para a própria estabilidade do oriente e da paz europeia.

O documento, conjuntamente com a adesão britânica, acendeu em definitivo o alerta em Constantinopla. Como exposto, as reservas britânicas ao Memorando de Berlim e seu duro posicionamento para a realização da Conferência de Constantinopla transmitiram à

---

[122] **Protocol between Great Britain, Austria-Hungary, France, Germany, Italy and Russia, relative to the condition of Christian Populations of Turkey; The introduction of reforms in Bosnia, Herzegovina and Bulgaria; the affairs of Serbia & Montenegro, the principalities, etc**. London, 31th march, 1877. In: HERTSLET, Edward. **The Map of Europe by Treaty:** Political and Territorial Changes Since the General Peace of 1814, Vol. IV. Londres: Butterworths. 1875. p. 2563.

[123] "The Powers who have undertaken in common the pacification of the East, and have with that view taken part in the Conference of Constantinople, recognize that the surest means of attaining the object which they have proposed to themselves, is before all to maintain the agreement so happily established between them, and jointly to affirm afresh the common interest which they take in the improvement of the condition of the Christian populations of Turkey, and in the reforms to be introduced in Bosnia, Herzegovina, and Bulgaria, which the Porte has accepted on condition of itself caryying them into execution. [...] If their hopes should once more be disappointed, and if the condition of the Christian subjects of the Sultan should not be improved in a manner to prevent the return of the complications which periodically disturb the peace of the East, they think it right to declare that such a state of affairs would be incompatible with their interests and those of Europe in general. In such case they reserve to themselves to consider in common as to the means which they may deem best fitted to secure the well-being of the Christian populations and the interests of the general peace."

Sublime Porta a impressão de que Londres seria um fiel escudeiro na defesa da soberania otomana frente o possível aumento da influência russa nos Estreitos, decorrente de uma guerra. Contudo, como bem exposto por Phillips (2012) em sua pesquisa, os acontecimentos que receberam a alcunha de "atrocidades búlgaras" haviam repercutido de forma intensa na política interna britânica durante 1876. O impacto da repressão otomana aos cristãos ortodoxos inviabilizou um posicionamento de Londres favorável à Constantinopla, uma vez que a opinião pública exerceu grande pressão negativa em relação ao império do sultão.

Percebendo sua posição de isolamento e fragilidade, a estratégia adotada pela chancelaria otomana, como último recurso para evitar uma ofensiva russa, foi recorrer aos termos do Tratado de Paris. A adoção de tal linha de ação se torna evidente em despacho enviado por Safvet Pasha[124], então Grão-Vizir, a Musurus Pasha[125] – embaixador otomano em Londres[126]:

> O governo imperial está pronto para realizar imediatamente todas as reformas prometidas, mas, essas reformas devem estar em conformidade com as disposições fundamentais de nossa Constituição, não devem ter caráter especial e exclusivo; e, nesse espírito, o governo imperial, embora reservando sua plena e completa liberdade de ação, perseverará no estabelecimento dessas instituições. [...] A Sublime Porta não aceitou reformas exclusivas para a Bósnia, Herzegovina e localidades habitadas por búlgaros. Não há dúvida de que é muito do seu interesse e parte de seu dever satisfazer os direitos legítimos de seus súditos cristãos; mas não pode admitir que as melhorias recomendadas devam ser dedicadas exclusivamente ao elemento cristão. [...] a Turquia, como Estado independente, não pode submeter-se a nenhuma vigilância, seja coletiva ou não. [...] O Tratado de Paris declarou explicitamente o princípio da não intervenção. Esse tratado, que vincula os outros altos organismos contratantes, bem como a Turquia, não pode ser abolido por um protocolo no qual não participou. (Tradução nossa)[127]

---

[124] Mehmed Esad Safvet Pasha (1814-1883), ocupou o cargo de Grão-Vizir do Império Otomano entre maio e outubro de 1878.

[125] Konstantinos Mousouros (1807-1891), grego pertencente ao serviço diplomático Otomano que ocupou o cargo de embaixador em Londres e Viena.

[126] **Despatch from Safvet Pasha to Musurus Pasha, protesting against the Protocol of London of the 31st march, 1877, relating to the affairs of Turkey. Constantinople**, 9th april, 1877. In: HERTSLET, Edward. **The Map of Europe by Treaty:** Political and Territorial Changes Since the General Peace of 1814, Vol. IV. Londres: Butterworths. 1875. p. 2568.

[127] "The Imperial Government is ready to carry out immediately all the promised reforms, but these reforms, in conformity with the fundamental dispositions of our Constitution, must not bear a special and exclusive character; and in this spirit the Imperial Government will, while reserving its full and complete liberty of action, persevere in establishing these institutions. [...] The Sublime Porte has not accepted reforms exclusively for Bosnia, HErzegovina, and for localities inhabited by bulgarians. It is not a matter of doubt that it is very much to its interest and part of its duty to satisfy the legitimate rights of its Christian subjects; it cannot admit that the improvements which are recommended to its notice should be devoted exclusively to the Christian element. [...] Turkey, as an independent State, cannot submit to be placed under any surveillance, wheter collective or not. [...] The Treaty of Paris explicitly declared the principle of non-

Desta forma, a Sublime Porta insistiu na linha de ação que causou a realização da conferência e a pressão por intervenção das potências – a insistência em não conceder garantias de implementação das reformas e apresentar, como justificativa, os dispositivos constitucionais que eram vistos como uma farsa pela maior parte das chancelarias europeias. Desta forma, uma nova Guerra Russo-Otomana parecia inevitável.

Os Desdobramentos da Guerra Russo-Otomana e a Ocupação da Bósnia e Herzegovina (1877-1878)

Como exposto, o Protocolo de Londres abria caminho para uma intervenção russa nas províncias otomanas. Tendo garantido a neutralidade benevolente de Viena na Convenção de Budapeste e com o Império Britânico obrigado a ceder frente sua opinião pública, o Império Russo ordenou em circular do dia 19 de abril que suas tropas cruzassem a fronteira otomana[128]. Posteriormente, Nelidov[129] – representante russo em Constantinopla, na ausência de Ignatiev que havia se ausentado em protesto ao desfecho da Conferência, em janeiro – apresentou em 23 de abril uma nota à Sublime Porta onde o Império Russo rompia definitivamente as relações com o Império Otomano, mediante o seguinte pretexto[130]:

> O Gabinete Imperial Russo esgotou todas as medidas de conciliação com o objetivo de restabelecer uma paz duradoura no Oriente, por meio de um entendimento com as Grandes Potências e a Porta. O modo como o governo otomano rejeitou todas as propostas apresentadas sucessivamente e a recusa do Protocolo assinado em Londres em 31 de março, bem como a declaração pela qual esse documento foi acompanhado, não deixam espaço para futuras negociações, nem qualquer esperança de um acordo baseado na prontidão da Porta para oferecer as garantias exigidas pela Europa no interesse da paz geral. (Tradução nossa)[131]

---

intervention. That treaty, which binds the other High Contracting Bodies as well as Turkey, cannot be abolished by a Protocol in which Turkey has taken no part."

[128]**Russian Circular, announcing that orders had been given to the Russian Armies to cross the frontiers of Turkey; and explaining the causes of war**. St Petersburg, 19th April, 1877. In: HERTSLET, Edward. **The Map of Europe by Treaty:** Political and Territorial Changes Since the General Peace of 1814, Vol. IV. Londres: Butterworths. 1875. p. 2586.

[129] Aleksandr Nelidov (1838-1910), era conselheiro da embaixada russa em Constantinopla, tornando-se o responsável pela representação após Ignatiev ter se retirado em protesto à Conferência de Constantinopla. Posteriormente ocuparia o posto de embaixador na Itália (1897-1903) e França (1903-1910)

[130]**Note presented by the Russian Chargé d' Affaires (M. Nelidoff) to the Porte, breaking off diplomatic relations**. Constantinople, 23th April, 1877. In: HERTSLET, Edward. **The Map of Europe by Treaty:** Political and Territorial Changes Since the General Peace of 1814, Vol. IV. Londres: Butterworths. 1875. p. 2588.

[131] "The Russian Imperial Cabinet has exhausted every measure of conciliation with a view to re-establish a lasting peace in the East, by means of an understanding with the Great Powers and the Porte. The way in which the Ottoman Government has rejected all the proposals sucessively made, and its refusal of the Protocol signed at London the 31st of March, as well as of the declaration by which that document was accompanied, leave no place for further negotiations, nor any hope for an agreement based on the readiness of the Porte to offer the guarantees demanded by Europe in the interests of general peace."

A chancelaria otomana respondeu com uma circular emitida logo no dia seguinte, recorrendo ao Artigo VIII do Tratado de Paris como instrumento para conter a inevitável ofensiva russa – o artigo preconizava que, caso a Sublime Porta se encontrasse em desacordo com outro signatário do tratado, as partes deveriam submeter a questão para mediação das demais potências[132]. Em outra tentativa de recorrer aos termos do tratado, o governo otomano emitiu, no dia 26 de abril, um manifesto em resposta a declaração de guerra russa[133]. Neste documento, o Império retomava suas referências aos termos de 1856 e ilegitimidade de uma interferência em seus assuntos internos. Contudo, Constantinopla não obteve a resposta esperada das potências e o conflito teve início.

O início da guerra foi marcado por um rápido e eficiente avanço russo nos Bálcãs, se aproveitando da má disposição das tropas otomanas. Os resultados obtidos pelo império czarista, na primeira etapa da guerra, levaram as demais potências a buscar garantias de que São Petersburgo cumpriria o acordado nas negociações que garantiram a neutralidade de Viena e Londres. O primeiro destes momentos pode ser percebido em 18 de maio, a partir de um despacho enviado por Gorchakov à Shuvalov, seu embaixador em Londres, reafirmando as garantias que o Império havia firmado com os britânicos[134]:

> No que diz respeito a Constantinopla, sem poder prejudicar o curso ou a questão da guerra, o Gabinete Imperial repete que a aquisição dessa capital está excluída dos pontos de vista de Sua Majestade, o Imperador. Eles reconhecem que, em qualquer caso, o futuro de Constantinopla é uma questão de interesse comum, que não pode ser resolvida senão por um entendimento geral, e que, se a posse daquela cidade fosse posta em questão, não seria permitido esta pertencer a qualquer uma das potências europeias. No que diz respeito aos Estreitos, embora suas duas margens pertençam ao mesmo soberano, elas formam a única saída de dois grandes mares nos quais todo o mundo tem interesse. Portanto, é importante, no interesse da paz e do equilíbrio geral de poder, que essa questão seja resolvida por um acordo comum sobre bases equitativas e eficientemente garantidas. (Tradução nossa)[135]

---

[132] **Turkish Circular, appealing to the Treaty of Paris of 1856, and suggesting the mediation of the treaty powers to prevent the threatened war with Russia**. Constantinople, 24th april 1877. In: HERTSLET, Edward. **The Map of Europe by Treaty:** Political and Territorial Changes Since the General Peace of 1814, Vol. IV. Londres: Butterworths. 1875. p. 2591.

[133] **Turkish manifesto in answer to the Russian declaration of war. Constantinople.** 26th april 1877. In: HERTSLET, Edward. **The Map of Europe by Treaty:** Political and Territorial Changes Since the General Peace of 1814, Vol. IV. Londres: Butterworths. 1875. p. 2601.

[134] **Despatch from the Russian minister for foreign affairs to the Russian Ambassador in London, relative to british and Russian interests in the East. St. Petersburg**. 18th may, 1877. In: HERTSLET, Edward. **The Map of Europe by Treaty:** Political and Territorial Changes Since the General Peace of 1814, Vol. IV. Londres: Butterworths. 1875. p. 2624.

[135] "As far as concerns Constantinople, without being able to prejudge the course or issue of the war, the Imperial Cabinet repeats that the acquisition of that capital is excluded from the views of His Majesty the Emperor. They recogniza that, in any case, the future of Constantinople is a question of common interest, which cannot be settled otherwise than by a general understanding, and that if the possession of that city were

Desta forma, percebe-se que a linha de ação adotada pela chancelaria de Gorchakov espelha outras ocasiões em que São Petersburgo se viu em situação de beligerância frente o Império Otomano. A principal preocupação estratégica czarista consistia na possibilidade dos demais atores do concerto europeu identificarem um viés expansionista russo em temas sensíveis a seu planejamento estratégico. Assim sendo, é notável a preocupação russa em reassegurar e reafirmar que elementos como o destino de Constantinopla e a regulação marítima dos estreitos eram temas a serem debatidos em conjunto com os demais signatários do Tratado de Paris.

De fato, como revela Langer (1956), as preocupações do Império Britânico se encontravam tão acentuadas que, no dia 19 de maio – o dia seguinte do despacho enviado por Gorchakov à Shuvalov – Lord Derby reuniu-se com Beust, agora embaixador Habsburgo em Londres, e sugeriu que, em caso de um avanço czarista em direção a Constantinopla, a frota britânica deveria adentrar os estreitos transportando tropas austro-húngaras para contenção das forças russas. De forma condizente com as tratativas estabelecidas em Budapeste, Andrassy agiu de forma a dissuadir a iniciativa intervencionista britânica e elencou sete pontos essenciais para a estratégia de Viena: o direito de protetorado aos cristãos otomanos não deveria ser concedido exclusivamente para nenhuma nação; o acordo de paz definitivo não deveria ser estabelecido sem a participação das potências; o Império Russo não deveria realizar aquisições territoriais na margem direita do Danúbio; a Romênia não poderia ser incorporada ou tornar-se dependente de São Petersburgo; nenhum monarca ligado às casas reais de Viena e São Petersburgo deveria ser instaurado como regente dos Estados balcânicos; a Rússia não deveria ocupar Constantinopla; e, por fim, não seria aceita a formação de um grande Estado eslavo na península.

Um segundo momento onde o Império Russo busca tranquilizar Londres, em relação aos seus avanços e os compromissos estabelecidos, se deu no dia 8 de junho,

---

to be put in question, it could not be allowed to belong to any of the European Powers. As regards the Straits, although their two shores belong to the same Sovereign, they form the only outlet of two great seas in which all the world has interests. It is, therefore, important, in the interests of peace and of the general balance of power, that this question should be settled by a common agreement on equitable and efficiently guaranteed bases."

conforme memorando de interlocução entre o embaixador Shuvalov e Lord Derby, chanceler britânico, acerca das compensações devidas ao Império Austro-Húngaro[136]:

> A Bósnia e Herzegovina devem receber instituições que, de comum acordo, sejam consideradas compatíveis com seu estado interno e calculadas para garantir a elas uma boa administração nativa. Estas províncias situadas concomitantemente com a Áustria-Hungria dão a esta última o direito a uma voz preponderante em sua organização futura. [...] Se a Áustria-Hungria, por seu lado, exigir uma indenização, seja pela extensão adquirida pela Rússia, ou como garantia contra os novos acordos acima mencionados para o benefício dos Principados Cristãos na Península Balcânica, a Rússia não se oporia a busca por tal compensação na Bósnia e, parcialmente, na Herzegovina. (Tradução nossa)[137]

Assim, Shuvalov comunica a Derby as nuances do acordo austro-russo firmado em Budapeste, de forma a apaziguar as preocupações que surgiam em Londres com o rápido avanço russo. As forças czaristas tiveram seu ímpeto contido apenas na fortaleza de Plevna, já em terras búlgaras. Em um cerco com duração superior a seis meses, as tropas russas – com apoio das forças Romenas, que haviam se juntado ao conflito em meio as complicações e resistência oferecida pelos otomanos durante o cerco – conquistaram a fortaleza no dia 10 de dezembro, abrindo definitivamente a rota que levava à Constantinopla.

Conforme a vitória se apresentava como inevitável, a próxima tarefa de São Petersburgo consistia em formular termos de paz condizentes com as tratativas firmadas junto à Viena e Londres. Contudo, como vimos, os termos e concessões estabelecidos pelo Império Russo para obtenção da neutralidade destes atores haviam sido extremamente onerosos – especialmente no que se refere a barganha com os Habsburgos, iniciada em Reichstadt e concretizada em Budapeste. Logo, o Império Czarista passou a buscar formas de romper com alguns dos termos firmados ou identificar formas de maximizar seus ganhos dentro da situação que se apresentava ao fim do conflito.

---

[136]**Memorandum of a confidential communication made by Count Schuvaloff to the Earl of Derby, respecting British and Russian interests in the East. London**, 8th june, 1877. In: HERTSLET, Edward. **The Map of Europe by Treaty:** Political and Territorial Changes Since the General Peace of 1814, Vol. IV. Londres: Butterworths. 1875. p. 2624.

[137] "Bosnia and Herzegovina to be provided with such institutions as may by common consent be judged compatible with their internal state, and calculated to guarantee them a good indigenous administration. These provinces being situated conterminously with Austria-Hungary gives the latter a right to a preponderating voice in their future organization. [...] If Austria-Hungary on her side demanded compensation, either for the extension acquired by Russia, or as a security against the new arrangements above mentioned for the benefit of the Christian Principalities in the Balkan Peninsula, Russia would not oppose her seeking such compensation in Bosnia and partly in the Herzegovina."

Enquanto isso, Londres e Viena buscavam formas de controlar a amplitude dos possíveis ganhos russos com o conflito. Uma evidência desta estratégia adotada pelas duas chancelarias pode ser encontrada em um despacho enviado pelo embaixador Habsburgo em Londres para o chanceler Lord Derby, no dia 5 de fevereiro de 1878 após as primeiras conversas preliminares russo-otomanas[138]:

> A Áustria-Hungria, na qualidade de Poder Signatário dos Atos Internacionais, cujo objetivo tem sido regular o sistema político no Oriente, sempre reservou, na presença da guerra existente, sua parcela de influência sobre a regulamentação definitiva das condições da futura paz. [...] Agora que as preliminares acabam de ser assinadas entre a Rússia e a Turquia, parece que chegamos ao momento de estabelecer o consenso da Europa sobre as modificações que podem ser necessárias para a introdução dos Tratados acima mencionados. Os meios mais adequados para alcançar esse acordo, nos parece, a realização de uma conferência dos poderes signatários do Tratado de Paris de 1856 e do Protocolo de Londres de 1871. (Tradução nossa)[139]

Desta forma, Andrassy reforçava o apelo aos termos estabelecidos no Tratado de Paris e no Protocolo assinado após a denúncia russa às cláusulas de neutralização do Mar Negro – que, como vimos, continha uma clausula especifica que reafirmava a inviolabilidade dos tratados, salvo ocasiões em que as mudanças tenham sido aprovadas pelo consentimento das partes signatárias. De certa forma, este posicionamento austro-britânico foi o principal motivo para que o Império Russo cedesse e não avançasse com suas tropas em direção à capital otomana – sendo necessário que a frota inglesa adentrasse o Bósforo de forma a conter a possibilidade de um avanço russo e tomada dos estreitos. A estratégia de São Petersburgo se concentrava em não fazer reivindicações referentes à mudança no regime de navegação das vias marítimas turcas, manter Constantinopla sob poderio otomano e não buscar consideráveis aquisições territoriais diretas.

---

[138] **Despatch from Count Beust to the Earl of Derby, containing proposals for the meeting of a European Conference at Vienna to establish an agreement between the Great Powers of Europe on the modifications which might be found necessary in the Preliminaries of Peace concluded between Russia and Turkey**. London, 5th February, 1878. In: HERTSLET, Edward. **The Map of Europe by Treaty:** Political and Territorial Changes Since the General Peace of 1814, Vol. IV. Londres: Butterworths. 1875. p. 2668.

[139] "Austria-Hungary, in her capacity of Signatory Power of the International Acts, the object of which has been to regulate the political system in the East, has always reserved, in presence of the existing war, her share of influence over the definitive regulation of the conditions of the future peace. [...] Now tat Preliminaries of Peace have just been signed between Russia and Turkey, the moment appears to us to have come to establish the agreement of Europe on the modifications which it may become necessary to introduce into the above-mentioned Treaties. The most suitable means to bring about this agreement appears to us the assembly of a conference of the powers signatory of the Treaty of Paris uf 1856 and of the Protocol of London of 1871."

Deste modo, ao excluir do acordo bilateral russo-otomano temas considerados como sensíveis ao equilíbrio de poder europeu, Gorchakov buscava compensar tal posição com ganhos indiretos. Para tal, o principal mecanismo consistiu no estabelecimento de um Estado búlgaro que pudesse atuar como um aliado mais confiável do que Belgrado nas empreitadas balcânicas do Império Russo. Um exemplo claro desta perspectiva pode ser visto em memorando emitido por Bulow[140], ministro das relações exteriores germânico, no dia 15 de fevereiro, onde o mesmo sumariza o posicionamento de São Petersburgo em relação à Bulgária[141]:

> A Rússia não pode mais admitir que os princípios estabelecidos na Conferência de Constantinopla (novembro de 1876 a janeiro de 1877) possam ser considerados sem modificações. A guerra e os eventos dela decorrentes tornaram essenciais alterações importantes. O exemplo acima se aplica especialmente no caso da Bulgária. A ideia de que este país se satisfaria com a nomeação de um governador dependente do sultão, com melhorias na administração e ocupação por uma guarnição belga, é insustentável. (Tradução nossa)[142]

Desta forma, o Império Russo delimita os termos do que viria a ser conhecido como Tratado Preliminar de Santo Estevão. O principal ponto referente a este documento dizia respeito ao estabelecimento de um grande Estado Búlgaro, tributário ao poder de São Petersburgo e que se tornaria a potência dominante nos Bálcãs – uma concepção que claramente feria os princípios delimitados pelas negociatas com Londres e Viena. Não obstante, a Grande Bulgária ameaçava até mesmo os demais Estados Balcânicos – como a Sérvia, que viu terras cujas ambições irredentistas debruçavam-se sendo arrebatadas por esta nova unidade política.

Um ponto importante, levantado por Langer, acerca da composição territorial do que viria a ser conhecida como a "Grande Bulgária" de Santo Estevão, diz respeito à sua aderência às delimitações cartográficas estabelecidas na Conferência de Constantinopla. Na ocasião, as terras búlgaras haviam sido divididas em duas províncias que, em conjunto,

---

[140] Bernhard Ernst von Bülow (1815-1879), braço direito de Bismarck no serviço diplomático Prussiano. Tornou-se Secretário de Assuntos exteriores em 1877 e foi plenipotenciário do Império Alemão em Berlim. É pai de Bernhard von Bülow (1849-1929), chanceler do Império Alemão de 1900 a 1909 e também membro da delegação germânica no Congresso.

[141] **Memorandum by Bulow, Foreign Minister**. February 15th, 1878. In: DUGDALE, E. T. S. **German Diplomatic Documents, 1871-1914:** Bismarck's Relations with England. Volume I. Londres: Methuen & Co. 1928. p. 64.

[142] "Russia could no longer admit that the principles established at the Conference of Constantinople (November, 1876 to January, 1877) could be considered to stand without modification. The war and events arising from it rendered important alterations essential.The above applies especially in the case of Bulgaria. The idea that this country would be satisfied by the appointment of a governor dependent on the Sultan, by improvements in administration and an occupation by a Belgian garrison, was untenable."

tinham contornos quase semelhantes a proposta do tratado – ressalta-se que Ignatiev, negociador de Santo Estevão, também foi o plenipotenciário russo na conferência. Não obstante, o território também guardava semelhanças com a compreensão geográfica do Exarcado Búlgaro, uma unidade da igreja ortodoxa estabelecida com a ajuda de Ignatiev durante sua estada como embaixador otomano.

Os termos de Santo Estevão foram obviamente recepcionados com protesto pelas chancelarias de Viena e Londres. Andrassy, em especial, viu boa parte dos termos ligados as barganhas de Reichstadt e Budapeste solapados pelo tratado preliminar russo-otomano. Santo Estevão não fazia menção aos direitos de ocupação de Viena nas províncias eslavas, criava um poderoso Estado búlgaro que, supostamente, seria tributário à Moscou e os principados eslavos da Sérvia e Montenegro foram alargados de forma a estabelecer uma fronteira comum – o que poderia facilitar sua unificação e o desenvolvimento de mais uma unidade política hostil aos interesses Habsburgos na península.

No caso britânico, o surgimento deste novo Estado eslavo confrontava diretamente o princípio de não criação de um ator tributário – uma das condições para a neutralidade inglesa. Não obstante, na interpretação de Londres o tratado havia colocado o Império Otomano em posição de total fragilidade e subserviência à São Petersburgo, além de consolidar a Bulgária como um novo ator no contexto pela predominância naval no Mar Egeu (LANGER, 1956).

Por sua vez, o Império Russo respondeu aos protestos Britânicos e Habsburgos com duras críticas a conduta dos signatários do Tratado de Paris e o cumprimento de seus termos ao longo das duas décadas que separam o fim da Guerra da Criméia e a Grande Crise do Oriente. Em despacho enviado por Gorchakov à Shuvalov, no dia 9 de abril – em resposta a uma circular britânica acerca da necessidade da conferência e revisão dos termos dos tratados por parte dos signatários de Paris – o chanceler russo elenca uma série de violações dos termos do documento, inclusive a própria realização da Conferência de Constantinopla, em 1876[143]. Contudo, os protestos russos não foram suficientes e ameaçados de, mais uma vez, enfrentarem uma coalizão europeia, cederam às pressões para realização de um congresso diplomático em Berlim.

[143] **Despatch from Prince Gorchakov to Count Shuvaloff, in reply to British Circular of 1st April, 1878, respecting the Treaty of San Stefano and the proposed congress**. St Petersburg, 9th April, 1878. In: HERTSLET, Edward. **The Map of Europe by Treaty:** Political and Territorial Changes Since the General Peace of 1814, Vol. IV. Londres: Butterworths. 1875. p. 2707.

Considerando as diversas nuances do Congresso e as múltiplas análises aprofundadas já realizadas acerca de seus desdobramentos, o enfoque se dará no tratamento da Questão Bósnia e os impactos que tais formulações viriam a ter para o relacionamento austro-russo.

Mediante a pressão exercida por Viena e Londres que, segundo Langer, haviam delimitado uma barganha onde os Habsburgos exerceriam influência para reduzir o escopo do Estado Búlgaro e os britânicos dariam suporte às ambições austríacas na Bósnia, São Petersburgo foi obrigada a ceder em diversos pontos. Conforme expõe Mackenzie (1967), a primeira contraproposta apresentada pelo Império Russo oferecia as seguintes mudanças ao Tratado de Santo Estevão: a divisão do território búlgaro em duas províncias; a limitação do período de ocupação das tropas russas em território búlgaro; a Áustria poderia ocupar e, posteriormente, anexar as províncias da Bósnia e Herzegovina, mas não o *sandjak* de Novi Pazar, que seria dividido entre os principados eslavos; e, por fim, Montenegro manteria as fronteiras de Santo Estevão. A proposta czarista acabou sumariamente rejeitada por Andrassy. Alguns pontos ainda se apresentavam extremamente sensíveis à Viena. Entre eles, a formação de uma fronteira comum entre Sérvia e Montenegro na região de Novi Pazar, o que possibilitaria a unificação e surgimento de um grande Estado eslavo na região. Não obstante, o fato de que Montenegro, obtendo as configurações territoriais de Santo Estevão, poderia se tornar um rival no Adriático também colaborou para a recusa austro-húngara.

Destaca-se, ainda, que mais uma vez as províncias eslavas foram utilizadas como moeda de barganha – evidenciando, novamente, a disposição de São Petersburgo em aprovar a anexação dos territórios por parte de Viena.

Para além das arestas nas negociatas com o Império Russo, ainda era necessário para Andrassy delimitar com o Império Britânico de que forma as potências procederiam para alavancar a ambição de Viena em anexar as províncias. Neste sentido, o primeiro problema se apresentou justamente pela objeção inglesa a um ato formal de anexação,

como fica evidente no relato apresentado por Munster[144], embaixador alemão em Londres, em despacho emitido para Bulow no dia 25 de maio[145]:

> A recusa da Inglaterra, em conceder o pedido da Áustria de apoiar sua anexação da Bósnia, foi baseada no princípio do respeito pela soberania da Turquia, e ela declarou que, embora não sinta objeção ao fato, não daria nenhuma ajuda para sua realização. Agora, as últimas comunicações austríacas não mencionavam mais a anexação, mas apenas a ocupação, e para isso, Lorde Salisbury não tinha objeções. (Tradução nossa)[146]

Foi necessário, portanto, que Andrassy adequasse as expectativas de Viena, de modo a respeitar o princípio de soberania otomana. A abdicação do direito de anexação tornou possível o apoio britânico à ocupação. Restava, agora, definir de que forma esta seria apresentada durante o congresso. Andrassy desejava proceder de forma que o ato não se apresentasse como um movimento expansionista austro-húngaro. Como já vimos, a imagem buscada pelo chanceler era de que Viena apenas aceitaria o "fardo" de intervir nas províncias eslavas pelo bem maior de fomentar um equilíbrio de poder duradouro nos Bálcãs. Conforme as memórias do príncipe Bulow – filho do secretário alemão e que compôs a delegação germânica – assim se sucedeu a seção onde foi estabelecido o direito de ocupação da Bósnia e Herzegovina:

> No dia 28 de junho, no início da sessão, o conde Andrassy leu um longo memorando, apontando que há mais de um ano a Áustria sofria com a insurreição e a agitação dos estados contingentes as suas fronteiras. A Áustria-Hungria teve que receber mais de 150.000 fugitivos da Bósnia, que se recusaram obstinadamente a voltar para casa enquanto seu país estivesse sob o domínio turco, uma vez que estes não lhes davam proteção ou meios de subsistência. A Turquia parece incapaz de manter a ordem em suas províncias, que estão em um estado indescritível de miséria e agitação revolucionária. Há o perigo de que essa agitação e miséria se espalhe para a população eslava da vizinha monarquia húngara. Se o Congresso permitir que essas condições continuem, ele assumirá uma responsabilidade muito grave pela futura paz da Europa. O conde Andrassy concluiu: "Não exijo que a Bósnia seja anexada pela Áustria-Hungria. Exorto apenas o Congresso a tomar alguma decisão. Se isso parecer de alguma maneira possível, a Áustria-Hungria a endossará". Então o marquês de Salisbury se levantou. Ele também leu um memorando em que declarou que a Inglaterra estava convencida da justiça das observações do primeiro delegado austro-húngaro. Como seu nobre amigo, o conde Andrassy, repudiou a anexação aberta da Bósnia e se contentou com uma anexação velada, ele sugeriu que o Congresso

---

[144] Georg Herbert Münster (1820-1902), embaixador germânico em Londres de 1873 a 1885 e em Paris de 1885 a 1900.

[145] **Count Munster to Bulow**. May 25th, 1878. In: DUGDALE, E. T. S. **German Diplomatic Documents, 1871-1914:** Bismarck's Relations with England. Volume I. Londres: Methuen & Co. 1928. p. 96.

[146] "England's refusal to grant Austria's request to support her annexation of Bosnia was based on the principle of respect for the sovereignity of Turkey, and she had declared that, although she feels no objection to the fact itself, she would lend no hand towards its realisation. Now the latest austrian communications had made no more mention of annexation, but merely of occupation, and to this Lord Salisbury had no objection."

> propusesse que a Áustria-Hungria recebesse a ordem de ocupar e administrar a Bósnia e Herzegovina (BULOW, 1932, p. 446-447, tradução nossa)[147]

Após a aprovação das medidas por parte dos delegados das demais potências, Andrassy enfim atingiu o objetivo de sua estratégia em Berlim. Como Lord Derby já havia vetado uma anexação direta, em defesa da soberania otomana, Andrassy procedeu com o plano de ocupação administrativa das províncias. Não obstante, Viena ainda obteve o direito de manter guarnições no s*andjak* de Novi Pazar, embora sem direitos administrativos. O artigo final, referente às províncias, versa da seguinte forma:

> Art. XXV. As províncias da Bósnia e Herzegovina serão ocupadas e administradas pela Áustria-Hungria. O governo da Áustria-Hungria, que não deseja assumir a administração do Sandjak de Novi-Bazar, que se estende entre Sérvia e Montenegro, na direção sudeste, para o outro lado de Mitrovitza, continuará sob administração otomana. No entanto, para garantir a manutenção do novo estado político das coisas, bem como a liberdade e a segurança das comunicações, a Áustria-Hungria reserva-se o direito de guardar guarnições e ter estradas militares e comerciais em toda esta parte do antigo *vilayet* da Bósnia. Para esse fim, os governos da Áustria-Hungria e Turquia reservam-se a si mesmos para entender os detalhes. (Tradução nossa)[148]

Assim, não apenas Viena foi capaz de impedir que os principados eslavos alargassem seu território através de uma expansão nas províncias otomanas. Andrassy foi capaz de obter o direito de postar tropas na região estratégica de Novi Pazar, que separa a Sérvia e Montenegro. Desta forma, qualquer sonho de unificação e formação de uma unidade política eslava de maior porte esbarraria nas tropas da monarquia dual postadas no

---

[147] "On 28th June, at the beginning of the session, Count Andrassy read out a long memorandum pointing out that for more than a year Austria had had to suffer by the insurrection and unrest of states contingent to her frontiers. Austria-Hungary had had to receive more than 150,000 bosnian fugitives, who obstinately refused to return home as long as their country was under Turkish rule, since the turks neither gave them protection nor any means of making a livelihood. Turkey appeared to be incapable of keeping order in her provinces, which were in an indescribable state of misery and revolutionary agitation. There was danger that this unrest and misery might spread to the Slav population of the neighbouring Hungarian monarchy. Should the Congress permit of such conditions continuing it would assume a very grave responsibility for the future peace of Europe. Count Andrassy concluded: "I do not demand that Bosnia should be annexed by Austria-Hungary. I only urge the Congress to make some decision. Should this appear in any way practicable, Austria-Hungary will endorse it". Whereupon the Marquis of Salisbury rose. He, too, read out a memorandum in which he declared England to be convinced of the justice of the remarks of the first Austro-Hungarian delegate. Since his noble friend Count Andrassy repudiated the open annexation of Bosnia and contented himsef with a covert anexxation, he suggested that the Congress should move that Austria-HUngary be given the order to occupy Bosnia and Herzegovina and administher the Sandjak of Novi Pazar."

[148] "Art. XXV. The provinces of Bosnia and Herzegovina shall be occupied and administered by Austria-Hungary*. The Government of Austria-Hungary, not desiring to undertake the administration of the Sandjak of Novi-Bazar, which extends between Servia and Montenegro in a south-easterly direction to the other side of Mitrovitza, the Ottoman Administration will continue to exercise its functions there. Nevertheless, in order to assure the maintenance of the new political state of affairs, as well as freedom and security of communications, Austria-Hungary reserves the right of keeping garrisons and having military and commercial roads in the whole of this part of the ancient Vilayet of Bosnia. To this end the Governments of Austria-Hungary and Turkey reserve to themselves to come to an understanding on the details."

enclave. Não obstante, como veremos na seção seguinte, a estratégia russa de alterar seu pivô de projeção de influência nos Bálcãs foi um fracasso, o que possibilitou a expansão do poder político-econômico austro-húngaro na península. A "Grande Bulgária" foi desmembrada pela diplomacia britânica e, ressentida, com o abandono de seu patrono, Belgrado migrou para a zona de influência dos Habsburgos.

O Congresso de Berlim, portanto, foi visto pelos círculos pan-eslavos russos como uma grande derrota e humilhação. Conforme já fora anunciado pelos termos da Convenção de Budapeste, o ator mais beneficiado pelo conflito Russo-Otomano foi Viena. Não obstante, o Congresso criou uma grande cicatriz no relacionamento Russo-Germânico. Na perspectiva de São Petersburgo, Bismarck havia traído sua palavra de se portar como um mediador justo. Em certo ponto, principalmente na ótica dos pan-eslavos, Berlim havia traído os russos de tal forma como Viena os traiu em 1856.

Os Desdobramentos Pós-Congresso de Berlim e o renascimento do Dreikaiserbund (1878-1903)

Como exposto na seção anterior, o frágil arranjo diplomático que envolvia São Petersburgo, Viena e Berlim – conhecido como a Liga dos Três Imperadores – oriundo das mudanças no equilíbrio de poder pós-1871 não resistiu ao "teste" proporcionado pelos desdobramentos da Grande Crise do Oriente, entre 1875 e 1878.

Não obstante, o fracasso do Tratado de Santo Estevão e a interpretação russa do Congresso de Berlim acentuaram a lacuna existente nas visões estratégicas de Rússia e Áustria-Hungria para os Bálcãs. Além disso, havia o ressentimento gerado em São Petersburgo, pelo que foi interpretado como um favorecimento de Bismarck aos interesses Habsburgos, estremecendo as relações russo-germânicas.

A presente seção, que finaliza este capítulo, tem como objetivo expor de que modo o Congresso de Berlim traz uma nova alteração para a dinâmica das relações austro-russas nos Bálcãs e ajudam a construir o cenário que culmina na crise de anexação da Bósnia e Herzegovina em 1908.

Os Ressentimentos de São Petersburgo e a Formação da Aliança Austro- Germânica (1878-1879)

Como exposto, São Petersburgo e Berlim nutriam um relacionamento cordial e de extrema proximidade. O Império Russo havia se posicionado favorável aos avanços prussianos, que romperam com o equilíbrio de poder europeu entre 1864 e 1871. Como retribuição, Bismarck auxiliou o Czar em sua denúncia as cláusulas de neutralização do Mar Negro, revistas pelo Protocolo de Londres de 1871. De fato, a primeira Liga dos Três Imperadores requer grande parte da sua existência ao fato de que São Petersburgo apostava em seu bom relacionamento com Berlim para conter possíveis avanços Austro-Húngaros nos Bálcãs – especialmente pelo rancor existente na corte de São Petersburgo pelo posicionamento austríaco em 1856.

Após o Congresso de Berlim, contudo, o relacionamento entre os dois atores tornou-se conturbado. Como avaliado por Carlson (1959), Bismarck havia se apresentado como um "mediador honesto", capaz de resolver de forma justa e imparcial os problemas apresentados pelo avanço russo nos Bálcãs durante o conflito com o Império Otomano. No entanto, com o desfecho da conferência e ratificação do Congresso de Berlim, a opinião pública de São Petersburgo interpretou os desdobramentos de outra forma. Principalmente nos influentes círculos pan-eslavos, a perspectiva predominante era a de que o chanceler alemão havia se posicionado favorável à Viena e privado o Império Russo das conquistas obtidas no campo de batalha. Em síntese: a concepção era de que a Alemanha havia traído os eslavos e um espectro hostil passou a rondar as relações entre os Estados.

Mais importante, como bem analisado por Fay (1930), esta hostilidade rompeu as barreiras do mero relacionamento entre os diplomatas e monarcas das potências. Como resposta aos posicionamentos germânicos no congresso, o Império Russo iniciou uma política armamentista e deslocou tropas para a Polônia, região de fronteira com o Império Alemão. Já em 1879, o próprio Alexandre II redigiu uma carta para Guilherme I, citando as consequências desastrosas que poderiam irromper do posicionamento de Bismarck favorável a Viena.

Como sumariza Langer (1956), a Rússia conquistou a vitória nos campos de batalha balcânicos, mas deixou o Congresso de Berlim em posição extremamente desfavorável.

Além de distanciar Londres e Viena, após os termos de Santo Estevão, a rodada de hostilidades com Berlim também afastou o Império Alemão.

Não obstante, outro desdobramento importante ocorria em território Habsburgo. Após uma trajetória de sucesso e conquistando o objetivo de ocupação administrativa das províncias, bloqueando a possibilidade de união e formação de um grande Estado eslavo, Andrassy se preparava para deixar a chancelaria da monarquia dual. Fay (1930) assinala que a situação, aliada aos crescentes tensionamentos russo-germânicos, criou certa apreensão em Bismarck. Neste sentido, o chanceler alemão atuou para a consolidação de uma aliança austro-germânica para oposição a hostilidade de São Petersburgo – vendo, em Andrassy, o homem ideal para firmar o acordo antes de sua sucessão por Haymerle[149], de postura mais comedida e menos hostil à Rússia do que o húngaro.

O principal compromisso da aliança austro-germânica se referia à manutenção do *status quo* estabelecido pelo Congresso de Berlim, como se torna evidente em memorando conjunto emitido em 24 de setembro de 1879[150]. Neste sentido, levando-se em conta o exposto, considera-se que o acordo é diretamente orientado para São Petersburgo – obviamente, a principal potência com tons revisionistas quando ao desfecho do Congresso. O notório posicionamento russófobo do acordo se materializa logo em seu primeiro artigo, que versa da seguinte forma[151]:

> ARTIGO I. Se, contrariamente à sua esperança, e contra o desejo leal das duas Altas Partes Contratantes, um dos dois Impérios for atacado pela Rússia, as Altas Partes Contratantes deverão prestar assistência uma à outra com o todo força de guerra de seus impérios e, portanto, apenas devem concluir a paz mediante acordo mútuo. (Tradução nossa)[152]

Assim sendo, após pouco mais de um ano do fim da Guerra Russo-Otomana, São Petersburgo se via em uma posição inimaginável para uma potência que havia acabado de

---

[149] Heinrich Karl von Haymerle (1828-1881), foi Ministro das Relações Exteriores do Império Austro-Húngaro de 1879 a 1881 – sucedendo Andrassy e precedendo Kalnoky. Anteriormente, havia ocupado o posto de embaixador em Constantinopla e composto a delegação dual no Congresso de Berlim.

[150] **Joint Memorandum signed by the Austro-Hungarian and the German Plenipotentiaries outlining the purposes of the Alliance**. Vienna, September 24, 1879. In: PRIBRAM, Albert F. **The Secret Treaties of Austria-Hungary, 1879-1914**. Cambridge: Harvard University Press, 1920, p. 23.

[151] **Treaty of Alliance between Austria-Hungary and Germany**. October 7, 1879. In: PRIBRAM, Albert F. **The Secret Treaties of Austria-Hungary, 1879-1914**. Cambridge: Harvard University Press, 1920, p. 25.

[152] "ARTICLE I. Should, contrary to their hope, and against the loyal desire of the two High Contracting Parties, one of the two Empires be attacked by Russia, the High Contracting Parties are bound to come to the assistance one of the other with the whole war strength of their Empires, and accordingly only to conclude peace together and upon mutual agreement."

se tornar vencedora em um conflito armado. Berlim e Viena, outrora aliados na estrutura da Liga dos Três Imperadores, agora tinham um acordo secreto explicitamente direcionado contra o Czar. A Sérvia, anteriormente uma fiel aliada, ressentia o Tratado de Santo Estevão e a prioridade dada aos búlgaros. O plano da Grande Bulgária foi barrado em Berlim e as terras divididas em duas, com a Rumélia Oriental ainda refém da soberania total otomana. Apenas a restituição da Bessarábia dava consolo aos russos, pouco para um Império que precisou enfrentar meses de um excruciante cerco em Plevna e viu os navios Britânicos barrarem sua entrada às portas da capital otomana.

Após o Congresso, Gorchakov deixou a chancelaria russa e foi substituído por Nikolai Giers[153]. Como evidente, o novo chanceler encontrou uma situação adversa. Giers identificou que o Império Russo se encontrava em situação de extrema fragilidade, para se aventurar em jornadas irredentistas e revisionistas que pudessem colocar São Petersburgo em posição de hostilidade e isolamento em relação às demais potências. Carlson (1959) aponta que a saída estratégica vista como mais viável para o novo chanceler seria a melhora do relacionamento com seu tradicional aliado de Berlim e a possibilidade de estabelecer um período de paz onde São Petersburgo poderia se fortalecer internamente.

Assim, restava ao diplomata convencer os demais agentes envolvidos no processo de tomada de decisões e, obviamente, o ressentido czar a adotar sua linha de ação. Langer (1956) cita uma conferência ministerial em Livadia como o marco decisivo para a decisão de reaproximação. Neste encontro, foi determinado que a melhor forma de conter um possível avanço austro-britânico (os principais antagonistas russos no Congresso) seria com o estabelecimento de laços estreitos com Berlim. Conforme Saburov[154], embaixador no Império Alemão, o problema russo nos Bálcãs era duplo: de um lado, o controle do Mar Negro os colocava em confronto com Londres; por outro, os esforços e a solidariedade eslava contrapunham russos e austríacos.

Contudo, como visto, Berlim detinha um acordo defensivo com o Império Austro-Húngaro orientado contra o Império Russo. Saburov, responsável por dar início às negociações com a Alemanha, foi então informado diretamente por Bismarck da existência

[153] Nikolai de Giers (1820-1895), ocupou o cargo de Ministro das Relações Exteriores do Império Russo entre 1882 e 1895 - sucedendo Gorchakov e precedendo Lobanov-Rostovsky. Anteriormente, era assistente de Gorchakov e Diretor do Departamento Oriental, além de ser casado com a filha de seu antecessor.
[154] Peter Alexandrovich Saburov (1835-1918), ocupou a embaixada russa em Berlim de 1880 a 1884.

e dos termos estabelecidos pela aliança austro-germânica de 1879. Assim sendo, para evitar seu isolamento completo, São Petersburgo se viu mais uma vez "obrigada" a aderir à aliança existente entre Áustria e Alemanha.

Como a Grande Crise do Oriente deixou evidente, nenhum acordo de tal natureza poderia apresentar bases sólidas caso Viena e São Petersburgo não encontrassem um consenso acerca de suas políticas balcânicas – neste sentido, o Congresso de Berlim e a hostilidade russa, nos momentos posteriores a ratificação do tratado, tornariam esta percepção ainda mais clara. Assim sendo, o primeiro passo para um entendimento se referiu a tal.

Gorianov (1918) reporta, então, que um compromisso foi firmado entre Bismarck, Giers e Kalnoky[155] – que, a esta altura ocupava o posto de embaixador em São Petersburgo e, mais tarde, se tornaria o chanceler da monarquia dual após morte de Heymerle em 1881. Bismarck se comprometeu a preservar a paz com o Império Francês. Kalnoky se comprometeu a não expandir o escopo da ação política dos Habsburgos nos Bálcãs, abdicou de intenções imediatas de anexação das províncias ocupadas e consentiu com a unificação das duas Bulgárias caso esta ocorresse por força das circunstâncias. Giers se comprometeu a manter-se neutro no caso de uma nova guerra franco-germânica e, em caso de um novo conflito russo-otomano, a não buscar alterações no *status quo* sem consulta à Berlim e Viena (GORIANOV, 1918; CARLSON, 1959).

Langer (1956) define que os atores envolvidos apresentaram, portanto, os seguintes objetivos ao estabelecerem esta segunda Liga dos Três Imperadores: São Petersburgo desejava segurança no Mar Negro; Viena buscava consolidar sua nova posição como *player* nos Bálcãs e, para tal, impedir ações unilaterais que rompessem com este novo *status quo*; para a Alemanha, a manutenção de um sistema favorável à sua segurança. Assim, em 18 de junho de 1881, foi assinada a aliança. Seu segundo artigo, versando diretamente sobre os Bálcãs, se apresenta da seguinte forma[156]:

> ARTIGO II A Rússia, em acordo com a Alemanha, declara sua firme resolução de respeitar os interesses decorrentes da nova posição assegurada à Áustria-

[155] Gustav Siegmund Kálnoky (1832-1898), serviu por 10 anos como secretário da embaixada austro-húngara em Londres (1860-1870) e posteriormente ocupou e embaixatura em São Petersburgo em 1880. Após a morte de Haymerle, em 1881, foi alçado ao posto de Ministro das Relações Exteriores o ocupando até 1895 – sendo precedido por Goluchowski.

[156] **Convention between Austria-Hungary, the German Empire, and Russia.** Berlin, June 18, 1881. In: PRIBRAM, Albert F. **The Secret Treaties of Austria-Hungary, 1879-1914**. Cambridge: Harvard University Press, 1920, p. 37.

> Hungria pelo Tratado de Berlim. As três cortes, desejosas em evitar qualquer discórdia entre elas, comprometem-se a levar em consideração seus respectivos interesses na Península Balcânica. Prometem ainda, um ao outro, que quaisquer novas modificações no *status quo* territorial da Turquia Europeia apenas podem ser realizadas em virtude de um acordo comum entre eles. (Tradução nossa)[157]

O Artigo VI, do documento, ainda afirmou que a convenção suplantava quaisquer termos do acordo entre as três partes firmado em 1873 – embora, a aliança austro-germânica houvesse, de certa forma, neutralizado os efeitos do primeiro *dreikaiserbund*. Para além do documento do tratado, foi anexado um protocolo secreto, também datado em 18 de junho, e que versa da seguinte forma acerca da Bósnia, Herzegovina e Bulgária[158]:

> I. BÓSNIA E HERZEGOVINA. A Áustria-Hungria reserva-se o direito de anexar essas províncias a qualquer momento que julgue oportuno. [...] IV. BULGÁRIA. As três potências não se oporão à eventual reunião da Bulgária e da Rumélia Oriental dentro dos limites territoriais que lhes são atribuídos pelo Tratado de Berlim, se essa questão surgir pela força das circunstâncias. (Tradução nossa)[159]

Desta forma, o Império Russo mais uma vez apresentava sua concordância com a anexação das províncias eslavas, por parte de Viena. Em contrapartida, São Petersburgo recebeu anuência para a unificação da Bulgária e da Rumélia Oriental em condições favoráveis, fortalecendo seu novo agente tributário na região. É interessante notar, contudo, que na perspectiva dos Habsburgos o Império Russo ainda se apresentava como uma possível ameaça. Esta visão é corroborada em uma declaração ministerial acerca da política a ser adotada pela monarquia dual, em um momento onde o novo *dreikaiserbund* ainda estava em fase de negociações[160]. Neste documento, se torna evidente que o posicionamento estratégico de Viena versa acerca do fortalecimento de seus laços com a Alemanha em oposição a uma possível ameaça de São Petersburgo. Desta forma, qualquer acordo firmado em conjunto com a Rússia não poderia, de forma alguma, suplantar o tratado austro-

---

[157] "ARTICLE II. Russia, in agreement with Germany, declares her firm resolution to respect the interests arising from the new position assured to Austria-Hungary by the Treaty of Berlin. The three Courts, desirous of avoiding all discord between them, engage to take account of their respective interests in the Balkan Peninsula. They further promise one another that any new modifications in the territorial status quo of Turkey in Europe can be accomplished only in virtue of a common agreement between them."

[158] **Separate Protocol on the same date to the Convention of Berlin**. June 18, 1881. In: PRIBRAM, Albert F. **The Secret Treaties of Austria-Hungary, 1879-1914**. Cambridge: Harvard University Press, 1920, p. 43.

[159] I. BOSNIA AND HERZEGOVINA. Austria-Hungary reserves the right to annex these provinces at whatever moment she shall deem opportune. [...] IV. BULGARIA. The three Powers will not oppose the eventual reunion of Bulgaria and Eastern Rumelia within the territorial limits assigned to them by the Treaty of Berlin, if this question should come up by the force of circumstances."

[160] **Ministerial Declaration of Policy in Regard to the Relations of the Austro-German Alliance to the League of Three Emperors**. 1881. In: PRIBRAM, Albert F. **The Secret Treaties of Austria-Hungary, 1879-1914**. Cambridge: Harvard University Press, 1920, p. 33.

germânico de 1879. O documento apresenta o seguinte trecho: "[...] que o potencial Acordo Triplo não pode, em circunstância alguma, prejudicar o Tratado de Aliança, de 7 de outubro de 1879; o último, pelo contrário, permanece vinculativo, como se o primeiro não existisse, e deve ser executado de acordo com o seu conteúdo e as intenções das duas potências promotoras" (Tradução nossa).

Assim, embora a nova aliança ajudasse a romper com o isolamento momentaneamente encontrado após o Congresso, tal qual idealizado por Giers, São Petersburgo ainda se encontrava em uma posição desfavorável. O relacionamento entre Berlim e Viena havia se solidificado após a ira eslava contra o tratado de 1878. Os anos seguintes se configurariam por um extenso avanço da influência política e econômica de Viena e Budapeste nos Bálcãs, enquanto o Império Russo se viu imobilizado e obrigado a adotar uma linha orientada para manutenção do *status quo* de 1878 e definido pelo novo tratado de 1881.

A Projeção de Poder dos Habsburgos nos Bálcãs e os Acordos de Manutenção do *Status Quo* (1881-1903)

Com a ocupação e administração das províncias otomanas, a Áustria-Hungria definitivamente se apresentava como uma potência balcânica. Embora, nominalmente, a Bósnia e Herzegovina ainda estivessem vinculadas a soberania do sultanato, isto não passava de uma ilusão. Como aponta May (1968), os oficiais públicos foram substituídos, a moeda otomana descontinuada, os sistemas métricos alterados e os jovens passaram a ser recrutados para o próprio exército dos Habsburgos. Os resultados da administração de Viena logo proporcionaram um maior desenvolvimento as províncias, colaborando com a penetração econômica austro-húngara na península.

Outro relevante aspecto, que denota a política de expansão do poder da monarquia dual nos Bálcãs, diz respeito à aliança estabelecida entre Viena e Belgrado em 1881. Como visto, o fracasso da Sérvia na guerra empreendida contra os Otomanos em 1876 abalou a relação entre o principado e São Petersburgo. O Império Russo assistiu com desprazer e viu seu orgulho abalado quando seu aliado sucumbiu perante a Sublime Porta, com voluntários e um oficial czarista comandando suas tropas.

Com isso, Gorchakov e Ignatiev passaram a atuar de forma a mudar o eixo estratégico de São Petersburgo para a Bulgária – como evidenciado no Acordo de

Reichstadt, na Convenção de Budapeste e materializado no Tratado Preliminar de Santo Estevão. O resultado de tal reorientação foi o distanciamento de Belgrado nas relações com o Império. Pior ainda, o principado viu terras cujas ambições nacionais proclamavam sua posse para Belgrado serem destinadas ao novo Estado Búlgaro, conforme os termos idealizados por Ignatiev. A Rússia, portanto, não apenas havia abandonado a causa do principado, mas agia em detrimento desta ao favorecer seu novo aliado na península.

Fragilizado pela derrota de 1876 e pelo distanciamento de São Petersburgo, coube ao príncipe Milan recorrer ao auxílio de Viena. Os delegados austro-húngaros já haviam se posicionado favoráveis à Sérvia em alguns momentos do Congresso – embora, na maior parte dos casos, a finalidade tenha sido enfraquecer a Grande Bulgária em assuntos que tocavam as partes. Assim, embora obviamente não pudesse contar com o auxílio da monarquia dual no sonho de obter as duas províncias, Belgrado poderia utilizar o apoio concedido por Viena para compensações em outras áreas limítrofes – não obstante, enquanto as províncias detivessem apenas o status de ocupadas e não anexadas, ainda existia a mínima possibilidade de reversão do cenário.

Áustria-Hungria e Sérvia, portanto, concluíram em 18 de Junho de 1881 – apenas dois dias após a conclusão do *dreikaiserbund* – sua aliança[161]. Seus três artigos mais relevantes, incluindo aqueles que tocam na questão da atuação sérvia nas províncias ocupadas, são os seguintes:

> ARTIGO II. A Sérvia não tolerará intrigas políticas, religiosas ou outras que, tomando seu território como ponto de partida, possam ser dirigidas contra a Monarquia Austro-Húngara, incluindo a Bósnia, Herzegovina e o Sanjak de Novibazar. [...] ARTIGO IV. A Áustria-Hungria usará sua influência com os outros gabinetes europeus para defender os interesses da Sérvia. Sem um entendimento prévio com a Áustria-Hungria, a Sérvia não negociará nem concluirá nenhum tratado político com outro governo e não admitirá em seu território uma força armada estrangeira, regular ou irregular, mesmo como voluntária. [...] ARTIGO VII. Se, como resultado de uma combinação de circunstâncias cujo desenvolvimento não está previsto atualmente, a Sérvia esteja em posição de fazer aquisições territoriais na direção de suas fronteiras do sul (com exceção do Sanjak de Novibazar), Áustria-Hungria não se oporá a isso e usará sua influência com os outros Poderes com o objetivo de conquistar uma atitude favorável à Sérvia. (Tradução nossa)[162]

[161] **Treaty of Alliance Between Austria-Hungary and Serbia**. Belgrade, June 28, 1881. In: PRIBRAM, Albert F. **The Secret Treaties of Austria-Hungary, 1879-1914**. Cambridge: Harvard University Press, 1920, p. 51.

[162] "ARTICLE II. Serbia will not tolerate political, religious, or other intrigues, which, taking her territory as a point of departure, might be directed against the Austro-Hungarian Monarchy, including therein Bosnia, Herzegovina, and the Sanjak of Novibazar. [...] ARTICLE IV. Austria-Hungary will use her influence with the other European Cabinets to second the interests of Serbia. Without a previous understanding with Austria-

O Tratado foi ratificado definitivamente após uma declaração do próprio príncipe Milan[163], de que executaria seus termos em integralidade[164]. A aliança austro-sérvia foi um imponente marco desta nova etapa de projeção de poder da monarquia dual nos Bálcãs. O acordo basicamente transformou Belgrado em um protetorado dependente de Viena. A Sérvia sequer teria o direito de agir de maneira autônoma em suas relações com outros atores, já que qualquer tratado deveria ser aprovado pela monarquia dual. Além disso, Kalnoky obteve a garantia de que cessariam as instigações a rebelião causadas por agentes sérvios – ajudando no projeto de consolidação da posse da Bósnia e Herzegovina, para sua posterior anexação. Em troca, Belgrado teria o apoio da Áustria-Hungria em um suposto cenário onde fosse possível obter alguma aquisição territorial na direção oposta ao núcleo de Viena.

Outros dois momentos são interessantes para reforçar a perspectiva de que Viena passa a canalizar seus esforços e interações com as demais potências visando o objetivo de consolidar o *status quo* de 1878: O Acordo do Mediterrâneo e o tratado assinado de forma separada entre Áustria-Hungria e Itália, anexo à primeira renovação da Tríplice Aliança, ambos em 1887.

A renovação da Tríplice Aliança – firmada em 1882, entre Áustria-Hungria, Itália e Alemanha – foi o primeiro elemento da agenda de 1887 que denota a busca pela consolidação do *status quo* de 1878. Nesta altura, o império Habsburgo e o reino italiano firmaram um acordo separado, cujo primeiro artigo versa da seguinte forma[165]:

> ARTIGO I. As Altas Partes Contratantes, tendo apenas em mente a manutenção, na medida do possível, do *status quo* territorial no Oriente, comprometem-se a usar sua influência para impedir qualquer modificação territorial que possa ser prejudicial a um ou outro dos Poderes signatários do presente Tratado. Eles devem comunicar entre si todas as informações desta natureza para esclarecer-se mutuamente sobre suas próprias disposições, bem como as de outras Potências.

Hungary, Serbia will neither negotiate nor conclude any political treaty with another Government, and will not admit to her territory a foreign armed force, regular or irregular, even as volunteers. [...] ARTICLE VII. If, as a result of a combination of circumstances whose development is not to be foreseen at present, Serbia were in a position to make territorial acquisitions in the direction of her southern frontiers (with the exception of the Sanjak of Novibazar), Austria-Hungary will not oppose herself thereto, and will use her influence with the other Powers for the purpose of winning them over to an attitude favorable to Serbia."

[163] Milan Obrenović (1854-1901), foi o monarca sérvio de 1868 a 1889.

[164] **Personal declaration of Prince Milan that he would carry out the Treaty without restrictions.** In: PRIBRAM, Albert F. **The Secret Treaties of Austria-Hungary, 1879-1914**. Cambridge: Harvard University Press, 1920, p. 57.

[165] **Separate Treaty between Austria-Hungary and Italy. Berlin**, February 20, 1887. In: PRIBRAM, Albert F. **The Secret Treaties of Austria-Hungary, 1879-1914**. Cambridge: Harvard University Press, 1920, p. 107.

> No entanto, se, no decorrer dos eventos, a manutenção do *status quo* nas regiões dos Balcãs ou das costas e ilhas otomanas no Adriático e no Mar Egeu se tornar impossível, e se, por consequência da ação de uma terceira potência ou de outro modo, a Áustria-Hungria ou a Itália devem encontrar-se sob a necessidade de modificá-la por uma ocupação temporária ou permanente da sua parte; essa ocupação ocorrerá somente após um acordo prévio entre as duas potências acima mencionadas, com base no princípio de compensação recíproca por todas as vantagens, territoriais ou outras, que cada uma delas possa obter além do presente *status quo*, e que satisfaça os interesses e reivindicações bem fundamentadas das duas partes. (Tradução nossa)[166]

O Acordo do Mediterrâneo foi firmado, inicialmente, entre o Império Britânico e a Itália em 12 de fevereiro[167]. Em seus termos, preconizou que "o *status quo* no Mediterrâneo, bem como no Adriático, no Mar Egeu e no Mar Negro deve ser mantido o máximo possível. Deve-se atentar para vigiar e, se necessário, impedir qualquer mudança que, sob a forma de anexação, ocupação, protetorado ou qualquer outra maneira, afete a situação atual em detrimento das duas Potências" (tradução nossa)[168]. Posteriormente, Viena aderiu ao acordo, apresentando a seguinte declaração no dia 24 de março[169]:

> Embora as questões do Mediterrâneo, em geral, não afetem os interesses primários da Áustria-Hungria, meu governo tem a convicção de que a Inglaterra e a Áustria-Hungria têm os mesmos interesses no que diz respeito à questão oriental como um todo e, portanto, a mesma necessidade de manter o *status quo* no Oriente, na medida do possível, de impedir o engrandecimento de uma potência em detrimento de outras e, consequentemente, de agir em conjunto para garantir esses princípios fundamentais. (Tradução nossa)[170]

---

[166] "ARTICLE I. The High Contracting Parties, having hi mind only the maintenance, so far as possible, of the territorial status quo in the Orient, engage to use their influence to forestall any territorial modification which might be injurious to one or the other of the Powers signatory to the present Treaty. They shall communicate to one another all information of a nature to enlighten each other mutually concerning their own dispositions, as well as those of other Powers. However, if, in the course of events, the maintenance of the status quo hi the regions of the Balkans or of the Ottoman coasts and islands hi the Adriatic and in the Aegean Sea should become impossible, and if, whether hi consequence of the action of a third Power or otherwise, Austria-Hungary or Italy should find themselves under the necessity of modifying it by a temporary or permanent occupation on their part, this occupation shall take place only after a previous agreement between the two Powers aforesaid, based upon the principle of a reciprocal compensation for every advantage, territorial or other, which each of them might obtain beyond the present status quo, and giving satisfaction to the interests and well founded claims of the two Parties."

[167] **Italian Note to the British Government in regard to a Mediterranean Agreement**. London, February 12, 1887. In: PRIBRAM, Albert F. **The Secret Treaties of Austria-Hungary, 1879-1914**. Cambridge: Harvard University Press, 1920, p. 95.

[168] "The status quo in the Mediterranean as well as in the Adriatic, the Aegean Sea, and the Black Sea shall be maintained so far as possible. Care must be taken in consequence to watch, and, if need be, to prevent any change, which, under form of annexation, occupation, protectorate, or in any other manner whatsoever, would affect the present situation to the detriment of the two Powers."

[169] **Accession of Austria-Hungary to the Agreement**. London, March 24, 1887. In: PRIBRAM, Albert F. **The Secret Treaties of Austria-Hungary, 1879-1914**. Cambridge: Harvard University Press, 1920, p. 99.

[170] "Although the questions of the Mediterranean in general do not primarily affect the interests of Austria-Hungary, my Government has the conviction that England and Austria-Hungary have the same interests so far as concerns the Eastern Question as a whole, and therefore the same need of maintaining the status quo in the Orient, so far as possible, of preventing the aggrandizement of one Power to the detriment of others, and consequently of acting in concert in order to insure these cardinal principles of their policy"

O Acordo do Mediterrâneo também recebeu a adesão da Espanha, em 4 de maio. Nestes dois instrumentos, torna-se latente a preocupação de Viena em estabelecer mecanismos que garantiam a posição estabelecida por Andrassy em 1878. Em conjunto com o próprio *dreikaiserbund*, a diplomacia austro-húngara criou sua própria rede de tratados e estruturas que sustentavam sua nova posição nos Bálcãs e buscavam conter um possível revisionismo russo. Contudo, como exposto por Korff (1902), o relacionamento entre São Petersburgo e Viena passou por melhoras a partir da década de 90 do século XIX.

Conforme a análise apresentada pelo autor, dois motivos proporcionaram este arrefecimento nas relações entre Viena e São Petersburgo: primeiramente, o movimento pan-eslavo havia perdido seu ímpeto após o fracasso promovido pelo Congresso de Berlim e a consequente reaproximação com as coroas germânicas promovidas por Giers. Além disso, como bem aponta Korff, o Império Russo entrava em uma fase de reorientação da sua política externa – buscando uma maior projeção de poder no Extremo Oriente. Neste sentido, São Petersburgo buscava "assegurar sua retaguarda" congelando a situação na península, enquanto se aventurava na Ásia. Em 1896, Francisco José visitou a capital czarista e deu os primeiros passos para uma reaproximação (KORFF, 1902).

O primeiro ato concreto dessa relação se deu com o estabelecimento do acordo austro-russo de 1897, firmado no dia 8 de maio. Os seguintes termos do tratado versam diretamente sobre a questão das províncias e as diretrizes orientadas para manutenção do *status quo*[171]:

> 1. Ficou acordado que, caso a manutenção do atual *status quo* se torne impossível, a Áustria-Hungria e a Rússia descartam antecipadamente qualquer idéia de conquista na Península Balcânica e decidem fazer com que esse princípio seja respeitado por todas as outras potências que possam manifestar ambições no território acima mencionado. […] 3. Por outro lado, o estabelecimento de uma nova ordem de coisas na Península Balcânica, fora da questão de Constantinopla e dos Estreitos, caso ocorra, daria origem a uma estipulação especial entre a Áustria-Hungria e a Rússia, que, estando principalmente interessados na solução desta questão, se declaram dispostos a agir de comum acordo, fixando a partir de agora as bases de seu entendimento, a saber: a) As vantagens territoriais, concedidas à Áustria-Hungria pelo Tratado de Berlim, permanecem. Em conseqüência, a posse da Bósnia, da Herzegovina e do Sanjak de Novibazar não pode ser objeto de qualquer discussão, o governo de Sua Majestade Apostólica Imperial e Real se reserva o direito de substituir, quando chegar o momento, o status de ocupação e pelo direito de guarnecer o de anexação. b) A parte

[171]**Despatch from the Austrian Government to the Ambassador in St. Petersburg containing the Agreement reached between Austria-Hungary and Russia in regard to Balkan affairs**. Vienna, May 8, 1897. In: PRIBRAM, Albert F. **The Secret Treaties of Austria-Hungary, 1879-1914**. Cambridge: Harvard University Press, 1920, p. 185.

> compreendida entre Janina ao sul e o lago de Scutari ao norte, com extensão suficiente no lado leste, formará um estado independente sob o nome do principado da Albânia, com exclusão de todo domínio estrangeiro. c) O restante do território será objeto de uma partição eqüitativa entre os s pequenos Estados balcânicos existentes, uma partição sobre a qual a Áustria-Hungria e a Rússia se reservam o direito de serem ouvidas em tempo útil. (Tradução nossa)[172]

O Império Russo confirmou sua adesão aos termos do acordo em nota oficial emitida pelo governo ao embaixador austro-húngaro no dia 17 de maio[173]. O Acordo de 1897, portanto, mais uma vez reafirmou os direitos de Viena em proceder com a anexação das províncias, da mesma forma que os termos previstos no *dreikaiserbund* em 1881. Assim sendo, o documento é mais um onde São Petersburgo, de certa forma, cede as províncias – e, por consequência, seu próprio relacionamento com os principados eslavos da Sérvia e Montenegro – em troca de um apaziguamento e diminuição de seu isolamento na península.

Como assinala Korff, um último esforço nesse período se refere ao Acordo de Mursteg, já em 1903. Neste documento, Viena e São Petersburgo delimitam uma ação comum para apaziguamento da situação na Macedônia – que havia se tornado um verdadeiro campo de batalha irredentista para sérvios, búlgaros e gregos.

O período de 1881 a 1903, portanto, é marcado por um avanço e posterior entrincheiramento da posição austro-húngara nos Bálcãs. Em tal período, a monarquia dual foi capaz de eclipsar a atuação de São Petersburgo através do uso de sua nova posição

---

[172] "1. It was agreed that, in case the maintenance of the present status quo becomes impossible, Austria-Hungary and Russia discard in advance all idea of conquest in the Balkan Peninsula, and that they are decided to make this principle respected by every other Power which might manifest designs on the abovementioned territory. […] 3. On the other hand, the establishment of a new order of things in the Balkan Peninsula, outside Constantinople and the Straits, would, in case it should occur, give rise to a special stipulation between Austria-Hungary and Russia, who, being chiefly interested in the settlement of this question, declare themselves disposed to act in common accord in fixing henceforth the bases of their understanding, to wit: a) The territorial advantages, accorded to Austria-Hungary by the Treaty of Berlin, are and remain acquired by her. In consequence, the possession of Bosnia, of Herzegovina, and of the Sanjak of Novibazar may not be made the object of any discussion whatsoever, the Government of His Imperial and Royal Apostolic Majesty reserving to itself the right of substituting, when the moment arrives, for the present status of occupation and of right of garrisoning that of annexation. b) The part comprised between Janina to the south and the Lake of Scutari to the north, with a sufficient extension on the east side, shall form an independent state under the name of the principality of Albania, to the exclusion of every foreign domination. c) The rest of the territory to be disposed of shall be the object of an equitable partition between the different small existing Balkan States, a partition on the subject of which AustriaHungary and Russia reserve the right of being heard in good time."

[173] **Note of the Russian Government to the Austrian Ambassador in St. Petersburg in regard to the Balkan Agreement**. St. Petersburg, 17th may, 1897. In: PRIBRAM, Albert F. **The Secret Treaties of Austria-Hungary, 1879-1914**. Cambridge: Harvard University Press, 1920, p. 191.

estabelecida pelo Tratado de Berlim. Kalnoky habilmente assegura a posição de Belgrado como um satélite austríaco, com a aliança de 1881, concretizando a ambição que Andrassy havia iniciado ao oferecer a posse das províncias eslavas ao principado durante a década de 60 do século XIX. Posteriormente, Viena buscou garantir esta nova posição de predominância político-econômica através de acordos como a aliança austro-germânica, o próprio dreikaiserbund de 1881, o Acordo do Mediterrâneo e o protocolo adicional, firmado junto a Itália, à Tríplice Aliança em 1887.

A partir de 1903, como veremos no capítulo seguinte, os Bálcãs voltam a ser afetados por turbulências. Um golpe alça em Belgrado uma nova dinastia, favorável aos interesses czaristas. As mudanças no equilíbrio de poder acabariam por deflagrar o processo de anexação definitiva das províncias eslavas, mais uma vez premeditando abalos nas relações austro-russas e o temor de uma crise beligerante.

Capítulo 4 – As Turbulências no Status Quo e a Crise de Anexação da Bósnia e Herzegovina (1903-1909)

O presente capítulo se debruça diretamente sobre o objeto central da pesquisa, a crise de anexação das províncias da Bósnia e Herzegovina. Neste sentido, o objetivo desta etapa complementar se refere a utilizar o arcabouço construído ao longo dos três capítulos anteriores, com o fim de responder a pergunta-problema que norteou o trabalho: por que o Império Russo se opôs ao movimento de Viena e buscou compensações para a Sérvia, mesmo outrora tendo consentido com a possibilidade de incorporação das províncias a soberania dos Habsburgos – como, por exemplo, durante os acordos da Liga dos Três Imperadores e outros instrumentos diplomáticos apresentados no capítulo anterior. Além disso, por que o Império Russo fracassa em sua proposta de realizar uma conferência diplomática referente ao tema?

Partindo de tais questionamentos, o capítulo se divide em duas grandes partes:

Primeiramente, buscaremos expor de que forma os desdobramentos ocorridos entre 1903 e 1908 alteram de forma sutil, porém decisiva, a balança de poder estabelecida nos Bálcãs com o Tratado de Berlim, em 1878. Assim sendo, tal seção apresentará os tensionamentos ocorridos entre Belgrado e Viena após 1903 – quando um golpe subverte a dinastia vigente no reino eslavo, substituindo-a por outra favorável aos interesses russos – de forma a se compreender como este episódio desencadeou uma série de eventos que recapturam a atenção de São Petersburgo para os Bálcãs, após seu distanciamento e aventuras no Extremo Oriente. Além disso, será exposto de que forma o Império Habsburgo passou a adotar uma política mais agressiva de projeção de poder econômico na península, especialmente sob a égide do chanceler Aerenthal.

Por fim, a seção derradeira se debruça sobre as etapas da crise de anexação. Desta forma, serão apresentados de que forma os movimentos e o tensionamentos existente entre Aerenthal e Izvolsky são essenciais para se compreender a postura de ambos durante a crise. Neste sentido, a primeira etapa diz respeito a uma análise da administração austro-húngara nas províncias e a importância destas para o emergente nacionalismo sérvio – um fator essencial para se compreender o motivo de Belgrado interpretar a anexação destes territórios como um golpe fatal a sua existência, incitando uma postura mais solidária de São Petersburgo durante o processo. Por fim, busca-se identificar durante as etapas da crise

de que forma o Império Russo se encontrou em um momento singular de isolamento – mesmo com a tríplice entente formalizada, após a concretização da aliança anglo-russa – que inviabiliza a execução dos planos desenvolvidos por Izvolsky e expõe a posição hegemônica alcançada por Viena nos Bálcãs.

Desta forma, esta etapa derradeira da pesquisa busca aplicar os princípios construídos ao longo da narrativa para reconstrução e análise da sucessão de eventos que culminaram na vitória diplomática austro-húngara – para, assim, obter insumos para responder ao problema de pesquisa inicialmente apresentado.

A transição de poder em Belgrado e os desdobramentos balcânicos pré-anexação (1903-1908)

Esta seção apresenta como objetivo a exposição dos acontecimentos anteriores à anexação das províncias e expor de que forma estes episódios influenciaram o processo de ruptura com o *status quo* estabelecido em 1878 – consolidado com a anexação e a independência búlgara.

O primeiro destes episódios se refere a troca de dinastia em Belgrado e seu processo de emancipação econômica em relação à Áustria-Hungria – rompendo, portanto, com o estado de quase vassalagem estabelecido pelo acordo firmado em 1881.

Posteriormente, será contemplado o processo das tentativas de implementação de reformas judiciais no território europeu do Império Otomano. Como veremos, este esforço das potências sofreu um duro revés quando, em 1908, Aerenthal anunciou ter obtido a concessão para construção de uma ferrovia através da região de Novi Pazar – supostamente, em troca de cessar a pressão de Viena pelas reformas na Macedônia.

A Ascensão dos Karageorgevich e os Enfrentamentos Austro-Sérvios

O declínio da influência austro-húngara na Sérvia se inicia no reino de Alexandre I – sucessor de Milan I, responsável pelo acordo que submeteu totalmente Belgrado em relação à monarquia dual. Alexandre assumiu o trono de Belgrado em 1890, após a renúncia de Milan. De 1890 a 1893, o governo sérvio foi exercido por uma regência – em função do soberano ainda não ter atingido sua maioridade constitucional. Contudo, aos 17 anos, o último monarca da dinastia Obrenovich executou o golpe que o colocou em pleno exercício de seus poderes reais.

Miljojevic (1993) revela que o golpe contra a regência, orquestrado pelo novo monarca, se apresentaria como uma tendência de seu regime. Conforme o autor, no âmbito da democracia parlamentar sérvia, 16 gabinetes distintos foram montados em apenas 10 anos de reinado. Assim sendo, é possível concluir que o período do governo de Alexandre é marcado por uma crescente instabilidade interna no reino eslavo. Ao longo de seu reinado, o monarca teve diversos embates com o Partido Radical – até então, a principal força política em Belgrado – e buscou manter a *skupshtina*[174]sobre seu controle. Este posicionamento pode ser visto desde o princípio de seu reino, quando o monarca revogou a constituição liberal de 1889 e restabeleceu outra, promulgada em 1869, que o conferia amplos poderes. Em 1903, conforme apresentado por Temperley (1919), Alexandre orquestrou seu último golpe – recorrendo aos radicais, outrora seus grandes inimigos, como forma de sustentar seu poder.

Contudo, embora o regime do último Obrenovich tenha sido politicamente marcado pela rivalidade com o partido radical e as instabilidades oriundas das constantes trocas de gabinete, pode-se afirmar que o principal motivo para a derrocada da dinastia se relaciona as decisões pessoais do monarca. Ao longo de seu reinado, Alexandre foi capaz de estabelecer uma sutil aproximação com São Petersburgo – que havia sofrido uma dura redução de sua influência em Belgrado, após a reorientação de política externa apresentada no capítulo anterior, favorecendo os interesses Búlgaros em Santo Estevão. Através da manutenção dos laços de subserviência com Viena e este tímido relacionamento com a coroa russa, Alexandre era capaz de sustentar sua posição interna.

Um grande ponto de inflexão se deu em 1900, com a decisão do monarca em se casar com Draga Masin – uma viúva, que anteriormente cumpria o papel de acompanhante da corte de sua mãe. Ao tomar a decisão de escolher uma esposa vista como "não-qualificada" para a posição, Alexandre desencadeou uma nova onda de instabilidades e contestação ao seu reinado. As desconfianças acerca da nova rainha emanavam de todos os lados. Milivojevic (1955, p. 39), por exemplo, relata que Mijatovic – aliado político de seu pai, Milan – ventilava ideias conspiracionistas de que Draga era uma agente a serviço de São Petersburgo, baseado em um suposto encontro entre ela e Izvolsky no ano de 1897, quando a futura esposa de Alexandre teria se colocado "à disposição da causa russa". O objetivo, segundo o político, seria criar um distanciamento entre Alexandre e Milan,

[174] Nome dado ao parlamento sérvio.

propiciando a oportunidade de que São Petersburgo recuperasse sua influência nas terras eslavas.

Entretanto, embora Alexandre estivesse se aproximando diplomaticamente de São Petersburgo em proporções muito maiores que seu pai, a primeira consequência externa negativa de seu conturbado casamento se daria justamente com o Império Russo. Desde sua confirmação como esposa do monarca, uma das principais suspeitas em relação à escolha se referia a sua fertilidade. Alexandre não tinha filhos e, consequentemente, um casamento incapaz de gerar herdeiros significaria o fim da dinastia Obrenovich – não obstante, tal situação gerou o boato de que o plano de Draga era convencer Alexandre de que o próprio irmão da rainha deveria ser apontado como herdeiro do trono em Belgrado. Ainda em 1900, estes problemas aparentaram estar resolvidos. O casal real anunciou a gravidez de Draga e, ainda mais importante, o próprio Czar aceitou ser o padrinho do futuro herdeiro da dinastia – um grande gesto, que se assemelhava ao já realizado pelo imperador russo ao também apadrinhar o herdeiro do trono búlgaro, na reaproximação entre estes.

Em abril de 1901, nas vésperas da data prevista para o nascimento, o casal recebeu a visita de uma equipe de agentes médicos russos. Como Rajic (2012) expõe, após os exames de rotina para acompanhamento da gestação, foi constatado que não havia qualquer indício de gravidez. A farsa de Draga não apenas consolidava, na opinião pública de seu país, a visão de que a rainha exercia influências negativas e ambiciosas na corte. Para além, os esforços de Alexandre em obter um relacionamento mais favorável com São Petersburgo – que, como apontado, era um elemento importante para sua sustentação interna em um contexto de instabilidade acentuada – acabaram por ruir, após o constrangimento do imperador de uma grande potência ter aceito ser o padrinho de um herdeiro inexistente.

Após 1901, as bases políticas de Alexandre foram dilapidadas. Não à toa, seu último movimento de desespero foi recorrer, em 1903, a um golpe que alçava os Radicais ao poder – um partido que, outrora, o monarca havia considerado um obstáculo à sua governabilidade e relegado a ilegalidade. Ainda neste ano, no dia 11 de junho, um grupo de oficiais invadiu o palácio na madrugada. Alexandre, Draga e todos os membros da família real foram assassinados. Era o fim da dinastia Obrenovich.

A ruína da imagem de Alexandre se torna ainda mais perceptível ao analisar a reação da população sérvia ao que foi, no mínimo, um ato de extrema violência contra seu

monarca. Conforme Vuich (1997), os regicidas foram até mesmo considerados libertadores da nação. A perspectiva do autor é corroborada em comunicação enviada por Francis Plunkett[175] para o Marquês de Lansdowne[176], acerca da reação do governo austro-húngaro ainda no dia dos acontecimentos[177]:

> Com referência ao meu telegrama imediatamente anterior, acabei de conversar com o Subsecretário de Estado das Relações Exteriores. Parece que, até agora, os atos terríveis em Belgrado foram aceitos com calma pela população sérvia. O Ministério das Relações Exteriores austro-húngaro acredita que os assassinatos foram resultado de uma conspiração militar sérvia e não têm nenhuma conexão com o movimento macedônio. No momento, não parece haver razão para antecipar que a mudança em Belgrado precise causar quaisquer complicações entre os governos austro-húngaro e russo, e concluo que a escolha de Karageorgevich como rei não é vista com desfavor aqui. (Tradução nossa)[178]

Como adiantado no excerto, Viena reagiu com tranquilidade frente os acontecimentos em Belgrado. Em relato datado do dia 12 de junho[179], um dia após a morte de Alexandre, Plunkett afirmou que Goluchowski[180] havia dado garantias de que o golpe não traria problemas para as relações austro-russas e, até mesmo, viu com bons olhos a nomeação de Peter Karageorgevich[181]. No dia 15 de junho, o Marquês de Lansdowne foi informado por Viena de que a monarquia dual manteria seus representantes em Belgrado, além de reconhecer imediatamente o estabelecimento de qualquer governo provisório[182]. Por fim, no dia 17, Mensdorff informou ao governo britânico que a prioridade dos

---

[175] Francis Richard Plunkett (1835-1907), foi o embaixador britânico em Viena de 1900 a 1905.

[176] Henry Petty-Fitzmaurice (1845-1927), 5º Marquês de Lansdowne. Foi o Secretário de Estado da Guerra de 1895 a 1900 e Secretário de Estado das Relações Exteriores britânico de 1900 a 1905.

[177] **Sir F. Plunkett to the Marquess of Lansdowne**. Vienna, June 11, 1903. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 126.

[178] "With reference to my immediately preceding telegram, I have just had a conversation with Under Secretary of State for Foreign Affairs. It appears that so far dreadful deed in Belgrade has been accepted with calm by the Servian population. Austro-Hungarian Foreign Office believe that murders were result of a Servian military conspiracy and have no connection with Macedonian movement. As yet there seems no reason to anticipate that the change at Belgrade need cause any complications between Austro-Hungarian and Russian Governments, and I gather that selection of Karageorgevich as King is not viewed with disfavour here."

[179] **Sir F. Plunkett to the Marquess of Lansdowne**. Vienna, June 12, 1903. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 126.

[180] Agenor Maria Goluchowski (1849-1921), foi o Ministro das Relações Exteriores da Áustria-Hungria de 1895 a 1906 – sucedendo Gustav Kalnoky e precedendo Alexa Aerenthal.

[181] Peter I Karageorgevich (1844-1921), foi o Rei da Sérvia de 1903 a 1918 e Rei da Iugoslávia de 1918 a 1921.

[182] **The Marquess of Lansdowne to Sir G. Bonham**. Foreign Office, June 15, 1903. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 128.

Habsburgos residia na manutenção de um cenário de estabilidade no reino eslavo, portanto, Peter seria imediatamente reconhecido como novo monarca[183].

Assim sendo, Peter I ascendeu ao trono sérvio e restaurou a dinastia que havia sido interrompida em 1858. O novo monarca, como expõe Milivojevic (1959), era um contraste em relação a seus antecessores da dinastia Obrenovich. Peter havia, aos 24 anos, completado traduções das obras de John Stuart Mill e, por mais de uma vez, declarou seu compromisso com os princípios do liberalismo político. Contudo, a faceta moderna e ocidental do rei sérvio era complementada por uma propensão muito maior a colaboração com São Petersburgo para o fortalecimento da unidade eslava, em detrimento a postura subserviente adotada em relação à Áustria-Hungria desde 1878.

Peter havia lutado na Insurreição Bósnia de 1875, sob o pseudônimo de Peter Mrkonjic. Grande parte de seu exílio, durante o reinado de seus rivais, foi passado na Rússia. Seu casamento com uma das princesas de Montenegro incitava uma possível proximidade entre as cortes eslavas independentes. Por fim, seu irmão havia servido como oficial no exército czarista (FAY, 1930).

Os traços nacionalistas do novo rei certamente não eram desconhecidos em Viena. Por que, então, a monarquia dual consentiu tão facilmente e, até mesmo, apoiou a ascensão do novo monarca? O fato é que, mesmo que Peter desejasse romper com os laços de dominação dos Habsburgos, o poder econômico exercido por seu vizinho era demasiado forte para qualquer ação de curto-prazo. O acordo assinado por Milan, em 1881, submeteu Belgrado ao papel de satélite econômico de Viena. Embora Karageorgevich representasse uma potencial ameaça, é possível inferir que Goluchowski acreditava que a dependência econômica sérvia era instrumento suficiente para controlar quaisquer impulsos "rebeldes" de seu quase vassalo.

Conforme dados apresentados por Lorscheider (1976, p. 131), em 1904 a Áustria-Hungria absorveu 89% das exportações sérvias e foi origem de 60% dos produtos importados por Belgrado. Desta forma, uma possível retaliação exercida por meio de elevação de tarifas ou fechamento das fronteiras aos produtos sérvios poderia causar um colapso na frágil economia do reino eslavo.

---

[183]**The Marquess of Lansdowne to Sir F. Plunkett**. Foreign Office, June 17, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 130.

Neste mesmo ano, iniciaram-se os movimentos de Belgrado para reduzir a hegemonia de Viena em seu mercado. A *skuptshina* eleita com a nova constituição alçou, mais uma vez, o Partido Radical ao poder – com o slogan "Os Bálcãs para o povo balcânico". Milivojevic (1959) interpreta a política econômica oriunda de tal programa como uma iniciativa orientada para o estabelecimento de acordos alfandegários com os demais estados independentes da península. O primeiro alvo de tal aproximação foi a Bulgária.

Em 31 de março de 1904, a Sérvia e a Bulgária celebraram o Tratado de Sofia. O documento tratava em seus primeiros artigos[184]:

> I. Permitir a livre importação de seus respectivos produtos (de origem nacional), ao mesmo tempo em que busca conduzir políticas aduaneiras semelhantes em relação aos demais estados, visando uma eventual união aduaneira (*Zollverein*); II. Facilitar o intercâmbio e trânsito mútuo de seus produtos, reduzindo as taxas de frete e passagens correspondentes; III. Equalizar suas taxas telegráficas e postais com suas tarifas internas e introduzir o alfabeto cirílico em sua comunicação telegráfica; IV. Abolir seus passaportes de fronteira e remover todos os outros obstáculos à livre comunicação entre seus povos; V. Concluir uma convenção judicial para a execução mútua de decisões de direito civil, bem como extradição de criminosos de acordo com a lei comum (*du droit commun*) e de desertores; VI Concluir uma convenção monetária para o estabelecimento da livre circulação de dinheiro sérvio e búlgaro em seus estados, e assim facilitar as relações comerciais. (Tradução nossa)[185]

O acordo firmado entre os estados independentes foi, em um primeiro momento, secreto. Apenas em 1905, a monarquia dual teve conhecimento do projeto de integração entre Belgrado e Sofia – quando os búlgaros, sem aviso prévio, submeteram o tratado para ratificação em seu parlamento. Viena, naturalmente, enxergou com desgosto o acordo entre os estados balcânicos e passou a utilizar seu poder econômico para reafirmar sua posição de controle e influência na Sérvia.

---

[184]**Treaty of Friendship between the Principality of Bulgaria and the Kingdom of Serbia**. In: MERJANSKI, Kiril V. **The Secret Serbian-Bulgarian Treaty of Alliance of 1904 and the Russian Policy in the Balkans Before the Bosnian Crisis**. 102f. Dissertação (Mestrado em História) – Dayton: Wright State University, 2007. p. 87.

[185] "I. To permit the free importation of their respective products (of domestic origin), at the same time attempting to conduct similar customs policies with respect to other states, aiming at an eventual customs union (Zollverein); II. To facilitate the mutual exchange and transit of their products by reducing the corresponding freight and passengers rates; III. To equalize their telegraph and postal rates with their internal rates and to introduce the Cyrillic alphabet into their telegraphic communication; IV. To abolish their frontier passports, and to remove all other hindrances to free communication between their peoples; V. To conclude a judicial convention for the mutual execution of decisions under civil law as well as for the extradition of criminals according to common law (du droit commun), and of deserters; VI. To conclude a monetary convention for the establishment of the free circulation of Serbian and Bulgarian money in their states, and thus to facilitate commercial relations"

A monarquia dual rompeu as negociações para renovação do acordo de tarifas entre a Sérvia e a Áustria-Hungria. Posteriormente, já em janeiro de 1906, fechou suas fronteiras aos produtos sérvios. Conforme dados de Vuic (1997, p. 42), entre 1905 e 1906 as exportações sérvias para os Habsburgos já haviam caído em 34 milhões de dinares e as importações em 11 milhões. A problemática da possível emancipação econômica de Belgrado apresentou, para a monarquia dual, uma relação intima com outra questão: o controle sobre o fornecimento de armamentos para o exército do reino eslavo – que, conforme Temperley (1919), se encontrava em fase de reorganização durante o início do reinado de Peter I.

Em 1905, a Sérvia se preparava para realizar uma nova compra de armamentos e munições. Em tal ocasião, os planos de Belgrado eram o de executar a aquisição de produtos franceses – em detrimento dos armamentos fabricados na Áustria-Hungria. Durante a crise alfandegária, o governo de Viena passou a atrelar as duas questões e exigir que as armas fossem adquiridas de sua fábrica em Skoda. Tal qual afirma Stavrianos (1958), a justificativa sérvia era de que as armas não atendiam os requisitos procurados, além do óbvio temor de uma potência vizinha e hostil ter conhecimento dos equipamentos a disposição de suas forças armadas.

No dia 16 de março de 1906, a Áustria-Hungria ofereceu um acordo onde os dois Estados concederiam mutuamente a cláusula de nação mais-favorecida. Contudo, Viena estabeleceu a condição de que todos os armamentos e suprimentos do exército sérvio deveriam ser adquiridos em Skoda. A oferta foi recusada por Belgrado. Posteriormente, o gabinete de Nikola Pasic[186] ofereceu uma compra limitada de armamentos, no valor de 26 milhões de francos, no mercado austro-húngaro. Viena rejeitou a proposta e impôs um novo aumento nas tarifas aduaneiras (MANOJLOVIC, 1997).

Em relato datado do dia 14 de abril, Edward Goschen[187] afirma que a postura adotada por Goluchowski poderia ser interpretada como um caso de "sem contrato, sem tratado" [188]. As demandas austro-húngaras são ainda mais evidentes no relatório

[186] Nikola Pasic (1845-1926), foi em cinco ocasiões primeiro-ministro da Sérvia, entre 1891 e 1918 e por três ocasiões primeiro-ministro da Iugoslávia, entre 1918 e 1926.

[187] William Edward Goschen (1847-1924), ocupou a embaixada britânica em Viena de 1905 a 1908.

[188] **Sir E. Goschen to Sir Edward Grey**. Vienna, D. April 14, 1906. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 148.

apresentado por Wilfred Thesiger[189], agente britânico em Belgrado, datado de 19 de abril do mesmo ano[190]:

> Do jeito que as coisas estão agora, a Áustria, por meio de seu adido militar, praticamente apresentou um ultimato à Sérvia que torna a concessão de um tratado comercial condicionado à encomenda de armas e outros contratos a serem feitos com empresas austríacas. [...] O ponto de vista austríaco é que a Servia sistematicamente coloca de lado suas propostas para todos os contratos governamentais, mesmo quando financeiramente as condições oferecidas são melhores do que as de outros concorrentes e que, como a Áustria-Hungria, é quase o único consumidor das exportações da Sérvia eles têm o direito de insistir em um tratamento melhor no futuro. As demandas da Áustria, tanto quanto podem ser apuradas, incluem as encomendas de armas e material ferroviário, uma certa parte do empréstimo e o contrato de sal-gema atualmente em posse da Romênia. No entanto, o governo aqui sustenta que o tratado comercial e os vários contratos são questões distintas e se ressente dos esforços austríacos de torna-los dependentes como chantagem política. (Tradução nossa)[191]

Contudo, a pressão econômica exercida pela monarquia dual não foi suficiente para fazer Belgrado sucumbir. Gradualmente, a Sérvia foi capaz de encontrar outros mercados para escoar sua produção. Ironicamente, o principal parceiro utilizado para suprir a lacuna deixada por Viena foi a Alemanha, braço direito do Império Habsburgo. Em relato apresentado por George Buchanan[192] no dia 18 de abril, o agente britânico na Bulgária revela que Simitch, sua contraparte sérvia, informou que seu governo havia recebido garantias alemãs de apoio ao comércio do reino eslavo, em caso de ruptura nas negociações tarifárias com a Áustria-Hungria[193].

---

[189] Wilfred Gilbert Thesiger (1871-1920), foi vice-cônsul em Belgrado de 1901 a 1906 e cônsul em São Petersburgo de 1906 a 1908.

[190] **Mr. Thesiger to Sir Edward Grey**. Belgrade, D. April 19, 1906. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 151.

[191] "As matters now stand Austria through her Military Attache here has practically presented an ultimatum to Servia which makes the ultimate granting of a Commercial Treaty conditional on the order for the guns and other contracts being placed with Austrian firms. [...] The Austrian point of view is that Servia systematically puts Austrian tenders for all Governmental contracts aside even when financially the terms offered are better than those of other competitors and that as Austria -Hungary is all but the sole consumer of Servian exports they have a right to insist on better treatment in future. The demands of Austria as far as can be ascertained include the orders for the guns and railway material, a certain share of the loan and the contract for rock salt at present held by Koumania. The Government here however maintain that the Commercial Treaty and the various contracts are separate questions and resent Austrian efforts to make the one dependent on the other as a species of political blackmail."

[192] George William Buchanan (1854-1924), representante britânico em Sofia de 1903 a 1908 e, posteriormente, embaixador em São Petersburgo de 1910 a 1917.

[193] **Sir G. Buchanan to Sir Edward Grey**. Sophia, D. April 18, 1906. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 149.

O mercado alemão foi, de fato, o grande desafogo comercial de Belgrado. Um telegrama enviado por Brooke Boothby[194], ainda em novembro de 1906, revela que a estratégia austro-húngara de utilizar seus mecanismos econômicos para controlar a nova dinastia havia sido um fracasso[195]:

> Além disso, agora transparece que a Sérvia encontrou novos mercados para seu milho e, também, que em consequência de uma redução excessiva do volume de seu gado, devido à exportação excessiva nos últimos dois anos, o fechamento do mercado austríaco trará mais benefícios do que perdas, uma vez que proporcionará a oportunidade de restaurar a quantidade de gado às suas proporções normais. É neste momento, quando a Áustria mal percebe que a Sérvia escapou de sua tutela, que ela se vê confrontada com uma séria deficiência em seu suprimento de carne, devido principalmente, mas não inteiramente, à cessação das importações da Sérvia. (Tradução nossa)[196]

Como fica evidente no relato do diplomata britânico, Viena se mostrou mais sensível à interrupção do fluxo de trocas com Belgrado do que o próprio reino eslavo. O instrumento encontrado pela monarquia dual para tentar controlar seu frágil aliado foi, na verdade, o elemento que desencadeou a fuga da Sérvia da esfera de influência austro-húngara.

Livre das amarras econômicas impostas pela Áustria-Hungria, o governo eslavo encaminhou a compra de seus armamentos no dia 7 de novembro – em negócio com a firma francesa Schneider-Creusot (STAVRIANOS, 1958). Após a efetivação do pedido de armamentos, conforme relata James Whitehead[197], a imprensa semi-oficial austríaca realizou uma série de acusações ao governo eslavo. Conforme tais veículos, a Sérvia havia realizado um pedido desproporcional as demandas de seu exército, com o intuito de redirecionar os demais armamentos para Montenegro[198].

---

[194] Brooke Boothby (1856-1913), ocupava o posto de conselheiro da embaixada britânica em Viena.

[195] **Sir B. Boothhy to Sir Edward Grey**. Vienna, D. November 15, 1906. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 160.

[196] "Moreover it has now transpired that Servia has found fresh markets for her corn, and also that, in consequence of an over-reduction of her live-stock through over-exportation in the past two years, the closing of the Austrian market will be rather a benefit than a loss, since it will afford opportunity for restoring the amount of stock to its normal proportions. It is at this moment, when Austria has hardly yet realized that Servia has escaped from her tutelage, that she finds herself confronted with a very serious deficiency in her meat supply, owing chiefly but not entirely to the cessation of Servian imports."

[197] James Beethom Whitehead (1858-1928), foi o ministro britânico na Sérvia de 1906 a 1910 – sucedendo, o então vice-cônsul, Wilfred Thesiger.

[198] **Mr. Whitehead to Sir Edward Grey**. Belgrade, D. November 14, 1906. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 158.

Por fim, os desdobramentos de 1903 a 1906 seriam responsáveis por um notório distanciamento entre Viena e Belgrado – especialmente, quando se compara o período aos 25 anos de subserviência da dinastia Obrenovich. A partir da ascensão de Peter I e o fortalecimento da política de emancipação conduzida pelo Partido Radical, as relações austro-sérvias passaram a ser palco de intenso desgaste e tensionamentos. A monarquia dual confiou em sua capacidade de constranger o reino eslavo a partir de sua dependência econômica, mas viu a situação tomar rumos inesperados. Como veremos adiante, este novo padrão de relacionamento entre Áustria-Hungria e Sérvia seria um dos fatores decisivos no processo de tomada de decisão que desemboca na anexação das províncias – menos de dois anos após a vitória diplomática de Belgrado, na aquisição de seus armamentos.

O distanciamento de São Petersburgo e a questão da ferrovia de Novi Pazar

Como vimos no fim do capítulo anterior, o acordo austro-russo de 1897 premeditou um período de distanciamento do Império Russo em relação aos Bálcãs – além de, novamente, consentir com a possibilidade de mudança no status de posse das províncias eslavas, por parte dos Habsburgos. Nos anos seguintes, São Petersburgo acabou embarcando em uma trágica aventura no extremo oriente. As consequências internas da derrota, culminando na revolução de 1905, quase custaram a própria existência de seu regime autocrata – que precisou realizar consideráveis concessões e adotar um regime parlamentarista, com a criação da Duma.

Na transição entre os séculos XIX e XX, a política externa russa passou por um período caracterizado por Williams (1974) como "nacionalismo conservador". Antes dos abalos internos causados pela derrota na guerra e a revolução de 1905, o Império passou por um intenso período de absorção de capital estrangeiro, estruturação de sua rede de ferrovias, industrias e fortalecimento das instituições da autocracia – em um processo marcado pela liderança de Sergei Witte[199] e Konstantin Pobedonostsev[200].

Neste período, como expõe Collins (1973), a necessidade de atração de capital estrangeiro foi a principal força motriz para a aproximação de São Petersburgo com Paris. Não obstante, o íntimo relacionamento entre as coroas de Berlim e Viena colocava em risco

[199] Sergei Yulyevitch Witte (1849-1915), foi ministro dos transportes do império russo em 1892, ministro das finanças de 1892 a 1903, presidente do conselho de ministros de 1903 a 1905 e, por fim, o primeiro ocupante do cargo de primeiro-ministro após as reformas de 1905 – ocupando o cargo até 1906.

[200] Konstantin Petrovich Pobedonostsev (1827-1907), diretor do sínodo da Igreja Ortodoxa Russa e conselheiro dos czares Alexandre III e Nicholas II.

a perspectiva de que os laços com o Império Alemão seriam eficientes para conter um possível avanço austríaco. Por outro lado, o constante espectro de uma nova guerra franco-alemã motivava Paris a buscar sua aproximação com São Petersburgo. Como resultado, ambos os Estados firmaram sua aliança em 1894.

Desta forma, os pilares da política externa russa em tal período eram fundamentados no consenso em relação ao *status quo* mantido com a Áustria-Hungria e a operacionalização de sua aliança com a França para seu desenvolvimento interno. Alguns tímidos movimentos foram feitos como, por exemplo, uma convenção militar de 1902 com a Bulgária que trazia em seu primeiro artigo: "A presente convenção não é agressiva nos seus objetivos e, como tal, pretende ser apenas um contrapeso à Convenção Militar Romeno-Austríaca" [201] (tradução nossa).

Em 1904, como já citado, Sérvia e Bulgária firmaram um acordo político e econômico. Na ocasião, os agentes russos atuaram como facilitadores do processo e a aliança entre os estados eslavos preconizava a figura do czar como arbitro de possíveis disputas.

Como exposto no último capítulo, Viena e São Petersburgo firmaram o Protocolo de Mursteg, harmonizando suas políticas para manutenção do *status quo* na Macedônia. Em outubro de 1904, já com a Guerra Russo-Japonesa em andamento, a chancelaria czarista reassegurou a cooperação com Viena nos Bálcãs, através da seguinte declaração conjunta de neutralidade[202]:

> A Áustria-Hungria e a Rússia, unidas por pontos de vista idênticos quanto à política conservadora a ser seguida nos países balcânicos e, muito satisfeitas com o resultado obtido até agora por sua estreita colaboração, estão firmemente decididas a perseverar neste curso. Felizes por registar mais uma vez este entendimento, os Gabinetes de Viena e de São Petersburgo atribuem grande importância a oferecer, na devida forma, um sinal de amizade e confiança recíproca. É com esse propósito que as duas Potências chegaram a um acordo para observar uma neutralidade leal e absoluta no caso de uma das duas Partes signatárias desta Declaração se encontrar, sozinha e sem provocação de sua parte, em estado de guerra com um terceiro poder que procurou colocar em risco sua segurança ou o *status quo*; cuja manutenção constitui a base de seu entendimento, tão pacífico quanto conservador. O compromisso entre a Áustria-Hungria e a

[201] **Russian-Bulgarian military convention**, concluded on 31 may, 1902. In: MERJANSKI, Kiril V. **The Secret Serbian-Bulgarian Treaty of Alliance of 1904 and the Russian Policy in the Balkans Before the Bosnian Crisis**. 102f. Dissertação (Mestrado em História) – Dayton: Wright State University, 2007. p. 82.

[202] **Joint Declaration of Austria-Hungary and Russia in regard to the maintenance of neutrality by either if the other is at war**. St. Petersburg, October 2/15, 1904. In: PRIBRAM, Albert F. **The Secret Treaties of Austria-Hungary, 1879-1914**. Cambridge: Harvard University Press, 1920, p. 237.

> Rússia estipulado acima, naturalmente, não se aplica aos países dos Balcãs, cujos destinos estão obviamente intimamente ligados ao acordo estabelecido entre os dois impérios vizinhos. (Tradução nossa)[203]

Ambos os impérios voltariam a estabelecer uma cooperação próxima na região, ao intervirem na Macedônia em 1905. Como relatado em comunicação redigida pelo Marquês de Lansdowne, Viena e São Petersburgo propuseram, no dia 6 de novembro, uma demonstração naval conjunta para forçar o sultão a estabelecer concessões na província[204]. As embarcações aportaram em território otomano no dia 27 de novembro, em Pera, ocupando a alfândega e o telegrafo[205].

Como se torna evidente, após 1903 a Questão Macedônica se torna o principal elemento da agenda austro-russa nos Bálcãs. Incapaz de obter progressos que amenizassem as constantes disputas irredentistas dos estados balcânicos independentes na região, um novo esforço conjunto entre as potências passou a ser formulado em 1907.

Na ocasião, a nova abordagem para resolução do problema residia no princípio do estabelecimento de reformas judiciais na província otomana. Em tal questão, Viena e São Petersburgo mantiveram a linha adotada desde Murszteg e defenderam a perspectiva de que o projeto deveria ser uma empreitada entre as duas coroas. Este consenso é reforçado em comunicação datada de 25 de dezembro de 1906[206], quando Edward Goschen informou a chancelaria britânica que Aerenthal "[...] estava totalmente de acordo com as opiniões do Conde Goluchowski sobre este assunto, nomeadamente, que a elaboração das reformas

---

[203] "Austria-Hungary and Russia, united by identical views as to the conservative policy to be followed in the Balkan countries, and much satisfied with the result obtained so far by their close collaboration, are firmly decided to persevere in this course. Happy to record once more this understanding, the Cabinets of Vienna and of St. Petersburg attach great importance to offering each other in due form a mark of friendship and reciprocal confidence. It is with this purpose that the two Powers have come to an agreement to observe a loyal and absolute neutrality in case one of the two Parties signatory to this Declaration should find itself, alone and without provocation on its part, in a state of war with a third Power which sought to endanger its security or the status quo; the maintenance of which constitutes the basis of their understanding, as pacific as it is conservative. The engagement between Austria-Hungary and Russia stipulated in the above naturally does not apply to the Balkan countries, whose destinies are obviously closely attached to the agreement established between the two neighboring Empires"

[204]**The Marquees of Lansdowne to Mr. Spring-Rice**. Foreign Office, November 6, 1905. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 91.

[205]**Sir S. O'Conor to the Marquees of Lansdowne**. Pera, November 27, 1905. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 98.

[206]**Sir E. Goschen to Sir Edward Grey**. Vienna, D. December '25, 1906. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 186.

judiciais deve ser trabalho dos governos austro-húngaro e russo e que a sua aplicação deve ser confiada aos agentes civis dos dois governos" (tradução nossa)[207].

As propostas formuladas pela operação austro-russa foram apresentadas ao sultão em agosto de 1907. Contudo, conforme relato apresentado pelo agente alemão Tschirschky[208], os otomanos apresentaram ferrenha oposição ao esquema de reformas[209]. A justificativa apresentada pelo chefe de estado muçulmano era de que o mesmo "[...] já deu início a essas reformas e vai cuidar pessoalmente de sua realização. Sendo, portanto, obrigado a recusar a medida proposta pelas potências" (tradução nossa)[210].

A recusa do sultão deu início a mais um imbróglio entre as potências e o Império Otomano. A exemplo de outras ocasiões – como a Grande Crise do Oriente, por exemplo – os meses subsequentes foram palcos de intermináveis tentativas, formulações e fracassos no sentido de se avançar com as reformas em território otomano. Assim como seus antecessores, a postura adotada era de que o escopo do esquema de reformas judiciais violaria a própria soberania do império de Constantinopla.

Em janeiro de 1908, ainda com a questão das reformas judiciais em aberto, Aerenthal foi responsável por desencadear o primeiro, de uma série de acontecimentos, que culminariam na crise diplomática vivenciada nos Bálcãs entre 1908 e 1909. No dia 27, o chanceler austro-húngaro anunciou em pronunciamento que o Império Habsburgo havia obtido a concessão para construção de uma ferrovia no *sandjak* de Novi Pazar – ligando Uvac, na fronteira Bósnia, até Mitrovica. Em seu discurso, o argumento apresentado foi o de que a construção da linha era um passo natural no desenvolvimento econômico da região, especialmente após a conclusão das linhas férreas nas províncias ocupadas[211]:

---

[207] "[...] was in entire accord with the views of Count Goluchowski on this subject namely that the elaboration of the Judicial Reforms should be the work of the Austro-Hungarian and Russian Governments and that their application should be entrusted to the Civil Agents of the two Governments."

[208] Heinrich von Tschirschky (1858-1916), ocupou o cargo de Secretário de Estado do Império Alemão de 1906 a 1907, posteriormente, ocupou a embaixada em Viena de 1907 a 1916.

[209] **Tschirschky, of the german foreign office, to Prince von Bulow**. August 30th, 1907. . In: DUGDALE, E. T. S. **German Diplomatic Documents, 1871-1914:** Bismarck's Relations with England. Volume I. Londres: Methuen & Co. 1928. p. 254.

[210] "[...] he has already initiated these reforms and will himself see to their being carried out. He is, therefore, obliged to refuse the step contemplated by the powers."

[211] **Extract from Speech by Baron von Aehrenthal**, respecting the Triple Alliance Macedonian Affairs, and Projected Sanjak Railway. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 337.

> Em primeiro lugar, devo voltar à natureza de nossa aliança com a Rússia. Data do ano de 1897 e surgiu com a eclosão da guerra greco-turca. Foi, então, afirmado que a Rússia e a Áustria-Hungria tinham um interesse igual na manutenção do *status quo* nos Bálcãs, que ambas rejeitavam qualquer ideia de engrandecimento territorial e que ambos os Estados estavam firmemente decididos a respeitar ao máximo a independência dos Estados Balcânicos. Com base neste princípio, temos mantido as relações mais estáveis e amigáveis com o Gabinete de São Petersburgo durante os últimos dez anos [...] A questão adicional da ligação ferroviária entre as linhas da Bósnia e da Turquia, que acaba de levantar tanta poeira, está amplamente distante da esfera do nosso Acordo e do Programa de Murzsteg. O Acordo é a consagração do princípio da manutenção do *status quo*, enquanto a ligação de Uvac e Mitrovica ou de Vardiste aos caminhos-de-ferro da Sérvia é apenas uma questão de desenvolvimento natural do comércio. A partir do momento em que as Ferrovias Orientais da Bósnia foram concluídas e abertas ao tráfego, a questão da conexão ferroviária seguiu naturalmente - pode-se dizer que automaticamente. [...] Quanto à questão de por que escolhemos este momento para abordar o esquema ferroviário, e se já fizemos negociações sobre o assunto com outros Estados, eu observo que não negociamos com ninguém. É um assunto que diz respeito apenas à Turquia e a nós próprios. Assim, não posso admitir que tenhamos exercido uma influência desfavorável na política de reformas. (Tradução nossa)[212]

Assim, Aerenthal adota a estratégia de dissociar as concessões arrancadas de Constantinopla do processo de negociação para as reformas judiciais e dos acordos estabelecidos com São Petersburgo em 1897 e 1903. Contudo, a justificativa apresentada pelo chanceler não foi suficiente para convencer Izvolsky, sua contraparte russa. Conforme argumenta Albertini (1953), o diplomata czarista viu com preocupação e como uma violação do *status quo* as possibilidades logísticas que a nova linha traria para o deslocamento de tropas austro-húngaras.

A visão de Albertini encontra lastro em relato de Nicholson[213], embaixador britânico em São Petersburgo, sobre conversa com Izvolsky no dia 29 de janeiro – dois dias após o anúncio da concessão. Na ocasião, o ministro russo levou ao encontro artigos da imprensa

---

[212] "First I must go back to the nature of our alliance with Russia. It dates from the year 1897 and came into existence at the outbreak of the Greco-Turkish war. Ic was then asserted that Russia and Austria-Hungary had an equal interest in the maintenance of the status quo in the Balkans, that both rejected all idea of territorial aggrandisement in the Balkans, and that both States were firmly resolved to respect to the utmost the independence and right of disposal of the Balkan States. On this principle we have maintained the steadiest and most amicable relations with the Cabinet of St. Petersburg during the last ten years […] The additional question of railway connection between the Bosnian and Turkish lines which has just raised so much dust, is widely remoti' from the sphere of our Agreement and the Murzsteg Programme. The Agreement is the consecration of the principle of the maintenance of the status quo, while the linking up of Uvac and Mitrovitza or of Vardiste and the Servian railways is merely a question of the natural development of trade and commerce. From the moment when the Bosnian Eastern Railways were completed and opened to traffic, the question of railway connection followed as a matter of course—one might say automatically. [...] As to the question why we have chosen this moment to bring up the railway scheme, and whether we have previously conducted negotiations on the subject with other States, I would observe that we have negotiated with no one. It is a matter that concerns only Turkey and ourselves. Moreover I cannot admit that we have thereby exercised an unfavourable influence on the policy of reform."

[213] Arthur Nicholson (1849-1928), embaixador britânico em São Petersburgo de 1906 a 1910.

de São Petersburgo que denunciavam o projeto da ferrovia como parte de um plano de germanização do oriente próximo e a rota em direção a Mitrovica seria uma "estaca de ferro no corpo turco" [214]. Ao mesmo tempo, o governo britânico chegou a conclusão, como indica telegrama enviado por Nicholas O'Conor[215], de que a Áustria-Hungria e, por consequência, a Alemanha não deveriam ser mais consideradas como dispostas a executar ações no sentido de implementar as reformas judiciais na Macedônia e que esta nova postura certamente estava relacionada a concessão da ferrovia através de Novi Pazar[216] – embora, como apontado por May (1938), não existissem provas concretas de que tal barganha havia sido por concluída por Aerenthal junto a Sublime Porta.

Após a conclusão de que não havia possibilidade de revogação da concessão, o Império Russo passou a patrocinar a concessão de linhas férreas concorrentes ao projeto de Viena. Desta forma, já em março Izvolsky passava a argumentar em prol da linha Danúbio-Adriático[217] – favorável aos interesses de Belgrado:

> O governo austro-húngaro, ao informar o governo russo sobre a ferrovia projetada entre a fronteira da Bósnia e Mitrovitsa, declarou que seu único objetivo era econômico e uma melhoria nos meios de comunicação da península balcânica. O Governo russo sempre teve grande interesse no desenvolvimento económico dos Estados dos Balcãs e seus habitantes, pelo que consideram que a construção de ferrovias ligando as diferentes partes da Península e proporcionando-lhes livre acesso aos mares circundantes, contribuiria para o progresso pacífico dos países em questão. Não tendo em vista nenhum objeto de vantagem pessoal, o governo russo invariavelmente se absteve, e continuaria no futuro a se abster, de buscar concessões ferroviárias nos Bálcãs por conta própria; mas estão agora preparados para ver com bons olhos todos os esquemas ferroviários calculados para promover o propósito indicado. Nessas circunstâncias, o governo russo acedeu a um pedido do governo sérvio, de que o embaixador russo em Constantinopla apoiasse um projeto de linha que abrisse a comunicação entre o Danúbio e o mar Adriático, e instruções foram emitidas em conformidade. Além disso, o Governo russo, estando convencido de que será fácil coordenar e conciliar os vários interesses em causa, veria de forma igualmente favorável outros projetos ferroviários que pudessem ser apresentados

[214]**Sir A. Nicolson to Sir Edward Grey**. St. Petershuryh, D. January 30, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 328.

[215] Nicholas Roderick O'Conor (1843-1908), ocupou a embaixada britânica em São Petersburgo de 1895 a 1898 e, posteriormente, a embaixada em Constantinopla de 1898 a 1908.

[216]**Sir N. R. O' Conor to Sir Edward Grey**. British Embassy, Constantinople, February 4, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 225.

[217]**Memorandum communicated to Count Benckendorff**, March 4, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 347.

> pelos respectivos Estados dos Balcãs, e dar-lhes apoio diplomático de caráter semelhante. (Tradução nossa)[218]

Não obstante, São Petersburgo manteve seus planos de interceder na instauração de reformas judiciais na Macedônia. Com a indisposição de Viena em intervir de forma incisiva, em função da especulada barganha com o sultão, coube ao Império Russo cooperar com Londres, com quem vinha em processo de aproximação.

Como dito anteriormente, em 1894 a Rússia havia estabelecido sua aliança com a França. Em 1907, foi a vez de um tratado com Londres colocar fim as históricas disputas entre os impérios na Ásia Central e pavimentar o caminho para a formação da tríplice entente. O relacionamento entre Rússia e Inglaterra se tornou ainda mais próximo em 1908, com o encontro entre seus monarcas em Reval – hoje Tallinn, capital da Estônia – no mês de junho.

Em Reval, conforme o relato britânico, Izvolsky demonstrou sua clara preocupação com o que foi visto como um indício do avanço austro-húngaro nos Bálcãs. O chanceler afirmou que a concessão da ferrovia foi uma perturbação séria ao *status quo* nos Bálcãs e criticou seu par austríaco por não ter percebido a sensibilidade de São Petersburgo em relação a questão, mesmo tendo passado 17 anos na capital czarista – Aerenthal foi, anteriormente, o responsável pela embaixada dos Habsburgos no Império Russo. Izvolsky voltou a mencionar um processo de germanização dos Bálcãs e defendeu com veemência o projeto da ferrovia Danúbio-Adriático como instrumento de restauração do equilíbrio na região[219]. Para além das questões referentes ao movimento de Viena, os representantes

---

[218] "The Austro-Hungarian Government, in informing the Russian Government of their projected railway between the Bosnian frontier and Mitrovitsa, had declared that their sole object was economic and an improvement in the means of communication of the Balkan Peninsula. The Russian Government had always felt a keen interest in the economic development of the Balkan States and their inhabitants, and they were consequently of opinion that the construction of railways, linking up the different parts of the Peninsula and affording them free access to the surrounding seas, would contribute to the peaceful progress of the countries in question. Having no object of personal advantage in view, the Russian Government had invariably abstained, and would continue in the future to abstain, from seeking railway concessions in the Balkans on their own account ; but they were- prepared to look with favour upon all railway schemes calculated to further the purpose indicated. In these circumstances, the Russian Government had acceded to a request of the Servian Government that the Russian Ambassador at Constantinople should support a project for a line opening up communication between the Danube and the Adriatic Sea, and instructions had been issued accordingly. Moreover, the Russian Government, being convinced that it would be easy to co-ordinate and conciliate on the spot the various interests concerned, would view in a manner equally favourable other railway projects which might be put forward by the respective Balkan States, and would afford them diplomatic support of a similar character"

[219] **Visit to the Emperor of Russia at Reval** in June, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 237.

diplomáticos das duas potências também discutiram o prosseguimento de propostas para as reformas judiciais destinadas a Macedônia Otomana.

O encontro entre os monarcas e as discussões acerca da intervenção na jurisdição otomana acabariam por desencadear novos eventos, em um ano de 1908 que já vinha sendo diplomaticamente conturbado no Oriente Próximo – em função do debate acerca das ferrovias e as tentativas de reformas judiciais.

A Administração dos Habsburgos e o Processo de Anexação da Bósnia e Herzegovina

A seção derradeira do capítulo tem como objetivo expor o processo que culminou na anexação das províncias em outubro de 1908. Desta forma, ela se subdivide em três etapas:

A primeira etapa busca apresentar, de forma breve, a natureza das políticas empreendidas durante a administração austro-húngara nas províncias. Apresentar este elemento é essencial para se compreender a intensidade dos protestos de Belgrado ao ato de anexação – uma vez que a Sérvia enxergou nas ações de Viena um claro processo de desnacionalização dos eslavos habitando as províncias.

Posteriormente, será apresentado o processo diplomático e de negociações que antecede de forma imediata a proclamação de anexação. Neste sentido, um momento chave de tal etapa remete às negociações entre Izvolsky e Aerenthal realizadas em Buchlau.

Por fim, a etapa final se concentra no processo posterior ao ato de anexação e à reação de São Petersburgo. Desta forma, buscaremos expor quais foram os condicionantes que levaram ao fracasso da estratégia adotada pela chancelaria czarista.

A Política Austro-Húngara de Ocupação e Administração da Bósnia e Herzegovina

Como já apresentado, em 1878 o Império Habsburgo recebeu o direito de ocupar e administrar as províncias eslavas da Bósnia e Herzegovina. Assim, Viena iniciou a empreitada imperialista que tinha, como missão, “civilizar” as localidades e seus habitantes.

Como bem demonstram Batakovic (1996) e Sethre (2015), a empreitada para a ocupação do território eslavo não foi tarefa fácil para a monarquia dual. As forças dos

Habsburgos foram comandadas pelo general Josip Philippovich von Phillipsberg[220] – de origem croata. De início, foram 70 mil tropas destinadas à operação. A árdua resistência da população local levou os números a escalarem para 268 mil, após a ocupação de Sarajevo – o equivalente a um terço do contingente total do exército Austro-Húngaro. Sethre destaca que grande parte do ímpeto para a resistência eslava se deu em função do papel desempenhado pela parcela muçulmana da população – que não enxergava com bons olhos a vinda da administração de Viena, declaradamente católica. Ao longo da operação foram quase 5.200 casualidades no exército da monarquia dual, sendo 178 de oficiais (BATAKOVIC, 1996).

A expedição de 1878 e a resistência local a administração dual não se restringiu ao momento inicial de ocupação. Em janeiro de 1882, após a expedição de um decreto de convocação militar nas províncias, mais uma vez uma revolta requisitou a presença de forças militares austro-húngaras. Conforme Okey (2007), para conter esta nova insurreição, foram necessários 70 mil soldados e um dispêndio de 31,7 milhões de florins.

Contudo, ainda em 1882 a responsabilidade pela administração das províncias foi transferida para o húngaro Benjamin von Kallay[221], iniciando um novo período da ocupação. O novo administrador, como havia deixado claro em carta para Francisco José ao assumir o posto, detinha um claro plano para fortalecer o poder Habsburgo na Bósnia e Herzegovina: favorecer a parcela católica em detrimento da ortodoxa para que, no futuro, esta se sobressaísse e atraísse a conversão dos eslavos muçulmanos (OKEY, 2007).

Batakovic (1996) afirma que tal estratégia teve como objetivo isolar definitivamente a população das províncias da influência do nacionalismo sérvio. Para isto, outro dispositivo encontrado pelo húngaro foi a criação de uma nacionalidade Bósnia – o *bošnjaštvo*.

Donia (2015) expõe de maneira clara como a política de Kallay se dedicou a estabelecer raízes históricas artificiais para assimilação da população eslava. Em 1884,

[220] Josip Philippovich von Phillipsberg (1818-1889), general do exército Habsburgo, veterano da Guerra Austro-Prussiana e comandante das forças de ocupação da Bósnia e Herzegovina.
[221] Benjamin Von Kallay (1839-1903), foi o responsável por administrar as províncias após 1882.

Kallay contratou seu amigo, Lajos Thalloczy[222], para escrever uma obra de dois volumes sobre a história das províncias. Kallay e Thalloczy preconizaram uma história da Bósnia que deveria "ser entendida como um organismo histórico que se desenvolveu de forma completamente independente" (DONIA, 2015, p. 75, tradução nossa). Contudo, Thalloczy não foi capaz de cumprir o acordo e, em seu lugar, Janos Asboth[223] foi comissionado para publicar, em 1889, uma obra que distinguia a trajetória bósnia dos sérvios e croatas. Donia aponta, ainda, que outro empreendimento de Kallay para criação deste nacionalismo bósnio foi o estabelecimento, em 1884, de um museu regional em Sarajevo.

Outro dispositivo utilizado para reforçar esta identidade distinta foi o idioma. Babuna (2015) aponta que a administração de Kallay também foi responsável por introduzir uma linguagem Bósnia própria – de forma a se desvencilhar da influência da língua sérvio-croata nas províncias. Em 1890, apenas um ano após a publicação do livro de Asboth, a administração publicou a primeira gramática do idioma bósnio.

Aliada a esta política de nacionalidades, estava uma agressiva agenda econômica de industrialização baseada na intervenção estatal direta. De acordo com Pailaret (1993), um dos primeiros atos tomados pela administração dual foi a nacionalização das indústrias de tabaco e sal – de forma a se gerar receitas para investimento público nas províncias. Conforme o autor, em 1907, 32,5% do capital aliado à indústria de massa era estatal.

O governo austro-húngaro também adotou medidas para maximização da produção agrícola nas províncias eslavas. Neste campo, a administração de Kallay foi capaz de aliar sua política étnico-nacionalista e suas ambições econômicas. Sethre (2015) assinala que um dos principais instrumentos para incentivo da agricultura se deu com o reassentamento de colonos oriundos de outras partes do Império Austro-Húngaro – colaborando, portanto, para mudanças na balança étnica e de poder econômico da região. Conforme o autor, em 1880 havia 16 mil alemães ou húngaros habitando as províncias. Em 1910, este quantitativo ultrapassava os 100 mil.

A política de incentivo a migração católica acabou não obtendo resultados expressivos na questão agrária – como aponta Batakovic (1996), em 1910 havia 10.430

[222] Lajos Thalloczy (1857-1816), foi um renomado historiador húngaro que teve, como principais mentores, Andrassy e Kallay – por esse motivo, exerceu considerável influência na corte da monarquia dual e nas formulações de suas políticas balcânicas.

[223] Janos Asboth (1845-1911), membro do parlamento e escritor húngaro.

proprietários de terra nas províncias, dos quais mais de 9.300 eram muçulmanos que conservaram sua primazia social obtida com a conversão ao islã durante o regime otomano. No entanto, a política de marginalização da maioria ortodoxa era palpável. Segundo dados do mesmo autor, dos 79.600 servos nas províncias, 58.900 eram sérvios ortodoxos.

A penetração católica na Bósnia e Herzegovina se deu, especialmente, nos centros urbanos. A administração austro-húngara deu grande impulso à urbanização no território eslavo. Sarajevo, por exemplo, viu sua população triplicar e o número de funcionários públicos saltar de meros 120 para quase 10 mil, durante os 30 anos de administração dos habsburgos (SETHRE, 2015). Ainda, segundo dados de Aleksov (2015, p. 100), o número de católicos na capital administrativa saltou de apenas 678 para 10.672 no período de 1879 a 1895 – um crescimento de quase 1.500%, nos primeiros 15 anos de administração. Comparativamente, o número de ortodoxos em Sarajevo saltou apenas de 3.747 para 5.858 (56%) e os muçulmanos de 15.848 para 17.158 (8%). Em uma perspectiva geral, o censo de 1910 – dois anos após a anexação – apontava a seguinte composição étnica: 434.000 católicos (22%), 825.000 ortodoxos (45%), 612.000 muçulmanos (31%) e 26.000 outros (2%) (HAJDASRPASIC, 2015, p. 8; BATAKOVIC, 1996, p. 134)

A marginalização do elemento eslavo ortodoxo, dentro da gestão austro-húngara, se torna ainda mais evidente ao se analisarem os dados relativos ao registro escolar. Conforme Sethre (2015), entre 1882 e 1910 a taxa média geral de matrícula escolar saltou de 31% para 74% – o que, em primeiro momento, transparece a imagem de um claro progresso. Contudo, considerando-se apenas os sérvios ortodoxos, a taxa média de matrícula em tal período declinou de 55% para 42%.

Desta forma, se torna evidente que o principal objetivo da ocupação austro-húngara na Bósnia e Herzegovina consistia na neutralização do elemento eslavo nas relações político-sociais das províncias. Como preconizado na política de Kallay, o nacionalismo sérvio seria contido com a construção de uma nova identidade. A linha de atuação adotada por Viena torna ainda mais claro como a questão das nacionalidades é essencial para se compreender a natureza das ações do Império Habsburgo – especialmente após 1866.

Os Antecedentes Imediatos e a Proclamação de Anexação da Bósnia e Herzegovina (1908)

Como apresentado, a possibilidade de anexação formal das províncias foi tratada, explicita ou subliminarmente, em diversos momentos e instrumentos diplomáticos austro-russos após 1878. No que se refere a presença de planos e políticas mais concretas para tal ato, pode-se traçar o ano de 1906 como um momento decisivo para o início do processo de anexação.

Como visto, em 1903 a Sérvia passou por uma drástica ruptura política, com a ascensão de Peter I. Entre 1905 e 1906, Viena e Belgrado se envolveram em um imbróglio comercial – encerrado com o fim da predominância econômica dos Habsburgos no reino eslavo. Não obstante, a vitória diplomática eslava e a bem-sucedida aquisição de armamentos junto às firmas francesas aumentaram o temor de que o nacionalismo sérvio viesse a ser uma ameaça para a estabilidade austro-húngara.

De acordo com Milivojevic (1959) e Sethre (2015), o ano de 1906 ainda seria crucial para a definição dos rumos futuros da política balcânica dos Habsburgos devido a outro fator: a ascensão do General Conrad von Hotzendorf[224], ao posto de chefe do Estado-Maior das forças armadas da monarquia dual. Milivojevic destaca o teor expansionista da política do novo comandante austro-húngaro, citando também a destacada relação de proximidade do oficial com o arquiduque Francisco Ferdinando. Já Sethre destaca um memorando redigido pelo general, ainda em 1906, onde o mesmo defendia um ataque e ocupação preventiva nos reinos eslavos da Sérvia e Montenegro – de forma a se apresentar a solução final para o problema da nacionalidade eslava e sua influência nos territórios Habsburgos.

Em 1908, a situação nos Bálcãs viria a ganhar novos contornos de instabilidade, favorecendo os planos da ala austro-húngara que defendia uma política de atuação mais incisiva na península. Em janeiro, o anúncio da concessão da ferrovia de Novi Pazar criou atritos entre Viena e São Petersburgo – que viu, na ação da monarquia dual, um movimento incompatível com os esforços das potências europeias em pressionar Constantinopla por reformas judiciais na Macedônia, além de uma clara violação do *status quo* estabelecido

[224] Franz Xavier Josef Graf Conrad von Hötzendorf (1852-1925), ocupou a chefia do Estado-Maior na Áustria-Hungria de 1906 a 1917.

nos acordos austro-russos de 1897 e 1903. Em junho, como visto, os monarcas britânico e russo se encontraram no balneário de Reval. No que tange sua atuação conjunta nas terras otomanas, a reunião entre os governantes da recém-formada aliança teve um claro objetivo: forçar, junto a Sublime Porta, um programa de reformas judiciais a ser implementado sob supervisão das potências. O encontro entre os monarcas desencadeou um processo de ebulição no mundo muçulmano, que via no projeto um ataque a soberania da Sublime Porta.

Em especial, um grupo político denominado Comitê Para União e Progresso (CUP) iniciou um movimento que desencadeou o restante dos acontecimentos e controvérsias de 1908. Descendentes de um partido político formado após a insurreição grega, em 1830, o CUP defendia uma ocidentalização da administração otomana como único instrumento possível para conter a nítida fragmentação do Império. Ainda em junho, o terceiro exército otomano iniciou sua marcha da Macedônia até Constantinopla, dando início ao golpe. Em julho, o Sultão foi forçado a estabelecer um regime constitucional no Império (MARRIOTT, 1912).

Uma relevante leitura dos acontecimentos pode ser vista no relatório anual, produzido pela chancelaria britânica, acerca do Império Otomano em 1908[225]:

> Qual foi, então, a causa do estopim? O que acendeu o fósforo para a mina? A resposta pode ser encontrada em Reval. O controle financeiro e a Gendarmaria na Macedônia feriram profundamente o orgulho dos Jovens Turcos, que ainda tinham ideias sobre a integridade do Império. A notícia que veio da reunião em Reval levou esses entusiastas a acreditar que se o plano anglo-russo fosse posto em prática, eles poderiam dizer adeus à Macedônia e, provavelmente, em breve, a toda a Turquia na Europa. Eles sabiam que não havia resistência por parte de seu sultão e que, se essa tutela fosse realizada, significaria uma aceitação pela Europa do princípio de que a Turquia era incapaz de administrar seus próprios negócios. Era um sentimento justificável e louvável. (Tradução nossa)[226]

[225] **Extract from Annual Report for Turkey for the Year 1908**. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 248.

[226] "What then was the cause of the outbreak? What set the match to the mine? The answer is to be found in Reval. Financial control and the Gendarmerie in Macedonia had deeply wounded the pride of the Young Turks, who still had ideas of the integrity of the Empire. The news that was wafted down from the meeting at Reval led these enthusiasts to believe that if the Anglo-Russian plan were to be put into effect, they might say good-bye to Macedonia, and probably ere long to the whole of Turkey in Europe. They knew that resistance on the part of their Sultan was not to be looked for, and that if this tutelage were carried out it would amount to an acceptance by Europe of the principle that Turkey was unable to manage her own affairs. It was a justifiable and a commendable feeling."

A mesma perspectiva foi compartilhada por Aerenthal. Em telegrama enviado por Fairfax Cartwright[227], já em dezembro de 1908 e em meio à crise de anexação, este relata que o chanceler austríaco responsabiliza a revolução em Constantinopla pelos acontecimentos na península e, não obstante, considerava tal movimento político uma resposta direta aos planos anglo-russos de "forçar" um regime de autonomia na Macedônia – supostamente delimitados em Reval[228].

Em Viena, particularmente, a revolução em terras otomanas trouxe ares de apreensão. Como bem destaca Schevill (1991), o regime dos unionistas fazia forte apelo ao restabelecimento da soberania otomana em territórios onde o sultão detinha autoridade apenas nominal – como, por exemplo, a Ilha de Creta, a Bulgária e as províncias da Bósnia e Herzegovina.

A reação de Aerenthal, bem como a de Izvolsky, é relatada por Gerard Lowther[229], em documento datado de 10 de agosto[230]. Além da preocupação acerca da questão Bósnia, Aerenthal temia o futuro dos ambiciosos planos de linhas férreas em território otomano. Não obstante, o chanceler dual via com ceticismo a possibilidade de um regime parlamentar ser implementado com sucesso no império muçulmano. Pelo lado de São Petersburgo, o movimento foi visto de forma positiva. O programa anglo-russo de reformas na Macedônia foi suspenso e Izvolsky se mostrou favorável ao novo regime.

O fato é que o movimento dos Jovens Turcos criava um momento de ruptura no *status quo* dos Bálcãs. As possibilidades – de sucesso ou fracasso – do regime constitucional turco colocaram em xeque os princípios austro-russos de 1897 e 1903. Em setembro de 1908, Aerenthal e Izvolsky se reuniram em Buchlau para uma das mais controvérsias reuniões na história diplomática da Questão do Oriente.

Conforme o relatório anual da chancelaria britânica, Izvolsky recebeu ordens de não buscar nenhum acordo com Aerenthal. Porém, o czar havia sancionado a permissão para

---

[227] Fairfax Leighton Cartwright (1857-1928), foi embaixador britânico em Viena de 1908 a 1913.

[228] **Sir F. Cartwright to Sir Edward Grey**. Vienna, December 24, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 536.

[229] Gerard Augustus Lowther (1858-1916), foi o embaixador britânico em Constantinopla de 1908 a 1913

[230] **Sir G. Lowther to Sir Edward Grey**. Therapia, August 10, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 252

conversas, caso a monarquia dual desse o primeiro passo. Este primeiro passo foi dado pelo Conde Berchtold[231], embaixador Habsburgo em São Petersburgo, durante encontro com o ministro russo em Carlsbad. Ali, ficou acertado que Izvolsky e Aerenthal se encontrariam em Buchlau – propriedade de Berchtold[232].

Assim, o encontro foi realizado em 15 de setembro de 1908. O encontro em Buchlau não foi registrado oficialmente e os testemunhos dos ministros são a única prova das barganhas estabelecidas na ocasião. A exemplo do Acordo de Reichstadt em 1876 – quando divergências nas versões austro-húngara e russa, justamente acerca da Bósnia e Herzegovina causaram um imbróglio entre Gorchakov e Andrassy – a reunião em Buchlau se tornou um elemento determinante para os desdobramentos que culminariam na anexação.

Conforme veremos de forma mais clara, o ministro austro-húngaro deixou a reunião com Izvolsky certo de que havia obtido o consentimento de São Petersburgo para a formalização do ato de anexação. Na perspectiva de Izvolsky, os termos levantados na conferência não tinham exatamente os mesmos contornos dos interpretados por sua contraparte. Como aponta Fay (1930), a impressão obtida pelo chanceler russo teria sido a de que Aerenthal estava na fase inicial de seus planos e o ato não seria realizado de forma imediata. A visão de Izvolsky e sua interpretação sobre a reunião em Buchlau podem ser vistas nesse longo relato apresentado por Francis Bertie[233], datado de 4 de outubro[234]:

> Monsieur Isvolsky então me deu essas explicações extensamente. Afirmou que, no decurso de uma entrevista que teve com o Barão d'Aehrenthal, a 15 de Setembro, o Ministro afirmou que certas circunstâncias podem levar a Áustria a anexar a Bósnia e Herzegovina. No entanto, não afirmou que tal decisão era definitiva nem disse que seria tomada em breve. Sua Excelência havia se empenhado em argumentar que a Áustria tinha direitos de conquista sobre aquelas províncias, por ter restaurado a ordem nelas e que a questão da anexação seria um acordo apenas entre a Áustria e a Turquia. Monsieur Isvolsky dissera ao Barão muito decididamente que a Rússia não podia aceitar tal teoria; que ela consideraria uma anexação como uma questão de interesse para os Poderes

[231] Leopold Von Berchtold (1863-1942), embaixador austro-húngaro em São Petersburgo de 1906 a 1911 e, posteriormente, ministro das relações exteriores da monarquia dual de 1912 a 1915. Berchtold foi o sucessor de Aerenthal tanto na embaixada russa quanto na chancelaria.

[232] **Extract from Annual Report for Russia for the Year 1908**, quoted from Appendix 4 of Mr. A. Parker's Memorandum on the Near Eastern Crisis of July 29, 1909. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 367.

[233] Francis Leveson Bertie (1844-1919), foi o embaixador britânico em Paris de 1905 a 1918.

[234] **Sir F. Bertie to Sir Edward Grey**. Paris, D. October 4, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 384.

> signatários do Tratado de Berlim e como uma violação do mesmo. Ele acrescentou que, se a Áustria decidisse anexar as províncias, ela correria o risco de incendiar o Oriente e criaria perigosas instabilidades nos Estados balcânicos e na Turquia. O Barão d'Aehrenthal respondeu imediatamente que a Áustria forneceria uma indenização de natureza a apaziguar a Turquia e os Estados balcânicos, a saber, a retirada de suas tropas do Sanjak de Novi Bazar, e uma renúncia formal aos direitos conferidos a ela sobre aquela província. Isvolsky observou que isso tornaria, evidentemente, mais fácil uma resolução pacífica, mas que a compensação em questão não lhe parecia suficiente. A Rússia não iria à guerra sobre o assunto, mas ele advertiu o Barão d'Aehrenthal que se a Áustria abolisse um artigo oneroso do Tratado de Berlim, ela deve esperar que a Rússia e os Estados balcânicos exijam a abolição de outros artigos onerosos para eles. (Tradução nossa)[235]

Fay (1930) assinala, ainda, que Aerenthal supostamente teria explicitado ao ministro russo que o ato deveria ser realizado antes do dia 8 de outubro – data marcada para o encontro das delegações ministeriais da monarquia dual. Contudo, a leitura feita por Izvolsky parece ter sido de que a reunião administrativa austro-húngara seria utilizada apenas para apresentação de um plano de anexação e não do ato efetivado.

De qualquer forma, outro desdobramento oriundo do movimento dos Jovens Turcos também apresentava potencial para romper o *status quo* da península: a situação da Bulgária frente o regime constitucional otomano. O principado eslavo, que ainda nutria estado de vassalo e estava nominalmente dentro da soberania otomana, já nutria ambições

[235] "Monsieur Isvolsky then gave me those explanations at considerable length. He stated that in the course of an interview which he had with Baron d'Aehrenthal on the 15th of September that Minister had said that certain circumstances might cause Austria to annex Bosnia and Herzegovina. He did not however state that such a decision was definitive nor did he say that it would be acted on at an early date. His Excellency had endeavoured to argue that Austria had rights of conquest over those provinces by having restored order in them and that the question of annexation would be one for arrangement between Austria and Turkey only. Monsieur Isvolsky had told the Baron very decidedly that Russia could not accept such a theory; that she would consider an annexation as a question interesting the Powers signatory of the Treaty of Berlin and as a breach of that Treaty. He had added that if Austria decided to annex the Provinces she would incur the risk of setting the East in a blaze and would create a ferment in the Balkan States and in Turkey dangerous to the maintenance of peace. Baron d'Aehrenthal had at once replied that Austria would provide compensation of such a nature as to appease Turkey and the Balkan States viz. the withdrawal of her troops from the Sanjak of Novi Bazar, and a formal renunciation of the rights conferred on her over that province by the Treaty of Berlin. Monsieur Isvolsky had observed that this would evidently make a pacific issue more easy, but that the compensation in question did not appear to him sufficient either for Kussia or for the Balkan States. Russia would not go to war on the point, but he must warn Baron d'Aehrenthal that if Austria abolished an Article of the Treaty of Berlin onerous to her, she must expect Russia and the Balkan States to demand the abolition of other Articles onerous to them. In short that she would bring about a revision of the Treaty of Berlin. As far as Russia was concerned she had no territorial ambitions in Turkey and she only desired the maintenance of the status quo and the integrity of the Ottoman Empire; but in the event of a revision she would require a modification, in a sense favourable to herself and the other riverain States of the Black Sea, of the stipulations concerning the Straits. The Balkan States would also wish to be compensated : Bulgaria would demand independence, Servia a rectification of frontier towards Bosnia; Montenegro the abolition of the restrictions imposed on her by Article 29 of the Berlin Treaty viz. in regard to the Antivari territory, fortifications, Ships of War, etc., and he had warned Baron d'Aehrenthal that Russia would support those States. Turkey likewise might not consider that the retrocession of Novi Bazar as compensating her for the annexation of Bosnia and Herzegovina and might be expected to raise the questions of the Capitulations and the rights of the Powers in regard to Customs Duties."

de independência desde o ano anterior. Em agosto de 1907, o Príncipe Ferdinando[236] visitou Francisco José em Ischl. Como relata George Buchanan, em documento do dia 7 do mesmo mês, o encontro deu origem a fortes especulações de que o monarca búlgaro planejava a declaração de independência como forma de celebração dos 20 anos de seu reinado[237].

No mesmo documento, o agente britânico relata outra interlocução realizada com Dmitry Sementovsky[238], sua contraparte russa. Em tal conversa, o diplomata eslavo revelou a percepção de que o desejo búlgaro de independência se tornava cada vez mais intenso e suspeitava de planos para a execução do ato. Não obstante, Sementovsky afirmou, ainda, que São Petersburgo perceberia a independência de seu aliado como uma transgressão do *status quo* e, portanto, estava se comunicando com Dimitri Stanciov[239] no sentido de aconselhar moderação em Sofia.

Contudo, a percepção em São Petersburgo era de que Viena estava exercendo influência no sentido contrário. Em 17 de agosto, apenas 10 dias após o relato de Buchanan, Edward Grey[240] informou a Arthur Nicholson que o embaixador russo em Londres, Alexander von Benckendorff[241], tinha a impressão de que a monarquia dual estava favorecendo ativamente os planos de Ferdinando para independência[242].

De fato, existem sérios indícios de que Aerenthal nutria planos de utilizar o fortalecimento do elemento búlgaro nos Bálcãs como contraposição a um possível avanço russo-sérvio na península. Em documento datado de 5 de setembro, Wilhelm Eduard Schoen[243] relata a seguinte interlocução com Aerenthal[244]:

---

[236] Ferdinando I Maximilian Karl Leopold Maria de Saxe-Coburgo e Gotha (1861-1948), foi o monarca búlgaro de 1887 a 1918.

[237] **Sir G. Buchanan to Sir Edward Grey**. Sophia, D. August 7, 1907. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 384.

[238] Dmitri Sementovsky-Kurillo, ocupou a embaixada russa em Sofia de 1907 a 1911.

[239] Dimitri Yanev Stancioff (1853-1940), foi o Ministro das Relações Exteriores da Búlgaria de 1906 a 1908.

[240] Edward Grey (1862-1933), foi o Secretário de Estado Britânico para Relações Exteriores de 1905 a 1916.

[241] Alexander Philipp Konstantin Ludwig Graf von Benckendorff (1849-1917), ocupou a embaixada russa em Londres de 1903 a 1917.

[242] **Sir Edward Grey to Sir A. Nicolson**. Foreign Office, August 17, 1907. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 359.

[243] Wilhelm Eduard Freiherr von Schoen (1851-1933), foi Secretário de Estado para Relações Exteriores do Império Alemão de 1907 a 1910.

> Finalmente, com certo nervosismo e prece de sigilo absoluto, o Barão Aerenthal explicou que outro objetivo de sua política nos Bálcãs era "a destruição total do ninho de revolucionários sérvios", para o qual ele esperava nosso apoio. A Sérvia poderia ser entregue à Bulgária, com a vantagem para a Áustria-Hungria de ter como vizinho um Estado com fronteira etnográfica fixa. [...] achei conveniente comentar esses planos a sangue-frio. Acabei por dizer que não tínhamos nenhuma simpatia especial pela Sérvia, mas pensei que havia perigo em permitir o surgimento de uma Grande Bulgária. Nem os romenos, nem os gregos e nem mesmo os turcos aceitariam com calma. Isso alarmou menos Aerenthal. Ele disse que os búlgaros tinham o material para construir uma existência de Estado tranquila e ordeira, que apesar de todas as relações raciais seria uma barreira contra qualquer inundação russo-eslava nos Bálcãs; além disso, a Romênia estava no flanco da Bulgária, o que a tornaria cautelosa quanto a aventuras. (Tradução nossa)[245]

A declaração do chanceler para o secretário alemão revela a natureza dos planos de expansão do poder Habsburgo delimitados por Aerenthal. A influência dos círculos militares – que, como visto, já se fazia notável desde 1878 – ganhou maior magnitude durante a gestão do novo ministro, especialmente em função do papel desempenhado por Hotzendorf na formulação estratégica do Império. Desta forma, Aerenthal enxergou no desconforto existente na Bulgária, em função das possíveis consequências do movimento constitucionalista otomano, como uma oportunidade de capitalizar a situação e angariar um novo aliado para concretizar seus planos de neutralização do nacionalismo eslavo.

A revolução dos Jovens Turcos, já em 1908, e seu já exposto desejo de reafirmar a soberania do Império Otomano, em áreas onde esta se encontrava em caráter meramente nominal, reacenderam a percepção em Sofia de que a independência deveria ser declarada para romper os laços de suserania que ainda ligavam o principado à Constantinopla – e, desta forma, evitar a possibilidade de que a Sublime Porta realizasse qualquer movimento no sentido de restabelecer seu domínio nas terras búlgaras.

Em outra correspondência redigida por Buchanan, desta vez em 16 de setembro – dia seguinte ao encontro em Buchlau – o mesmo relata movimentações diplomáticas em

---

[244]**Schoen to the Chancellor, Prince von Bulow. September 5th, 1908**. In: In: DUGDALE, E. T. S. **German Diplomatic Documents, 1871-1914:** Bismarck's Relations with England. Volume I. Londres: Methuen & Co. 1928. p. 301.

[245] "Finally, with some nervousness and with a prayer for strict secrecy, Baron Aerenthal explained to me that a further aim of his Balkan policy was "complete destruction of the Servian nest of revolutionaries", for which he hoped for our support. Servia might be given up to Bulgaria, with the advantage to Austria-Hungary of having as neighbour a State with a fixed ethnographic frontier. [...] I thought fit to add a comment on these cold-blooded plans. I just said we had no special sympathy for Servia, but I thought there was danger in permitting a greater Bulgaria to arise. Neither the Roumanians, nor the Greeks, nor even the Turks would probably take it calmly. This alarmed Baron Aerenthal less. He said the Bulgarians had the material for building up a quiet and orderly State existence, which in spite of all racial relationship would be a will agains any Russo-Slav flooding of the Balkans; also, Roumania was on Bulgaria's flank, which would make her cautious about adventures."

Sofia que, supostamente, teriam tido a finalidade de sondar as chancelarias europeias quanto a viabilidade de independência do principado. Stanciov foi responsável por encontrar Izvolsky em Carlsbad, Aleksandar Malinov[246] foi enviado a Paris e, por fim, o próprio Príncipe Ferdinando fez viagem ao encontro de Francisco José – desta vez em Budapeste, capital húngara, no dia 23 de setembro. Whitehead informa, ainda, que esta última visita teria como suposto propósito o estabelecimento de um arranjo para que a independência búlgara e a anexação das províncias eslavas ocorressem de forma simultânea[247].

Em 30 de setembro, apenas 15 dias após a conferência entre Izvolsky e Aerenthal em Buchlau, o chanceler sérvio Milovan Milovanovic[248] relatou para James Whitehead sua recente viagem para Marienbad e seus encontros com Aerenthal e Izvolsky. Milovanovic informou acreditar que a anexação da Bósnia e Herzegovina estaria próxima e a monarquia dual já estava adotando passos para o ato – uma visão que, segundo o ministro de Belgrado, foi confirmada por Izvolsky. Conforme o representante eslavo, o ato de anexação traria profundos impactos a estabilidade da Sérvia e o mesmo estimou que o anúncio seria feito no dia 2 de dezembro, aniversário de 60 anos do reinado do imperador[249].

A percepção do ministro sérvio estava parcialmente correta. De fato, a monarquia dual já vinha se preparando para a anexação das províncias – como é evidente, levando em conta a conferência em Buchlau. Contudo, os planos de Aerenthal preconizavam a realização do ato muito antes de dezembro. Como já exposto, a preocupação do chanceler era apresentar a anexação como um *fait accompli* já na reunião entre as delegações ministeriais do dia 8 de outubro.

Desta forma, após Buchlau, a chancelaria dual não tardou a tomar ações orientadas para formalizar o processo de incorporação das províncias. Enquanto isso, Izvolsky – que havia consentido em uma futura anexação, em troca do apoio de Viena a concessões para o

---

[246] Aleksandar Pavlov Malinov (1867-1938), foi primeiro-ministro da Bulgária em três ocasiões: de 1908 a 1911, em 1918 e em 1931.

[247] **Sir G. Buchanan to Sir Edward Grey**. Sophia, September 16, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 363.

[248] Milovan D. Milovanovic (1863-1912), foi ministro das relações exteriores da Sérvia de 1908 a 1912.

[249] **Mr. Whitehead to Sir Edward Grey**. Belgrade, D. September 30, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 369.

trânsito de embarcações russas através dos estreitos – iniciou um período de missões diplomáticas para realizar barganhas similares com as demais potências da Europa.

No dia 3 de outubro, a chancelaria britânica recebeu a primeira informação de que a Áustria-Hungria procederia com uma mudança no status das províncias. Conforme informação de um agente francês, Aerenthal havia se reunido no dia anterior com Stephen Pichon[250] e anunciado seus planos para anexação da Bósnia e Herzegovina – que, conforme, o chanceler, tinha o consentimento de Itália, Rússia e Alemanha – como compensação, a monarquia dual abriria mão de seus direitos no *Sandjak* de Novi Pazar[251].

Mais detalhes sobre o anúncio de Aerenthal são detalhados no seguinte excerto, de documento também redigido por Francis Bertie no dia 3 de outubro[252]:

> Tendo as populações da Bósnia e Herzegovina exigido instituições representativas, o que, tendo em vista a proclamação da Constituição na Turquia, é impossível ao Governo austro-húngaro recusar conceder e, também, sendo impossível ao imperador da Áustria dar uma Constituição às províncias sob a suserania do Sultão da Turquia, foi decidido tratá-las como províncias autônomas dentro dos domínios do Imperador-Rei, enquanto se aguarda uma decisão quanto à sua posição exata nesses domínios, a saber, se pertence ao Coroa da Áustria ou da Hungria. Tendo em conta a alteração a introduzir na posição da Bósnia e Herzegovina, a Áustria-Hungria renunciará ao direito, estabelecido no Tratado de Berlim, de guarnecer o Sandjak de Novi-Bazar. O Embaixador austríaco informou ao Ministro dos Negócios Estrangeiros que as intenções do Governo Austro-Húngaro têm a concordância dos Gabinetes de São Petersburgo, Berlim e Roma, e pediu uma audiência ao Presidente da República. Nesta audiência, ele comunicou uma carta do Imperador da Áustria, na qual Sua Majestade [...] diz que o novo estado em relação à Bósnia e Herzegovina será anunciado na próxima terça-feira e as tropas que ocupam o Sandjak de Novi-Bazar serão retiradas imediatamente. A palavra anexação não foi usada pelo Embaixador. (Tradução nossa)[253]

---

[250] Stephen Jean-Marie Pichon (1857-1933), foi o Ministro das Relações Exteriores Francês em três ocasiões – de 1906 a 1911, em 1913 e de 1917 a 1920.

[251] **Sir F. Bertie to Sir Edward Grey. Paris, October 3, 1908**. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 374

[252] **Sir F. Bertie to Sir Edward Grey**. Pris, October 3, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 376

[253] "The populations of Bosnia and Herzegovina having demanded representative institutions, which, in view of proclamation of Constitution in Turkey, it is impossible for the Austro-Hungarian Government to refuse to grant, and it being also impossible for the Emperor of Austria to give a Constitution to provinces under the suzerainty of the Sultan of Turkey, it has been decided to treat them as autonomous provinces within the dominions of the Emperor-King, pending a decision as to their exact position in those dominions, viz., whether to appertain to the Crown of Austria or to that of Hungary. Having regard to the change to be made in the position of Bosnia and Herzegovina, Austria-Hungary will renounce right under the Treaty of Berlin to garrison Sanjak of Novi-Bazar. Austrian Ambassador informed Minister for Foreign Affairs that the intentions of the Austro-Hungarian Government have the concurrence of the Cabinets of St. Petersburgh, Berlin, and Rome, and he asked for an audience of the President of the Republic. At this audience he

O anuncio feito por Aerenthal, ao governo francês, expôs a clara divergência de interpretações entre ele e Izvolsky, no que tange os resultados da barganha de Buchlau. O chanceler dual apresentou o consentimento russo como incondicional. Contudo, como vimos, Izvolsky assegurou a chancelaria britânica que apenas havia consentido com o princípio da anexação mediante acordos compensatórios e uma revisão adequada do Tratado de Berlim. Não obstante, a data estipulada pelo ministro não deu qualquer chance de reação por parte das demais potências. Deslocado em meio a suas viagens e tentativas de obter revisões nos termos de passagem dos estreitos, Izvolsky se viu impotente.

Enquanto a Áustria-Hungria prosseguia com seus planos, São Petersburgo ainda nutria esperanças de impedir a declaração de independência búlgara e manter seu controle sobre Sofia. Como relata o embaixador britânico Arthur Nicholson, no mesmo dia 3 de outubro, este havia recebido a confirmação de Nikolai Charykov[254] de que a chancelaria russa vinha exercendo grande pressão para que a Bulgária abandonasse quaisquer planos de independência – inclusive, assegurando que São Petersburgo não prestaria qualquer apoio diplomático ou militar, mesmo em caso de uma possível retaliação militar do Império Otomano[255].

Contudo, os apelos russos não foram suficientes. Já no dia 5 de outubro, dois dias após a conversa entre Nicholson e Charykov, a Bulgária declarou sua independência. No dia 6 de outubro, o Imperador Francisco José publicou a carta que oficializava a anexação das províncias eslavas e a retirada da guarnição do *Sandjak* de Novi Pazar – e, embora seja um episódio de menor importância, no dia 12 a ilha de Creta formalizou sua união com a Grécia (SCHEVILL, 1991). O *status quo* de 1897 e 1903 foi definitivamente rompido. Restava, agora, a definição de como os acontecimentos seriam recepcionados pelas potências, especialmente por São Petersburgo.

---

communicated a letter from the Emperor of Austria, in which His Majesty (I learn, but not from M. Pichon) says new state of things as regards Bosnia and Herzegovina will be announced on Tuesday next, and the Austro-Hungarian troops occupying the Sanjak of Novi-Bazar will be forthwith withdrawn. The word annexation was not used by the Ambassador."

[254] Nikolai Vasilevich Charykov (1855-1930), foi secretário adjunto de Izvolsky entre 1908 e 1909

[255] **Sir A. Nicolson to Sir Edward Grey**. St. Petershurgh, October 3, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 375

A reação Russo-Eslava e o fracasso da conferência de Izvolsky (1908-1909)

Como visto, em apenas dois dias o sistema estabelecido no Tratado de Berlim e reafirmado pelos posteriores acordos austro-russos foi dilapidado. Não obstante, a sequência de acontecimentos escancarou, ao menos na perspectiva russa, uma possível ação conjunta entre Viena e Sofia para rompimento unilateral dos termos do tratado. Ainda no dia 6, em meio à turbulência imediata dos acontecimentos, Nicholson e Charykov voltaram a se encontrar para debater a anexação e independência búlgara. Neste encontro, ao questionar o diplomata russo se este acreditava em um possível acordo austro-búlgaro, o britânico relatou ter obtido a seguinte resposta[256]: "Ele respondeu que não poderia haver sombra de dúvida quanto a isso, e que a Alemanha era um observador amigável nos bastidores" (Tradução nossa)[257]

Na mesma interlocução, Charykov ainda classificou a política externa dos Habsburgos como "deplorável e tortuosa", adjetivando a monarquia dual e seu chanceler como não confiáveis. Por fim, o secretário adjunto informou que o posicionamento russo partia da perspectiva de que a realização de uma conferência para revisão dos termos e obtenção de compensações pelas partes interessadas seria a única saída plausível para a situação – dando início ao que seria a estratégia principal de São Petersburgo para reduzir a dimensão do avanço austro-húngaro nos Bálcãs.

No dia seguinte, 7 de outubro, Charykov informou a Nicholson os desdobramentos de sua reunião com Berchtold, o embaixador austríaco em São Petersburgo. Berchtold abordou a chancelaria russa com o objetivo de alinhar um contato com as potências para o reconhecimento do novo status de Ferdinando como *Tsar* da Búlgaria. Em resposta, o russo reafirmou que a chancelaria imperial condenava a declaração de independência e, portanto, não seria possível proceder de tal forma. Na ocasião, Charykov também informou ao austro-húngaro a perspectiva russa que advogava pela realização da conferência[258].

---

[256]**Sir A. Nicolson to Sir Edward Grey**. St. Petershurgh, D. October 6, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 400

[257] "He replied that there could be no shadow of a doubt on that head, and that Germany was a friendly observer in the background"

[258]**Sir A. Nicolson to Sir Edward Grey.** St. Petershurgh, October 7, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 403.

No encontro entre os diplomatas, Berchtold aproveitou, ainda, para afirmar que a Áustria-Hungria não tinha qualquer conhecimento prévio das intenções de Sofia e nenhum termo referente à questão foi discutido na visita de Ferdinando à Budapeste, em setembro.

Uma interessante questão, referente à estratégia russa, é levantada por Jelavich (1973). Em sua pesquisa, a autora relata que concomitantemente a postura de sugerir às potências uma resolução que envolvesse todos os signatários do Tratado de Berlim, São Petersburgo também fez abordagens diretas ao Império Otomano. Jelavich relata que Charykov manteve constantes conversas com o embaixador otomano na capital russa, Turhan Pasha[259], a respeito de uma possível restituição dos termos de Unkiar-Skelessi. Em contrapartida, como revela a autora, Izvolsky seguiu em meio a sua fracassada turnê na Europa e encontrou o embaixador otomano em Paris, Naum Pasha[260], no dia 6 de outubro. Em tal oportunidade, o chanceler russo reafirmou o desejo de uma conferência para revisão do Tratado de Berlim e estabelecimento de compensações, mas garantiu ao representante otomano que não seria permitido à Sérvia e Montenegro obterem ganhos territoriais à custa da Sublime Porta.

O plano russo de retomar os termos de Unkiar-Skelessi é confirmado em relatório de Naum Pasha, onde o mesmo transcreve da seguinte forma a fala do chanceler russo no encontro do dia 6[261]:

> A Rússia não tem apetites territoriais e não cobiça nada na península balcânica. Ela é amiga sincera da Turquia e deseja sua manutenção e fortalecimento. O seu único interesse consiste em modificar, de forma aberta e puramente jurídica, as estipulações relativas aos estreitos e em comum acordo com a Turquia, de forma a não pôr de forma alguma em perigo os interesses do Império Otomano ou sua segurança. A situação atual, tal como confirmada pelo Tratado de Berlim, constitui uma gritante injustiça em relação à Rússia, que não pode sair do Mar Negro e nem nele entrar. […] Em uma palavra, queremos retornar aos princípios que regulavam as relações entre a Rússia e a Turquia na época do Tratado de Unkiar-Skelessi. É claro que se a questão do estreito fosse regulamentada desta forma, a Rússia teria o maior interesse na continuação do domínio turco em Constantinopla e nos estreitos e, portanto, também não teria desejo de se estabelecer ela própria. (Tradução nossa)[262]

---

[259] Turhan Pasha Përmeti (1846-1927), era o embaixador da Sublime Porta no Império Russo.

[260] Naum Pasha (1846-1911) foi o embaixador otomano em Paris de 1907 a 1908.

[261] **Naum Pasha to Tevfik**, C535/D77, no. 262, Paris, October 6, 1908. In: JELAVICH, Barbara. **The Ottoman Empire, the Great Powers, and the Straits Question, 1870-1887**. Bloomington: Indiana University Press. 1973. p. 164.

[262] "Russia has no territorial appetites and does not covet anything on the Balkan peninsula. She is the sincere friend of Turkey and desires her maintenance and strengthening. Her single interest consists in modifying in an open, purely juridical manner the stipulations concerning the Straits and that in common accord with

Desta forma, se torna evidente a estratégia adotada por Izvolsky para confrontar o movimento de Aerenthal. Embora o chanceler austríaco houvesse seguido adiante e comprometido seus planos de revisão dos estreitos, o ministro russo ainda vislumbrava a possibilidade de atingir seus objetivos e, se possível, reduzir a amplitude do ganho de sua contraparte com concessões que favoreceriam o relacionamento da Rússia com o Império Otomano e os demais Estados Balcânicos. Por fim, o ministro desejava o estabelecimento de uma conferência para obter a aprovação do concerto europeu em relação aos novos termos vislumbrados. Conforme Jelavich, o chanceler russo chegou, até mesmo, a afirmar que a Rússia abandonaria seus direitos restantes à indenização da Guerra de 1878 – que ainda representavam um débito de 25 milhões de libras aos frágeis cofres otomanos e, no passado, foi habilmente utilizado por diplomatas como Aleksandr Nelidov como instrumento de controle do Império Russo em relação à Sublime Porta

Já em Belgrado, a anexação inundou o reino eslavo com indignação e preocupação. Já no dia 5 de outubro, data da independência búlgara e véspera da proclamação de anexação, Milovanovic visitou a chancelaria britânica e manifestou sua extrema preocupação com a possibilidade do ato[263]. O ministro sérvio afirmou que "a anexação seria considerada na Sérvia e em todos os países habitados pelos sérvios uma grande catástrofe nacional, e suas consequências poderiam se tornar fatais para a paz da Península Balcânica." (Tradução nossa)[264]

De fato, como expõe Manojlovic (1997), a anexação das províncias gerou uma forte onda de comoção na opinião pública sérvia. O Partido Independente convocou uma manifestação anti-austríaca e mais de 20 mil pessoas presenciaram um discurso inflamado de seu líder, Ljubomir Davidovic[265]. Conforme o autor, as principais preocupações do reino

---

Turkey and in a manner so as not in any way to endanger the interests of the Ottoman Empire or to put in peril the security of that state. The present situation as it is confirmed by the Treaty of Berlin constitutes a crying injustice with regard to Russia, who can neither move out of the Black Sea nor enter it. […] In a word we wish to return to the principles which regulated the relations between Russia and Turkey at the time of the Treaty of Unkiar Skelessi. It is clear that if the question of the Straits were regulated in this fashion Russia would have the highest interest in the continuation of Turkish domination at Constantinople and at the Straits and she would have no desire either to establish herself"

[263]**Sir Edward Grey to Mr. Whitehead**. Foreign Office, October 5, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 394.

[264] "The annexation would be considered in Servia and in all countries inhabited by Serbs as a great national catastrophe, and its consequences might become fatal to the peace of the Balkan Peninsula."

[265] Ljubomir Davidović (1863-1940), era o líder do Partido Independente na Sérvia. Foi o segundo primeiro-ministro da Iugoslávia – ocupando o cargo entre 1919 e 1920, e durante o ano de 1924 – já como líder do partido Democrata.

advinham de dois eixos: a possibilidade de desnacionalização dos eslavos habitando as províncias – o que, como exposto no capítulo anterior, de fato vinha acontecendo com as políticas adotadas por Kallay – e a preocupação com o próximo passo austro-húngaro ser a invasão da própria Sérvia.

Ainda no dia 5 de outubro, enquanto Milovanovic visitava Edward Grey, seu embaixador em Paris, Milenko Vesnic[266], encontrou-se com Izvolsky – que, como vimos, estava na capital francesa buscando avançar seu projeto de revisão dos estreitos, quando foi surpreendido pelo movimento de Aerenthal. Neste encontro, conforme relatório do agente sérvio, o chanceler russo deu a seguinte declaração[267]:

> Certamente, vocês sérvios, não podem estar pensando em expulsar a Áustria-Hungria da Bósnia e Herzegovina pela força das armas. E nós, russos, por outro lado, não podemos guerrear contra a Áustria por causa dessas províncias. Eu previ este passo da Áustria-Hungria, e não me surpreendeu. Por essa razão, fiz nossa aceitação dependente da renúncia de seus direitos ao *Sandjak* de Novi Bazar e, então, seguirá a revisão ou alteração do Tratado de Berlim que iremos exigir. Nesta ocasião, também a Sérvia poderá apresentar os seus desejos no que se refere à retificação das suas fronteiras. Não entendo seu estado de agitação. Na realidade, você não perde nada, mas ganha algo - nosso apoio. Confio que o povo sérvio na Bósnia-Herzegovina continuará, como agora, suas atividades culturais para o seu próprio renascimento e, despertos como estão, nunca será possível desnacionalizá-los. (Tradução nossa)[268]

Desta forma, é possível identificar que Izvolsky tentou, ao máximo, capitalizar sua delicada situação para ganhar apoio diplomático em sua missão de estabelecer uma conferência para revisão do Tratado de Berlim. Em sua interlocução com Vesnic, o ministro chegou até mesmo a citar a renúncia austríaca aos direitos no *Sandjak* como uma iniciativa russa quando, como vimos, tal movimento era parte da estratégia de Aerenthal para receber a ratificação do ato.

---

[266] Milenko Radomar Vesnić (1863-1921), foi o ministro sérvio e iugoslavo em Paris de 1904 a 1920. De 1920 a 1921, ocupou simultaneamente o posto de Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores.

[267] **Report of Vesnitch, Serbian Minister in Paris, of conversation with Izvolski**. Oct. 5, 1908. FAY, Sidney B. **The Origins of the World War**. New York: The Macmillan Company. 1930. p. 380.

[268] "You Serbians surely cannot be thinking of driving Austria-Hungary out of Bosnia and Herzegovina by force of arms. And we Russians, on the other hand, cannot wage war on Austria on account of these provinces I have foreseen this step of Austria-Hungary's, and it did not surprise me. For that reason I made our acceptance of it dependent upon her renunciation of her rights to the Sandjak of Novi Bazar; and then will follow the revision or alteration of the Treaty of Berlin, which we shall demand; upon this occasion Serbia, too, will be able to present her wishes as regards the rectification of her frontiers. I do not understand your state of agitation. In reality you lose nothing, but gain something— our support. I trust that the Serb people in Bosnia and Herzegovina will continue as hitherto their cultural activity for their own renaissance, and, awake as they are, it will never be possible to denationalize them."

Outro importante elemento a ser ressaltado é a explícita censura a qualquer ato de beligerância por parte de Belgrado. Em 1908, São Petersburgo ainda se recuperava dos trágicos resultados de seu conflito com o Japão e as consequências político-sociais oriundas da revolução de 1905. Izvolsky, assim como a casta militar do Império, tinha pleno conhecimento de que a Rússia não se encontrava em condições de adentrar um novo conflito armado – especialmente ao considerar que uma guerra travada contra Viena, em defesa da Sérvia, acarretaria em uma possível entrada da Alemanha no conflito. Assim sendo, obter uma vitória pelos canais diplomáticos era a única via possível para o chanceler russo e a realização da conferência o meio para tal.

De fato, o plano para realização do encontro diplomático foi, desde o primeiro momento, a prioridade do chanceler. Durante sua estada em Paris – onde foi informado que a anexação seria realizada, após Aerenthal notificar a chancelaria francesa em 3 de outubro – Izvolsky já havia sugerido à Pichon, na véspera da proclamação oficial, que uma conferência seria a melhor forma de lidar com a situação[269]. No dia seguinte, o chanceler russo sugeriu que a proposta para o encontro fosse apresentada em conjunto pelos membros da Tríplice Entente[270].

Enquanto isso, em Viena, Aerenthal se demonstrou surpreso com as acusações de rompimento do Tratado de Berlim. Edward Goschen relata, no dia 6 de outubro, a reação do chanceler ao receber os protestos britânicos pelo ato[271]:

> Fiz as representações desejadas ao Ministro das Relações Exteriores. Ele expressou surpresa e pesar por você considerar a anexação uma violação do Tratado de Berlim. Esse Tratado não continha uma palavra a respeito da soberania e concedia apenas direitos à Áustria-Hungria e nenhuma restrição às suas ações. Foi uma surpresa dolorosa para ele que um protesto viesse da Inglaterra, cujos plenipotenciários haviam proposto um mandato para a Áustria-Hungria e haviam sido notoriamente a favor de colocá-la na posse definitiva das duas províncias. Foi diferente com a Turquia. Ela tinha o direito de protestar sob a Convenção de 1879, mas não das Potências, cujo mandato para a Áustria-Hungria foi dado para que esta restaurasse e mantivesse a ordem nas províncias. Esse mandato ela cumpriu com o melhor de sua capacidade e à custa da vida de milhares de seus soldados. Ele me assegurou que a ação agora contemplada era a

[269]**Sir F. Bertie to Sir Edward Grey**. Paris, October 5, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 388.

[270]**Sir F. Bertie to Sir Edward Grey**. Paris, October 6, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 395

[271]**Sir E. Goschen to Sir Edward Grey**. Vienna, October 6, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 398

> única maneira de continuar a cumprir aquele mandato. As circunstâncias tornavam absolutamente necessário que as províncias tivessem instituições representativas, e estas não podiam ser concedidas nas antigas condições. Com essa necessidade e a situação intolerável criada pela propaganda revolucionária sérvia, algo tinha que ser feito para evitar uma perigosa crise e ele só havia encontrado uma saída para esta dificuldade. (Tradução nossa)[272]

Desta forma, Aerenthal buscou introduzir o argumento de que a questão da anexação estava confinada ao âmbito das relações bilaterais austro-turcas. O argumento do chanceler se fundamentava na interpretação de que a única parte com direito a protestar e clamar por compensações era o Império Otomano, em função da convenção de 1879 que regulamentou a ocupação das províncias. Como o Tratado de Berlim não fazia menção a sua soberania, os demais signatários e, muito menos a Sérvia que sequer fazia parte deste grupo, não teriam qualquer direito a protestar sobre a ação.

Não obstante, o chanceler buscou novamente utilizar o argumento da propaganda sérvia como elemento legitimador de seus atos. A posição de Aerenthal foi reforçada, no mesmo dia 7 de outubro, por Laszlo Szogieny[273] – que se encontrava em Londres. Ao ser confrontado por Edward Grey acerca da violação da convenção austro-turca, o diplomata Habsburgo não buscou contrariar a acusação, mas voltou a citar a ameaça da propaganda sérvia e até mesmo acusar o monarca eslavo, Peter I, de estar envolvido pessoalmente com as ações – e, supostamente, o ministério austro-húngaro possuía provas concretas de tal[274].

Ainda assim, conforme instrução dada por Izvolsky à Vesnic no dia 5 de outubro, a Sérvia anunciou, em circular enviada para os signatários do Tratado de Berlim, as suas demandas por compensação. Na circular, a chancelaria de Belgrado exigiu o retorno do

---

[272] "I have made desired representations to Minister for Foreign Affairs. He expressed astonishment and regret that you should consider annexation as a violation of the Treaty of Berlin. That Treaty contained not one word respecting sovereignty, and accorded to Austria-Hungary rights only, and no restriction on her actions. It was a painful surprise to him that a protest should come from England whose Plenipotentiaries had proposed mandate for Austria-Hungary, and had been notoriously in favour of placing her in definite possession of the two provinces. It was different with Turkey. She had a right to protest under the Convention of 1879, but not the Powers, whose mandate to Austria-Hungary was given in order that the latter should restore and keep order in the provinces. This mandate she had carried out to the best of her ability, and at the cost of lives of thousands of her soldiers. He could assure me that action now contemplated was the only way of continuing to carry out that mandate. Circumstances had rendered it absolutely necessary that the provinces should have representative institutions, and these could not be granted under the old conditions. What with this necessity and the intolerable situation created by Servian revolutionary propaganda, something had to be done to prevent a dangerous crisis, and he had taken only way out of the difficulty"

[273] László Szőgyény-Marich de Magyar-Szőgyén et Szolgaegyháza (1841-1916), foi o embaixador austro-húngaro em Berlim de 1892 a 1914.

[274] **Sir Edward Grey to Sir E. Goschen**. Foreign Office, October 7, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 405.

status quo ou uma compensação através de retificação das fronteiras do *sandjak*, de forma que este fosse incorporado a Sérvia e a Montenegro[275].

Como expõe Manojlovic (1993), Milanovic passou a adotar uma postura extremamente ativa para obter as compensações vistas como justas para Belgrado. Neste sentido, o chanceler sérvio encaminhou o envio de três missões diplomáticas, destinadas a acompanhar as negociações entre as potências e apresentar as demandas do reino eslavo. A primeira delas envolvia o próprio Milanovic, que decidiu percorrer as capitais da Europa Ocidental. Stojan Novakovic[276], líder do partido progressista, foi enviado à Constantinopla. E, por fim, Nikola Pasic, líder do partido radical, enviado à São Petersburgo.

Nos dias seguintes ao ato, demonstrações de insatisfação e revolta continuaram a surgir em Constantinopla e Belgrado. No dia 10 de outubro, os Jovens Turcos proclamaram um boicote aos produtos austríacos[277]. No dia 11, de acordo com Manojlovic (1993), o Príncipe George[278], herdeiro do trono de Belgrado, fez um inflamado discurso em frente uma multidão de 10 mil pessoas.

A primeira proposta concreta de Izvolsky, acerca de uma agenda a ser discutida na possível conferência para revisão do Tratado de Berlim, surgiu uma semana após a primeira aparição do plano, no dia 12 de outubro. Neste programa, o chanceler russo propôs uma revisão do Tratado de Berlim, frente às recentes violações, e excluiu a questão dos estreitos[279]. Conforme relato de Grey, Izvolsky "[...] propõe que a questão dos estreitos não deveria estar no programa da Conferência, mas discutida em primeira instância entre a

[275]**Mr. Whitehead to Sir Edward Grey**. Belgrade, October 7, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 404.

[276] Stojan Novaković (1842-1915), foi o líder do Partido Progressista e Primeiro-Ministro da Sérvia de 1895 a 1896.

[277]**Consul-General Eyres to Sir Edward Grey**. Constantinople. D. October 10, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 424.

[278] George Karageorgevic (1887-1972), filho mais velho de Peter I – posteriormente, George renunciaria ao seu direito ao trono em 1909, após controvérsia onde assassinou um de seus servos.

[279]**Sir Edward Grey to Sir A. Nicolson**. Foreign Office, October 12, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 424.

Turquia e a Rússia e que qualquer mudança deveria, portanto, depender do consentimento da Turquia." (Tradução nossa)[280]

Grey relatou, em outro documento destinado a seu embaixador em São Petersburgo, que informou à Izvolsky que sua posição era de que o momento seria demasiado inoportuno para apresentar ao Império Otomano uma proposta de revisão do status dos estreitos[281]. Em resposta, o russo comentou que os recentes movimentos austro-húngaros transformaram a percepção czarista em relação a seu vizinho otomano. Conforme Izvolsky, a "Rússia agora desejava apoiar a Turquia como uma barreira contra o avanço austríaco." (Tradução nossa)

Enquanto isso, os rumores de que o Império Russo estaria planejando uma conferência para discutir a anexação chegaram a Viena. No dia 13 de outubro, conforme relata Goschen à chancelaria britânica, o governo austro-húngaro emitiu a seguinte nota:

> 1. Em contradição com declarações recorrentes na imprensa estrangeira, de que nenhuma potência havia sido informada de antemão sobre a anexação, estamos em posição de afirmar que em Buchlau e Salzburgo, a Rússia e a Itália foram informadas da anexação projetada e não levantaram objeções. 2. A Áustria-Hungria ainda não recebeu nenhuma proposta no que diz respeito a uma Conferência. Se uma Conferência tiver lugar, e se ela em conformidade com o ponto de vista bem conhecido da Áustria-Hungria se limitar a sancionar a anexação sem discuti-la, a aceitação de seu princípio, pela Áustria-Hungria, pode ser antecipada. Nada é oficialmente conhecido aqui quanto a outros assuntos que podem fazer parte do programa da Conferência, mas em qualquer caso, eu recordo as relações notoriamente excelentes que existem entre a Monarquia e a Rússia e que quaisquer propostas vindas deste último serão recebudas com consideração favorável por parte da Áustria-Hungria. (Tradução nossa)[282]

Aerenthal, então, seguiu com sua postura de que a anexação era *fait accompli* e os signatários do Tratado de Berlim não tinham qualquer direito de contestá-la. De fato, é inegável que Izvolsky havia concordado com o princípio da anexação. Contudo, segundo sua versão, o chanceler russo havia deixado claro à sua contraparte austro-húngara que a questão seria uma alteração do *status quo* e deveria ser discutida entre as potências. Tittoni, por sua vez, já havia relatado à Tschirschky, no dia 12 de outubro, que em seu encontro com Aerenthal nada foi mencionado acerca de planos para a anexação das províncias. Segundo o ministro italiano, o austro-húngaro sequer teria usado a palavra anexação e

---

[280] "He proposes that question of Straits should not be in programme of Conference, but discussed in first instance between Turkey and Russia and that any change should thus be dependent upon consent of Turkey."
[281] **Sir Edward Grey to Sir A. Nicolson**. Foreign Office, October 12, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 429.
[282] **Sir E. Goschen to Sir Edward Grey**. Vienna, October 13, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 432

apenas deu a entender que qualquer mudança na situação das províncias seria uma questão exclusiva austro-turca[283].

No dia 16 de outubro, Izvolsky e Grey chegaram a um acordo sobre os possíveis pontos a serem levantados em uma conferência. Conforme memorando, os ministros desenvolveram nove tópicos: o estatuto jurídico da Bulgária e suas obrigações de indenização ao Império Otomano; a questão da anexação; a questão de Novi Pazar; as estipulações do artigo 23 do Tratado de Berlim, referente às províncias europeias do império otomano; as estipulações do artigo 61, referente aos habitantes armênios; o artigo 29, que limitava os direitos soberanos de Montenegro; vantagens a serem concedidas para a Sérvia e Montenegro; direitos dos Estados Balcânicos marginais ao Danúbio; e, por fim, a questão das capitulações no Império Otomano[284].

Ao mesmo tempo, Charykov seguiu sua missão de buscar um acordo bilateral com Constantinopla acerca dos estreitos. Em relato de Arthur Nicholson, também datado do dia 16, este informa à Grey que o secretário russo recebeu ordens de Izvolsky para negociar com a Sublime Porta e, caso um consenso fosse obtido, o acordo deveria ser submetido para a conferência e concordância das potências signatárias de Berlim[285].

Enquanto Izvolsky trabalhava conjuntamente com Grey na delimitação de uma agenda para a conferência e Charykov buscava acordos bilaterais com os otomanos, a situação austro-sérvia prosseguiu sua escalada. No dia 21 de outubro, Whitehead se encontrou com Nikola Pasic – que se preparava para partir em direção a sua missão em São Petersburgo. Na interlocução, o político eslavo afirmou que não via as demandas por compensações como suficientes para remediar a situação causada por Aerenthal. Sua grande preocupação era a desnacionalização dos sérvios habitando as províncias e, para evitar tal desfecho, via como única solução o estabelecimento de uma administração autônoma nas províncias. Pasic foi ainda mais além e afirmou que, caso a anexação fosse

---

[283]**Tschirschky, in Vienna, to Prince Bulow**. October 12th, 1908. In: DUGDALE, E. T. S. **German Diplomatic Documents, 1871-1914:** Bismarck's Relations with England. Volume I. Londres: Methuen & Co. 1928. p. 307.

[284]**Memorandum respecting the Near East**. Heads of Programme for Conference agreed upon between M. Isvolski and Sir Edward Grey. Foreign Office, October 16, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 453.

[285]**Sir A. Nicolson to Sir Edward Grey.** St. Petershuryh, D. October 16, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 454.

avalizada pelas potências sem compensações à Belgrado, a Sérvia poderia até mesmo recorrer ao uso da força. Por fim, o sérvio declarou que pretendia relembrar ao governo russo uma promessa feita a ele pelo Czar, quando Pasic servia como representante sérvio em São Petersburgo, onde o imperador supostamente teria estabelecido o compromisso pessoal de jamais permitir a anexação definitiva das províncias à coroa dual[286].

No dia 29 de outubro, Milovanovich apresentou a Edward Grey demandas mais específicas para compensação. O ministro sérvio exigiu uma retificação territorial que possibilitasse o estabelecimento de uma fronteira comum entre a Sérvia e Montenegro – o que, como exposto em diversas passagens, havia sido um dos motivos para a ocupação austro-húngara em Novi Pazar – e acrescentou que, caso não fosse possível tal concessão, Viena deveria se comprometer a manter as províncias em status de autonomia. Não obstante, Milovanovich ainda comentou sobre a possibilidade das seguintes concessões econômicas: linhas férreas que conectassem a Sérvia ao Mar Adriático; a cessão de Spizza para Montenegro; e, por fim, alguns privilégios na navegação do Danúbio[287].

As demandas apresentadas por Belgrado causaram descontentamento em Viena. Como já exposto, Aerenthal havia, mais de uma vez, preconizado o posicionamento de que a questão relativa à situação das províncias era uma questão bilateral austro-turca. Não obstante, como visto, a Sérvia sequer era signatária do Tratado de Berlim – outro elemento que, de acordo com o chanceler austro-húngaro, tornava ilegítima qualquer reivindicação por compensações. A irritação da monarquia dual levou Izvolsky, no dia 2 de novembro, a recomendar que a chancelaria de Belgrado evitasse qualquer ato provocativo aos Habsburgos[288].

Enquanto isso, as relações entre Viena e Constantinopla seguiam travadas para a resolução do imbróglio criado pela anexação. Conforme relatório de Grey, datado de 26 de

[286]**Mr. Whitehead to Sir Edward Grey**. Belgrade, October 21, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 460.
[287]**Sir Edward Grey to Sir A. Nicolson**. Foreign Office, October 29, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 473
[288]**Sir A. Nicolson to Sir Edward Grey**. St. Petershurgh, November 2, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 478.

outubro, o Marquês Pallavicini[289] fez visitas diárias à Sublime Porta para tentativas de negociação. Em contraposição, o governo otomano manteve sua firme postura de protesto frente os atos de outubro[290].

No dia 5 de novembro, Aerenthal recebeu a agenda delimitada por Izvolsky e Grey para uma possível conferência de revisão dos termos de 1878. Edward Schoen relata a reação do chanceler da seguinte forma[291]:

> Quanto ao programa da conferência, disse que esperava responder à nota russa dentro de alguns dias. Ele não tinha qualquer objeção à anexação das províncias ser levantada na conferência, desde que fosse com o propósito de reconhecê-la e não fosse ser objeto de discussão. Mas seria necessário, antes que ele pudesse decidir qualquer coisa, que ele soubesse exatamente o que significava para as palavras " vantagens para Montenegro e Sérvia". Ele disse a Isvolsky em Buchlau, muito claramente, que estava fora de questão que a Sérvia recebesse qualquer compensação territorial às custas da Áustria-Hungria, mas que ele estaria bastante disposto a levar em consideração qualquer proposta que pudesse ser feita no sentido de dar à Sérvia e Montenegro certas vantagens morais e econômicas. Em Montenegro, por exemplo, a revisão do Artigo 29 do Tratado de Berlim; para a Sérvia, acesso ao mar por meio de ferrovias ao Adriático, instalações para o transporte de animais através da Bósnia e Herzegovina e representação na Comissão do Danúbio. (Tradução nossa)[292]

A posição de Aerenthal claramente comprometeu as demandas sérvias por compensação. O chanceler se mostrou irredutível quanto a qualquer compensação territorial proporcionada aos eslavos. Não obstante, como exposto, nos dias 6 e 7 de outubro Izvolsky já havia declarado ao governo otomano que Belgrado não receberia territórios da Sublime Porta – o que comprometia as reivindicações formuladas por Milovanovic e que eram a base da exigência sérvia. Contudo, o reino eslavo seguiu determinado em fazer sentir o peso de sua indignação. No dia 9 de novembro, Aerenthal alertou as potências acerca do

---

[289] Johann Markgraf von Pallavicini (1848-1941), foi o embaixador austro-húngaro na Romênia, entre 1899 e 1906, e em Constantinopla de 1906 a 1918.

[290] **Sir Edward Grey to Sir G. Lowther**. Foreign Office, October 26, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 465.

[291] **Sir E. Goschen to Sir Edward Grey**. Vienna. 'November 5, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 484

[292] "As regards the Programme of the Conference he said that he hoped to answer the Russian note in a few days. He had no objection whatever to the annexation of the provinces being brought up at the Conference so long as it was for the purpose of recognizing it and so long as it was not to be made the subject of discussion. But it would be necessary, before he could decide anything, that he should know precisely what meaning was attached to the words ' ' advantages for Montenegro and Servia. He had told M. Isvolsky at Buchlau very plainly that it was out of the question that Servia should receive any territorial compensation at the expense of Austria-Hungary, but that he would be quite willing to take into his favorable consideration any proposals that might be made in the direction of giving Servia and Montenegro certain moral and economic advantages. In Montenegro for instance the revision of Article 29 of the Berlin Treaty; for Servia, access to the sea by means of the Adriatic Railway, facilities for the transport of livestock through Bosnia and Herzegovina, and representation in the Danube Commission."

comportamento hostil de Belgrado e supostas operações militares incompatíveis com a situação[293].

De fato, Belgrado vinha tentando costurar arranjos orientados contra a monarquia dual. Como relatou Whitehead, agente britânico em Belgrado, o reino eslavo vinha negociando uma aliança com o Império Otomano e esperava, futuramente, a adesão da Bulgária e Grécia – a Romênia, por suas relações com a tríplice aliança, estava fora dos planos. O embaixador relatou, ainda, ter recebido a informação de que Novakovic, em sua missão à Constantinopla, havia recebido a promessa de Kamil Pasha[294] de que o Império Otomano não reconheceria o ato de anexação e demandaria a autonomia da Bósnia e Herzegovina com suserania da Sublime Porta – um arranjo favorável aos interesses sérvios, uma vez que excluía a possibilidade das ações de desnacionalização empreendidas pela Áustria-Hungria. Não obstante, o documento ainda cita possíveis negociações paralelas para uma convenção similar entre Otomanos e Montenegrinos[295].

No entanto, tentativas otomanas de direcionar a convenção também contra os búlgaros – em função das instáveis relações após a declaração de independência – acabaram por fazer ruir um possível acordo. Em relato de 13 de novembro, Whitehead informou que os representantes sérvios o haviam apresentado os termos presentes nas propostas otomanas. Constantinopla sugeriu uma emenda determinando que, em caso de uma guerra contra a Bulgária, o território conquistado seria repartido igualmente entre o Império Otomano e a Sérvia[296].

Como vimos, Belgrado e Sofia vinham em processo de reaproximação desde a ascensão da nova dinastia na Sérvia – em contraposição aos Obrenovic que, em 1885, haviam declarado guerra aos búlgaros na ocasião da unificação do país vizinho – evidenciada pelo acordo estabelecido entre os Estados em 1904. Seria, portanto, inviável

---

[293]**Sir Edward Grey to Mr. Whitehead**. Foreign Office, November 9, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 491.

[294] Mehmed Kâmil Pasha (1833-1913), foi o Grão-Vizir do Império Otomano em quatro oportunidades: de 1885 a 1891, em 1895, de 1908 a 1909 e de 1912 a 1913.

[295]**Mr. Whitehead to Sir Edward Grey**. Belgrade, D. November 10, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 492.

[296]**Mr. Whitehead to Sir Edward Grey**. Belgrade, November 13, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 496.

executar outro instrumento diplomático que fosse orientado contra Sofia. Além disso, a chancelaria sérvia já havia declarado que a independência búlgara não afetava os interesses do reino.

A diplomacia sérvia ainda tentou uma última alternativa, elaborando a sugestão de que todo o documento deveria ser substituído por um simples acordo onde as partes se comprometiam a não reconhecer a anexação e a independência búlgara sem consentimento prévio. Contudo, a Sublime Porta se viu profundamente incomodada com o ato sérvio de divulgar as negociações para Londres e São Petersburgo – o que gerou a intervenção britânica, quando estes foram informados sobre a tentativa de direcionamento contra Sofia – e encerrou as negociações[297].

Paralelamente, Izvolsky seguiu tentando controlar o comportamento sérvio. No dia 17 de novembro, o chanceler deu as seguintes declarações à Nikola Pasic[298]:

> O embaixador russo visitou o Ministério das Relações Exteriores hoje e leu para Sir C. Harding um telegrama acerca de uma entrevista com Pasic, o enviado especial sérvio à São Petersburgo. Os pontos salientes foram os seguintes: O governo russo pressionaria no sentido de que a questão do reconhecimento da anexação da Bósnia e Herzegovina fosse submetida à Conferência sem prejulgar suas decisões. O governo russo daria seu apoio diplomático à Sérvia, contanto que Sérvia não embarcasse em uma política agressiva ou assumisse uma atitude provocativa, mas a Sérvia não poderia contar com seu apoio armado. O governo russo era a favor de uma entente entre a Sérvia e a Turquia, desde que não fosse dirigida contra outro país eslavo. Pasic teria ficado satisfeito com essas garantias e prometido repeti-las fielmente em Belgrado. (Tradução nossa)[299]

No dia seguinte, 18 de novembro, Izvolsky reafirmou seu posicionamento de que a conferência jamais poderia ser utilizada para uma mera ratificação pré-acordada do ato de anexação das províncias. Em interlocução com Arthur Nicholson, o chanceler afirmou que a Áustria-Hungria havia reconhecido a soberania otomana no Tratado de Berlim e na

---

[297]**Mr. Whitehead to Sir Edward Grey**. Belgrade, November 20. 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 502.

[298]**Sir Edward Grey to Sir A. Nicolson**. Foreign Office, November 17, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 500.

[299] "The Russian Ambassador called at the Foreign Office today and read to Sir C. Harding a telegram recording an interview with Monsieur Pasic the Servian special Envoy to St. Petersburg. The salient points were the following: The Russian Government would press for the question of the recognition of the annexation of Bosnia and Herzegovina being submitted to the Conference without prejudging its decisions. The Russian Government would give their diplomatic support to Servia provided that Servia did not embark on an aggressive policy or assume a provocative attitude, but that Servia could not count on her armed support. The Russian Government were in favour of an entente between Servia and Turkey provided that it was not directed against another Slav country. Monsieur Pasic was said to have been satisfied with these assurances and to have promised to repeat them faithfully at Belgrade."

convenção bilateral estabelecida com a Sublime Porta em 1879. Desta forma, a exemplo de 1871, quando São Petersburgo submeteu os termos do Tratado de Paris a uma revisão na Conferência de Londres, Viena deveria fazer o mesmo se quisesse romper com quaisquer termos de Berlim[300].

Mesmo com os protestos russo-eslavos acerca de sua interpretação, Aerenthal manteve a postura de que o acerto de contas referente à anexação estava confinado ao âmbito das relações austro-otomanas. A grande problemática é que ainda não havia negociações ocorrendo entre as partes. Conforme relato do dia 18 de novembro, o boicote promovido pelos Jovens Turcos seguiu impactando diretamente os interesses de Viena em Constantinopla – afinal de contas, como vimos, a penetração econômica era um dos pilares da política de avanço Habsburgo em direção aos Bálcãs desde 1878. Aerenthal tornou o fim do boicote uma questão *sine qua non* ao início das negociações. Kamil Pasha, pressionado também pelo embaixador alemão, afirmou ter enviado ordens para o fim do embargo nas casas alfandegárias, contudo, conforme o Grão-Vizir a indignação da opinião pública impossibilitou qualquer resultado prático[301].

A situação inicial, portanto, parecia aos poucos estar fugindo do controle austro-húngaro. São Petersburgo que, ao menos na versão de Aerenthal, havia declarado sua conivência com o ato em Buchlau, agora vociferava pela realização de uma conferência para possível contestação do ato. A Sérvia, ao sul, protestava com tons severos de indignação – o que começou a levantar preocupações acerca de uma possível insurreição nas províncias recém-anexadas. Por fim, o acordo com o Império Otomano, essencial para legitimar o ato e encaminhar a ratificação deste nas demais chancelarias, estava sem perspectiva. Mais de 40 dias haviam se passado e, além das negociações sequer terem iniciado, Viena ainda sofria com o boicote aos seus produtos.

Desta forma, o cenário premeditou uma postura mais agressiva da monarquia. No dia 24 de novembro, Whitehead transmitiu para Edward Grey o relato de Franz von

---

[300]**Sir A. Nicolson to Sir Edward Grey**. St. Petershurgh, D. November 18, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 501.

[301]**Sir A. Nicolson to Sir Edward Grey**. St. Petershurgh, D. November 18, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 504.

Jessen[302], um jornalista dinamarquês que havia recém-chegado à Belgrado após uma viagem pela Bósnia, Herzegovina e Novi Pazar. Conforme o relato de von Jessen, a situação militar nas fronteiras da Áustria-Hungia com a Sérvia e Montenegro eram "exatamente o oposto daquela descrita pelos jornais austríacos". Jessen descreveu uma intensa vigilância na fronteira, tendo sido acompanhado por esquadrões militares e sujeito a revistas pessoais durante todo o trecho[303].

A progressão da presença militar austro-húngara nas fronteiras logo foi notada em Belgrado. No dia 2 de dezembro, Edward Grey afirmou que a Sérvia havia protestado em relação à situação e, segundo o reino eslavo, a única justificativa para a movimentação militar ao norte de sua fronteira era a de que Viena preparava-se para invadir o reino. Assim sendo, Belgrado exigiu uma normalização da situação[304].

No dia 7 de dezembro, Beckendorff apresentou para a chancelaria britânica um relatório que continha as medidas de mobilização adotadas pela Áustria-Hungria. Três corporações do exército foram fortalecidas com reforços de outras guarnições e a renovação do tempo de serviço de seus reservistas. Ao todo, estas corporações receberam um incremento de 60 mil soldados. Não obstante, estes estavam equipados com novos armamentos e uma linha contínua de tropas foi estabelecida ao longo do Rio Drina – na fronteira com a Sérvia. O percurso dos rios Sava e Danúbio foram reforçados com postos de observação e, por fim, em Trieste 50 mil soldados embarcaram com destino ao porto de Ragusa[305].

Poucos dias depois, em 11 de dezembro, Aerenthal se reuniu com Fairfax Cartwright. Na ocasião, o chanceler questionou o embaixador britânico se este tinha alguma sugestão de oferta a ser apresentada para a Sublime Porta. Cartwright, então sugeriu a possibilidade de uma compensação pecuniária paga pela monarquia dual aos otomanos. A esta sugestão, o agente inglês recebeu a ríspida resposta de que, junto a compensação, a

---

[302] Provavelmente, Franz Christopher von Jessen (1870-1949), autor e jornalista dinamarquês com diversos livros publicados.

[303]**Mr. Whitehead to Sir Edward Grey**. Belgrade, D. November 24, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 504.

[304]**Sir Edward Grey to Sir F. Bertie**. Foreign Office, December 2, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 516

[305]**Note commvnicated hy Count Benckendorff respecting Moveinents of Austrian Troops.**Foreign Office, December 7, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 522.

Áustria-Hungria submeteria à Constantinopla a conta pelos custos dos 30 anos de administração dos Habsburgos nas províncias. Após a reação do chanceler, o britânico prosseguiu a com a sugestão de Viena tomar parte em um empréstimo garantido ao novo governo otomano – algo que Aerenthal sinalizou estar relativamente aberto a discutir. Quanto à questão de compensações econômicas à Sérvia, ao ser interpelado, o chanceler informou que estaria aberto à construção de uma ferrovia ligando a Sérvia a algum porto na Dalmácia[306].

No dia 23 de dezembro, o chanceler voltou a se posicionar quanto à realização de uma conferência[307]:

> Para ele, a posição da Áustria-Hungria era clara: ela não se opunha a uma conferência, mas deveria primeiro obter da Turquia o reconhecimento da anexação das duas províncias. Feito isso, o horizonte político seria mais favorável. No que diz respeito às pretensões da Sérvia e de Montenegro, o Barão von Aehrenthal parecia disposto a atendê-las da maneira mais conciliatória, com base em concessões econômicas, como ferrovias, portos francos, etc. Fiz uma alusão ao possível estabelecimento de uma linha de trânsito livre pela Bósnia; sem aprová-la, Sua Excelência não combateu a ideia com muito vigor. (Tradução nossa)[308]

Assim, mesmo com a situação diplomaticamente desfavorável e contando apenas com o apoio de Berlim em sua interpretação dos termos de 1878, Aerenthal insistiu na tese de que a anexação era *fait accompli*. Paulatinamente, no dia 24 de dezembro, um novo relatório de Cartwright informou que o exército dual já tinha um excedente de 80 mil soldados, comparado aos tempos de paz, e as fábricas de munição vinham trabalhando diariamente[309].

Se as negociações para a resolução da questão da anexação estavam emperradas, as negociações búlgaro-otomanas para um acordo referente à independência de Sofia não se

---

[306]**Sir F Cartwright to Sir Edward Grey**, Vienna, December 11, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 526.

[307]**Sir F. Cartwright to Sir Edward Grey**. Vienna, D. December 23, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 535.

[308] "For him the position of Austria-Hungary was clear: she did not object to a Conference but she must first obtain from Turkey the recognition of the annexation of the two Provinces. That achieved, the political horizon would be brighter. As regards the pretensions of Servia and Montenegro, Baron von Aehrenthal seemed willing to meet them in the most conciliatory manner on the basis of economic concessions, such as railways, free ports, etc. I dropped an allusion to the possible establishment of a line of free transit through Bosnia; without approving of it, His Excellency did not combat the idea very vigorously."

[309]**Sir F. Cartwright to Sir Edward Grey.** Vienna, December 24, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 536.

encontravam em melhor estado. Aerenthal, então, decidiu propor a São Petersburgo uma manifestação conjunta para pressionar a Sublime Porta em aceitar as ofertas feitas pela Bulgária.

Em documento do dia 30 de dezembro, onde Nicholson relatou à Grey sua interlocução com Izvolsky, o chanceler russo classificou a proposta de Viena como "estranha". De acordo com o ministro czarista, a ação de Aerenthal deixava claro que o momento da anexação e declaração de independência havia sido premeditado pela Bulgária e Áustria-Hungria. Não obstante, após a recusa otomana da última oferta apresentada por Sofia, Izvolsky relatou ter recebido uma comunicação do governo búlgaro onde o mesmo afirmava estar mais disposto a ir à guerra do que apresentar uma proposta ainda mais onerosa ao seu Estado[310].

Poucos dias depois, a situação tornou-se ainda mais delicada devido a um inflamado discurso proferido por Milovanovic frente à *skupshtina*. Em sua fala, o chanceler acusou a Áustria-Hungria de, durante a ocupação das províncias, ter relegado a população sérvia a um regime análogo a escravidão. Aerenthal reagiu abruptamente às acusações. O austro-húngaro afirmou que não poderia lidar com tranquilidade a uma acusação de que Viena teria utilizado de má fé as prerrogativas atribuídas no Tratado de Berlim. Para Aerenthal, o ato de Milovanovic era um atentado à dignidade da monarquia dual[311]. Em documento de 5 de janeiro, Cartwright chegou a questionar o ministro se uma renúncia de Milovanovic seria suficiente para amenizar a turbulência nas relações entre as partes. Como resposta, Aerenthal afirmou que não esperava nada menos que uma nota onde o governo de Belgrado deveria repudiar as declarações feitas por seu agente[312].

Posteriormente, no dia 11 de janeiro, o governo austro-húngaro enfim avançou com propostas concretas para a Sublime Porta. Conforme relatado por Gerard Lowther, as propostas continham três pontos: a renúncia aos direitos de ocupação em Novi Pazar; o estabelecimento de um acordo de comércio entre Viena e Constantinopla; e, por fim, um

---

[310]**Sir A. Nicolson to Sir Edward Grey**. St. Petershurgh, December 30, 1908. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 544.

[311]**Sir F. Cartwright to Sir Edward Grey**. Vienna, D. January 6, 1909. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 555.

[312]**Sir F. Cartwright to Sir Edward Grey**. Vienna, January 5, 1909. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 550.

pagamento de 2,5 milhões de liras turcas como indenização pelas propriedades da corte otomana nas províncias[313].

No mesmo dia 11, Edward Grey tentou intervir para auxiliar no andamento da questão búlgaro-otomana. O chanceler britânico apresentou uma proposta onde Londres, Paris e São Petersburgo deveriam sugerir a Sofia uma oferta pecuniária de 125 milhões de francos como indenização pela proclamação da independência[314].

No dia 13 de janeiro, Cartwright relatou interlocução com o embaixador otomano em Viena. O representante da Sublime Porta afirmou que seria improvável que um desfecho positivo fosse obtido com bases puramente pecuniárias. Quando interpelado acerca de que outros elementos o governo de Sofia poderia oferecer para obtenção de um acordo, o diplomata britânico recebeu a resposta de que o governo otomano consideraria a formulação de uma aliança ofensiva e defensiva com o novo Estado independente[315]. Desta forma, Constantinopla buscou replicar a estratégia que já havia fracassado com Belgrado. Não obstante, o movimento otomano é um claro indício que, para a Sublime Porta, o ato de Viena e a expansão de sua influência nos Bálcãs preconizaram uma perspectiva muito mais ameaçadora que a do surgimento de um novo ator independente na península.

Contudo, mesmo com a proposta formulada pelos britânicos e a abertura otomana em negociar uma aliança, Sofia seguiu irredutível em sua posição. No dia 25 de janeiro, a chancelaria britânica recebeu informações de militarização em ambos os lados da fronteira búlgaro-otomana[316]. Cinco dias depois, Izvolsky relatou ter recebido do governo búlgaro algo muito próximo de um ultimato à Constantinopla, onde Sofia declarava não existir qualquer possibilidade da oferta pecuniária ser superior a 82 milhões de francos – algo bem distante dos 125 sugeridos por Grey como o mínimo aceitável para um acordo. Não

---

[313]**Sir G. Lowther to Sir Edward Grey**. Constantinople, January 11, 1909. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 562.

[314]**Sir Edward Grey to Sir A. Nicolson**. Foreign Office, January 11, 1909. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 562.

[315]**Sir F. Cartwright to Sir Edward Grey**. Vienna, January 13, 1909. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 564.

[316]**Sir Edward Grey to Sir G. Lowther**. January 25, 1909. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 579

obstante, o agente búlgaro havia informado que, caso a Sublime Porta não aceitasse os termos, Sofia estava preparada para "recorrer a outros meios" [317].

Conforme relatado por Nicholson neste mesmo documento, Izvolsky demonstrou-se extremamente preocupado com a situação e a classificou como de grande perigo. A mobilização búlgara levou São Petersburgo a adotar uma postura mais ativa, no sentido de evitar um embate entre Sofia e Constantinopla – o que, tendo em vista os recentes acontecimentos na península poderia acarretar um conflito de grandes proporções – e, também, evitar que a Bulgária, liberta pelos russos em 1878, migrasse para a esfera de influência de Viena.

No dia 3 de fevereiro, apenas três dias após Izvolsky relatar a situação para os britânicos, Cartwright questionou Aerenthal acerca da possibilidade de uma guerra búlgaro-otomana. O chanceler austríaco afirmou não haver qualquer chance de conflito e classificou a mobilização como um excelente blefe de Sofia. Conforme Aerenthal, com apenas um movimento, a Bulgária foi capaz de fazer a Sublime Porta recuar e São Petersburgo tomar a iniciativa em apresentar uma proposta de mediação. Segundo o embaixador britânico, Aerenthal parecia estar extremamente irritado com a ação russa. Segundo Cartwright, este ainda recebeu a opinião do embaixador otomano que este não se surpreenderia caso o austro-húngaro decidisse endurecer sua postura na questão com a Sérvia para se vingar de Izvolsky[318].

De fato, o Império Russo avançou com uma considerável proposta para auxiliar Sofia a obter um acordo com os otomanos. Conforme relato de Lowther, do dia 6 de fevereiro, o embaixador russo comunicou ao Grão-Vizir uma oferta onde a Bulgária estabeleceria um acordo próximo aos 120 milhões de francos – sendo, tal montante, revertido diretamente da indenização que a Sublime Porta ainda devia a São Petersburgo pela guerra de 1878. Segundo o agente britânico, os otomanos planejaram, então, apresentar uma contraproposta onde todo o montante restante da indenização seria perdoado para que

[317]**Sir A. Nicolson to Sir Edward Grey**. St. Petershurgh, D. January 30, 1909. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 581.

[318]**Sir F. Cartwright to Sir Edward Grey**. Vienna, February 3, 1909. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 588.

a independência fosse reconhecida[319]. Como resultado da intervenção russa e a abertura de Constantinopla a discutir os termos, a Bulgária dispensou seus reservistas no dia 9 de fevereiro[320].

A atitude de Izvolsky, de oferecer a indenização devida pelos otomanos como garantia do pagamento da indenização búlgara, revelam a determinação do ministro russo em evitar que a Bulgária se aproximasse de Viena e a Áustria-Hungria consolidasse seu avanço nos Bálcãs. Ao abrir mão da indenização, Izvolsky se desfez de um instrumento diplomático que poderia ser utilizado para controlar as ações da Sublime Porta.

Paralelamente, os tensionamentos austro-sérvios seguiram sem resolução. Milovanovic foi mantido no cargo, mesmo após seu inflamado discurso, e a situação de militarização nas fronteiras seguiu adiante. Janos Forgach[321], em interlocução com Whitehead no dia 18 de janeiro, afirmou que o Império Austro-húngaro estava aberto a negociações com Belgrado desde que as demandas eslavas estivessem dentro de um campo prático e real – ou seja, excluindo-se qualquer possibilidade de concessões territoriais ou de um regime autônomo nas províncias anexadas. Quanto a questões econômicas, Forgach afirmou que era inviável a Áustria-Hungria avançar com qualquer proposta, uma vez que a Sérvia já havia declarado que elas seriam efusivamente rejeitadas[322].

Já em fevereiro, as previsões feitas pelo embaixador otomano em Viena para Cartwright começaram a se materializar. No dia 14, Izvolsky enviou mensagem ao embaixador russo em Paris, se opondo a um suposto plano de Aerenthal apresentar o argumento de que a resolução da questão austro-sérvia, a exemplo da austro-otomana, era uma questão bilateral e não estava sujeita a intervenção ou mediação das demais potências. Segundo o chanceler russo, tal hipótese era completamente inaceitável, uma vez que deixaria o reino eslavo a mercê de uma Áustria-Hungria já em estado de mobilização. Não obstante, Izvolsky informou, ainda, que orientaria Belgrado a desistir de todas as demandas

[319]**Sir G. Lowther to Sir Edward Grey**. Pera, D. February 6, 1909. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 593.

[320]**Sir Edward Grey to Sir G. Buchanan**. Foreign Office, February 9, 1909. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 595.

[321] János Forgách de Ghymes et Gács (1870-1935), foi o ministro austro-húngaro na Sérvia de 1907 a 1911.

[322]**Mr. Whitehead to Sir Edward Grey**. Belgrade, D. January 18, 1909. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 567.

envolvendo compensações territoriais e afirmando que a Sérvia deveria deixar a resolução da questão para as potências[323].

No dia 17 de fevereiro, foi apresentada uma proposta de nota a ser emitida pelo governo sérvio. A nota foi, supostamente, elaborada em Berlim – mas, Izvolsky suspeitava que sua redação havia sido feita em Viena. Na ocasião, o ministro czarista voltou a se opor ao princípio, implícito na nota, de que a questão poderia ser resolvida com um acordo envolvendo apenas a Áustria-Hungria e a Sérvia. Para além, Izvolsky classificou como igualmente inaceitável uma passagem onde Belgrado abdicaria de quaisquer pretensões territoriais além das fronteiras atuais do reino[324].

A situação nos Bálcãs e a firme postura de Aerenthal trouxeram grandes preocupações para Izvolsky. Embora sua diplomacia houvesse, ao menos temporariamente, apaziguado as relações búlgaro-otomanas, o ministro russo viu a posição de Aerenthal – referente à anexação ser uma questão exclusivamente situada no âmbito das relações austro-otomanas – ganhar cada vez mais força. Agora, o chanceler dual parecia tentar utilizar a mesma estratégia para silenciar Belgrado.

A preocupação de Izvolsky o levou, no dia 13 de fevereiro, a interpelar o embaixador britânico em Petersburgo. Na ocasião, o ministro russo encontrava-se extremamente alarmado com um comunicado emitido pela chancelaria alemã, afirmando que Berlim e Londres tinham um completo entendimento no Oriente Próximo. Izvolsky prosseguiu[325]:

> Ele diz que isso significa que a Grã-Bretanha se juntou à Alemanha e à Áustria na política do Oriente Próximo. A França estabeleceu relações melhores com a Alemanha e a Rússia foi isolada. Simultaneamente com isso, ele descobre, a partir de informações de uma boa fonte, o que é confirmado pela atitude ameaçadora em relação à Sérvia adotada pela imprensa austríaca e húngara, que a Áustria pretende apresentar em breve um ultimato à Sérvia, que, se não for obedecido, será provavelmente seguido por uma expedição punitiva. Ele tem

[323]**Iswolsky to the Russian Ambassador at Paris**. Telegram, Feb. 14, 1909. In: SCHREINER, George A. **Entente Diplomacy and the World**: Matrix of the History of Europe, 1909-1914. Londres: George Alan & Unwin Ltd. 1934. p. 234

[324]**Iswolsky to the Russian Embassy at London**. Telegram, Feb. 17, 1909. In: SCHREINER, George A. **Entente Diplomacy and the World**: Matrix of the History of Europe, 1909-1914. Londres: George Alan & Unwin Ltd. 1934. p. 235.

[325]**Sir A. Nicolson to Sir Edward Grey**. St. Petershurgh, February 13, 1909. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 596.

> certeza de que muito em breve isso ocorrerá, e que a Áustria está agora convencida de que apenas a Rússia fará objeções. (Tradução nossa)[326]

Neste sentido, se torna evidente como Izvolsky passou a perceber que São Petersburgo se encontrava em uma posição desfavorável em relação à Viena. Seus parceiros próximos, a França e Inglaterra, jamais estariam dispostos a embarcar em uma aventura militar para decidir o futuro da Bósnia e Herzegovina. Em contrapartida, no lado austro-húngaro, seu aliado germânico demonstrou um firme compromisso em apoiar a incisiva linha de política externa adotada por Aerenthal. Em última instância, o Império Russo poderia se ver isolado em uma guerra frente às potências germânicas. Esta perspectiva de Izvolsky foi, ainda, reforçada por relato enviado pelo embaixador russo em Paris, no dia 18 de fevereiro. Em sua comunicação, o agente czarista informou que a opinião pública francesa consideraria uma "insanidade" ir à guerra em defesa das reivindicações de Belgrado – que sequer teria qualquer direito legítimo em relação às províncias[327].

Para piorar a situação, o chanceler czarista não via com bom prognóstico o desenrolar das negociações entre Viena e Belgrado. No dia 17 de fevereiro, Izvolsky declarou à Nicholson não acreditar que as concessões que Viena estava disposta a apresentar para Belgrado – nomeadamente, a construção de uma ferrovia ao longo do território da monarquia dual, conectando o reino eslavo a um porto Dálmata – surtiriam efeito em mudar a postura do reino. De acordo com Izvolsky, a Sérvia ainda ressentia experiências passadas de ter seu fluxo comercial dependente do trânsito nos territórios da monarquia dual[328].

Enquanto isso, Aerenthal seguiu sua rígida postura de continuas acusações ao governo de Belgrado. No mesmo dia 17 de fevereiro, Cartwright enviou comunicação

---

[326] "He says this means Great Britain has joined Germany and Austria in Near Eastern policy. France has come into better relations with Germany, and Russia has been isolated. Simultaneously with this he learns, from information from a good source, which is (? decidedly) confirmed by threatening attitude towards Servia adopted both by Austrian and Hungarian press, that Austria intends to present shortly an ultimatum to Servia, which, if not obeyed, will be probably followed by a punitive expedition, or execution, as it is termed. He is quite certain that very shortly this will occur, and that Austria is now convinced that only Russia will object to it."

[327] **The Russian Ambassador at Paris to Iswolsky**. Letter, Feb. 18, 1909. In: SCHREINER, George A. **Entente Diplomacy and the World**: Matrix of the History of Europe, 1909-1914. Londres: George Alan & Unwin Ltd. 1934. p. 238.

[328] **Sir A. Nicolson to Sir Edward Grey**. St. Petershurgh, D. February 17, 1909. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 603.

informando que o húngaro via com grande inquietude as supostas ações de mobilização levadas a cabo pelo reino eslavo[329]. No dia seguinte, Izvolsky buscou interceder em favor de seu aliado. O ministro russo afirmou à Arthur Nicholson ter indícios suficientes para acreditar que Viena preparava um ataque à Sérvia e, por sua vez, este seria completamente sem motivos. O chanceler afirmou, ainda, que um ataque dual ao território eslavo poderia compelir a Rússia a intervir no conflito[330].

Ainda no dia 18, Izvolsky apresentou informações ainda mais preocupantes. Segundo relato de Nicholson, o chanceler havia recebido a informação de que o ministro das finanças da monarquia dual havia alocado 20 milhões de francos, não apenas para ações contra Belgrado, mas também para mobilização na fronteira russa[331].

No dia 22 de fevereiro, Whitehead relatou interlocução com Forgach, que se preparava para passar um período de ausência de seu posto em Belgrado. Antes de retornar à Viena, o agente Habsburgo informou que a monarquia dual exigiria do reino eslavo não apenas o fim das operações militares, mas também o encerramento de quaisquer atividades de propaganda realizadas nas províncias. Para Forgach, a única alternativa seria uma completa reversão das políticas adotadas por Belgrado[332].

Dois dias depois, Aerenthal voltou a expressar para Cartwright seus argumentos para a postura da monarquia dual em relação a Belgrado. O chanceler informou que a Áustria-Hungria havia, agora, obtido um acordo com o Império Otomano referente às províncias. Não obstante, a monarquia não poderia aceitar de forma alguma a hipótese de que os interesses sérvios haviam sido violados, uma vez que, a própria independência do reino eslavo se deve ao documento de 1878. Aerenthal afirmou, ainda, que a Áustria-

---

[329]**Sir F. Cartvright to Sir Edward Grey**. Vienna, February 17, 1909. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 602.

[330]**Sir A. Nicolson to Sir Edward Grey**. St. Petersburgh, February 18, 1909. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 606.

[331]**Sir A. Nicolson to Sir Echcard Grey**. St. Petershurqh, Fehruarij 18, 1909. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 606.

[332]**Mr. Whitehead to Sir Edward Grey**. Belgrade, February 22, 1909. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 616.

Hungria não poderia fechar os olhos a política armamentista de Belgrado e ao fato de que as pretensões da Sérvia apenas poderiam ser atingidas com atos de hostilidade à Viena[333].

No dia 26 de fevereiro, a política de Izvolsky foi abalada por mais um choque que demonstrava a fragilidade da posição russa na controvérsia. Em documento desta data, Nicholson relatou que o chanceler russo, em sua mais recente interlocução, demonstrava-se extremamente preocupado com a postura da política francesa. Confirmando as suspeitas de que Paris jamais havia demonstrado compromisso em auxiliar o Império Russo em suas reivindicações e, agora, havia consentido com a interpretação de Viena de que as negociações para resolução da questão da anexação deveriam ser conduzidas exclusivamente entre a monarquia dual e a Sérvia. Segundo Izvolsky, a estratégia da aliança austro-alemã era apresentar propostas inaceitáveis para São Petersburgo, de forma a distanciar a Rússia de seus aliados e vender a imagem do Estado czarista como empecilho para o estabelecimento da paz[334].

Posteriormente, já no primeiro dia do mês de março, Viena apresentou suas demandas para início das negociações com a Sérvia. Estas foram as seguintes: completa mudança na orientação de política externa em Belgrado; desarmamento; renúncia a qualquer reivindicação por compensações (não apenas territoriais); e, por fim, disposição em aceitar qualquer rumo político definido pela monarquia dual para a questão da anexação[335].

A agressiva postura adotada por Aerenthal premeditou um recuo no posicionamento Sérvio. No dia 2 de março, o embaixador russo em Belgrado informou a Izvolsky que Milanovic pretendia abdicar das demandas por compensação territorial e entregar a questão ao julgamento das potências. Na mesma oportunidade, o chanceler sérvio anunciou que não

---

[333]**Sir F. Cartwright to Sir Edward Grey**. Vienna, February 24, 1909. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 620.

[334]**Sir A. Nicholson to Sir Edward Grey**. St. Petershurgh, February 26, 1909. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 627.

[335]**Sir Edward Grcij to Sir A. Nicolson**. Foreign Office, March 1, 1909. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 643.

via com bons olhos o ato de negociar a questão bilateralmente com Viena, como sugerido pela interpretação de Aerenthal[336].

O posicionamento de Belgrado foi oficializado em nota circular, no dia 05 de março, que discorreu da seguinte forma[337]:

> Partindo do pressuposto de que as relações da Sérvia com a Áustria-Hungria, após a proclamação da anexação da Bósnia e da Herzegovina, permaneceram normais do ponto de vista jurídico, o Governo Real de forma alguma acalenta a intenção de provocar uma guerra com a monarquia vizinha, nem tem qualquer desejo de alterar essas relações jurídicas, estando determinado a cumprir as suas obrigações de vizinhança amigável para com a Áustria-Hungria. Abstendo-se de toda interferência em uma questão cuja solução está nas mãos das Potências Signatárias do Tratado de Berlim, em cujo senso de justiça ela tem plena confiança, a Sérvia também não exige nenhum tipo de compensação da Áustria-Hungria como consequência da questão bósnio-herzegoviniana, seja de natureza territorial, política ou econômica, e está pronta agora, como até agora, para examinar com o Gabinete de Viena as questões que dizem respeito às relações econômicas entre os dois países. (Tradução nossa)[338]

No entanto, a circular de Belgrado não foi suficiente para apaziguar os ânimos austro-húngaros. No mesmo dia 2, Cartwright relatou um inflamado discurso do primeiro-ministro da Hungria, criticando o posicionamento sérvio e defendendo a perspectiva de que as tratativas deveriam se restringir a um acordo bilateral entre os Estados[339]. No dia 3 de março, Edward Grey recebeu contato do governo alemão afirmando que a Sérvia deveria renunciar a quaisquer pretensões territoriais – como já havia feito – e entrar em contato diretamente com Viena para negociar termos econômicos. Não obstante, Grey recebeu a

---

[336]**The Russian Minister at Belgrade to Iswolsky**. Telegram, March 2, 1909. In: SCHREINER, George A. **Entente Diplomacy and the World**: Matrix of the History of Europe, 1909-1914. Londres: George Alan & Unwin Ltd. 1934. p. 241.

[337]**Iswolsky to the Russian Embassy at London**. Telegram, mar. 05, 1909. In: SCHREINER, George A. **Entente Diplomacy and the World**: Matrix of the History of Europe, 1909-1914. Londres: George Alan & Unwin Ltd. 1934. p. 245

[338] Proceeding from the assumption that the relations of Serbia with Austria-Hungary, after the proclamation of the annexation of Bosnia and the Herzegovina, have from a legal point of view remained normal, the Royal Government in no wise cherishes the intention of provoking a war with the neighboring monarchy, nor has it any desire to alter these legal relations, being determined to fulfil its obligations of friendly neighborliness towards Austria-Hungary. Refraining from every interference in a question the solution of which rests in the hands of the Signatory Powers of the Berlin Treaty,^ in whose sense of justice she has full confidence, Serbia likewise demands no kind of compensation from Austria-Hungary as a consequence of the Bosnian-Herzegovinian question, be it of a territorial, political or economic nature, and is ready now, as heretofore, to examine with the Vienna Cabinet those questions which relate to the economic relations between the two countries.

[339]**Sir F. Cartwright to Sir Edward Grey**. Vienna, March 2, 1909. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 647.

informação de que, caso Belgrado rejeitasse tal visão, mais um gargalo seria criado no processo de resolução dos atos de 1908[340].

Outro instrumento utilizado por Aerenthal, para coagir Belgrado à submissão em relação a Viena, foi instrumentalizar o encerramento do acordo econômico existente entre os Estados – assinado com termos relativamente favoráveis à Belgrado, após seu sucesso em desvencilhar-se da dependência de Viena, em 1905 – que se encerraria no dia 31 de março. Como vimos, embora Belgrado houvesse reduzido drasticamente a participação austro-húngara em seu comércio, a não-renovação do acordo comercial ainda traria duros impactos para o reino. No dia 8 de março, conforme relata Edward Grey, Forgach foi instruído por Aerenthal a informar à Sérvia que, caso a questão não fosse resolvida com tempo hábil para ratificação do novo tratado, uma guerra tarifária teria início[341].

No dia 11 de março, o embaixador austro-húngaro em São Petersburgo apresentou a Izvolsky os termos do acordo austro-otomano. Conforme despacho enviado pelo chanceler para a embaixada de Londres, mesmo confrontado com um arranjo entre Viena e Constantinopla – que, de fato, foi a parte mais afetada pelos atos ocorridos em outubro – Izvolsky manteve o posicionamento de que o acordo não excluía a possibilidade de uma conferência para revisão dos termos de 1878[342]. Contudo, no mesmo dia, o chanceler voltou a se comunicar com a embaixada. Desta vez, de forma mais pessimista. Izvolsky informou a seus agentes que Viena não compartilhava da mesma visão e insistiria no posicionamento de que a conferência deveria se reunir apenas para ratificar os arranjos bilaterais obtidos pela monarquia dual[343].

---

[340]**Sir Edward Grey to Sir E. Goschen**. Foreign Office, March 3, 1909. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 653.

[341]**Sir Edward Grey to Sir F. Cartwright**. Foreign Office, March 8, 1909. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 663.

[342]**Izvolsky to the Russian Embassy at London**. Telegram, March 11, 1909. In: SCHREINER, George A. **Entente Diplomacy and the World**: Matrix of the History of Europe, 1909-1914. Londres: George Alan & Unwin Ltd. 1934. p. 248.

[343]**Izvolsky to the Russian Embassy at London**. Telegram, March 11, 1909. In: SCHREINER, George A. **Entente Diplomacy and the World**: Matrix of the History of Europe, 1909-1914. Londres: George Alan & Unwin Ltd. 1934. p. 248.

Já no dia seguinte, a embaixada russa em Londres respondeu o contato do chanceler[344], informando que "O gabinete de Viena é de opinião que os acordos da Turquia com a Áustria e a Bulgária resolvem, finalmente, a questão positiva da violação do Tratado de Berlim e que apenas a sanção formal das modificações já introduzidas é deixada às potências signatárias" (Tradução nossa) [345].

Ainda no mesmo documento, o embaixador russo informou Izvolsky que o gabinete de Viena também viu com descontentamento a nota de Belgrado. Conforme o posicionamento austro-húngaro, seria impossível para a monarquia dual concordar o teor da nota, especialmente no que se referia a questão onde Belgrado considerava as relações entre os Estados como "normais". O embaixador austro-húngaro em Londres teria, novamente, afirmado à Grey que Belgrado deveria reorientar drasticamente sua política.

Também no dia 12 de março, o embaixador britânico em Berlim relatou interlocução ocorrida em um jantar com von Schoen e Laszlo Szogieny. Durante o encontro, ambos os diplomatas criticaram a nota emitida por Belgrado. Segundo eles, o teor da nota inferia que a conferência entre as potências seria um "tribunal" para julgar os atos de Viena e, isto, provavelmente irritaria Aerenthal. Na ocasião, o alemão intercedeu e apresentou uma nova possibilidade para o desfecho. Conforme Schoen, não havia qualquer possibilidade da realização de uma conferência sem o estabelecimento de um acordo austro-sérvio e, caso este fosse obtido, tornaria supérflua a realização de tal encontro diplomático. Segundo o alemão, uma mera troca de notas diplomáticas reconhecendo o novo *status quo* seria uma solução muito menos desgastante[346].

No mesmo dia 12, Cartwright questionou Aerenthal sobre o assunto. Na ocasião, o embaixador britânico em Viena relembrou ao chanceler que este havia, anteriormente, manifestado não ter qualquer objeção quanto ao ponto referente às concessões econômicas a Sérvia e Montenegro e, portanto, não havia justificativa plausível para a postura agora adotada pela monarquia dual. O austro-húngaro, então, defendeu-se afirmando que se

---

[344]**The Russian Charge d'Affaires at London to Iswolsky**. Telegram, March 12, 1909. In: SCHREINER, George A. **Entente Diplomacy and the World**: Matrix of the History of Europe, 1909-1914. Londres: George Alan & Unwin Ltd. 1934. p. 249.

[345] "The Vienna cabinet is of the opinion that the agreements of Turkey with Austria and Bulgaria, finally settle the positive question of the violation of the Berlin Treaty and that only the formal sanction of the modifications which have already taken place is left to the signatory powers."

[346]**Sir E. Goschen to Sir Edivard Grey**. Berlin, D. March 12, 1909. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 672.

referiu a concessões de cunho internacional como, por exemplo, permitir a participação de Belgrado na comissão do Danúbio. O restante, estaria sujeito a acordos bilaterais entre as partes[347].

Apenas 3 dias depois, no dia 15 de março, Izvolsky deu os primeiros sinais de que não seria capaz de resistir a incisiva política externa adotada por Aerenthal. Conforme relato feito por Arthur Nicholson à Edward Grey, após encontro com o chanceler russo, este se encontrava profundamente preocupado com a situação. Izvolsky informou ao agente britânico ter recebido telegramas do gabinete de Viena informando que as potências deveriam, imediatamente, examinar o protocolo austro-turco com vistas à sua aceitação. Não obstante, o gabinete dual solicitou ao Império Russo que exercesse sua influência em Belgrado, no sentido de forçar o reino eslavo a aceitar qualquer demanda da Áustria-Hungria. Desta forma, Izvolsky concluiu que suas suspeitas de outrora eram corretas: Aerenthal objetivava a submissão diplomática total ou obter uma justificativa para invasão de Belgrado. Como conclusão da interlocução, Nicholson informou Grey ter tido a sensação de que Izvolsky estava pronto a ceder e recomendar aos sérvios a submissão à Viena[348].

De fato, como previsto por Nicholson, a pressão de Aerenthal e a ameaça pela guerra foram demais para Izvolsky. Como é notório em comunicação enviada pelo chanceler as embaixadas de Londres e Paris, no dia 17 de março, já em tom de derrota[349]:

> Infelizmente, o gabinete de Viena está muito pouco disposto a reconhecer a boa vontade que a Sérvia, apesar das múltiplas dificuldades, tem demonstrado e faz exigências cada vez maiores. De acordo com os últimos avisos que foram recebidos de Viena, deve-se temer que a guerra foi finalmente decidida por lá. Seja como for, o governo russo nada negligenciou, desde o início da crise, para chegar a uma solução pacífica para as questões em disputa. Por esta razão, aceitará também as presentes propostas do gabinete de Berlim, e se a Áustria empreender uma ação no sentido mencionado pelo governo alemão, isto é, se ela deve pedir às Potências uma sanção formal da alteração do Artigo 25 do Tratado de Berlim, por meio de troca de notas, o Governo russo, por sua vez, considerará um dever cumprir este procedimento com o desejo sincero de encontrar nele os

[347]**Sir F. Cartwright to Sir Edward Grey.** Vienna, March 12, 1009. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 669.

[348]**Sir A. Nicholson to Sir Edivard Grey**. St. Petershurgh, D. March 15, 1909. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 685.

[349] Iswolskv to the Russian Embassies at London and Paris. Telegrajii, March 17, 1909. In: SCHREINER, George A. **Entente Diplomacy and the World**: Matrix of the History of Europe, 1909-1914. Londres: George Alan & Unwin Ltd. 1934. p. 255.

> elementos de uma solução que seja igualmente satisfatória para todos os poderes signatários do Tratado de Berlim. (Tradução nossa)[350]

Em tom ainda mais alarmante, Izvolsky informou Nicholson, no dia seguinte, que o próprio arquiduque Francisco Ferdinando havia comunicado ao adido-militar russo em Viena que as preparações para a guerra estavam completas[351].

Enquanto a situação austro-sérvia parecia cada vez mais próxima das ruínas, a chancelaria russa, ao menos, obtinha sucesso em resgatar sua influência em Sofia. Ainda no dia 18 de março, Rússia e Bulgária chegaram a um acordo com base nos seguintes termos: 1) O Império Russo garantiria a independência búlgara e atuaria em prol de seu reconhecimento; 2) a Rússia não permitiria a obstrução dos interesses búlgaros na Macedônia; 3) a Bulgária se comprometeria a não declarar guerra contra o Império Otomano, ou qualquer estado vizinho, sem a prévia aprovação de São Petersburgo; 4) no evento de uma inevitável guerra búlgaro-otomana e, na ocasião de uma vitória de Sofia, o Império Russo não faria oposição a conquistas territoriais do reino; 5) a Bulgária se comprometeu a não expandir sua frota no Mar Negro mas, em contrapartida, enviaria marinheiros para treinamento no Império Russo; 6) o Czar concederia uma de suas filhas para casamento com o herdeiro búlgaro, no tempo adequado[352].

Desta forma, enquanto o colapso na frente diplomática em Belgrado parecia iminente, Izvolsky conseguiu, ao menos, evitar que Aerenthal obtivesse outra vitória – na possibilidade de que Sofia se visse mais favorável a ser incorporada à zona de influência austro-húngara. Através do uso da renúncia a indenização de 1878, Constantinopla estabeleceu um acordo para reconhecimento da nova situação búlgara.

---

[350] "Unfortunately, the Vienna cabinet is very little disposed to acknowledge the good will, which Serbia, in spite of manifold difficulties, has displayed and makes greater and greater demands. According to the last advices which have been received from Vienna, it must be feared that war has been finally resolved upon there. However that may be, the Russian government has neglected nothing from the very beginning of the crisis in order to arrive at a peaceful solution of the questions in dispute. It will for this reason likewise accept the present proposals of the Berlin cabinet, and if Austria undertakes an action in the sense mentioned by the German government, that is to say, if she should ask the Powers for a formal sanction of the alteration of Article 25 of the Berlin Treaty by way of an exchange of notes, the Russian government will on its part consider it a duty to meet this procedure with the sincere wish to find in it the elements of a solution which would be equally satisfying to all the signatory powers of the Berlin Treaty"

[351] **Sir A. Nicolson to Sir Edward Grey**. St. Petershurgh, March 18, 1909. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 701.

[352] **Sir G. Lowtlier to Sir Edward Grey**. Constantinople, March 18, 1909. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 699.

No dia 23 de março, Izvolsky enfim declarou-se derrotado por Aerenthal na questão da realização de uma conferência para revisão do Tratado de Berlim e obtenção de concessões para Belgrado. Em nova comunicação às embaixadas de Londres e Paris, o chanceler prosseguiu com as seguintes afirmações[353]:

> Temos de lidar, aparentemente, com uma ação que não permite contradição, que foi acordada entre Viena e Berlim e que nos colocará diante das seguintes alternativas: uma regulamentação imediata da questão da anexação por uma troca de notas, ou a invasão da Sérvia. Tendo em vista o grande perigo que um conflito sérvio-austríaco representaria para nós, bem como para a paz geral, e para proteger a Sérvia, não temos outra escolha senão aceitar a proposta alemã. [...] Consequentemente, com a aprovação do czar, declarei ao embaixador alemão que, se o gabinete de Viena empreender o passo mencionado na comunicação alemã, o governo russo responderá por uma aceitação incondicional da proposta. Acrescentei que, ao dar esta nova prova do nosso desejo de resolver a crise, esperamos que o gabinete de Berlim exerça toda a sua influência sobre Viena a favor da iniciativa britânica. Ao comunicar o acima exposto ao Ministro das Relações Exteriores, peço-lhe que dê ênfase especial ao grande sacrifício que estamos fazendo pela causa da paz; os gabinetes de Berlim e Viena desejam, evidentemente, evitar uma conferência. Embora nos abstenhamos de mencionar a conferência neste momento, não temos de forma alguma a intenção de desistir dela, e somos de opinião que a troca de notas proposta em Berlim não exclui tal possibilidade. (Tradução nossa)[354]

Embora, em seu posicionamento, Izvolsky ainda bradasse desejos de realização de uma conferência, era evidente que o procedimento de notas enterraria a possibilidade do encontro. No dia seguinte, Izvolsky, em interlocução com Nicholson, relatou ao agente britânico a fragilidade da situação. Conforme o chanceler, a Áustria-Hungria já havia concluído suas preparações para um conflito armado com São Petersburgo e Belgrado, caso a Rússia rejeitasse a proposta alemã de resolução através de troca de notas diplomáticas. Izvolsky declarou ainda que, embora a Alemanha não fosse obrigada a intervir no conflito

---

[353]**Iswolsky to the Russian Embassies at Paris and London**. In: SCHREINER, George A. **Entente Diplomacy and the World**: Matrix of the History of Europe, 1909-1914. Londres: George Alan & Unwin Ltd. 1934. p. 260.

[354] "We have to deal apparently with an action which permits of no contradiction, which has been agreed upon between Vienna and Berlin and which is to place us before the following alternatives: an immediate regulation of the question of annexation by an exchange of notes, or the invasion of Serbia. In view of the great danger which an Austrian-Serbian conflict would mean for us as well as for general peace, and in order to protect Serbia, we have no other choice than to accept the German proposal. [...] I have consequently, with the assent of the czar, declared to the German ambassador that if the Vienna cabinet undertakes the step mentioned in the German communication, the Russian government will answer by an unconditional acceptance of the proposal. I have added that in giving this new proof of our desire to settle the crisis, we hope that the Berlin cabinet will bring its entire influence to bear upon Vienna in favour of the British initiative. In communicating the above to the minister of foreign affairs I request you to lay special stress on the great sacrifice which we are making for the cause of peace ; the cabinets of Berlin and Vienna wish evidently to avoid a conference. Although we refrain from mentioning the conference at this moment, we have by no means the intention of giving it up, and we are of opinion that the exchange of notes proposed at Berlin does not exclude such a possibility."

em caso de as hostilidades começarem através de Viena, era indubitável que Berlim exerceria seu poder militar caso a monarquia dual estivesse em ameaça. Enquanto isso, São Petersburgo, segundo Izvolsky, não poderia contar com o mesmo comprometimento de seus aliados – em função de seu distanciamento com relação as questões do Oriente Próximo[355].

No dia 28, Nicholson informou à chancelaria britânica que o gabinete imperial aceitou o curso de Izvolsky em prosseguir com a adoção da proposta germânica de troca de notas. Em sua interlocução com Nicholson, o chanceler deu novas justificativas quanto a submissão em relação à intervenção alemã[356]:

> Izvolsky foi perfeitamente franco. Ele disse que a convocação alemã, talvez não fosse um ultimato no sentido de que ameaçava uma guerra como alternativa, mas era um ultimato diplomático. Ele gostaria de ter enfrentado de outra forma, mas era preciso encarar os fatos. Ele pensou que, já há algum tempo, as potências centrais haviam combinado seu programa e que agora consideravam que havia chegado o momento de empurrar a Rússia contra a parede. Os preparativos militares na Galícia aconteciam em uma escala sinistra, a prontidão imediata da Alemanha para a guerra era indiscutível e a Rússia estava sozinha. [...] a Rússia estava praticamente isolada e ela não foi capaz de enfrentar sozinha, em sua condição atual, a poderosa combinação dos poderes centrais. O Barão Aehrenthal estava intimidando a Rússia através da Alemanha, e ele conseguiu. Era inútil disfarçar o fato. (Tradução nossa)[357]

No dia 31, a Sérvia apresentou sua declaração de submissão, redigida em conjunto por Aerenthal e Cartwright, em Viena. Embora o ultimato alemão tenha sido, de fato, decisivo para a submissão russa, outro elemento também pode ter sido essencial para o colapso da posição de Izvolsky. Conforme Cartwright relata à chancelaria britânica, existiam intensos rumores na corte da monarquia dual de que Izvolsky havia sido pressionado pela ameaça da publicação de cartas enviadas pelo chanceler russo e que se encontravam sob a posse de Berchtold ou Aerenthal. Conforme o agente britânico, Izvolsky

---

[355]**Sir A. Nicholson to Sir Edward Grey**. St. Petershurgh, D. March 24, 1909. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 732.

[356]**Sir A. Nicolson to Sir Edvard Grey**. St. Petershurgh, D. March '28, 1909. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 727.

[357] "M. Iswolsky was perfectly frank. He said the German summons was perhaps not an ultimatum in the sense that it threatened war as an alternative, but it was a diplomatic ultimatum. He would like to have met it differently, but it was necessary to look the facts in the face. He thought that for some time past the two central Powers had combined on their programme, and that they now considered that the moment had arrived for pushing Eussia to the wall. The military preparations in Galicia were on a scale which was ominous, the immediate readiness of Germany for war was undoubted, and Eussia was alone. [...] Eussia was practically for active action isolated, and she was unable to face alone, in her present condition, the powerful combination of the central Powers. Baron d'Aehrenthal was browbeating Eussia through Germany, and he had succeeded. It was useless to disguise the fact."

teria contatado Bulow para receber garantias de que as documentações jamais seriam publicadas. O ministro alemão, por sua vez, informou que tais garantias apenas poderiam ser dadas caso Izvolsky, em contrapartida, demonstrasse um considerável ato de generosidade à monarquia – nomeadamente, a concessão do aceite da revogação do artigo 25 do Tratado de Berlim através de notas diplomáticas[358].

Desta forma, a crise de anexação da Bósnia e Herzegovina se encerrava com uma estupenda vitória da monarquia dual. Habilmente, Aerenthal foi capaz de romper com o status quo estabelecido com os russos em 1897 e 1903, além de, unilateralmente, romper com as claúsulas do Tratado de Berlim. A incisiva política adotada pelo ministro austro-húngaro, fortalecida pelo comprometimento de seu aliado em Berlim, foram capazes de expor a fragilidade vivenciada pelo Império Russo após sua fracassada aventura no extremo oriente e as consequências da revolução de 1905.

Não obstante, o chanceler da monarquia dual mostrou, mais de uma vez, a capacidade de dissuadir sua contraparte russa. Já no começo de 1908, Aerenthal havia sido capaz de obter as concessões da ferrovia de Novi Pazar, enquanto publicamente posava como auxiliar nos planos anglo-russos de reformas judiciais na Macedônia. Poucos meses depois, o austro-húngaro efetivaria sua jogada de mestre ao anexar as províncias, em movimento quase simultâneo a independência búlgara. Mais uma vez, Aerenthal foi capaz de utilizar as interlocuções com Izvolsky em Buchlau para criar uma situação desconfortável para o russo. Ao fim da crise, Izvolsky viu-se completamente humilhado pelos acontecimentos de 1908 e 1909 – deixando o posto de chanceler no ano seguinte.

[358]**Sir F. Cartwright to Mr. Tyrrell**. British Embassy, Vienna, April 7, 1909. In: GOOCH, G. P. TEMPERLEY, Harold. (orgs). **British Documents on the Origins of the War, 1898-1914**. Vol. V: The Near East. Londres: H. M. Stationery Office, 1928, p. 776.

Conclusões

Como evidenciado ao longo da exposição, São Petersburgo e Viena, ao longo de sua trajetória de interesses nos Bálcãs e no Mar Negro, construíram um volátil relacionamento que alternou momentos de cooperação – seja para expansão da influência de seus impérios ou para manutenção de uma situação de *status quo* – e momentos de conflito de interesses que, por vezes, levaram estes atores a beira de um conflito armado.

Em um primeiro momento, os interesses russos na região foram moldados a partir da experiência anterior de seu povo com o Império Bizantino. Desta unidade política, os moscovitas herdaram sua religião e, em 1453, a queda de Constantinopla representou um drástico momento de ruptura para o que viria a ser o Império Russo. A necessidade de autodeterminação deu origem a estreitos laços de relacionamento e solidariedade com os demais povos eslavos que habitavam os Bálcãs e a bacia do Mar Negro – que, a exemplo dos russos, haviam perdido sua referência político-cultural com a queda de Bizâncio.

Posteriormente, o poderio otomano dominou não apenas a capital ortodoxa, mas toda a Península Balcânica – até serem interrompidos pela Áustria, primeiramente em 1526 e definitivamente em 1699, com a assinatura de Carlowitz. Assim sendo, estabeleceu-se um período de mais de quatro séculos de dominação muçulmana em relação aos povos eslavo-ortodoxos que habitavam os Bálcãs. A incorporação destas populações a uma soberania hostil premeditou uma brusca interrupção dos laços entre as regiões habitadas por eslavos incorporadas a soberania russa e aquelas habitadas por eslavos súditos da Sublime Porta.

Com a ascensão dos reinados de Pedro I e Catarina I, o agora Império Russo consolidava seu processo de expansão territorial e política nos Bálcãs – especialmente em 1774, quando o Tratado de Kuchak-Kanardji estabeleceu aos russos o direito de protetorado aos cristãos súditos do Sultão. Como vimos, o polêmico artigo que, supostamente, conferiu tais direitos à São Petersburgo foi constantemente utilizado como base legitimadora das intervenções czaristas na soberania otomana, especialmente na primeira metade do século XIX.

Outro episódio crucial deste primeiro momento diz respeito à insurreição grega. Como vimos, o intenso contato estabelecido entre helênicos e russos após 1774 – em função da atividade comercial russa nos estreitos ter sido conduzida, em um primeiro momento, por marinheiros helênicos – premedita a intervenção russa na revolta grega.

Como resultado, a Grécia é erigida como o primeiro Estado independente oriundo do esfacelamento otomano nos Bálcãs.

Posteriormente, em 1833, o fracasso do Sultão em conter os ambiciosos desejos de seu vassalo egípcio premeditou uma nova intervenção czarista – desta vez, em favor da Sublime Porta. O preço cobrado por São Petersburgo foi estabelecido no Tratado de Unkiar-Skelessi, que representa o apogeu do poderio russo na região do Mar Negro. Através de uma cláusula secreta, o Império enfim foi capaz de obter o direito ao transito de suas embarcações de guerra no Bósforo e Dardanelos.

Desta forma, se concretiza o primeiro objetivo específico da pesquisa: a análise do processo de consolidação do poderio russo nos Bálcãs e no Mar Negro. Kuchak-Kanardji e Unkiar-Skelessi se configuram como os dois momentos cruciais para entender tal processo. Através destes tratados, o Império Russo foi capaz de consolidar e avançar com os dois princípios basilares de sua agenda de política externa para a região: o estabelecimento de um relacionamento orgânico com os eslavos ortodoxos otomanos, possibilitando uma via legitima para intervenções em Constantinopla; e a noção de que o trânsito das embarcações russas através dos estreitos otomanos é uma condição essencial para a segurança das províncias localizadas ao Sul do Império.

Já o segundo capítulo buscou se aprofundar na formulação estratégica do ator antagonista ao Império Eslavo: a Áustria. Como visto, a estratégia adotada pelos Habsburgos tinha como objetivo combater duas dificuldades vistas como essenciais para a manutenção da integridade de seu império: evitar instabilidades oriundas de movimentos nacionais comuns a populações que habitavam sua estrutura multiétnica; e estabelecer zonas de segurança destinadas a criar uma barreira de defesa para seu núcleo territorial.

O gradual avanço de São Petersburgo em direção aos Bálcãs e, consequentemente, as proximidades do Império Habsburgo – após as aquisições territoriais de Carlowitz – gerou um dilema de segurança em Viena. As conquistas territoriais russas ameaçavam a estratégia de estabelecimento de zonas de segurança. Como apresentado, em um primeiro momento germânicos e eslavos cooperaram contra seu inimigo comum: o Império Otomano. Contudo, na transição para o século XIX há uma clara transformação no padrão de relacionamento entre as potências.

Em Viena, acentuou-se a percepção de que o avanço de São Petersburgo não era um problema apenas em relação à ameaça da integridade das zonas de segurança, mas, também, pela ameaça que o relacionamento entre o império czarista e as demais populações eslavo-ortodoxas dos Bálcãs trazia para o outro pilar da grande estratégia dos habsburgos: o problema das nacionalidades.

Em 1815, a Rússia teve papel decisivo na obtenção, por parte da Sérvia, do status de principado autônomo em relação à Sublime Porta. No mesmo ano, Viena obteve a soberania da Dalmácia uma região que, a exemplo das terras croatas do Império Habsburgo, era habitada em sua maioria por eslavos. Agora, ao sul de suas fronteiras, a Áustria teria um vizinho autônomo e que professava o surgimento de um movimento nacionalista orientado para populações que, também, habitavam terras sob sua soberania.

Desta forma, Metternich preconizou a estratégia de fortalecimento do Império Otomano como instrumento de contenção ao avanço russo. A estratégia do chanceler se torna evidente em sua atuação durante a insurreição grega – quando buscou criar condições para que Constantinopla contivesse a revolta sem intervenção externa. A linha de ação adotada em tal contexto lança as bases para o segundo momento do relacionamento austro-russo na região, onde Viena busca conter, de forma indireta, a expansão czarista.

A partir da Guerra da Crimeia, as relações austro-russas iniciam um terceiro momento: o de hostilidade aberta. Durante o conflito, Viena mobilizou suas tropas de forma hostil e premeditou a capitulação russa perante a aliança otomana com as potências marítimas. Posteriormente, os Habsburgos prosseguiram com a ocupação dos principados do Danúbio. A atuação austríaca durante o conflito lançaria as bases que se acentuariam na política externa da monarquia após o declínio de seu poder relativo na Europa Central. Após as derrotas para o emergente Estado Italiano e o, agora, Império Alemão, a Áustria se viu forçada a um processo de reorganização interna que deu origem a estrutura da monarquia dual – mediante acordo firmado em 1867 com a coroa da Hungria.

Após a Grande Crise do Oriente, esta nova postura estratégica e expansionista da Áustria-Hungria se materializaria com a ocupação das províncias da Bósnia e Herzegovina e o tratado firmado com a Sérvia, em 1881, colocando o reino eslavo em posição totalmente subserviente aos interesses da monarquia dual. Assim, cumpre-se o objetivo específico de identificar a natureza dos interesses estratégicos de Viena e porque estes se acentuam após

seu declínio na Europa Central. Sendo estes, nomeadamente: a questão da problemática das nacionalidades e a composição multiétnica do Império Habsburgo, acentuando a percepção de que uma postura mais agressiva era necessária para combater o "perigo" do emergente nacionalismo sérvio, levando a ocupação das províncias; e a perspectiva de que, com as portas fechadas pela Itália e a Alemanha na Europa Central, a única via restante para expansão e resgate do prestigio da monarquia seria através dos Bálcãs e um processo de penetração econômica na região.

Não obstante a análise de tais interesses Habsburgos, o terceiro capitulo também buscou evidenciar um processo de transformação nos eixos da política externa adotada por São Petersburgo.

Como apresentado, em 1833 o Império atinge o apogeu de seu poder e influência na região. Ao mesmo tempo em que afirmou o poderio russo no Oriente Próximo, o Tratado de Unkiar-Skelessi também foi responsável por cristalizar, nas demais chancelarias da Europa, a imagem da Rússia como um sedento Império expansionista e que caminhava em direção ao controle dos estreitos – potencialmente colocando em risco a estabilidade do fluxo comercial no Mar Negro. A partir de então, São Petersburgo recorre ao expediente de buscar o reconhecimento de sua posição, por parte das demais potências, e passa a evitar ao máximo a adoção de medidas unilaterais, que dessem margem a interpretação de expansionismo do poder moscovita na península.

Esta nova linha de ação já se fez presente nas tratativas que culminaram na independência grega. Na ocasião, os termos referentes a criação do novo Estado foram delimitados em conjunto com as potências europeias no Protocolo de Londres – sendo este posteriormente anexado ao Tratado de Adrianópolis. Em 1841, quando a Sublime Porta se viu mais uma vez ameaçada pelo seu vassalo egípcio, o Império Russo abdicou de seu direito exclusivo de protetorado em troca do estabelecimento de uma garantia conferida por todas as potências.

Contudo, estes esforços iniciais não foram suficientes para apaziguar os hostis sentimentos das demais chancelarias em relação à expansão da influência czarista. Quando, em 1853, São Petersburgo evocou a cláusula de Kuchak-Kanardji para intervir nos principados romenos e destruiu a frota otomana na Batalha de Sinop, os eslavos se viram forçados a enfrentar uma coalizão formada pelo sultão e pelas potências marítimas. O

resultado do isolamento russo foram os duros termos do Tratado de Paris. O documento impôs severas cláusulas de neutralização na bacia do Mar Negro e privava o império czarista de erigir fortificações defensivas em seu litoral – fragilizando a capacidade defensiva de São Petersburgo frente um possível ataque oriundo de forças hostis que transitassem pelos estreitos turcos. Não obstante, o tratado também revogava a polêmica cláusula de Kuchak-Kanardji e, portanto, desprovia de legitimação jurídica qualquer futura intervenção russa.

A pesada derrota na península do Mar Negro reafirmou, na chancelaria czarista, a necessidade de reorientação de sua política externa no sentido de se evitar o isolamento. A Guerra e o Tratado de Paris demonstraram materialmente as pesadas consequências que o Império Russo poderia sofrer em um confronto contra uma coalizão europeia e a revogação das cláusulas relativas à neutralização do Mar Negro tornou-se uma obsessão da política externa czarista.

Contudo, a estratégia desenvolvida para se obter tal fim foi diferente da postura de avanço unilateral que marcou a expansão da influência russa durante o século XVIII e início do XIX. São Petersburgo buscou, inicialmente, o estreitamento dos laços com Berlim – uma vez que Viena, na percepção russa, agiu de forma a trair o relacionamento entre as potências, em função de sua postura hostil na Criméia poucos anos após as forças czaristas salvarem os Habsburgos da revolta húngara. Com a ascensão do poder germânico na Europa Central, em 1871 os russos anunciaram o rompimento com cláusulas de Paris referentes ao Mar Negro. Contudo, a estratégia adotada foi outra. O rompimento com tais normativas se deu através do estabelecimento de uma conferência diplomática em Londres, onde o Império Russo, como contrapartida, estabeleceu compensações às partes interessadas – nomeadamente Londres, Viena e Constantinopla.

Desta forma, é atingido outro objetivo específico da pesquisa: identificar as mudanças na estratégia de política externa do Império Russo após Unkiar-Skelessi e a Guerra da Crimeia. Após estes acontecimentos, nota-se de forma evidente uma mudança na natureza das ações czaristas. Anteriormente, a ação unilateral e expansionista em direção aos territórios otomanos foi a forma encontrada para se estabelecer o poder do Império nos Bálcãs e nas adjacências do Mar Negro. Posteriormente, a repercussão negativa de suas ações nas chancelarias europeias – aliado ao temor de um controle russo nos estreitos – levou o império czarista a buscar uma forma de atuação que acomodasse seus interesses e

dos demais atores envolvidos, de forma a se evitar o isolamento. O advento da Guerra da Criméia reafirmou a necessidade de tal reorientação, que se torna explícita com a análise do *modus operandi* da chancelaria russa em 1871, para romper com os termos de neutralização do Mar Negro.

Por fim, chega-se a análise do último objetivo específico: identificar os elementos que condicionam o fracasso de Izvolsky em seu embate diplomático com Aerenthal, durante a crise de anexação.

Como apresentado ao longo da narrativa construída para descrição das relações austro-russas, São Petersburgo havia, em diversas oportunidades anteriores, consentido com a possibilidade de anexação da Bósnia e Herzegovina pela monarquia dual – mais notadamente, os acordos de 1897 e 1903, que reforçaram o *status quo* de Berlim, em um período onde a Rússia se aventurou no extremo oriente. Contudo, a reviravolta política na Sérvia, em 1903, e a vitória econômica obtida por Belgrado em relação à monarquia dual aproximaram os laços de solidariedade entre o Império e o Reino eslavo. Para a Sérvia, a questão das províncias era vista como uma pauta vital.

Mesmo com o estreitamento de laços com Belgrado, Izvolsky mais uma vez consentiu com o princípio da anexação em 1908, nas reuniões em Buchlau – embora, segundo sua versão dos fatos, tenha deixado claro à sua contraparte austro-húngara que a questão da anexação deveria ser tratada pelos signatários de Berlim. Em troca, recebeu um compromisso de Aerenthal de que Viena não faria oposições a mudanças no regime dos estreitos que fossem favoráveis ao Império Russo. Contudo, enquanto Izvolsky dava início a sua jornada pelas chancelarias da Europa, com o objetivo de obter compromissos similares dos demais signatários de Berlim, o chanceler russo foi surpreendido com a informação de que o ato de anexação se daria ainda em outubro de 1908.

O brusco ato da Áustria-Hungria colocou o ministro russo em posição constrangedora. Aerenthal havia informado as demais chancelarias da Europa que o ato tinha total consentimento de São Petersburgo – o que, de fato, havia acontecido em Buchlau. Não obstante, de forma simultânea, a Bulgária proclamava sua independência em relação à Sublime Porta. A proximidade entre os atos levou a percepção de que Aerenthal habilmente havia atraído Sofia para sua esfera de influência e instrumentalizado sua relação

com o príncipe Ferdinando para auxiliar no rompimento unilateral do *status quo* estabelecido em Berlim.

A ida da Bulgária para a esfera dual seria um duro golpe para a Rússia – que, 30 anos antes, posava como libertadora dos búlgaros no conflito russo-otomano. Não obstante, a divulgação dos projetos de Viena imediatamente refletiu em profunda indignação na Sérvia. Já às vésperas da oficialização do ato, Milovanovic recorria às chancelarias de Londres e São Petersburgo para tentar evitar o que foi classificado como um golpe mortal a própria existência independente de Belgrado. Um esforço em vão.

Confrontado com o fracasso de sua barganha em Buchlau – uma vez que o ato de Aerenthal comprometia seriamente a viabilidade de se negociar um novo regime de navegação pelas vias turcas – os protestos de seu aliado sérvio e o prognóstico de ver a Bulgária migrar para a esfera de Viena, deixando a Rússia efetivamente isolada e sem uma base de projeção de poder na península, podem ser apontados como os fatores que levam o chanceler a adotar uma postura de objeção aos atos de Viena – em contraposição com os compromissos anteriormente estabelecidos entre os atores. Esta conclusão responde a primeira parte da pergunta-problema da pesquisa, referente a identificar os fatores que levaram a mudança de postura na interpretação russa em relação ao ato.

A estratégia encontrada pelo russo, para pressionar os signatários de Berlim a revisarem os termos do tratado, foi a de advogar pela realização de uma conferência diplomática. Como visto ao longo da exposição, a realização de conferências para resolver os imbróglios causados na península era um expediente comum para as potências. Desta forma, Izvolsky buscava a atuação pela linha de política externa que se consolidou na estratégia russa no pós-1856: a busca pelo reconhecimento, por parte das demais potências, dos termos vistos como estratégicos e de interesse por São Petersburgo. Assim sendo, o ato de anexação poderia ser utilizado para obter o aval da Europa em mudanças no regime de navegação com os estreitos – com a vantagem de que, através da conferência, estas seriam sancionadas pelo concerto europeu e afirmariam a posição russa como inquestionável.

Não obstante o prognóstico de uma conferência era, também, benéfico para o relacionamento de São Petersburgo com os Estados Balcânicos. De fato, a proposta de um encontro diplomático tornou-se a principal "arma" de Izvolsky para controlar a animosidade na Sérvia. O Império já havia sido bem-sucedido através de tal linha de ação,

na Convenção dos Estreitos de 1871 – da mesma forma, também havia sentido os efeitos negativos de uma conferência em 1878, em Berlim. Em um encontro diplomático, a Rússia poderia fidelizar a lealdade de Sérvia e Montenegro através da obtenção de compensações e, ainda, intervir na resolução da controvérsia búlgaro-otomana e romper com o movimento de migração de Sofia para a esfera dos Habsburgos.

Desta forma, se identificam os dois elementos que respondem a segunda parte do problema de pesquisa – referente aos motivos que levaram Izvolsky a optar pela tentativa de realizar uma conferência diplomática. Primeiramente, a tentativa de obter ganhos que receberiam a sanção do restante dos atores envolvidos e, posteriormente, agir no sentido de se barrar o avanço austro-húngaro.

O plano russo, contudo, esbarrou na firme postura adotada por Aerenthal. O chanceler dual manteve firme a postura de que uma possível conferência não poderia fazer qualquer objeção ao ato de anexação e, apenas, deveria ser utilizada para ratificá-lo. Não obstante, o austro-húngaro logo demonstrou estar completamente indisposto a aprovar qualquer compensação territorial à Sérvia – que nutria ambições de uma retificação na região de Novi Pazar, para estabelecer uma fronteira comum com Montenegro. Posteriormente, Aerenthal seria ainda mais duro. Com a segurança fornecida pelo apoio de Berlim, o chanceler da monarquia dual passou a defender a perspectiva de que a resolução das questões pertencia ao mundo das relações bilaterais entre Viena e seus vizinhos – tanto austro-otomanas, quanto austro-sérvias.

A importância do apoio alemão se tornou ainda mais evidente no momento de desfecho da crise. O primeiro sinal de intervenção veio quando Berlim emitiu a sugestão de que os acordos bilaterais e as mudanças no Tratado de Berlim deveriam ser confirmados com uma mera troca de notas – extinguindo, portanto, qualquer necessidade ou justificativa para se realizar um desgastante encontro diplomático. Dias depois, o Império Russo se viu frente a um ultimato de Berlim e Izvolsky foi forçado a aceitar o expediente de troca de notas.

No cálculo do chanceler czarista, pesou um elemento crucial: Izvolsky sentiu que não poderia contar com o compromisso de seus aliados da tríplice entente – no caso de as controvérsias escalarem para um conflito armado – enquanto Viena estava assegurada de que o poder de Berlim estaria à seu lado incondicionalmente. Assim, responde-se a parte

final da pergunta-problema e atinge-se o ultimo objetivo especifico do trabalho: identificar o que levou a Rússia a submissão e a vitória diplomática de Aerenthal.

Como conclusão, portanto, estabelece-se que a linha de ação adotada pelo Império Russo na crise de anexação da Bósnia e Herzegovina é oriunda de um acumulado histórico da atuação de São Petersburgo nos Bálcãs e seu relacionamento com Viena. Mais nomeadamente, o trauma de se ver exposto a um conflito armado na região e em posição de isolamento foi o principal entrave para uma atuação mais incisiva do Império Russo. Em posição frágil após os desastres de 1905, a Rússia jamais poderia suportar um conflito com a Áustria e Alemanha sem participação ativa das demais partes da Entente. Percebendo o distanciamento de Paris em relação a questão e constatando que o apoio britânico se limitaria às vias diplomáticas, Izvolsky não teve outra escolha a não ser a capitulação perante a incisiva política externa de Aerenthal.

Referências Bibliográficas

ALBERTINI, Luigi. **The Origins of the War of 1914**. London: Oxford University Press. 1953.

ALEKSOV, Bojan. Habsburg Confessionalism and Confessional Policies in Bosnia and Herzegovina. In: RUTHNER *et al.* (orgs.). **WechselWirkungen:** Austria-Hungary, Bosnia-Herzegovina, and the Western Balkans, 1878-1918. New York: Peter Lang. 2015. p. 83-121.

ARMOUR, Ian D. Apple of Discord: Austria-Hungary, Serbia and the Bosnian Question 1867-71. **The Slavonic and East European Review**, v. 87, n. 4, 2009. p. 629-680.

ASLANTAS, Ercan M. **The European states system and Ottoman-Russian relations, 1815-1856**. 2012. 335f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Keele University, Newcastle. 2012.

BABUNA, Aydin. The Story of Bošnjastvo. In: RUTHNER *et al.* (orgs.). **WechselWirkungen:** Austria-Hungary, Bosnia-Herzegovina, and the Western Balkans, 1878-1918. New York: Peter Lang. 2015. p. 123-138.

BATAKOVIC, Dusan T. Prelude to Sarajevo: The Serbian Question in Bosnia and Herzegovina, 1878-1914. **Balcanica**, v. 27, 1996, p. 117-155.

BEDERMAN, David J. The 1871 London Declaration, Rebus Sic Stantibus and a Primitivist View of the Law of Nations. **The American Journal of International Law**, v. 82, n. 1, p. 1-40, 1988.

BREGU, Edit K. The situation of international relations before the beginning of the Balkan Wars 1912-1913 as a precursor of the First World War.**European Scientific Journal**, v. 2, special edition, p. 172-180, fev./2014.

BRIDGE, F. R. **From Sadowa to Sarajevo:** The Foreign Policy of Austria-Hungary. London: Routledge & Kegan Paul. 1972.

BRONZA, Boro. The Habsburg Monarchy and the projects for division of the Ottoman Balkans, 1771-1788. In: MITEV, Plamen*et al* (eds.). **Empires and Peninsulas:**

Southeastern Europe between Karlowitz and the Peace of Adrianople, 1699–1829. Munster: LIT Verlag. 2010. p. 51-62.

BULOW, Bernard V. **Prince Von Bulow:** Memoirs, 1849-1897. Londres: Putnam. 1932

CHAN, Stefanie. **The Regeneration of Hellas:** Influences on the Greek War for Independence, 1821-1832. 133f. Tese (DoutadoemHistória) – Claremont Mckenna College, Claremont. 2011.

COLLINS, D. N. The Franco-Russian Alliance and Russian Railways, 1891–1914. **The Historical Journal**, v. 16, n. 4, 1973, p. 777-788.

COLLINS, Emily V. **History of the Question of the Straits**. 1932. 109f. Dissertação (Mestrado em História) – Boston University, Boston. 1932.

COWLES, Loyal. The Failure to Restrain Russia: Canning, Nesselrode, and the Greek Question, 1825–1827. **The International History Review**, v, 12, 1990. p. 688-720.

DALLY, John C. **Russian Seapower and "The Eastern Question", 1827-1841**. London: MacMillan. 1991.

DAMIANOV, Simeon. European Diplomacy and the Eastern Crisis up to the Beginning of the Russo-Turkish War. In: KIRALY, Bela K.; STOKES, Gale (orgs). **Insurrections, Wars, and the Eastern Crisis in the 1870s**. New York: Columbia University Press. 1985. p. 42-65.

DEMIRBAS, Serkan. A New Perspective on the Treaty of Unkiar-Skelessi: Mahmud II's Use of International Diplomacy to Resolve the Mehmet Ali Problem. **SosyalBilimlerDergisi**, v. 17, n. 2, p. 1-16.

DETREZ, Raymond. Reluctance and Determination: The Prelude to the Austro-Hungarian Occupation of Bosnia-Herzegovina in 1878. In: RUTHNER *et al.* (orgs.). **WechselWirkungen:** Austria-Hungary, Bosnia-Herzegovina, and the Western Balkans, 1878-1918. New York: Peter Lang. 2015. p. 21-40.

DONIA, Robert J. The Proximate Colony: Bosnia-Herzegovina under Austro-Hungarian Rule. In: RUTHNER *et al.* (orgs.). **WechselWirkungen:** Austria-Hungary, Bosnia-Herzegovina, and the Western Balkans, 1878-1918. New York: Peter Lang. 2015. p. 67-82.

DUGDALE, E. T. S. **German Diplomatic Documents, 1871-1914:** Bismarck's Relations with England. Volume I. Londres: Methuen & Co. 1928.

DUGGAN, Stephen P. **The Eastern Question:** A Study in Diplomacy. New York: Columbia University Press. 1902.

ELROD, Richard B. Austria and the Venetian Question, 1860-1866. **Central European History**, v. 4, n. 2, 1971. p. 149-170.

ENDERINK, S. F. W. **Austria and Prussia:** German unification in the nineteenth century. 2010. 65f. Dissertação (Mestrado em Humanidades) – Utrecht: Utrecht University. 2010.

FAY, Sidney B. **The Origins of the World War**. New York: The Macmillan Company. 1930.

FITZGIBBON, Edward M. **Alexander I and the Near East:** The Ottoman Empire in Russia's Foreign Relations, 1801-1807. 1974. 299f. Tese (Doutorado em História Moderna) – Columbus: Ohio StateUniversity. 1974.

FLOROVSKY, A. V.; KEEP, John.; COLLINS, Leslie. Russo-Austrian Conflicts in the Early 18th Century. **The Slavonic and East European Review**, v. 47, n. 108, 1969. p. 94-114

GERD, Lora. **Russian Policy in the Orthodox East:** The Patriarchate of Constantinople (1878-1914). Berlin: De Gruyter. 2014.

GORIAINOV, Sergei. The End of the Alliance of the Emperors. **The American Historical Review**, v. 23, n. 2, 1918, p. 324-349.

HAJDARPASIC, Edin. **Whose Bosnia? Nationalism and Political Imagination in the Balkans, 1840–1914**. London: Cornell University Press. 2015.

HERTSLET, Edward. **The Map of Europe by Treaty:** Political and Territorial Changes Since the General Peace of 1814, Vol. I. Londres: Butterworths. 1875.

INGRAO, Charles; YILMAZ, Yasir. Ottoman vs. Habsburgs: Motives and Priorities. In: MITEV, Plamen*et al* (eds.). **Empires and Peninsulas:** Southeastern Europe between Karlowitz and the Peace of Adrianople, 1699–1829. Munster: LIT Verlag. 2010. p. 5-18.

ISLAMOV, Tofik. The Balkan Policy of the Habsburg Monarchy and Austro-Russian Relations. In: KIRALY, Bela K.; STOKES, Gale (orgs). **Insurrections, Wars, and the Eastern Crisis in the 1870s**. New York: Columbia University Press. 1985. p. 31-41.

JELAVICH, Barbara. **Russia's Balkan Entanglements, 1806-1914.** Cambridge: Cambridge University Press. 1991.

_____. **Russia and the formation of the Romanian national state, 1821-1878**. Cambridge: Cambridge University Press. 1984.

_____. **The Ottoman Empire, the Great Powers, and the Straits Question, 1870-1887**. Bloomington: Indiana University Press. 1973.

KERNER, Robert J. Russia's New Policy in the near East after the Peace of Adrianople; Including the Text of the Protocol of 16 September 1829. **Cambridge Historical Journal**, v. 5, n. 3, 1937. p. 280-290.

KISSINGER, Henry. **A World Restored**: Metternich, Castlereagh and the Problems of Peace, 1812-22. Boston: Houghton Mifflin, 1957.

KLIMENKO, Anna N; YURTAEV, Vladimir I. The "Moscow as the Third Rome" Concept: Its Nature and Interpretations since the 19th to Early 21st Centuries. **Geopolítica(s)**, v.9, n. 2, 2018. p. 231-251.

KORFF, S. A. **Russia's Foreign Relations During the Last Half Century**. New York: MacMillan. 1922.

LANGER, William L. **European Alliances and Alignments, 1871-1890**. Cambridge: Harvard University Press. 1956.

LAFORE, Laurence. **The Long Fuse**. Philadelphia: J.B. Lippincott Company. 1971.

LEDONNE, John P. Geopolitics, Logistics, and Grain: Russia's Ambitions in the Black Sea Basin, 1737–1834. **The International History Review**, v. 28, n. 1, 2006. p. 1-41.

LOFTUS, Augustus. **The Diplomatic Reminiscences of Lord Augustus Loftus**. London: Cassell and Company Limited. 1894.

LORSCHEIDER, Horst M. The Commercial Treaty between Germany and Serbia of 1904. **Central European History**, v. 9, n. 2, 1976, p. 129-145.

MACKENZIE, David. **The Serbs and Russian Pan-Slavism, 1875-1878**. Ithaca: Cornell University Press. 1967.

MANOJLOVIC, Violeta. **Defense of National Interest and Sovereignty:** Serbian Government Policy in the Bosnian Crisis, 1906-1909. 141f. Dissertação (MestradoemHistória) – Vancouver: Simon Fraser University. 1997.

MARRIOTT, John A. R. **The Eastern Question: An Historical Study in European Diplomacy.** Oxford: Oxford University Press. 1917.

MAY, Arthur J. The Novibazar Railway Project. **The Journal of Modern History**, v. 10, n. 4, 1938, p. 496-527.

_____. **The Hapsburg Monarchy, 1867-1914.** New York: Norton & Company. 1968.

MILIVOJEVIC, Dragan D. **The Serbian Foreign Policy Between 1900-1908.** 129f. Dissertação (Mestrado em Estudos Eslavônios) – Vancouver: University of British Columbia. 1959.

MITCHELL, A. W. **The Grand Strategy of the Habsburg Empire**. New Jersey: Princeton University Press. 2018.

MOSSE, W. E. The End of the Crimean System: England, Russia, and the Neutrality of the Black Sea, 1870-1871. **The Historical Journal**, v. 4, n. 2, p. 164-190, 1961.

OAKES, Augustus; MOWAT, R. B. **The Great European Treaties of Nineteenth Century**. Oxford: Clarendon Press. 1921.

ONOU, Alexander. The Memoirs of Count N. Ignatyev. **The Slavonic and East European Review**, v. 10, n. 29, 1931, p. 386-407.

_____. The Memoirs of Count N. Ignatyev: II. **The Slavonic and East European Review**, v. 10, n. 30, 1932, p. 627-640.

PAPAVLASSOPOULOS, Kosmas. **Diplomatic, Ideological and Military aspects of the Russo-Turkish War (1768-1774)**. 1997. 261f. Tese (Doutorado em História) – Aberdeen: Universityof Aberdeen. 1997.

PARVEV, Ivan. Southeastern Europe as a factor in German History, 1699-1829. In: MITEV, Plamen*et al* (eds.). **Empires and Peninsulas:** Southeastern Europe between Karlowitz and the Peace of Adrianople, 1699–1829. Munster: LIT Verlag. 2010. p. 19-24.

PHILLIPS, James P. **The Eastern Crisis, 1875-1878, in British and Russian Press and Society.** 233f. Tese (Doutorado em História) – Nottingham: University of Nottingham, 2012.

PRIBRAM, Albert F. **The Secret Treaties of Austria-Hungary, 1879-1914**. Cambridge: Harvard University Press, 1920.

PROGONATI, Erjada. The Chronicle Of The First World War And Its Impact On The Balkans. **AkademikBakis**, vol. 14, 2014., p. 97-116.

RAGSDALE, Hugh. Evaluating the Traditions of Russian Aggression: Catherine II and the Greek Project. **The Slavonic and East European Review**, v. 66, n. 1, 1988. p. 91-117.

RAJIC, Suzana. The Russian Secret Service and King Alexander Obrenović of Serbia (1900–1903). **Balcanica**, n. 43, 2012, p. 143-168.

RENDALL, Matthew. Restraint or Self-Restraint of Russia: Nicholas I, the Treaty of UnkiarSkelessi, and the Vienna System, 1832–1841. **The International History Review**, v. 24, n. 1, 2002. p. 37-63.

ROBERTS, Ian W. **Nicholas I and the Russian Intervention in Hungary**. Londres: Palgrave Macmillan. 1991.

RUPP, George H. The Reichstadt Agreement. **The American Historical Review**, v. 30, n. 3, p. 503-510, 1925.

RUTHERFORD, Kathleen K. **British Policy in the Balkans, 1856-1878**. 1910. 59f. Tese (DoutoradoemHistória) – New York: Syracuse University. 1910.

SCHMITT, Bernadotte E. The Diplomatic Preliminaries of the Crimean War. **The American Historical Review**, v. 25, n. 1, 1919, p. 36-67.

SCHREINER, George A. **Entente Diplomacy and the World**: Matrix of the History of Europe, 1909-1914. Londres: George Alan & Unwin Ltd. 1934.

SCHROEDER, Paul. Bruck versus Buol: The Dispute over Austrian Eastern Policy, 1853-1855**. The JournalofModernHistory**, v. 40, n. 2, Jun/1968, p. 193-217.

SCHUMACHER, Leslie R. The Eastern Question as a Europe Question: Viewing the ascent of "Europe" through the lens of Ottoman decline. **Journal of European Studies,** vol. 44, 2014. p. 64-80.

SEDIVY, Miroslav. From Hostility to Cooperation? Austria, Russia and the Danubian Principalities 1829–40. **The Slavonic and East European Review**, v. 89, n. 4, 2011. p. 630-661.

_____. **Metternich, the Great Powers and the Eastern Question**. Pilsen: University of West Bohemia Press. 2013.

SEGRILLO, Angelo de O. **Europa ou Ásia? A Questão da Identidade Russa nos Debates Entre Ocidentalistas, Eslavófilos e Eurasianistas**. 276f. Tese (Livre Docência) – São Paulo: Universidade de São Paulo. 2016.

SETHRE, Ian. Occupation and Nation-Building in Bosnia-Herzegovina, 1878-1914. In: RUTHNER *et al.* (orgs.). **WechselWirkungen:** Austria-Hungary, Bosnia-Herzegovina, and the Western Balkans, 1878-1918. New York: Peter Lang. 2015. p. 41-66.

SETON-WATSON, Hugh. **The Decline of Imperial Russia, 1855-1914**. New York: Frederick A. Prager. 1952.

SGHEVILL, Ferdinand. **A History of the Balkans:** From the Earliest Times to Present Day. New York: Dorsett Press. 1991.

SHOTWELL, James T. A Short History of the Question of Constantinople and the Straits. **International Conciliation,** n. 180. November, 1922.

SONDHAUS, Lawrence. Austria-Hungary's Italian Policy under Count Beust, 1866–1871. **The Historian**, v. 56, n. 1, 1993. p. 41-54.

STAVRIANOS, L. S. **The Balkans Since 1453**. New York: Rinehart & Company. 1958.

SUGAR, Peter F. Austria-Hungary and the Balkan Crisis: An Ingenious Improvisation. In: KIRALY, Bela K.; STOKES, Gale (orgs). **Insurrections, Wars, and the Eastern Crisis in the 1870s**. New York: Columbia University Press. 1985. p. 66-85.

SUMNER, B. H. Ignatyev at Constantinople, 1864-1874. **The Slavonic and East European Review**, v. 11, n. 32, 1933, p. 341-353.

SWIETOCHOWSKI, Tadeusz. Czartoryski and Russia's Turkish Policy, 1804-1806. **The Polish Review**, v. 12, n. 4, 1967, p. 30-36.

SZASZ, Zoltan. The Balkan Policies of the Habsburg Empir in the 1870s. In: KIRALY, Bela K.; STOKES, Gale (orgs). **Insurrections, Wars, and the Eastern Crisis in the 1870s**. New York: Columbia University Press. 1985. p. 86-92.

TAYLOR, A. J. P. **The Habsburg Monarchy, 1809-1918**: A history of the Austrian Empire and Austria-Hungary. London: Hamish Hamilton. 1976.

TEMPERLEY, Harold W. V. **History of Serbia**. London: G. Bell and Sons. 1919.

TRAGER, Robert F. Long-Term Consequences of Aggressive Diplomacy: European Relations after Austrian Crimean War Threats. **Security Studies**, v. 21, n. 2, 2012, p. 232-265.

VUIC, Jason C. **Serbo-American relations, 1903-1913**. 96f. Dissertação (Mestrado em História) – Richmond: University of Richmond. 1997.

WANK, Solomon. Foreign Policy and the Nationality Problem in Austria-Hungary, 1867–1914. **Austrian History Yearbook**,v.3, n. 3.p. 37-58.

WAWRO, Geoffrey. Austria Versus the Risorgimento: A New Look at Austria's Italian Strategy in the 1860s. European History Quarterly, v. 26, n. 1, 1996. p. 7-29

WILLIAMS, Beryl J. The Revolution of 1905 and Russian Foreign Policy. In: ABRAMSKY, Chimen. **Essays in Honour of E. H. Carr**. Londres: MacMillan Press. 1974. p. 101-125.

WILLIAMSON, Samuel R. **Austria-Hungary and the Origins of the First World War**. Boston: Bedford/st Martins. 1991.

YILDIZ, Gultekin. How to Defend the Turkish Straits Against the Russians: A century-long 'Eastern Question' in British defence planning, 1815–1914. **The Mariner's Mirror**, v. 105, n. 1, 2019. p. 40-59.